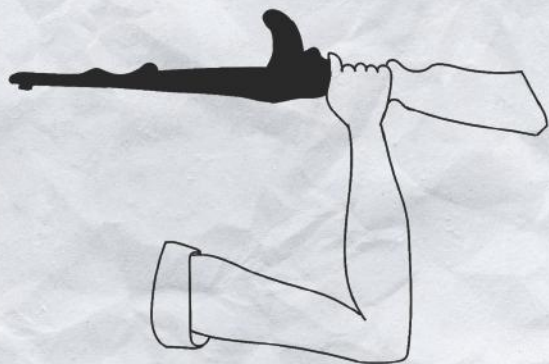


A REVOLUÇÃO DA VPR,

A VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA

Carla Luciana Silva



OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER!!!!

Coleção Tempos Históricos, n. 18



A REVOLUÇÃO DA VPR,
A VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA

Coleção Tempos Históricos, n. 18

Carla Luciana Silva

A REVOLUÇÃO DA VPR,
A VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA
1ª Edição Eletrônica

Coleção Tempos Históricos, n. 18

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2021



Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando

Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena

Arte da Capa: Eduardo Fernandes

Imagem Capa: Montagem a partir de panfleto original produzido por Amanda
Luisa Künast Krummenauer

Copyright © by autor, 2021.

C1919 – SILVA, C. L. S. A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária.
Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

ISBN: 978-65-86678-93-2

DOI: 10.29388/978-65-86678-93-2

1. Luta Armada 2. Vanguarda Popular Revolucionária 3. Foquismo I. Carla
Luciana Silva II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 900

CDU – 90

Índice para catálogo sistemático

História

900



Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFITM - Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Gílson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UFESB – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF - Brasil
Valdemar Squissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valeria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alicia Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lec University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisório – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimès / Univ. de la Réunion – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elias-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto Gonzáles Aranas -Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Sílvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordovi Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba

AGRADECIMENTOS

Para construir esse livro foram fundamentais muitas conversas com outros investigadores e militantes dos Direitos Humanos, dos quais destaco especialmente Aluizio Palmar, Suzana Lisboa e Valdir Sessi.

Agradeço ao historiador Enrique Padrós por solidificar um caminho de pesquisa. A Eugenia Augusta Gonzaga que permitiu minha participação em uma busca no Parque Nacional do Iguaçu realizada pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.

A Lilian Ruggia, com quem conversei na Comissão Nacional da Verdade, em Foz do Iguaçu em 2013, e em Buenos Aires, em dezembro de 2019. As conversas foram emocionantes e nos mostram o longo caminho percorrido pelos familiares, tanto no Brasil como na Argentina, para descobrirem os passos do Estado Terrorista.

A pesquisa não teria ocorrido sem o apoio institucional da Fundação Araucária, que inclusive possibilitou o trabalho da bolsista de graduação em história, Debora Campani Chagas, entusiasta deste trabalho. Estendo o agradecimento aos meus orientandos de Graduação e Pós-Graduação,

À Unioeste, ao Colegiado de História e ao Programa de Pós-Graduação em História, ao Grupo de Pesquisa História e Poder.

Para a realização desta investigação, pesquisei em arquivos no Brasil: no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba; no Arquivo Nacional (em Brasília); no arquivo do Tribunal Superior Militar; e em diversas bibliotecas especializadas. No Chile: no Arquivo Geral do Ministério das Relações Exteriores, no Ministério Interior, na Vicaria de la Solidariedade; na Argentina: na Biblioteca do Congresso Nacional, na Comissão Provincial da Memória de La Plata. Agradeço a todos os/as técnicos/as desses acervos.

Entrevistas foram realizadas, visitas a militantes e conversas diversas. Alguns contatados optaram por não dar entrevistas. Especialmente agradeço a: Aluizio Palmar, Celso Lungaretti, Diógenes Oliveira, Ladislau Dowbor, Renata Guerra, Roberto de Fortini, Zenaide Machado Oliveira.

Aos colegas pesquisadores: Alessandra Chelest, Alessandra Gasparotto, Alvaro Bianchi, Eurelino Coelho, Marcelo Badaró Mattos, Mario Maestri, Muniz Ferreira, Soledad Lastra.

A Gilberto Calil e Rafael Silva Calil, que fazem parte dessa jornada.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
OUSARAM LUTAR, NÃO PODIAM VENCER	
Eurelino Coelho	
INTRODUÇÃO	21
A REVOLUÇÃO DA VPR	
“Ousar lembrar”	25
Capítulo I - PODE UMA VANGUARDA SER POPULAR?	27
Referências básicas sobre a VPR	27
Capítulo II - AS ORIGENS DA VPR, POR ALGUNS DE SEUS MILITANTES	35
As vozes de alguns de seus militantes	35
Recompondo algumas das controvérsias iniciais	41
Breve linha do tempo	44
Capítulo III - AS FORMAS DE LUTA E DA REVOLUÇÃO	47
A esquerda revolucionária	48
A discussão na VPR	50
Caminhos da guerrilha	53
Caminhos da vanguarda	56
Capítulo IV - MILITANTES: ESTUDANTES, TRABALHADORES, “INTELECTUAIS”	59
Grupo de Osasco a classe trabalhadora da VPR	59
Um, dois, três, muitos estudantes...	65
Fanzines	71
Materialistas com espírito revolucionário	72
Capítulo V - A CHEGADA DE LAMARCA TENSIONA A VPR	75
Praianada: teóricos vencem, militaristas levam	75
Do quartel à clandestinidade	81

Capítulo VI - ANO DE LUTAS, FUSÃO E RACHA	89
O cofre: sorte e revés	90
A criação da VAR-Palmares	92
Uma base operária	99
A vanguarda se impõe	100
Críticas do racha da companheira Iara	103
Capítulo VII - A VELHA “NOVA VPR”	109
Os informes do comando	109
Regras de segurança	110
Capítulo VIII - O TERRORISMO DE ESTADO SE IMPÕE: prisões, torturas e seu imenso impacto	117
Imprensa e prisões	118
Não se fala, mas se pensa sobre a tortura	123
Depoimentos de Maria do Carmo Brito e Jamil	126
Comportamento na prisão: o julgamento dos compas	132
Capítulo IX - CONTRARREVOLUÇÃO, CONFLITOS INTERNOS, E CLASSES MÉDIAS	141
Conter a desordem, novas resoluções e novas delações	142
A delação de Claudio de Souza Ribeiro	146
O setor médico da VPR	149
Classe média na revolução	151
Situação da VPR	153
Inteligência revolucionária	157
Capítulo X - RIBEIRA E PESQUEIRA: as áreas de treinamento da VPR	163
O centro de treinamento no Vale da Ribeira	163
Estudos preliminares	164
A área de treinamentos	166

A grande fuga	171
O caso da Pesqueira: um “lugar para Lamarca”	174
Capítulo - XI - OS SEQUESTROS E A VPR	191
Os sequestros no Brasil	192
O sequestro do embaixador estadunidense	194
O rápido sequestro do cônsul japonês em São Paulo	197
O sequestro do embaixador alemão	200
O caso do embaixador suíço	204
Triste destino	212
As denúncias de torturas	213
Capítulo XII - “SOCIETAS SCELERIS”: a VPR na Lei de Segurança Nacional	215
Inquérito 162/70	216
Quem são os militantes	228
A prisão do Comando Juarez de Brito	230
Capítulo XIII - PERTO DO FIM, NO BRASIL	235
1971: Dissidências em meio ao caos	235
Os conflitos com Lamarca	236
O desligamento: Lamarca em seu nome e de Iara	240
Novos comunicados: a dissolução	244
A autocrítica de Herbert Daniel	247
Um epílogo para Lamarca	253
Capítulo XIV - PROBLEMAS INVISÍVEIS: classe, gênero e raça	259
Diversidade real, práticas machistas e patriarcais e preconceito de classe	259
Questões existenciais?	260
Sexualidade na vida clandestina	262

A luta como lugar de macho	265
Iara Lavelberg e outras companheiras	267
A questão racial demarcada pela repressão	273
Capítulo XV - A VPR DEPOIS DO FIM: a Frente Política Ideológica	277
Gilberto Faria Lima e Cerveira	278
A Frente Política Ideológica	281
Os Doze pontos e Guillen	284
Capítulo XVI - CLANDESTINIDADE NO CONESUL	293
Reagrupamento em meio à esperança e o caos	
Relatórios sobre militantes no Chile	295
A súplica de Cristóvão da Silva Ribeiro	298
Aristóbulo del Valle	300
Capítulo XVII - CHACINA DE RECIFE: a repressão e a infiltração de Cabo Anselmo	305
O deboche da paquera	309
Capítulo XVIII - A CHACINA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: seis desaparecimentos impunes	315
As lembranças de Aluizio Palmar	316
A apuração oficial da Operação Juriti	321
CONCLUSÕES	329
REFERÊNCIAS	333
ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS	343
SOBRE A AUTORA	347

APRESENTAÇÃO

OUSARAM LUTAR, NÃO PODIAM VENCER*

Eurelino Coelho

Temos em mãos o resultado de uma investigação extensa e cuidadosa sobre uma das organizações emblemáticas da esquerda que pegou em armas para combater a ditadura militar e tentar abrir caminho para a revolução socialista no Brasil: a Vanguarda Popular Revolucionária, ou VPR. Algumas das mais espetaculares ações da esquerda clandestina naqueles anos foram praticadas pela VPR ou com sua participação, como o roubo do “cofre do Ademar” e o sequestro de embaixadores para pressionar pela libertação de camaradas. Vários dentre os mais conhecidos personagens engajados no “combate nas trevas” foram militantes da VPR: o capitão Lamarca, Iara Lavelberg, o sargento Onofre Pinto, Mario Japa, Jamil (Ladislau Dowbor), Herbert Daniel, Aluízio Palmar, João Quartim de Moraes... Mas a narrativa dos feitos mais célebres e a citação dos nomes mais conhecidos não contam a história de uma organização revolucionária.

A origem da VPR foi a aproximação, no segundo semestre de 1967, entre militantes oriundos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que era constituído basicamente por ex-militares com influência brizolista, e de um dos grupos que se separou da POLOP no seu IV Congresso, em setembro daquele ano. Em 1968 a VPR já está em plena atividade mas durante alguns meses do começo de 1969 ela deixou de existir como organização independente e, numa tentativa de fusão com os Comandos de Libertação Nacional – COLINA (outro grupo originado da POLOP), passou a ser parte constitutiva da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares). A fusão, entretanto, não se consolidou e, com algumas mudanças, a VPR voltou a atuar de modo independente até encontrar seu fim, esmagada pela repressão, em 1971. O fim da organização, porém, não significou a interrupção da atividade política de vários de seus militantes, cujos passos posteriores também foram seguidos aqui.

O trabalho de Carla Silva não é o primeiro a tratar da história da VPR e a autora faz questão de advertir que não pretende ter escrito uma

*DOI – 10.29388/978-65-86678-93-2-f.15-19

“história cabal” daquela organização. Pode ser, mas as páginas a seguir estabelecem um novo patamar para os estudos sobre a história da VPR. O livro é construído a partir do paciente entretecer de fios provenientes de romances distintos: ora as intervenções públicas, as teses e proclamações, as opções estratégicas e táticas e suas tensões, ora os espaços privados, a família, a sexualidade, os tabus e silenciamentos, a memória. Para encontrar aqueles romances foi percorrida uma base documental impressionante pela extensão e pela riqueza de informação histórica que proporcionou. Fontes foram obtidas em arquivos públicos no Brasil, no Chile e na Argentina, muitas das quais geradas pelos aparelhos de vigilância e repressão do governo ditatorial. Memórias publicadas, entrevistas, biografias e depoimentos colhidos pela própria autora completam o impressionante corpus documental. Dos muitos méritos da pesquisa, este pode ser considerado o maior.

Toda essa riqueza colhida das fontes alimenta um trabalho interpretativo tão rigoroso quanto sensível. Não é frequente encontrar em outros historiadores da esquerda na ditadura o cuidado de iniciar a análise de um documento a partir da consideração de que ele existe somente porque houve uma “queda”, talvez um assassinato, quem sabe uma traição. Por detrás daquela fonte, um drama humano. E cada documento é examinado mediante cuidados heurísticos que a autora compartilha com quem lê, o que faz do texto um instrumento valioso também para a formação de jovens pesquisadores. Ao mesmo tempo está lá a disposição de problematizar os legados, mergulhar nas fontes, enfrentar certos dogmas cristalizados e lacunas sedimentadas na produção historiográfica e jornalística sobre a esquerda clandestina armada. Versões e interpretações já dadas são levadas em conta, seja para contestar ou para confirmar.

Dentre os variados planos de análise combinados na obra dois, talvez, sejam mais influentes na construção integral do texto e o atravessem de alto a baixo. O primeiro é a observação dos dilemas na formulação e aplicação da estratégia revolucionária. A VPR tinha clareza a respeito de alguns pontos: o caráter socialista da revolução brasileira, a impossibilidade da via pacífica para as transformações necessárias, a guerrilha como forma de luta indispensável. Mas, ainda no âmbito da estratégia, não estavam resolvidos, ou eram objeto de divergências, aspectos cruciais: qual o papel da luta anti-imperialista na revolução brasileira? Dadas as características do capitalismo no Brasil, que sujeitos sociais devem protagonizar a luta revolucionária? A guerrilha deveria

organizar-se como foco ou de outro modo? Qual o papel do movimento de massas na estratégia revolucionária? As diferenças nas formações políticas dos militantes que fundaram a VPR certamente pesaram no processamento político interno dessas questões decisivas para a unidade do coletivo.

A dimensão teórica do problema da estratégia era agravada pelo seu confronto prático com as condições reais da luta no país. Depois de 1968, quando greves em Contagem e Osasco e outros movimentos agitaram a cena política brasileira, as organizações de vanguarda, como a VPR, não mais puderam furar o cerco e estabelecer vínculos efetivos com a classe trabalhadora, fosse na cidade ou no campo. A perspectiva que via na ação armada das vanguardas o “gatilho” que dispararia a movimentação revolucionária de contingentes massivos da classe tinha de enfrentar a amarga e cada vez mais forte evidência de sua solidão. Esse desencontro é flagrado por Carla Silva muitas vezes, em diferentes momentos, como na persistente angústia de Lamarca por não conseguir estabelecer no campo a base para ação revolucionária, conforme a estratégia que ele abraçara ao entrar na organização.

Outro problema relevante na implementação prática da estratégia aparece na insistência com que a VPR buscava construir locais estruturados para treinamento tático e operacional em território nacional. Cuba era uma possibilidade que oferecia segurança, mas os custos inviabilizavam que fosse oportunizada para um número maior de militantes. As experiências da VPR no Vale da Ribeira (SP) e Pesqueira (RS) elevaram ao limite a tensão e o risco a que se expuseram aqueles militantes, e produziram perdas significativas. Mas era um risco derivado das escolhas políticas de um coletivo que nascera questionando o imobilismo e o “teoricismo” de outras organizações de esquerda.

O segundo plano analítico transversal é o da vida das pessoas, nomeadas e observadas tão de perto quanto permitem as fontes. Algumas das páginas mais fortes do livro são as que relatam as situações de personagens que sofriam com prisões, torturas infligidas a si ou a companheiros e companheiras, com o medo de falar, a culpa por haver falado, a condenação moral da delação e do delator. Por essa via a história da VPR nos leva para muito perto, talvez perto demais, dos limites humanos – os suicídios também fazem parte dessa história. Neste plano os personagens são imensos, pouco importando que seus nomes sejam ou não aqueles conhecidos do público em geral.

Essa lente é empregada para observar de perto as mulheres que fizeram a história da VPR. Carla questiona a historiografia clássica da esquerda, que não se interessou pelas mulheres cujas vidas deram vida às organizações, mas não se detém aqui. Enquanto dedica páginas preciosas a trajetórias como as de Iara Lavelberg e Maria do Carmo, ela problematiza as relações de gênero vigentes no interior da VPR e não hesita em identificar práticas preconceituosas insistentemente reproduzidas por militantes que se comprometiam com a libertação social. Os inusitados obstáculos ao amor entre militantes ou a desclassificação do *feminino* por associação ao *burguês* são sublinhados em mais de uma situação.

Repressão às mulheres e também à homossexualidade são postos à vista na narrativa de Carla que demarca seu estranhamento: como uma organização que teve mulheres e gays em posições estratégicas e de direção não soube lidar com questões de gênero? Militantes cujas relações homossexuais foram descobertas tiveram que se submeter a fazer *autocríticas*, uma palavra francamente imprópria para descrever tal humilhação.

Palavras, aliás, são objeto de permanente atenção por parte da autora. Ela se mantém o tempo todo atenta à difusão de um vocabulário, um modo de ver e se referir à esquerda armada que é proveniente de textos doutrinários militares que a grande imprensa assimila e difunde. Grande estudiosa da imprensa, Carla mostra como ela cumpre com eficiência o papel de correia de transmissão da visão dos militares.

Os capítulos são dispostos em ordem temporal, embora haja momentos em que essa sequência seja quebrada em favor do aprofundamento de certos temas. O fim da VPR, em 1971, ainda não é o fim do livro. A “chacina de Recife”, em 1973, foi uma cilada armada com participação especial do “cabo Anselmo”, militante graduado da organização que se tornara delator e causou a morte de muitos que haviam sido seus companheiros na VPR. O último episódio narrado é a chacina do Parque Nacional do Iguaçu, já em 1974, quando são exterminados militantes atraídos para o Brasil (inclusive Onofre Pinto) por um agente infiltrado. Aparecem aqui elementos de um tema incômodo para o lado vencedor, pois são indícios de uma rede, com provável colaboração internacional, preparada para atrair de volta e exterminar militantes que se encontravam no exterior. Isso ocorria num momento em que as organizações clandestinas, já completamente desbaratadas (com exceção do PCdoB), não dispunham de qualquer capacidade operacional, ou seja,

não representavam “risco”, do ponto de vista da defesa do regime. A incoerência da justificativa dos assassinatos como resultados de uma “guerra” fica ainda mais gritante nesses casos.

São capítulos mais curtos, no começo, e mais longos, no final do livro. O efeito rítmico é o de dar mais leveza e agilidade aos primeiros, que percorrem caminhos habituais da história da esquerda – embora, a cada curva do caminho, encontremos um achado, um dado novo acerca daquela história. Os capítulos mais densos são os que nos projetam em dimensões menos visitadas e, por isso, mais desafiadoras para a autora e para os leitores.

Uma distinção importante deve ser feita, já que apontamos a presença de planos analíticos diversos na arquitetura do livro. De modo algum o acolhimento dessa diversidade de questões poderia ser confundido com alguma pretensão à neutralidade em face dos dramas humanos estudados e narrados aqui. Certo, a abordagem transita por problemáticas que aportam suas próprias especificidades, mas não há porque supor, de antemão, que elas sejam incompatíveis umas com as outras. Se o trabalho analítico enfrentou o desafio da costura e em que medida foi bem-sucedido, eis algo a ser julgado pelo leitor. Por outro lado, nada seria mais injusto, na apreciação deste trabalho, do que ver nele qualquer vestígio de indiferença com a história que ele conta e com os destinos de seus personagens, os vivos e os mortos. A responsabilidade do Estado pelos atos praticados por seus agentes é uma premissa reiterada mais de uma vez pela pesquisadora. Aliás, as motivações para um trabalho intelectual dessa envergadura devem ser procuradas em valores que transparecem, por exemplo, na colaboração com a Comissão Nacional de Verdade ou na sensibilidade para escutar um sobrevivente, Aluizio Palmar.

A trajetória da VPR e, de certo modo, de toda a esquerda que enfrentou com armas a ditadura, é objeto de um balanço corajoso e muito duro feito por um de seus protagonistas, Herbert Daniel, num documento de 1971 estudado por Carla num dos capítulos finais. É ela que nos mostra como a palavra temida, evitada por todos aparece ali, cristalina: derrota! Ousaram lutar, mas não podiam vencer. Mas a derrota não era senão o fim de uma etapa. A tarefa, segundo Daniel, era “preparar lentamente e minuciosamente uma nova luta, que se lembre dos erros desta, mas não os cometa de novo”.

INTRODUÇÃO

A REVOLUÇÃO DA VPR

Este livro escreve uma parte da história da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR, organização que usava como lema “ousar lutar, ousar vencer”. Não pretende ser a história definitiva, mas é fruto de intensa investigação histórica e historiográfica. Também não é uma história oficial. Embora tenha ouvido e dialogado com muitos sujeitos cujas histórias se cruzam com a história da VPR, as falas, lembranças e memórias se sobrepõem a outros registros históricos. É a história de uma luta. Muitos sujeitos dessa história tombaram.

Na medida em que este estudo avançou mais percebi que alguns dos conflitos que envolveram a VPR não foram, jamais, compreendidos no seu todo pelos seus militantes. Trata-se uma organização clandestina, e por isso a documentação aqui reunida jamais foi conhecida na sua integralidade pelo conjunto dos militantes, nem mesmo pelos distintos comandos da organização. É por isso que os fatos históricos que aparecem aqui costuram histórias que redundaram em enormes perdas. Mas não considera seus sujeitos perdedores. A história deve a eles o agradecimento por terem resistido, lutado e ousado.

Mesmo sem ter uma história linear, foi um grupo organizado, orgânico em torno de determinadas ideias e práticas sociais. Como todo grupo humano, era permeado por conflitos. Foram a corporificação de uma dada revolução brasileira, em um universo em que outros grupos e pessoas também acreditavam que estavam combatendo a ditadura e fazendo uma revolução. Se discutia o seu caráter: anti-imperialista ou socialista? Mesmo que se movessem pelo ideal da revolução, a realidade se mostrou difícil, levando alguns a abandonar o caminho, buscando estratégias para preservar suas vidas. Muitos foram assassinados ou quebrados pelo Terrorismo de Estado. A história da VPR é entrecruzada pelas histórias de militantes que atuaram clandestinamente contra a Ditadura, e que dividiram e multiplicaram entre si um legado histórico.

Embora saibamos que cada um/uma tem seu relato pessoal, a intenção aqui não foi enfatizar e mostrar os conflitos das falas individuais, e sim, buscar a linha geral pela qual a organização se construía, e por isso trazemos uma quantidade expressiva de documentos inéditos.

Muitos dos documentos são provenientes da repressão, portanto, precisam ser problematizados; outros, frutos de distintos relatos pessoais, também podem receber a crítica da análise histórica. Os documentos oriundos da repressão podem ter a finalidade de informação, - ou de contrainformação -, mas muitas vezes trazem dados originais, dos próprios grupos (documentos apreendidos, fotografias, etc). Os depoimentos podem ser a visão a partir do lugar em que cada um atuou, e também como cada um lidou com as concepções da revolução. Pretendo traçar uma história cruzada, entre distintas fontes, com muitas histórias e trajetórias de vida e de luta.

Esse livro traz uma grande quantidade de documentos desconhecidos ou pouco conhecidos para embasar as análises. Foi um vasto e demorado trabalho de pesquisa em arquivos, buscando em fontes que pareciam não ter nada a contribuir, num extenso trabalho de localizar materiais até agora tidos como inexistentes.

A história da VPR se confunde com a de seus militantes. Já de início, a ruptura com a Polop, traz conflitos e posições que seguiriam em disputa. A associação com o Colina para a criação da VAR-Palmares em julho de 1969, teria curta duração, alguns militantes ficariam na VAR-Palmares e outros, naquele racha, refundariam a VPR, que não seguiria da mesma forma que era antes. O nome mais conhecido da VPR, Carlos Lamarca, não acabaria sua trajetória na VPR, passaria ao MR8 em 1971, depois de ter vivido momentos eletrizantes na VPR, como o comando do roubo do cofre de Ademar, o comando do sequestro do embaixador suíço e a criação de uma zona de treinamento no Vale da Ribeira. Ou seja, esteve envolvido em três dos atos mais marcantes da luta armada brasileira. Mesmo fora, ele seguiria sendo uma importante referência para os militantes da VPR.

Após a extinção da VPR, em 1971, militantes que estavam no exterior ainda se sentiam comprometidos com a Organização. Para parte dos que saíram banidos, impedidos de voltar ao Brasil, o compromisso de seguir a luta os movia. Aproveitando-se disso, dois massacres foram promovidos pela repressão, um em 1973 e outro em 1974. A partir de então não encontramos mais relatos de militantes reivindicando a organização, a não ser na rememoração posterior. Como compreender que militantes que estavam a salvo, no exterior, se reorganizavam para voltar ao Brasil em pelo governo Geisel?

Este livro tenta abarcar as questões que os relatos e os demais documentos nos propõem como centrais para tratar das histórias e

memórias da VPR. Também vamos inserir a discussão no contexto historiográfico. Alguns depoimentos foram tomados especialmente para o livro. Entretanto, não foi objetivo aqui reconstruir uma história a partir do ponto de vista de cada um dos que militaram na VPR. Muitos escreveram e publicaram seus relatos biográficos e análises históricas. Aparecerão na análise na medida em que nos parecerem relevantes para o problema que estiver sendo discutido, o que não significa que os relatos não devam ser lidos em sua integridade. Os conflitos e contradições do grupo constituem sua história, porque é assim que os humanos vivem.

Se na época dos acontecimentos suas ações eram pinceladas nas páginas de jornais nas seções “terror” e “subversão”, sobre eles logo incorria o silêncio das prisões, das torturas e das mortes. Para as pessoas que sabiam algo mais, tinham alguma informação, conheciam algum envolvido, o silêncio era uma forma de segurança, tanto para si como para seus amigos e familiares. Essas eram táticas do Terrorismo de Estado no Brasil. No processo de redemocratização, pinceladas dessas histórias vieram à tona, mas logo se demarcou um “pacto de silêncio”, uma “página virada” sobre o assunto, imposta pela forma da Lei da Anistia.

Entretanto, algumas pessoas começaram a falar, a escrever suas memórias, a reconhecer seus torturadores em locais públicos. Isso gerou também uma atitude do lado daqueles que perpetraram o Terrorismo de Estado. Quando qualquer ameaça de justiça se abateu sobre eles, reagiram, buscaram escrever suas versões dos fatos. E com isso, de forma subterrânea, mantiveram uma versão laudatória e saudosista da Ditadura. Junto com uma historiografia muito preocupada em deslegitimar o caráter das lutas ocorridas contra a ditadura, estava dado um pano de fundo para que vivenciássemos manifestações públicas pedindo a volta da mesma, sobretudo a partir de 2015.

O caso da anistia do capitão Carlos Lamarca foi emblemático das disputas de memória encetadas pelos defensores da Ditadura. A família chegou a correr risco de devolver os valores da indenização recebida. É um caso de grande ódio dos apoiadores da ditadura contra um militar que se colocou contra ela. O presidente da República eleito em 2018, aposentado do Exército aos 33 anos por incapacidade, além de sempre ter esculachado os movimentos de memória, em sua campanha insistiu, de forma mentirosa, que ele quando adolescente ajudou a “caçar Lamarca”. É uma obsessão dessa direita atual desconstruir as lutas do passado.

Cada vez fica mais claro que muitos dos elementos que constituíram o Estado da ditadura e as redes de silêncio sobre ela se mantiveram intactos ao longo dos anos de democracia, e isso abre espaço para oportunistas de toda cepa.

As políticas de esquecimento foram fundamentais para esse quadro que vivenciamos. Muitos problemas adicionais estão relacionados à redemocratização, às memórias e aos revisionismos. Por um lado, os próprios militares tinham muitos motivos para escrever uma história que preservasse seu passado de crimes de Lesa Humanidade. Por outro lado, parcela da historiografia parecia querer jogar fora o passado de resistência e de debates do marxismo e da revolução que necessariamente envolviam a história da luta armada. Esse foi um pano de fundo social para as dificuldades de produção de conhecimento nesse campo, e, o que é pior, ajudou a criar condições para parcela da sociedade se portar como defensora da Ditadura.

É nesse contexto que se torna urgente e necessário recuperar o conhecimento sobre o que foi a luta armada em suas distintas perspectivas de resistência. Junto com isso, é necessário falar das concepções de revolução nas quais muitos militantes acreditavam e pela qual deram suas vidas, por estranha que essa opção possa parecer aos olhos de um observador dos anos 2020.

É necessário descrever, o máximo possível, quais foram os atos reais dos movimentos de luta armada no Brasil. Para isso, lançamos mão de fontes disponíveis e diversos materiais bibliográficos. Evidentemente que essa narrativa não se pretende neutra. Esse debate tem sido parcialmente trazido por historiadores que se colocam, como este livro, em uma perspectiva de escrever a história da Ditadura “fora do eixo”, recuperando não apenas os conflitos e contradições presentes nas lutas dos anos 1960/70, mas seguindo o debate teórico sobre as formas de organização e resistência das esquerdas. Dizer que aqueles militantes eram aventureiros ou românticos não precisa estar em contradição com dizer que eles acreditavam que estavam construindo uma revolução. Indicar que eles obedeciam a organizações autoritárias não quer dizer que eles defendessem o autoritarismo. Há muitas contradições nas posições dos militantes. Alguns chegaram a incorporar o linguajar da época, assumindo-se como “desbundados” quando faziam críticas às organizações. O que não se pode é excluir a possibilidade de entender esse passado.

“Ousar lembrar”

AVPR se caracterizou por muitos conflitos e teve uma existência bastante longa considerando os grupos de luta armada existentes. De 1967 a 1974 encontramos registros de militantes que se identificam com o grupo, ou que reivindicam, na luta, seu legado. Não tiveram, como outros grupos, uma tentativa de reorganização, como o MR-8, nos anos 1980. Mas boa parte de seus membros seguiu vida política, seja legislativa ou Executiva, sobretudo nos anos 1990.

Militantes da VPR até os dias atuais seguem vínculos de amizade, embora tenham incorrido em posições de vida muito divergentes entre si. Alguns laços de militância permaneceram ao longo dos anos. Velhas divergências são amenizadas (mas nem todas) e as lembranças são produzidas de acordo com a subjetividade de cada indivíduo. Quando se encontram, produzem um relato que tende à reprodução de uma memória coletiva.

Em 2013 ocorreu em Aristóbulo del Valle (Argentina), um encontro de relembração de ex-militantes da VPR. O local escolhido não podia ser mais propício, uma base da VPR que se mantém intacta até os dias de hoje. É um sítio administrado por Roberto de Fortini.¹ Neste encontro, cada presente realizou a homenagem a um companheiro caído na luta. Neste momento todos os mortos (e desaparecidos) são tratados com o respeito histórico que lhes é devido.

Esse livro partiu do contato inicial com memórias esparsas desses militantes. Ao buscar aprofundar a análise, nos deparamos com insuficiente bibliografia de análise histórica. A investigação seguiu, trazendo bibliografia e documentos, muitas vezes oriundos da repressão, que nos auxiliam a problematizar o tema da luta armada e em especial da VPR.

Além de tratar da VPR, essa pesquisa buscou contribuir para uma grande questão histórica que até hoje segue em aberto, a Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, como ficou conhecida através da obra de Aluizio Palmar, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* que abre uma série de indagações de questões que até hoje seguem sem respostas².

O livro avança com muitos documentos inéditos trazidos à tona. Mas ainda assim, há lacunas que não conseguimos cobrir. Não tenho a pretensão de ter escrito um trabalho que esteja livre de conflitos, pois a

¹ Álbum de fotos deste livro.

² PALMAR publicou uma versão mais recente de seu livro pela editora Alameda (2019).

realidade se constrói em meio aos conflitos e contradições de classe, de raça, de gênero. Mais do que buscar apagar, é importante recuperar esses conflitos na narrativa histórica, desconstruindo as versões consolidadas por visões hegemônicas que carecem de dialética. A leitura deste livro mostrará que a VPR foi muito mais do que a reunião de militaristas com estudantes contra a Ditadura.

Capítulo I

PODE UMA VANGUARDA SER POPULAR?

Referências básicas sobre a VPR

A Vanguarda Popular Revolucionária – VPR foi uma organização de resistência à Ditadura que usava a luta armada como recurso. Seus objetivos estavam entre combater a ditadura e construir uma (“a”) revolução, seguindo distintas tradições da esquerda revolucionária. Ao longo deste livro buscaremos problematizar e trazer muitos elementos sobre essa agrupação, pois é o foco da pesquisa. Será inevitável relacioná-la com outros grupos em alguns momentos, pois as lutas de resistência acabavam se misturando na luta concreta.

A definição do *Dicionário Bio-Bibliográfico* do CPDOC, verbete assinado por Alzira Alves de Abreu propõe uma síntese. Rapidamente, com acesso a poucas fontes¹, indica que a VPR foi uma:

Organização político-militar criada em 1968 por dissidentes da Política Operária (Polop) e ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), em sua maioria estudantes e ex-militares. Seu objetivo era lutar contra o regime militar instalado no Brasil em abril de 1964, após a derrubada do governo constitucional de João Goulart. Seu principal líder foi o capitão Carlos Lamarca.²

Parte do grupo vinha do desfacelamento do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) e da tentativa de guerrilha ocorrida em Caparaó. Como resultado da junção entre campo e cidade, se somaria o “trabalho desenvolvido junto aos sindicatos operários paulistas durante a greve dos metalúrgicos de Osasco em 1968”. Portanto, origem nacionalista, viés de guerrilha, vínculo com movimento operário, são elementos que estariam no cerne de sua criação, que buscava “lutar contra o regime”. O

¹ A autora cita como fontes para o verbete: BORBA, M. Cabo; Em Tempo (16 a 22/8/79); Veja (22/9/71).

²<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/vanguardia-popular-revolucionaria-vpr>

verbetes explicita algumas ações militares importantes que foram promovidas pelo grupo:

A VPR desenvolveu ações militares, sendo que uma das mais espetaculares foi aquela em que o capitão do Exército Carlos Lamarca, em janeiro de 1969, passou para a clandestinidade levando 63 fuzis FAL e dez metralhadoras INA e munição do quartel do 4º Regimento de Infantaria, em Quintaúna, São Paulo. (Idem)

O verbete nos indica que a grande imprensa foi uma fonte única, por muito tempo legitimada pela historiografia, de forma insuficiente e acrítica. Também aqui se reproduz a tese de um viés fortemente militarista na VPR para alegar os conflitos:

A organização sofreu crises internas determinadas pela discordância quanto à orientação dada pelo setor militar da VPR. Este setor considerava as ações armadas como o principal método de luta, já que via como fundamental, na organização política das massas, os grupos de vanguarda. O setor intelectual era defensor de um trabalho inicial de conscientização lenta e gradual das massas e contrário à visão vanguardista. As divergências internas determinaram a fusão, em 1969, da VPR com o Comando de Libertação Nacional (Colina), quando o movimento passou a se denominar Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).³

A VAR-Palmares nasceu de uma soma de esforços, com um grupo mais amplo de ação, ainda fortemente urbano. Os conflitos entre ações de massas e formas de luta mais amplas seriam centrais nas divergências entre os grupos, que sobreviviam das expropriações urbanas para o levantamento de recursos para a luta. As prisões, torturas e delações demarcaram os conflitos. Ainda segundo o verbete,

Nessa segunda fase a organização destacou-se por suas ações armadas, como assaltos a bancos para a obtenção de recursos financeiros e participação no sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Hollenben. O sequestro foi realizado em junho de 1970 numa ação conjunta com a Ação de Libertação Nacional (ALN) e

³ ABREU, <https://atlas.fgv.br/verbete/6424>

o embaixador teve sua libertação trocada pela soltura de 40 presos políticos. (Idem)

Os sequestros marcariam um fator importante, a liberdade de militantes mediante o seu banimento do território nacional. A VPR teria entre seus membros vários que em vez de retomarem suas vidas de exílio iriam, a partir de distintas experiências fora do país, tentar retornar ao Brasil e seguir a luta aqui, ainda no início dos anos 1970.

O aperfeiçoamento das técnicas de repressão era uma realidade. O governo militar levava adiante uma máquina sanguinária que se apoiava em elementos de inteligência militar para dar cabo a todas as formas de resistência. Segundo Abreu, “por outro lado, o enfraquecimento desses grupos facilitou a infiltração de agentes policiais entre as organizações revolucionárias”. Seria pela figura de um grande traidor, um infiltrado no movimento que ficou conhecido em todas as organizações clandestinas como símbolo de traição, o Cabo Anselmo, que a VPR caminharia para seu fim.

Anselmo, que havia sido líder dos Marinheiros e Fuzileiros Navais que davam sustentação a João Goulart pré-golpe, teve uma vasta formação militante, chegando a receber treinamento em Cuba. Ali teria ocorrido o mais importante encontro, com os líderes da VPR: “Ele permaneceu em Cuba para receber treinamento de guerrilha e aí se ligou a Aluísio Palhano, ao ex-sargento Onofre Pinto (um dos dirigentes do MNR), a Edson Quaresma e Evaldo Luís Ferreira de Sousa. Alguns meses depois, Anselmo assumiu a direção regional da VPR em São Paulo.” Essa realidade, somada aos desgastes da luta, levaria ao fim da organização e à morte de muitos dos seus militantes. O quadro se completa com as imparáveis torturas às quais os militantes eram submetidos, e muitos deles davam sem querer informações que foram permitindo que a repressão tivesse um quadro muito completo de como a organização atuava, seus membros, a estrutura de ação.

Na coletânea de documentos organizada por Daniel Aarão Reis Filho se traça uma breve síntese sobre a VPR. Segundo ele, a organização “surgiu da fusão, em começos de 1968, de uma cisão em São Paulo da ORM-Polop com militantes da seção paulista do MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário, de inspiração brizolista”⁴. Algumas das

⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da Revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. SP, Expressão Popular,

principais ações elencadas por ele são, além do movimento estudantil e greves em Osasco, “ataques a bomba ao serviço de informações e propaganda dos Estados Unidos em São Paulo e o Quartel General do II Exército em São Paulo”. Além disso, eles ficaram muito visados pelo justicamento do major estadunidense Charles Chandler, em ação realizada juntamente com a ALN e a captura de armas e fuzis no quartel-Hospital de Cambuci (Idem).

A definição presente na obra *Brasil Nunca Mais*, publicada ainda em 1986, é fruto de um árduo trabalho político de reconstituição deste período da história brasileira. Neste importante relatório, que cita documentos que atualmente estão disponibilizados no projeto *Brasil Nunca Mais Digital*, encontramos informações mais apuradas sobre o envolvimento dos militantes da organização com a resistência à Ditadura. Segundo o BNM,

A linha política da VPR consistiu num meio termo entre as teses guevaristas da OLAS e as opiniões trazidas da POLOP, especialmente quanto à questão do ‘caráter socialista’ (e não ‘antiimperialista’) da luta revolucionária em que pretendiam se empenhar⁵.

Há, portanto, um viés de construção de um processo revolucionário, tema central da historiografia e da memória que se construiria sobre as formas de resistência à ditadura. O *Brasil Nunca Mais* traz o debate político, que nos faz pensar se se tratava de uma demarcação de posição contra as posições do PCB, e também da ALN de Carlos Marighella. Em que medida as armas devem ser submetidas à política? A luta armada pode prescindir da ação das massas? A clandestinidade é a melhor forma de lutar? Esses eram alguns dos problemas cruciais na prática revolucionária.

A mobilidade de alguns militantes seria uma marca forte entre VPR, VAR-Palmares, MR8 e outros grupos. Acima de tudo estaria uma fidelidade a alguns ideais e aos laços de companheirismo que garantem mais segurança. O BNM conclui que “quanto aos grupos que se lançaram à guerrilha urbana, verifica-se que a VPR foi abordada em 30 dos processos estudados, globalizando cerca de 500 cidadãos envolvidos como réus ou

2006, P. 283.

⁵ ARNS, D. Paulo. E. (org) BRASIL NUNCA MAIS, 14ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986. P. 104.

apenas indiciados nos inquéritos”⁶, dados referentes a São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Muitos desses documentos estarão presentes nesse livro. Sobretudo os seus “anexos”, que são os documentos das organizações, seus depoimentos em inquéritos, cópias de documentos em geral. Entretanto, não temos a pretensão de ter sintetizado tudo o que há disponível sobre a VPR nesse conjunto de fontes, e nem de analisar processos específicos, como faz, por exemplo, o belo trabalho de Wilma Maciel (2006) quando analisa processos que envolvem a VPR.

Certamente por ter acesso a esses documentos, a síntese no livro *Brasil Nunca Mais* é bastante abrangente. Entretanto, é preciso avançar, tentando compreender o que caracterizava e justificava a existência da VPR. Uma das formas de fazer isso é deslindando a vasta documentação que compõe os inquéritos que estão disponibilizados para consulta no banco de dados do BNMD, que será amplamente citado aqui. Inúmeros documentos dos grupos, depoimentos, até mesmo jornais e panfletos são documentos arrolados nos processos e disponíveis para a pesquisa. Nem todos tem boas condições de legibilidade, mas a ampla maioria sim.

Também são cruciais os documentos do Arquivo Nacional, que atualmente estão integralmente disponíveis no sistema de internet do Arquivo (SIAN). Ali foram reunidos documentos de distintos órgãos de repressão, além de documentos reunidos pela Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos. O portal mantido por Aluizio Palmar, *Documentos Revelados*, é um acervo imprescindível para se iniciar na pesquisa.

Como dissemos, os militantes se obrigavam muitas vezes a mudar de organização, na medida em que as mudanças iam sendo construídas, e esse é o caso do próprio Carlos Lamarca. Sempre tinham objetivo de ampliar o campo de ação, ou se reestruturar devido à repressão, formas da clandestinidade e prisões. A vida clandestina não era propriamente uma opção, em muitas situações era uma solução de vida ou morte. No caso da VPR houve uma indicação geral de manter quadros na clandestinidade. Isso gerou custos imensos, que não ocorreriam se os mesmos seguissem suas vidas legais. Além disso, há um impacto psicológico enorme na vida clandestina, como indicou a psicanalista Arantes:

[...] a partir da escolha da clandestinidade, se vê o militante mergulhado dentro de um intricado processo. A opção de viver

⁶ Idem, P. 106.

dentro do país à margem da legalidade imposta pelo regime militar, o coloca em um lugar de risco permanente. Ele deverá dar conta deste risco, deste desafio. Aceitou entrar no combate. Deverá buscar fora e dentro de si as possibilidades de enfrentamento da luta⁷.

Ou seja, não é, em nenhuma instância, uma fuga, e sim, uma forma de luta concreta contra um inimigo real, o terrorismo de Estado se faz presente nas mais simples ações.

No caso da VPR, as divisões fizeram parte de sua história, já que a própria VPR deixou de existir por alguns meses em 1969, uma vez que seus integrantes se juntaram ao COLINA para construir a VAR Palmares. E já no congresso de fusão houve um racha que configurou o que seria a “nova VPR”, que os militantes originais chamavam de “velha VPR”. Algo havia em parte importante desses militantes que os fazia seguir uma linha de ação, acreditar em uma organização, que faria as vezes de um partido, e seguir suas regras.

Marcelo Ridenti, em seu aprofundado estudo sobre a Revolução Brasileira, aponta a VPR como um exemplo típico de antiteoricismo, que segundo ele estaria presente também na ALN, uma espécie de reação ao PCB e à POLOP que teriam levado os mesmos ao “imobilismo político”. Para eles, a teoria deveria surgir na luta, “jamais em ‘discussões de gabinete’, supostamente descoladas da realidade”. Ele completa:

Como exemplo típico, a VPR quase não produziu documentos em seus dois primeiros anos de existência, quando se notabilizou por ser um dos grupos armados mais ativos. Só em princípio de 1970, quando a organização foi reconstituída como cisão da VAR-Palmares, é que a VPR publicou uma série de escritos do militante Jamil, que refletiam a posição teórica do grupo. Mesmo assim, a direção da VPR, que assina a Introdução aos textos, quase pede desculpas por apresentar uma teoria, esclarecendo que ela é fruto de quase dois anos de luta armada, jamais de discussões abstratas, desligadas da experiência revolucionária (p. XXI). No corpo do trabalho, Jamil ressalta que a prática armada se desenvolvera a tal ponto que não haveria o perigo de a teoria ser pretexto para a inação política, cabendo recuperar seu papel no processo revolucionário (1970, p.10-11)⁸

⁷ ARANTES, Maria Auxiliadora A C. *Pacto re-velado*. Psicanálise e clandestinidade política. SP, Escuta, 1994, p. 129.

⁸ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução brasileira*. 2ª ed. SP, EdUNESP, 2010, P. 42.

O documento de Jamil não é o único a buscar a discussão teórica da VPR. O período após a cisão com a VAR-Palmares marca as tensões internas, com a produção de uma série de documentos que, ainda que não estivessem discutindo a teoria da revolução, estavam colocando questões práticas da sua organização, tais como regras de segurança, formas de organização e defesa, entre outras.

Ridenti diz ainda que “os grupos guerrilheiros urbanos em geral, organizam-se, com algumas variantes, em setores de trabalho urbano de massas, de preparação da guerrilha rural e de ‘logística’, responsável, esta última, pelas principais ações armadas”⁹. Na prática essa divisão não funcionava muito bem, já que estavam submetidos a prisões e constante mobilidade forçada.

A organização da guerrilha rural, entretanto, não poderia ocorrer senão nas zonas rurais. Para isso eram deslocados militantes para reconhecimento de área, enviados para áreas de proteção, ou mesmo enviados a Cuba para treinamento. A busca por locais adequados foi constante na VPR, que chegou a ter sua própria área de treinamento no Brasil. Havia no grupo uma concepção particular, que assim como as outras ansiava a luta, mas que deu passos para além do eixo urbano Rio-São Paulo para sua realização. Mas isso não quer dizer que a VPR tivesse optado por um projeto de Guerrilha Rural nos moldes foquistas.

Experimentos de treinos militares foram realizados em território nacional pelo Primeiro MR-8, no Paraná¹⁰, e também por membros da VAR-Palmares que iniciaram a criação de um campo tático em Nova Aurora¹¹, também no Paraná. Em todas essas experiências, a relação entre a zona urbana e a zona rural não era, de nenhuma forma, resolvida, sempre se estabeleciam conflitos. As dúvidas entre foquismo e trabalho de massas permaneceriam e desmobilizariam lutas concretas. A VPR buscava uma leitura própria destes embates.

A VPR por sua vez construiu a experiência no Vale da Ribeira, em 1970, entre São Paulo e Rio de Janeiro; e também no Rio Grande do Sul, em Três Passos, em experimento que envolvia escoamento de produção

⁹ Idem.

¹⁰ HERLER, Thomaz. *Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969)*. 2015. 265 f. Dissertação (Mestrado em História), Unioeste, 2015.

¹¹ CAMPOS, Marcos Adriani Ferrari. *Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970*. 2014. 172f. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, 2014.

pesqueira com Santa Catarina. Mais tarde, em 1973, quando militantes foram mortos na Chacina da Chácara de São Bento estamos diante de uma disposição dos militantes de expandir a ação da VPR para o nordeste do país. Ainda que tenha sido uma armadilha friamente calculada por Fleury e executada por Cabo Anselmo, é importante ressaltar a presença de militantes que acreditavam que estavam dando passos avançados na revolução.

A Organização agregava grupos distintos, que se encontravam na luta. Surgiu umbilicalmente vinculada à classe trabalhadora, que se aproximou do grupo dos ex-militares e dedicaram sua vida à Revolução. Os estudantes e setores médios têm também papel indispensável na VPR. Por mais que existissem pequenos conflitos quanto suas origens de classe, nas ações, se unificavam. A VPR sempre foi extremamente ágil e bem organizada nas suas ações armadas, mesmo que tenham redundado em algumas perdas de vidas diretas durante as ações. Há casos de famílias inteiras que se jogaram de cabeça nesse projeto. Homens, mulheres e crianças envolvidos na causa em que acreditavam. Nas ações de sequestro várias crianças foram incluídas nas negociações de troca. Algumas delas deixaram seus relatos no livro *Infância Roubada*¹².

A opção por uma organização de vanguarda se relaciona com a dificuldade de ações massas ou mesmo de ampliação de formação da classe trabalhadora no contexto de ditadura. Esse dilema repassaria toda história do grupo. Consolidado em meio a lutas estudantis e greves operárias, as ações de massas deixariam de ser viáveis. A militância, de modo geral, era embalada pelo sonho guevarista na tradução de Regis Debray. Mas a VPR vai defender, após embates internos, que o cerco às cidades era o caminho, com colunas móveis armadas e bem treinadas, mas não fixadas em pontos de guerrilha rural. Portanto, seria a vanguarda que, por ações exemplares levariam ao amadurecimento da revolução junto à população. O “popular” vem também da sua constituição, grupos que se originam do e agem pelo “povo brasileiro”. Buscaremos nessa obra o longo caminho de debates teóricos e práticos, nacionais e internacionalistas, como deveria ser a revolução dos trabalhadores unidos.

¹² Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, *Infância Roubada*, 2014.

Capítulo II

AS ORIGENS DA VPR, POR ALGUNS DE SEUS MILITANTES

Neste capítulo vamos mostrar as versões que alguns dos militantes iniciais da VPR registraram sobre sua organização em seus livros biográficos e autobiográficos. Não é intenção aqui discutir os problemas historiográficos relativos à memória. Em seguida, buscaremos traçar um quadro mais amplo de uma linha cronológica que nos ajude a entender a história dessa organização, e algumas das questões que permearão a análise.

As vozes de alguns de seus militantes

“Quando se é revolucionário deve-se esconder tudo que o faça parecer um fraco”¹

As formas como as organizações aparecem na memória daqueles militantes que desejaram e alcançaram registrar suas lembranças produzem visões sobre o grupo, trazem alguns elementos e deixam de lado outros. Enfatizamos aqui textos produzidos posteriormente, não aqueles inseridos no calor dos acontecimentos. Desta forma, pretendemos visualizar minimamente a forma como a memória se cristaliza.

João Roberto Laque produziu a biografia de Pedro Lobo, um longo livro em que traz muitas histórias, com muitos detalhes, sobre vários momentos da VPR. Em 2010 ele produziu o livro em que narra a história de Lobo. Relata sua participação na fundação da VPR:

Disposto a ir pro pau de qualquer jeito, depois de decidir seu rompimento com a proposta pacifista do Partidão, Pedro Lobo trata de ir arregimentando gente disposta a um enfrentamento físico e imediato com o regime.

- Começamos a discutir com todos os companheiros que, como eu, tinham sido exonerados das Forças Armadas ou das policias militares estaduais. O objetivo era já a criação de uma nova organização de

¹ VIEIRA, Liszt. *A busca: memórias da resistência*. São Paulo, Hucitec, 2008, p. 46.

resistência armada. Mas, naquele momento, não se pensava em uma guerrilha rural, e sim, urbana.²

Portanto, há um forte viés militar e nacionalista nesse grupo que inicia a organização de uma vanguarda para a revolução. Ele data do dia 15/7/1967 uma reunião ocorrida na casa de Dulce Maria:

Ali estão seu compadre, o ex-sargento do Exército, Onofre Pinto, o sargento do Exército, José Araújo da Nóbrega, vários ex-marinheiros punidos em abril de 64.

Foi nessa reunião que nós anunciamos o rompimento com Leonel Brizola e decidimos fundar nosso próprio movimento.³

A ruptura com Brizola teria se dado pela falta de apoio ao movimento que tentara organizar uma guerrilha em Caparaó. Sabemos que já em 1965 houvera uma tentativa de levante contra o governo militar e os seus protagonistas se sentiram também abandonados por Brizola, no que se constituiu a chamada Operação Três Passos⁴. Apesar de ter sido o grande líder do movimento da Legalidade em 1961 e de haver organizado os Grupos dos Onze nos anos que sucederam ao golpe e pregavam a resistência armada, a opção de Brizola na resistência após o Golpe ainda requer mais estudos.

A relação da VPR com Brizola e seu legado histórico nunca foi rompida por completo ou abandonada. Inclusive alguns membros da VPR na clandestinidade foram ao seu encontro dentro de um suposto esquema de retorno de luta armada no Brasil. Naquele 1967 a organização requeria um trabalho de dedicação e investimentos, ainda segundo Pedro Lobo:

Provisoriamente, o grupo se chamará Organização. E, mesmo sem qualquer apoio financeiro externo, a trupe revolucionária se estrutura rapidamente.

- Conforme o pessoal foi engrossando as nossas fileiras, passamos a montar os aparelhos. O dinheiro se conseguia com os que estavam

² LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos*. Os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano. São Paulo, AVA, 2013, P. 141.

³ Idem.

⁴ RIPPEL, Leomar. *Operação Três Passos (1965): movimento de insurreição e resistência contra a ditadura militar brasileira*. 2020. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

na legalidade e ainda trabalhavam normalmente. Só algumas armas – incluindo os fuzis M-2 – vieram diretamente de Cuba.⁵

Além disso, relata que conseguiram uma área para treinar tiros em Cotia, no interior de São Paulo. Com uma “estrutura rígida e extremamente disciplinada”, a origem militar seria ampliada com a experiência de brizolistas que voltavam de Cuba em seus treinamentos. Os militantes seriam cuidadosamente selecionados para compor o quadro que se buscava. Segundo ele, a estrutura interna

Obedece a um modelo hierarquizado herdado dos partidos comunistas. Na base da pirâmide ficam os simpatizantes, aqueles que concordam com a linha de atuação da sigla, mas não mantem um contato mais estreito com ela. Ali também está o apoio, militante que contribui com algum dinheiro, cede locais para esconderijo, consegue documentos falsos ou cuida de ajudar o transporte de pessoas ou coisas.

O meio do triângulo é ocupado por quadros, guerrilheiros que, de arma em punho, se dedicam ao enfrentamento direto com os militares e as polícias políticas estaduais. No topo se instala a direção, pessoas que, por sua formação, qualidades pessoais ou história dentro das esquerdas, se qualificam ao comando.⁶

O relato de Diógenes Oliveira, realizado em um livro biográfico não difere muito deste de Pedro Lobo. Ele é um dos militantes que procurou Brizola no Uruguai, como ponto de referência para a sequência da luta:

Nós fazíamos parte de um grupo de combate da VPR, o comando ficava em São Paulo. Nós já éramos uma organização, mas não tínhamos nome ainda, e a seguir, nos reunimos e fizemos um manifesto. Essa reunião foi, em primeiro lugar, uma reunião de enterro do MNR, que estava morto, mas ainda era um cadáver insepulto. Com o abandono da luta armada pelo Brizola, havia necessidade de reaglutinar os diversos grupos dispersos no antigo MNR e os grupos operários que existiam ou estavam se criando em São Paulo. Uma das nossas preocupações era não ser vistos como um grupo só de militares, ex-sargentos e ex-marinheiros. Em determinado momento houve a reunião de fundação; o Onofre Pinto,

⁵ LAQUE, p. 141.

⁶ Idem, p. 144.

o José Nóbrega, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva (Roberto Gordo), o Pedro Lobo, eu, vários outros companheiros. (...) não fomos dissidência do PC. A VPR não era uma organização comunista, nunca foi. Havia comunistas lá, eu, por exemplo, mas a organização nunca foi comunista. Nós éramos herdeiros do MNR – nosso DNA era o Rio Grande do Sul, a Legalidade, o Brizola, os sargentos e marinheiros – estes tiveram uma importância fundamental.⁷

Esses elementos elencados por Diógenes não são compartilhados por todos da mesma forma. Mas demarcam uma posição importante, a daqueles que se identificavam com Brizola, e esses elementos reapareceriam em outros momentos. Vários dos problemas teóricos que provinham das visões políticas desses distintos sujeitos demarcariam os conflitos internos que vivenciariam mais adiante. Diógenes lembra que antes de ir receber treinamento em Cuba, pelo MNR: “tive uma longa conversa com o Brizola. Recomendações sobre como se comportar, estas coisas. O Brizola era o comandante em chefe da organização e tínhamos um enorme respeito por ele”⁸. Ele traz dados sobre como foi esse treinamento, “muita ênfase na montanha”, que permitiram que ele se tornasse “um especialista em explosivos”⁹. Quando voltou do treinamento, foi como pode para o Uruguai encontrar Brizola, mas não foi recebido, era um sinal de como o caudilho trataria a luta depois dos episódios fracassados de Caparaó e Três Passos. Assim, Diógenes voltou com seu companheiro Claudio Souza Ribeiro a São Paulo, e juntos dariam outra forma à luta, embora Claudio fosse se manter, por pouco tempo.

Afinal, como se relacionaria um treinamento militar de cunho foquista com um grupo que propunha ação de massas? Como interagir com um forte movimento que fazia a resistência e que tinha como base o movimento estudantil? Como se relacionar com as teses do popular Carlos Marighella, que afinal era ainda identificado com o Partido Comunista? Quem seriam seus líderes? O debate teórico seria acirrado dentro da VPR, como veremos a seguir.

Nas memórias registradas por Maria do Carmo Brito, também em um livro biográfico escrito por uma jornalista, encontramos um dos poucos livros de mulheres que lutaram na VPR. Advinda do Colina, Maria do Carmo

⁷ FUKUDA, Hatsu. *Diógenes, o guerrilheiro. Ousar lutar, ousar vencer!* Porto Alegre, Evangraf, 2014, P. 75.

⁸ Idem, p. 63.

⁹ Idem, p. 65.

fez parte do grupo que racharia no Congresso formando a “nova VPR”. Na sua lembrança, enquanto a VAR-Palmares “era a favor de uma atividade a ser desenvolvida a mais longo prazo, com infiltrações nos sindicatos e voltada basicamente para a luta nos grandes centros urbanos, onde estava o operariado nacional”, de outro lado, a VPR “queria partir para a luta política urbana e rural, apoiando as reivindicações populares com a luta armada”¹⁰, esse era o dilema que teria levado à divisão entre eles. Nesse embate Maria deixaria o Colina e iria para a VPR, onde seria uma de suas dirigentes.

No relato que José Espinosa produziu no livro de Marcelo Ridenti, ele busca esclarecer as razões da escolha da VPR. Ali ele partia do pressuposto da necessidade de radicalizar a ação, embora não houvesse clareza:

Aliás, a própria VPR não tinha uma visão clara; uma das razões pelas quais a VPR nos ganhou é que ela também não tinha uma política para o movimento operário, enquanto outras organizações tinham essa política, que nós considerávamos estreita, incapaz de acionar a classe operária – era o caso da AP, do que havia sobrado da POLOP, que viria a dar no POC. Já a VPR estava com a luta armada, com Fidel e a Revolução Cubana. Não tinha uma orientação burocrática de cima para baixo, dizendo como é que era a saída possível para desencadear a luta armada. Poderia ter sido também a ALN, mas considerávamos a VPR mais séria [...]

Algumas organizações chegaram a travestir estudantes de operários, todas mandaram três, quatro quadros para fazer ligações. É claro que tínhamos contato com todas elas, que queriam nos ‘ganhar’. No caso da VPR – que ainda não tinha esse nome, recebido só no final de 1968 – a organização mandou dois caras que, diferentemente dos outros, não vieram para nos catequizar. Eles se juntaram aos trabalhadores todos que nós tínhamos, aceitavam aquilo que a gente fazia e se juntavam conosco em cima disso – não vinham apenas buscar quadros, nem impor uma visão.¹¹

Ou seja, a política para as massas era um grande definidor da aproximação de militantes. E buscavam ações de aproximação com a classe

¹⁰ VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória*. A história de Lia, Maria do Carmo Brito. RJ, SP, Record, 2003, P. 54.

¹¹ Espinosa citado por: Ridenti, 2010. p. 183.

trabalhadora, pois o proletariado seria o sujeito da revolução, na acepção clássica do marxismo disponível. Esse dilema seguiria até o final.

O relato de José Ibrahim foi produzido sobre as atividades de Osasco, publicado no livro de Antonio Caso, ainda em 1976, que buscava ser um incentivo à luta daqueles que estavam fora do Brasil, especialmente no contexto da Revolução dos Cravos em Portugal. Nesse livro as expectativas mostradas não correspondiam à realidade brasileira, mas o registro faz parte de sua tarefa de militante exilado na Europa. Ele se apresenta como dirigente operário e analisa o contexto das lutas e acúmulo de forças que levaram às greves de Osasco, nas quais ele e Zequinha tiveram papel relevante. Relata que para ele, a negação das políticas do PCB e a criação de estratégias de conselhos de fábrica que através de assembleias decidiam sobre a luta iam, sistematicamente, deslegitimando a diretoria pelega do sindicato.

Ibrahim nos mostra um pouco da base inicial da VPR. Ele próprio começou sua formação com o PCB, “lendo alguma coisa de Lenin”. Como trabalhador, diante de uma direção sindical reformista, optou pelo trabalho de fábrica, com um “comitê sindical clandestino”. Pequenas ações, como cinco minutos de paralização na hora do enterro de um companheiro eram seguidas de grandes ações que viriam ser construídas na sequência, gerando inclusive um duplo poder no movimento, suas ações de agitação começavam relacionadas a problemas de higiene, sanitários e congelamento salarial. Um dos recursos que usavam eram as operações tartaruga, quando conscientemente os trabalhadores passavam a “produzir pouco e com má qualidade”.¹² O programa, compartilhado com “os cristãos e uma fração do PCB”, era, em síntese: “organizar comitês sindicais em todas as fábricas, realizar uma campanha massiva de sindicalização, preparar e organizar os trabalhadores para a luta contra o congelamento dos salários, considerar a greve como uma forma de luta, etc”.¹³ O mais interessante, na sua análise, é a visualização de que estavam produzindo um “programa de esquerda que a massa aceitou porque ia de [ao] encontro com seus interesses”. Eram questões corporativas mas que transcendiam em algumas medidas e iam abrindo espaço para o trabalho político de mais longo alcance, e isso se passava pelos idos de 1967, quando ele acabaria indo para a presidência do sindicato.

¹² CASO, Antonio. (org) *A esquerda armada no Brasil. 1967-1971*. Lisboa, Moraes, 1976, p. 53.

¹³ Idem, p. 55.

Portanto, naquele 1968, ano de consolidação da VPR, as opções que estavam colocadas eram mais amplas. Se acreditava na possibilidade de um partido revolucionário, que iria, como partido político, atuar na preparação das massas para a tomada de poder. Mas esse era um quadro que não se confirma, pois a repressão seria feroz contra as lutas da classe trabalhadora, e partir dali, os líderes da greve partem para a clandestinidade.

Estes eram alguns dos militantes dos primórdios da VPR. Atuando predominantemente em São Paulo, o grupo sofreria muitas quedas no início de 1969. A aproximação com antigos militantes da Polop, agora no Colina, ampliaria seu leque de ações e sua atuação geográfica.

Outros militantes aparecerão ao longo do livro comentando sobre aquele início. Gostaríamos de poder acrescentar aqui a visão de Onofre Pinto, de quem há pouco registros. Sobre esses primórdios ele é lembrado como um grande articulador. Desconhecemos a existência de textos ou entrevistas deixados por ele. Sua fala aparece em depoimento que ele prestou quando preso, em 1969, mas sabemos como essas falas são mediadas. Seu papel foi central nos últimos atos da VPR, o Massacre da Chácara de São Bento e a Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, quando a VPR finalmente desaparece. Sequer seus restos mortais foram localizados. Voltaria à história apenas na memória.

Recompondo algumas das controvérsias iniciais

Como vamos percebendo, a VPR começou a existir pela reunião de militantes que além de defenderem a revolução, tinham mais pontos em comum sobre a forma da luta. Esse primeiro grupo vinha parcialmente da ruptura com a Polop, da afinidade com o MNR e conseguem somar alguns sindicalistas. Tem uma cara inicial bastante identificada com os militares, “o grupo dos ex-sargentos”. Esse elemento se misturaria, futuramente, com o papel que o capitão Carlos Lamarca teria no grupo depois de sua entrada. Ou seja, a VPR reforçaria a aparência “pública” militarizada com ele, ainda que Lamarca tenha sido um defensor do debate sobre a teoria revolucionária.

A herança da esquerda comunista trazia a experiência revolucionária como o horizonte na VPR. A realidade acirrava o dilema das esquerdas: resistir a uma ditadura ou construir um projeto revolucionário? De fato, a questão era anterior. A Polop já se colocava diante dele,

indicando o problema do nacionalismo como nodal, na medida em que havia sido também o elo de ligação entre comunistas e populistas. Por outro lado, “o compromisso do PCB com a via pacífica estava em estreita sintonia com a atualização feita no partido, no final dos anos 50, da teoria da revolução brasileira como revolução burguesa, antifeudal e anti-imperialista”¹⁴.

Já a Polop realizava a discussão sobre as possibilidades da luta armada, apresentando reservas à simples aplicação do modelo foquista no Brasil, até mesmo pelas diferenças históricas entre Cuba e Brasil. Esse debate parecia incomodar militantes que queriam “logo partir para a ação”, e foi o que levou o grupo que fundaria a VPR a romper, no IV Congresso da Polop, em setembro de 1967. Da mesma forma, os dissidentes que iriam para Colina, foram construir outras formas de luta. Ao longo do pouco período de vida ativa da luta armada esses militantes teriam muitos encontros de colaboração, companheirismo e também conflitos. Tática e estratégia não estavam claramente definidas.

Alguns militantes voltariam a se aproximar, especialmente na formação da VAR-Palmares quando novamente as diferenças de posição dos grupos definiriam seus caminhos. Ação de massas e foquismo foram os dilemas marcantes das possibilidades das organizações de resistência. Gorender apresenta o grupo que se reordenaria como “Ó-Pontinho” aquele em torno de Onofre Pinto, e que teria realizado “algumas façanhas sensacionais”:

Após a subtração de grande quantidade de dinamite da Pedreira Cajamar, um comando invadiu, a 22/6/1968 o corpo da guarda do Hospital Militar, no Cambuci. O comando, do qual faziam parte Pedro Lobo de Oliveira (ex-sargento da Força Pública de SP), o ex-marinheiro Otacilio Pereira da Silva e José Ronaldo Tavares – saiu do hospital com onze FAL, armamento padrão da OTAN, de fabricação belga.¹⁵

Na sequência, desafiados pelo diretor do hospital, general Carvalho de Lisboa, os militantes tentam um assalto ao Quartel do II Exército, o que resultaria na morte de Mario Kozel Filho, soldado que estava de guarda. Os militantes haviam soltado o automóvel com os explosivos para que andasse

¹⁴ COELHO, Eurelino. A POLOP e a crítica das armas (1962-1967). *Revista História & luta de classes*. Ano 15, ed. 29, março 2020.

¹⁵ Idem, p. 143.

sozinho, a partir de um engenho mecânico. Colocaram um cartaz para que ninguém se aproximasse, o que foi ignorado pelo soldado, que talvez tarde demais tenha se dado conta da situação. Acabou sendo morto na explosão, no dia 26/6/1968.

Entre as ações mais conhecidas está o atentado que cometeram contra o capitão Charles Chandler em 12/10/1968, que foi uma morte de caráter terrorista, de caráter político, sem um objetivo militar claro. Esse seria um ato por muito tempo usado como efeito de propaganda e contrapropaganda revolucionária.

Também é marcante desta primeira fase o assalto à Loja Diana, onde lograram a “aquisição de vultuoso estoque de armas”. A partir daí, se colocaria um conflito, alguns apontariam a necessidade de um recuo:

A VPR enfrentava sua primeira dissensão interna. Membro da Coordenadoria Geral, o professor universitário João Quartim de Moraes propôs o recuo momentâneo das ações armadas. Argumentou que elas tinham sido bem assimiladas enquanto levadas a efeito na crista do movimento de massas, ao passo que o evidente refluxo das lutas operárias e estudantis deixaria novas ações armadas a descoberto, desprovidas de amparo político. A proposta conflitava com o militarismo extremo da VPR, cuja direção justamente naquele momento preparava a execução do mais audacioso de seus planos.¹⁶

Voltaremos a esse tema. Um fato fundamental foi a entrada de Carlos Lamarca na organização, sobretudo porque foi o acirramento dos conflitos de posições, e traria mudanças para os próximos dois anos de ação. O mais conhecido feito dos membros da VPR, comandados por Lamarca, (realizado enquanto parte da Var-Palmares) foi a expropriação do cofre do ex-governador Ademar de Barros. Por volta de U\$ 2,5 milhões provindos de corrupção foram apropriados pelo grupo, o que implicaria em mudanças na trajetória. Em conjunto, com trabalho de inteligência e reagindo a imprevistos, as organizações eram capazes de grandes ações que requeriam planejamento e cuidados na execução.

Entretanto, esse foi um ato que inspirou a fúria da repressão. Não só pelo deslance da ação bem sucedida, mas pelo botim de guerra que se anunciava. Como fatos de grande repercussão haveria os sequestros de diplomatas, dos quais a VPR foi um agente central, como veremos adiante.

¹⁶ GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo, Ática, 1998, p. 143.

A partir dali, sem planejamento de longo prazo e possibilidade de cruzar informações e ações, muita coisa daria errado. A própria VPR sairia da VAR-Palmares. No Brasil, o grupo deixa de existir em 1973, com o desmantelamento do “grupo de Recife” a partir da traição do Cabo Anselmo. Mesmo que já tivesse sido oficialmente extinta em 1971, a VPR seguia existindo para os militantes, especialmente fora do país. Estavam inicialmente em Santiago, posteriormente na Argentina e para alguns, no trânsito entre esses países e o Uruguai. Essas conexões ajudam a entender inclusive o debacle em Recife, pois é uma ampla área coberta também pela repressão.

Na documentação da repressão, via de regra, os militantes eram caracterizados como comunistas, subversivos, terroristas, etc. Muitas vezes a grande imprensa simplesmente reverberou isto, sem qualquer senso crítico. Não há dúvidas de que os militantes acreditavam fazer a revolução brasileira. Para além de seu desejo, eles e elas deram passos fulcrais naquele momento histórico para resistir às tiranias da ditadura no Brasil. Poderia uma revolução emergir de um processo de resistência, em plena ditadura? Até um dado momento, acreditavam que sim.

Breve linha do tempo

Muitas vezes todos esses acontecimentos são distorcidos, tanto nos relatos como nos depoimentos à repressão que constam na documentação, como na própria lembrança de militantes, que conheciam apenas parte das ações. Todos esses elementos carecem de problematização que buscaremos fazer ao longo deste livro.

Dissidência da Polop, e de parte do MNR que fracassara no intento de realizar a Guerrilha de Caparaó, a VPR foi criada em 1967, oficializada em 1968. Teve uma atuação muito presente nas Greves de Contagem e Osasco, em 1968, quando acreditavam na possibilidade de atuação junto às massas e à classe trabalhadora, havendo uma tendência para uma ação de cunho partidário. O ano de 1969 foi marcado por muitas ações urbanas, visando a sobrevivência. O assalto ao Cofre de Ademar permitiria uma fluidez nas ações, pois deixariam de apenas manter a organização, mas poderia levar recursos para a ação rural, onde buscariam construir a ação revolucionária na forma de guerrilha rural.

Neste mesmo ano, um Congresso leva à fusão com o Colina, criando a VAR-Palmares. Já no Congresso que consolidaria essa nova

organização, ocorre um racha que retoma a sigla VPR e segue rumo próprio. Aprofundam ações armadas, realizam a busca de lugares no campo. A repressão apertada e muitas prisões são feitas. No início de 1970, com nova configuração, a VPR está ativa em sua própria área de treinamento, no Vale da Ribeira.

Também neste ano se envolve profundamente nas ações de sequestro de diplomatas, que tiveram como fim a liberdade de militantes que estavam sofrendo nas mãos da repressão. Mas, os sequestros carregavam contradições. Embora pudessem ser usados como propaganda armada, a urgência da sobrevivência se sobrepunha. Além disso, o Comando acreditava que como contrapartida os militantes se reorganizariam no exterior e voltariam para seguir a revolução no Brasil.

O ano de 1970 termina com o sequestro do Embaixador Suíço, que seria em si um marco nas lutas. Carlos Lamarca buscava a formação de uma Frente (FLN-Frente de Libertação Nacional - MR-8, ALN, MRT). Conflitos fazem Lamarca sair da VPR. As quedas de militantes foram decisivas para que a VPR se estruturasse e fosse autodeclarada dissoluta. Entretanto, militantes que ainda estavam em Cuba, ou no Chile, tinham dificuldade de aceitar essa diretriz, já que haviam ficado responsáveis de se preparar para voltar ao Brasil. Não percebem a voracidade da repressão no Brasil, que consegue organizar chamarizes para os militantes que estavam fora (incluindo-se aí 3 estrangeiros). Dois massacres são realizados, um em Recife (1973) e outro no Parque Nacional do Iguaçu, em julho de 1974 (nunca foram encontrados os corpos que comprovem cabalmente essa chacina).

Os dilemas de colocar em prática uma ação revolucionária no seio de uma ditadura eram profundos. Os exemplos cubano e vietnamita traziam a impressão de que seria possível derrubar a ditadura com uma guerrilha, mas isso nunca esteve nem perto de se tornar um programa real no Brasil. No próximo capítulo buscamos explicitar mais como isso aparecia no debate sobre a Revolução.

Capítulo III

AS FORMAS DE LUTA E DA REVOLUÇÃO

A história da luta armada não pode deixar de problematizar o fato de que no Brasil ela se desenvolveu em meio a uma ferrenha Ditadura. Portanto, o debate que se fazia sobre Revolução é engolido pela necessidade da resistência armada. Para aqueles que tinham origens militares, a guerra contra a ditadura seria uma “guerra revolucionária”. A tese da “guerra de guerrilhas” parecia, à primeira vista, se encaixar nesse âmbito. A realidade seria bem complicada. As distintas influências que sofriam naquele momento histórico eram decisivas para não se tratar de uma única posição. Os debates anteriores ao Golpes de 1964 seriam atualizados, diante da realidade, sem, contudo, conseguir modificá-la.

Não era apenas um debate sobre a relevância da violência revolucionária, mas de coexistir dentro de uma realidade em que oprimidos se levantavam contra a opressão colonial e imperialista mundo afora. Exemplos recentes de levantes populares internacionais não faltavam. A experiência de Cuba; os animadores resultados da Ofensiva do Tet e a resistência no Vietnã; os processos de independência africanos e asiáticos de modo geral; o legado revolucionário soviético; a revolução chinesa; o maio de 68; são alguns dos fatores que impediam de haver uma única opção. Ho Chi Min, Mao e Che apontariam caminhos que se mesclavam nas realidades locais.

Sem querer esgotar o tema, o que buscarei é cruzar as discussões teóricas na VPR com o momento histórico que estavam sendo produzidos seus documentos sobre a Revolução. Nos capítulos seguintes, os embates se colocam diante da teoria, nas lutas analisadas os conflitos e contradições aparecerão. O historiador Fabio Chagas discute a historiografia que acusam a revolução brasileira de mimetismo. Ele pontua que

De fins dos anos 1940 até fins dos anos 60, o mundo vivera sob o signo da revolução, em que guerras de libertação, manifestações libertárias e contestações à ordem e às instituições vigentes espalharam-se pelo planeta. No ar das cidades e dos campos, a fragrância de pólvora arrebatava corações e mentes. E não se esfumou assim tão rápido. Apenas o ano de 1968 comportou a

ofensiva vietnamita do Tet, a luta dos Panteras Negras nos EUA, o maio francês, guerrilhas na América Latina, Ásia e África, e centenas de mobilizações estudantis e operárias pelo mundo.¹

Com certeza esse “espírito” rondava as mentes de esquerda. Mas de que forma?

A esquerda revolucionária

O desejo de resistência à ditadura mobilizou militantes, e a situação de ação clandestina ajudou a criar condições para o desenvolvimento de grupos de ação armada: a incapacidade de análise do contexto; a impossibilidade de extravasamento político; o desafio de trabalho de base junto aos estudantes e à classe trabalhadora; a crença de que os grupos seriam espaço de liberdade, são alguns desses elementos.

Os estudantes e trabalhadores que mesmo no contexto de ditadura aceitavam ouvir e participar de reuniões eram, de imediato, potenciais “guerrilheiros” naquele contexto. O aventureirismo, romantismo e o que mais se pense como características da juventude estavam sim presentes. Ou se poderia pensar a construção de uma revolução sem os desejos e sonhos humanos?

Dois campos de debate se colocavam, não de forma estanque: o Socialismo; e a Guerra Revolucionária, que se mescla com a guerra de guerrilhas. Era preciso atualizar a “revolução brasileira” nesse momento de ditadura. Esse debate permeia a história da VPR.

Revolução brasileira e guerra revolucionária são categorias que remetem a campos distintos. Problema de estratégia e tática. A tese da guerrilha suplanta o debate estratégico da revolução? Interpretações sobre as experiências concretas se colocavam.

O debate sobre a revolução não nasceu com a luta contra a ditadura. Distintos teóricos, de distintas origens políticas se debruçavam sobre o tema ao longo do século XX. No âmbito comunista talvez o maior entrave ao debate tenha sido a teoria do etapismo, que fazia com que muitas análises reproduzissem o equívoco de ver o Brasil agrário como um país prenhe de resquícios feudais. Desta forma, o debate sobre a

¹ CHAGAS, Fábio Gonçalves. *A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil*. Franca, 2000. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual Paulista.

construção do socialismo esbarrava de distintas formas no desenvolvimento das forças produtivas e em aliança com as burguesias nacionais, como mostra o estudo de Pericás na introdução da obra que trilha os caminhos da revolução brasileira. É um longo percurso até a inclusão da pauta da “guerra de guerrilha no campo”, a partir das “provas concretas” deste modelo que viriam do exemplo cubano².

O historiador Mario Maestri também se dedicou ao tema da revolução e nos propõe uma leitura absolutamente crítica ao modelo concreto advindo daquela realidade de Cuba que, segundo ele, foi distorcida na própria memória oficial do país antes mesmo de jogar à América Latina a responsabilidade de ampliar a revolução no continente. A ideia construída de que o assalto ao poder fora um raio em céu azul, e que um pequeno grupo foi capaz de impor as condições subjetivas da revolução é algo de grande relevância para as leituras que os jovens revolucionários fariam a partir do modelo guevarista. Deste ponto de vista,

O foquismo tinha como quase único e miserável axioma a proposta da desnecessidade e improcedência da difícil organização unitária dos trabalhadores da cidade e campo, superada pela implantação de uma zona ‘relativamente pouco povoada’ de grupo guerrilheiro.³

Este modelo se aproveitaria ao mesmo tempo da “radicalização mundial da luta de classes” com uma experiência “profundamente antioperária”, como o autor caracteriza o caso cubano, e que no Brasil encontraria eco na “limitada organização-tradição revolucionária dos trabalhadores, o voluntarismo fidel-guevarista interpretava os anseios de ação política e social protagonica dos segmentos médios, sobretudo jovens”.⁴ Como consequência, fatos nodais como a própria morte de Che Guevara em contexto de ampliação das guerrilhas na Bolívia foram ignorados pelos militantes que estavam na luta armada no Brasil. Ao contrário, sua morte se tornou motivo de vingança revolucionária, não de crítica da aplicabilidade do método. O foquismo como alternativa se mostrava extremamente restrito em possibilidades, embora fosse a grande novidade do contexto pós OLAS, a Organização Latino-americana pela

² PERICÁS, L. B. (org) *Caminhos da revolução Brasileira*. SP, Boitempo, 2019, p. 46 e segs.

³ MAESTRI, Mario. *Revolução e contrarrevolução no Brasil*. Porto Alegre, FCM, Coyoacan, 2019, p. 201.

⁴ Idem p. 206.

Solidariedade ocorrida em Cuba, em 1967. Seu lema seria decisivo para a militância: “o dever do revolucionário é fazer a revolução”.

Esses elementos são importantes para entendermos porque mesmo diante da falência quase completa da experiência revolucionária alguns militantes de alta relevância seguiriam no Brasil, mesmo intuindo que a morte os alcançaria. Ou seja, não basta diagnosticar que estavam errados, mas apontar as contradições do momento histórico de organizações que não tinham um “botão de emergência” que as fizessem entender o momento do recuo como algo necessário, não um desbunde ou traição à luta.

O debate se travou na VPR, sendo que a opção “militarista” acaba prevalecendo, com uma concepção teórica que, sendo revolucionária, tem que abandonar o debate estratégico.

A discussão na VPR

A forma como a discussão se deu colocava “militaristas x massistas”⁵. Os primeiros, de origem militar, reúnem operários e sindicalistas, situam-se em torno de Onofre Pinto. Por esse vínculo entraria Lamarca na VPR. Os segundos, de origem intelectual, professores e estudantes, se colocam em nome do marxismo-leninismo e buscam pontuar a necessidade de ação de massas, formação e infiltração operária. São os nomes em torno de Quartim de Moraes, e depois de sua expulsão, da exigua reunião da VAR-Palmares.

Os primeiros impõem uma ação de vanguarda e buscarão, após momentos de embates em 1969, uma teoria da revolução (as Teses de Jamil), mas na prática, reterão a leitura tática realizada por Lamarca, explicitado na experiência do Vale da Ribeira e Pesqueira.

Os “militaristas” imporiam uma posição de vanguarda. Eles abarcam uma base de apoio provinda da classe trabalhadora, sejam os metalúrgicos de Osasco, sejam distintos outros trabalhadores e sindicalistas, sobretudo de São Paulo. Eles fecham em torno da necessidade de ações, e menos discussões. Não veem como possível ampliar a formação política da classe trabalhadora naquele contexto. Essa questão perpassa todo o período de existência do grupo, e se acirra no momento da criação da VAR-Palmares.

⁵ Assim foi caracterizado na historiografia. Ver CHAGAS, op. Cit. e PEZZONIA (2004).

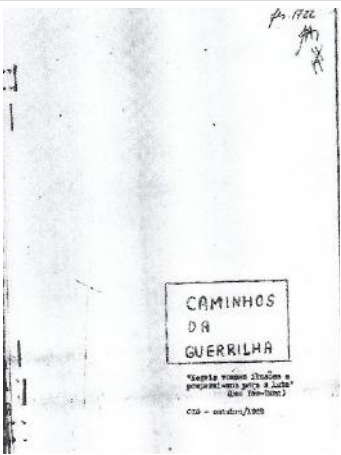
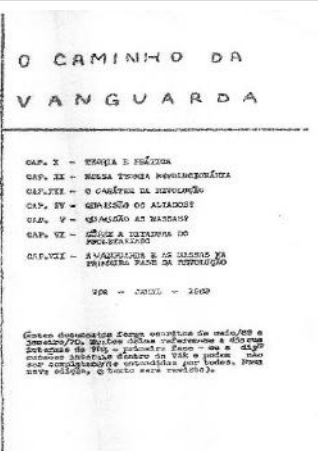
A posição de Dowbor (Jamil) aparece como dominante, a partir de 1969, e sua tese seria lida e reinterpretada pelos militantes. Buscaremos mostrar como isso ocorre. Entretanto, seu texto se trata de uma leitura daquela que seria a “primeira fase da revolução”, alertando para os limites do foquismo e defendendo o cerco das cidades pelo campo, em colunas móveis, não avança sobre estratégia. Seria possível pensar naquele momento da tática suplantando a estratégia. Por outro lado, a posição de Quartim previa um prévio amadurecimento de condições de luta, mais preparação e menos ações armadas. Ele e seu grupo acaba expulso da VPR, ele produziria posteriormente importantes reflexões sobre a temática.

Podemos indicar que antes da entrada de Lamarca, provavelmente sob influência de Onofre Pinto, a VPR realizava mais ações de propaganda, usando métodos de terrorismo urbano, como no caso do assassinato de Charles Chandler, em outubro de 1968. Após as greves de 1968, o endurecimento da ditadura, e a entrada de Lamarca, há várias tentativas de realizar uma discussão mais política das ações, mas sempre limitadas pelas condições concretas.

É conhecido na literatura o texto de Jamil, *Os Caminhos da vanguarda*, de 1969. Nesse mesmo momento Carlos Lamarca produziu um documento aparentemente técnico chamado *Caminhos da Guerrilha*, o qual assina como CID, que era o codinome que usava quando dialogava com militares. É um texto de 13 páginas, datilografado, em formato livreto, idêntico ao texto de Jamil.⁶ Defendo aqui que elementos estratégicos que apareciam no texto de Jamil não são incorporados pela organização⁷. Ele ressalta a posição anti-debraysta, mas na prática, faltou o momento da crítica coletiva.

⁶ Encontrei também uma versão em espanhol, de 1971, provavelmente quando ele já estava no MR8. *Caminos de la Guerrilha*. Datilografado, 13 páginas, Carlos Lamarca, 5/6/1971. Também há uma versão em francês, de 1971. Indica um outro momento em que Lamarca ainda esperava influenciar no debate da revolução.

⁷ Muitos deles seriam incorporados na vasta e consistente produção teórica individual de Ladislau Dowbor como economista, após sua saída do país e retorno pós-ditadura.

 <p>CAMINHOS DA GUERRILHA</p> <p>"Nestas novas situações e perspectivas para a luta" dos brasileiros</p> <p>CID - outubro/1969</p>	 <p>O CAMINHO DA VANGUARDA</p> <p>CAP. I - INTRODUÇÃO E PRELÚDIO CAP. II - REVOLUÇÃO REVOLUCIONÁRIA CAP. III - O CAMINHO DA REVOLUÇÃO CAP. IV - GUERRILHA DO ALIADO CAP. V - GUERRILHA DO ALIADO CAP. VI - GUERRILHA DO ALIADO CAP. VII - A GUERRILHA DO ALIADO CAP. VIII - A GUERRILHA DO ALIADO</p> <p>VPR - JAMIL - 1969</p> <p>Estes documentos foram escritos de maio/69 a janeiro/70. Muitos deles se referem a discussões internas da VPR - primeira fase - ou a discussões internas dentro da VAR e podem não ser completamente entendidas por todos. Numa nova edição, o texto será revisto". Ou seja, é uma compilação de distintos materiais, inclusive outros documentos. E estava ainda em construção, indicando a existência de embates internos.</p>
Caminhos da guerrilha. CID, out/1969	O caminho da Vanguarda. VPR-Jamil, 1969

Esta edição d'*O Caminho da Vanguarda* tem esta observação na capa: "estes documentos foram escritos de maio/69 a janeiro/70. Muitos deles se referem a discussões internas da VPR – primeira fase – ou a discussões internas dentro da VAR e podem não ser completamente entendidas por todos. Numa nova edição, o texto será revisto". Ou seja, é uma compilação de distintos materiais, inclusive outros documentos. E estava ainda em construção, indicando a existência de embates internos.

As teses buscavam alinhar um caminho de lutas, e vários elementos ali seriam aprofundados em outros textos, especialmente a relação com as massas. Esse seria o ponto fulcral da ruptura com a VAR-Palmares que ajudaram a fundar. O próprio texto, conforme relatos, não foi aceito para discussão de fusão dos grupos.

Na prática, a leitura de Jamil, que se coloca como antidebraysta, se somaria à leitura de guerrilha rural de Lamarca, que teoriza os momentos da luta por meio das teses da Guerra Revolucionária, e que tem que lidar com a realidade da luta urbana. Percebe as dificuldades de, num país como o Brasil, conseguir manter pontos de guerrilha dominados por um longo tempo, trazendo, portanto, a proposta de colunas móveis que se somariam às lutas urbanas.

Caminhos da guerrilha

O texto de Lamarca, que aparece após sua autocrítica sobre a atuação buscando juntar as distintas organizações (próximo capítulo), trata das definições, e distingue guerrilha urbana e guerrilha rural, apontando para as dificuldades de cada uma. De forma explícita, se posiciona contra a ideia de uma guerra curta, sendo sintomático que o texto abre com uma epígrafe de Mao Tse Tung: “Descartar as ilusões, preparar-se para a luta”.

O material traz uma primeira parte “guerrilha urbana”, na qual são tratados temas como: missões, base; comandos de sabotagem; guerrilhas irregulares. As guerrilhas urbanas são “Uma forma de luta tão importante quanto as demais e a que possui maior limitação. Difícil de ser organizada”, ela “é muito dependente dos fluxos e refluxos do processo de luta”. As metáforas afloram: “é como se tivessem que combater dentro de uma grande ratoeira”, na “selva de concreto”. Concretamente, as cidades impõem limites de deslocamentos e possuem “faixas obrigatórias facilmente bloqueáveis”. O maior problema das ações é a retirada, “sendo esse o fator decisivo para a execução de uma missão”.⁸

Dados os problemas das cidades urbanizadas, traz um elemento que normalmente é atribuído à guerrilha rural: “logicamente só terá condições de sobreviver se viver toda uma fachada legal e o apoio da população”. Na medida em que se coloca o problema da luta, vem também essa relação: “não podemos esperar o apoio da população pelo que ainda não existe”. O problema da vanguarda abstrato não existe, pois a ação tem que estar relacionada com a forma de efetivar as ações. Portanto, uma possível fixação no campo levaria anos para ocorrer.

Lamarca indicava que eles estavam conseguindo ações, mas não em grau que pudesse já ser considerado guerrilha urbana. O grande problema que ele aponta é a dificuldade de planejamento e de coleta de dados. Por outro lado, os companheiros que caem deixam um rastro de informações “seja por não aguentarem a tortura, seja por não darem importância a ‘pequenas coisas’ que podem abrir”. Ele é mais específico quanto à relação com a população, e é rigoroso: “aparentamos como irresponsáveis corajosos e assim, longe estamos de conseguir o respeito, a confiança necessária da população para que ela participe”.⁹ Daqui surge a deliberação de reforçar o Setor de Inteligência.

⁸ Caminhos da Guerrilha, CID, outubro de 1969. 13p. mimeo. p.2.

⁹ Idem, p. 2.

As missões possíveis elencadas por ele são bastante amplas, e previam de fato um grande leque de atos:

1. Expropriações
 2. Eliminações: a) sistemáticas (agentes do DOPS, CENIMAR, P.E., Polícia Federal, Rádio Patrulha, RUDI, etc)
b) Seletiva (torturadores, encarregados de IPMs, etc)
 3. Destruições
 4. Terrorismo. a) repressivo (contra militares); b) educativo (contra exploradores e altas autoridades)
- As ações podem ser: rapto, justicamento, emboscadas guerra psicológica, etc.¹⁰

Em teoria, de fato, o quadro era de uma Guerra. Cada um desses itens é explicado, como em um manual. É importante ressaltar que a maior parte desse tipo de ação não foi jamais levada adiante pela VPR. Ou seja, havia uma distância entre o desejo e a possibilidade concreta. Lamarca ressaltava no texto a necessidade de manter uma postura “correta” com os militares em combate, e esse aspecto pode ser observado na postura real dos embates no Vale da Ribeira. Isso não significa que não reiterasse o ódio de classes, único recorte legítimo, para ele. No item Terrorismo, Lamarca especificava:

Pode-se executar na justa medida, quando se evita a morte do soldado, caçando como a um animal enraivecido o sargento e o oficial, lacaios conscientes do sistema; atua-se repressivamente onde quer que eles estejam. Se, como disse o Comandante ‘Che’, fomos acuados à luta, temos de acuar o inimigo também.

Passa a ter um caráter educativo, quando ficar nítido que quem explora também morre. Não há porque aceitar o humanismo burguês - as limitações devem ser unicamente de repercussão política (por enquanto) - o humanismo marxista, fundamentalmente na luta classes, é o único permissível.¹¹

Lamarca sabia que estava longe das condições que permitissem esse tipo de ação, a situação só pioraria daquele momento pra diante. O documento ainda traz os outros elementos já elencados e acrescenta o

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem, p. 3-4.

item “comandos de sabotagem”, que ficaria fora da cidade, e aumentaria a área de serviço da repressão na busca dos militantes. É interessante que ele elenca explicitamente como a repressão classifica o movimento: “considera área vermelha a ocupada por guerrilheiros, área amarela a que está por ser ganha e área verde a que controla”.¹² Para evitar as áreas verdes, deveriam ser intensificados os trabalhos de levantamento e planejamento. Nesse sentido “este documento se destina a abrir discussão sobre esse assunto de extraordinária importância que é COMANDO DE SABOTAGEM”. Ou seja, uma adaptação da guerra de guerrilhas para a zona urbana.

O item seguinte do manual é Guerrilhas Irregulares, e são detalhadas as formas de trabalho junto à população rural para poder fazer inserção local. Essas ações sistemáticas teriam o fim de “ir organizando milícias clandestinas”.¹³ Explicita que as influências de Mao vão além da epígrafe, pois atendem ao constante problema da construção do “novo homem”, muito presente nos textos de Lamarca:

Deve-se compreender que o processo é longo; luta sangrenta, com todo o povo em armas (o que não se consegue de hoje para amanhã, em que pese as ansiedades). Não aceitamos (nem cremos viável) a guerra de curta duração, que tem como consequência a contrarrevolução e inumeráveis dificuldades para a construção do socialismo. A continuidade do povo em armas, depois da tomada de poder, possibilitará a revolução cultural, primeiro passo para a construção do socialismo. Como fazer uma revolução cultural depois de uma insurreição?¹⁴

Esse documento, somado aos demais que traremos ao longo deste livro apontam para a concepção de luta que estava em jogo. Não se tratava de uma rápida guerra de movimento que permitiria a pronta tomada de poder. Na teoria, a tese da Guerra Revolucionária baseava a forma da organização. A guerra seria longa, e precisaria de uma reforma moral e intelectual, a “revolução cultural”.

¹² Idem, p. 7.

¹³ Idem, p. 10.

¹⁴ Idem, p. 9.

Caminhos da vanguarda

O texto de Jamil, em suas variadas versões, teve ampla difusão interna, há relatos de militantes presos com cópias. Os membros da “Pesqueira” relatam que leram e discutiram o mesmo. Mas a forma das leituras não era a ideal pois o debate não tinha como fluir. Dessa forma, os textos apenas dão uma ideia do debate. Na explicação de Dowbor, a leitura de Debray foi importante, mas “mais tarde, baseando-me na própria experiência, bem como na experiência dos Tupamaros uruguaios, chegamos à conclusão de que a luta dentro da cidade tem uma força enorme e real”¹⁵. Sua fala sempre ressalta que a organização da VPR “não foi por uma chama momentânea, um guevarismo precoce”¹⁶. Seu texto trata daquela que seria a “primeira fase” da revolução. Discute: 1) a ruptura com o ortodoxismo marxista-stalinismo; 2) a “nossa teoria revolucionária”, indicando que a luta tem que ser armada, explicitando uma crítica à Polop; 3) o caráter da revolução, indicando que o imperialismo está no cerne do capitalismo brasileiro (“imperialismo integrado”), portanto, não há que ter ilusões com uma “burguesia nacional”. Portanto, a revolução será socialista, não antiimperialista (dada a forma que esse termo era apropriado pelos comunistas); 4) quem são as massas; 5) a conjuntura; 6) a ditadura do proletariado e a cultura da esquerda; 7) a vanguarda e seu papel junto às massas.¹⁷

Esses textos fazem parte do debate, mas enfrentam a dura realidade da repressão. Dowbor escreveu o texto, segundo ele, enquanto estava de licença da organização, foi um esforço concentrado de reflexão teórica e analítica. Assim ele relembrou:

Se a gente queria fazer guerrilha no campo, a gente não podia fazer um movimento gigantesco aqui na cidade. Porque a gente ia se atolar aqui dentro, é um movimento que vira muito amplo, que é meio armado, é meio de massa.¹⁸

¹⁵ Dowbor. A guerrilha urbana. *Perspektywy*, n.4, 1973, 22/1/1971, Varsóvia, p. 3. Traduzido no DOPS, DPN. PES.124.

¹⁶ Dowbor. Entrevista para Judite Patarra. Acervo AEL-Unicamp.

¹⁷ Consultar: FULANETI, Oriana. *Utopias em rotação: uma análise do discurso da esquerda brasileira*. Tese de Doutorado em Linguística, USP, 2010. Agradeço à pesquisadora por envio de material de pesquisa.

¹⁸ DOWBOR. Entrevista a Marcelo Ridenti, 20/2/1986. AEL-Unicamp.

Por outro lado, a saída pelo campo estava fadada ao fracasso, pois grandes ações como o foquismo guevarista não permitiam um passo seguinte, estratégico, “acumula vitórias táticas mas em termos estratégicos está liquidado”¹⁹, como mostrariam exemplos concretos.

Adiante retomaremos o tema de como esse debate se deu no embate político. Mas antes disso trazemos um outro texto da militante Patrícia, indicando que o debate não se restringe aos nomes mais conhecidos. Ela propõe “Considerações acerca da Guerra Revolucionária”. O documento diz que “há muito que estudar, dando atenção especial à instrução dos militantes, temos que sobretudo nos instruir combatendo, aprendendo na prática, a realizar a revolução brasileira. Temos muito o que aprender com a Guerra Revolucionária de outros países”. Mais que isso, “temos que estudar a nossa situação concreta para submeter as experiências estrangeiras a análises e peneiração criativa, pois cada país tem suas características próprias”. Há um duplo caminho, o estudo de textos e da realidade de outros países para mudar a realidade concreta, sem abdicar da teoria:

Examinando dialeticamente a relação de forças presentes estabelecendo uma estratégia e uma tática adequada e não recitando ‘verdades’ da “bíblia’ marxista-leninista”.

Marx e Engels são os primeiros a nos advertir “confeccionar receitas e esquemas é fácil, o difícil é a ordenação do material histórico, seja de uma época passada ou presente, e descrever os acontecimentos como realmente ocorre.”²⁰

É impactante encontrar uma produção feminina sobre a revolução naquele momento. O texto é autoenquadrado como revisionismo, e ataca o ortodoxismo marxista-leninista. Insiste na importância das ações de propaganda, articulado com o texto de Lamarca:

Através de nossos setores armados é que daremos solução aos movimentos urbanos e desenvolveremos a criação de outras forças armadas no meio do povo. Precisamos dar às nossas massas uma

¹⁹ Idem.

²⁰ Considerações acerca da Guerra Revolucionária. Patrícia. Ousar lutar, ousar vencer, s/data. BNMD42. Patrícia deve ser Carmem Monteiro Jacomini, que era companheira de Dino (Roberto Menkes). Após saírem do Brasil, como atores, realizaram peça teatral no Chile denunciando as torturas no Brasil.

alternativa concreta de tomada de poder e não um palavreado vazio. Temos que nos mostrar através de ações e de um programa político do qual elas tomem conhecimento (Idem).

Há portanto passos para o que seriam as ações da VPR: capitalizar as ações urbanas, com o intuito de formar uma união política²¹, uma ponte entre massas e as ações, pois “a ditadura brasileira prega a fronteira ideológica, e cabe a nós promover a união ideológica”²², com ações ousadas que dessem conta de preparar o povo para ser a retaguarda.

Observe-se que estes textos circulam e passam a ser referência após a ruptura com a VAR-Palmares e a refundação da VPR. Passa a ser o eixo da posição, mesmo contendo as contradições apontadas.

O dilema de ação nas cidades e a luta no campo se mantinha. Voltaremos a isso. Outros documentos serão citados na medida em que os debates se colocavam para a VPR, porque eram respostas a momentos específicos da luta.

²¹ Sabemos que essas posições eram criticadas pela revista Debates da revolução brasileira onde Quartim seguiria atacando duramente as posições de Jamil (ver PEZZONIA).

²² Considerações, p. 2.

Capítulo IV

MILITANTES: ESTUDANTES, TRABALHADORES, “INTELECTUAIS”

Buscarei neste capítulo apresentar um pouco mais os dois conjuntos de militantes que formavam a base inicial da VPR, tendo claro que não se trata de grupos homogêneos. O primeiro seria o “Grupo de Osasco”, que são os trabalhadores que passaram a constituir uma base da organização. Estavam vinculados com os “militaristas”, e atuavam sobretudo em São Paulo. O segundo grupo seriam os estudantes, mas mesmo aqui trata-se de uma heterogeneidade, pois são secundaristas, universitários, grupos de São Paulo e do Rio de Janeiro, ou seja, são distintos, e de alguma forma são atraídos pela organização e mantêm conflitos entre si. A eles se somam os professores universitários e ainda diversas categorias médias.

Além das diferenças de posição, havia também decorrência de problemas de segurança, pois os militantes carregam “vícios anteriores”: “de um lado refletem origens e formações políticas heterogêneas, de outro, testam a imaturidade, a inexperiência da vida clandestina, e a euforia que é causada pela nova forma de prática revolucionária”¹, práticas que chegavam com os novos militantes. Há um leque de possibilidades, seja entre os que já se conheciam previamente, ou os que passariam a compartilhar a organização, muito além desses outros conflitos entre “militaristas e massistas”.

Grupo de Osasco a classe trabalhadora da VPR

O estudo do historiador Sérgio Oliveira abordou o GO – Grupo de Osasco. Em boa parte, esse grupo que amadureceu nas greves de Osasco acabaria, ao final, juntando fileiras na VPR. O dilema sobre em qual organização abraçar existia para qualquer militante que não tivesse uma prévia participação. Por isso a VPR teria um braço no movimento estudantil, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. O Movimento Estudantil foi nodal para o Colina e para os “Brancaleones” porto-alegrenses, apenas

¹ Informe político n.1 do Comando Regional- SP da O. s/data, BNMD, 42.3.

situando alguns daqueles que abraçariam a VPR. Oliveira assim caracterizou a relação entre os dois grupos principais:

A futura VPR possuía diferenças substanciais em relação ao grupo de Marighella. Embora também professasse o modelo insurrecional cubano, era uma organização ainda em fase de formação, com um modo de estruturação interno distinto da ALN. Esta possuía uma direção centralizada nas lideranças históricas de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, veteranos comunistas, remanescentes das contendas anti-Estado Novo. A VPR era um grupo composto por diferentes correntes, e exatamente por isso adotou a estrutura de colegiado ao nível de sua direção. Apesar de também defender o início imediato da luta armada, abria espaço em seu programa para atuação política junto às classes trabalhadoras, visando à efetivação das lutas combinadas, que abarcassem tanto a guerrilha quanto as lutas de massa, com ênfase nos movimentos operários e estudantil.²

Essas definições delimitam o campo no qual os militantes buscavam atuar. E sua primeira configuração na VPR foi o Grupo de Osasco que era formado por Espinosa, Ibrahim, Roque Aparecido da Silva e José Campos Barreto, entre outros. Eles conseguiram nos primeiros anos pós 1964 ter uma grande capacidade de mobilização na cidade paulista, que foi um polo de atração para vários grupos de esquerda. Provavelmente isso acabou atraindo militantes da VPR para, numa tática movimentista, participar do movimento e ao mesmo tempo atrair seus membros para a ação centralizada pela VPR. Não era apenas obreirismo, havia entre eles operários e sindicalistas, alguns deles atraídos para a luta armada.

A morte do estudante Edson Luís em 1968 levou milhares às ruas no Rio de Janeiro, em torno de 13 mil em São Paulo e cerca de 5 mil em Osasco, o que é um número muito expressivo³. Passeatas, cartazes, resistência, eram o foco daqueles militantes. Na lembrança de Espinosa, aparece o caráter antiburguês como saída propositiva da ação, lembrando de um discurso na passeata diante de um prédio estatal: “aqui é sacramentada a exploração do homem pelo homem, porque aqui eles tentam lavar a sujeira da burguesia! Essas paredes estão sujas de sangue!”⁴

² OLIVEIRA, IN SALES, J. R. (Org) *Guerrilha e revolução*. A luta armada contra a ditadura militar no Brasil. RJ, 2015. Lamparina, Faperj. P. 157-58.

³ SOLNIK, Alex. *O cofre do Ademar*. A iniciação política de Dilma Rousseff e outros segredos da luta armada. São Paulo, Jabuticaba, 2011.

⁴ Espinosa relatou suas memórias em livro biográfico: SOLNIK, p. 36.

Esta passeata, seguida de outra com 8 mil pessoas nas ruas e com a presença de lideranças da UNE era de fato, impactante. Segundo Solnik, empolgados pelos estudantes que tinham esperança no movimento operário, “Osasco se transformava numa espécie de Meca dos movimentos antiditatoriais brasileiros, o ponto para onde convergiam os que acreditavam na possibilidade de derrubar o regime militar, uma vez que tinha uma classe operária numerosa e cada vez mais aguerrida”.⁵ Inicialmente envolvendo o movimento estudantil, e já na sequência os movimentos operários e suas greves, o dilema colocado parecia ser este:

Nas assembleias estudantis e nos corredores das faculdades, duas perguntas se digladiavam, correspondendo a duas posições estratégicas: derrubar a ditadura conscientizando, primeiro, a massa de que ela estava sendo explorada – ou conscientizá-la para a ação direta, partindo logo de uma vez para a luta armada?⁶

As perguntas fazem sentido em um ambiente de crescimento da organização, de movimentação de ruas, de inquietação. Quando analisamos, por exemplo, as reivindicações dos operários das greves de Osasco, percebemos as condições de miséria às quais estavam sendo submetidos, somado à exploração de trabalho em condições indignas, perceptível na pauta: “botas de borracha para quem trabalha em locais úmidos; ambulância e enfermaria na empresa; construção de sanitários e contratação de pessoal de limpeza; vale em dinheiro e não em compras na cooperativa!” Ou seja, há uma situação concreta que leva o apoio à luta. Não se trata apenas de discutir o caráter do socialismo, mas a exploração concreta do trabalho estava levando a níveis importantes da consciência de classes.

Diante do aumento das atividades em Osasco, a VPR ganhou forças, ainda que seguisse agindo de forma clandestina. Estava colocado também o dilema do tipo de ação que construiriam. A ação junto à classe trabalhadora necessariamente seria uma ação de massas, de disputa ideológica e política. a teoria do foco e o vanguardismo seriam colocadas em teste. Ademais, progressivamente os militantes teriam que de fato optar entre a luta de resistência e a luta concreta no chão da fábrica.

⁵ Solnik, p. 38.

⁶ Solnik, p. 39

O sindicato dos trabalhadores da Cobrasa foi ganho por José Ibrahim, que tendo a diretoria contra, passou a liderar por assembleias, o que teria fortalecido “um tipo de organização pessoal, mas era um companheiro nosso”, ou seja, um companheiro da VPR, que junto com José Barreto teria um importante papel nos acontecimentos. A greve é destruída por forte repressão, mas os militantes seguiam buscando formas organizativas fora das fábricas, o que chamariam de “Grevilhas”, uma clara alusão de greves e guerrilhas.

A VPR estava tão presente, que montou uma estrutura ampliada: “três aparelhos para o apoio à greve: um para funcionar como enfermaria, na Vila Jaguaribe, um como retaguarda para as lideranças, no bairro Jaguaré, e o terceiro onde funcionaria a imprensa de greve, com mimeógrafos, no bairro da Vila Yara”⁷. Entretanto, a repressão recaiu neles. Barreto foi preso, Ibrahim conseguiu fugir, mas tomou uma suspensão de 15 dias “imposta pelo Ministério do Trabalho, com ameaça de cassação e intervenção no sindicato”⁸, o que, por outro lado, aumentou os laços de solidariedade entre os militantes e a classe trabalhadora.

O relato de Solnik alude à tentativa de convencimento que os líderes grevistas fizeram sob os soldados que vieram para debelar a greve, descrevendo a fala que teria sido dita por Barreto:

-Soldados! Nós somos trabalhadores, não somos bandidos. Estamos aqui lutando por salários dignos. Vocês não nasceram soldados, viraram soldados e também só trabalham para ter um salário no final do mês. E sabem como é duro chegar no dia 20 e não ter mais como levar comida para a casa, não era dinheiro para comprar remédio para um filho doente (Idem).

Esta mesma cena foi comentada em outro livro de relatos, o de Antonio Caso, publicado em Portugal. Nele Ibrahim diz que esse discurso teria feito uma breve parada no avanço da repressão, e que Barreto pegou uma tocha e ameaçou tocar fogo em toda a fábrica naquela ocasião. Traz ainda uma fala do próprio Barreto, que ao ser elogiado pelo heroico ato que serviu para dar tempo aos demais fugirem, comenta:

⁷ Solnik, op cit. p. 54.

⁸ Ridenti, op cit. p. 182.

Não. Não foi nada disso. Não era manobra, não. Eu tinha tanta raiva naquele momento que, se os soldados não houvessem detido, terá ateadado fogo à gasolina; (...) via somente a injustiça que se cometia, ao enviar contra os operários a força dos fuzis da ditadura”.⁹

O fato é que Barreto foi o único preso e torturado naquele momento. Mais tarde passaria a ser reconhecido na militância como Zequinha¹⁰, o companheiro de Lamarca que seria morto junto com ele em 1971. Ressalte-se que o capitão até aquele momento figurava nas forças repressivas que foram escaladas para proteger o governador. Mesmo apoiando as lutas, seguia cumprindo seu dever no Exército.

Na avaliação de Ibrahim, “o rompimento com o reformismo teve repercussões profundas dentro do movimento operário brasileiro e foi a causa determinante da formação de uma vanguarda operária revolucionária que procurava novas formas e perspectivas de luta”¹¹. Neste contexto conturbado, associados a outros grupos, houve o crescimento da ação, que demonstravam forças nas ruas:

Também participaram daquela demonstração outros atores da esquerda brasileira e do movimento estudantil e, inclusive, elementos das organizações revolucionárias armadas. A UNE organizara um trabalho de agitação prévio, com comícios-relâmpago e distribuição de volantes. Dirigentes estudantis também participaram da ocupação da tribuna. O nosso plano, de resto, foi também discutido e aprovado, previamente, pela direção da VPR e, além disso, contava com o apoio da Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular (AP) e da Dissidência Comunista de São Paulo.¹²

A luta crescia. Os relatos de Syrkis sobre os movimentos de rua no Rio de Janeiro também mostram ações ousadas de propaganda revolucionária, que gritava nas passeatas: “só o povo armado derruba a ditadura!!”¹³ O estudo de Marcelo Ridenti reitera a importância da VPR naquele processo:

⁹ Barreto, Apud CASO, op cit. p. 85.

¹⁰ Morto pela Operação Pajussara, em 17/9/1971. Procedimento administrativo CEMDP 273/96 <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/265> op cit.

¹¹ Idem, p. 56. José Ibrahim foi preso em 1969, tendo sido um dos militantes trocados pelo embaixador Charles Elbrick em setembro de 1969. op cit.

¹² CASO, op cit.p. 63

¹³ SYRKIS, Alfredo. *Carbonários*. Memórias da guerrilha perdida. 7ª ed. SP, Global, 1980, p. 80.

Tendo-se originado no sindicato e nas comissões de fábrica, o movimento operário osasquense foi estruturado e mobilizado politicamente pelo “grupo de esquerda” operário-estudantil, mais ou menos ligado à VPR, além da atuação de outras organizações de esquerda local.¹⁴

De certa forma, Ridenti nos faz parecer que a VPR foi o movimento, naquele momento, que mais avançou no trabalho de massas e, por outro lado, que mais sofreu os dilemas que esse trabalho impõe. Ele cita uma entrevista de José Ibrahim, de 1972 ao jornal *Unidade e Luta*, na qual ele problematizava a questão:

Nós nos reuníamos de forma clandestina e acompanhávamos, também, a luta político-ideológica da esquerda, recebíamos materiais e mantínhamos contatos com várias organizações: grupos de sargentos, IV, AP, POLOP e depois POC – maioria dos quais nem existiam em Osasco. Mas continuávamos mantendo nossa independência porque não víamos nenhuma alternativa.¹⁵

O problema da forma da luta estava colocado, pois “nós éramos uma liderança do movimento de massas, que tinha apoio das massas, mas que estava sendo absorvida pelas concepções partilhadas por amplos setores de esquerda”, e com isso, estava se criando uma visão que se tornaria insuperável: seria preciso fazer a guerrilha rural, mas os trabalhadores não poderiam deixar de lado seus postos de trabalho. Logo viria o AI-5. Aprofundada a repressão, só restariam os clandestinos. Poucos poderiam “subir a montanha” e seguir o exemplo de *Sierra Maestra*, os passos de Che.

Segundo Ridenti, essa visão pode ser confirmada em mais um documento escrito no exílio, por um militante de pseudônimo Jacques Dias, de 1972, que indica que a VPR “levou propostas concretas para o desdobramento posterior do movimento, buscando consolidá-lo, e sem ter como objetivo principal o recrutamento de quadros”¹⁶. Ridenti, a partir disso, reitera o “respeito da VPR à dinâmica do movimento operário”¹⁷.

¹⁴ RIDENTI, op cit. p. 178.

¹⁵ Jose Ibrahim, citado por: Ridenti, p. 179.

¹⁶ Jackes Dias, citado por RIDENTI, P. 185.

¹⁷ Ridenti, p. 184.

Atribui isso ao fato de que, sendo uma organização recém-criada, não tinha clareza de políticas, exceto a da “guerra de guerrilhas”. Em função disso,

A opção não sectária dos militantes da VPR em Osasco (alguns deles atuantes desde antes de 1964 na cidade, quando eram da POLOP), aliada à força das armas, foi fundamental para a aproximação com as lideranças operárias do grupo de Osasco, radicalizadas num processo político peculiar no município, mas ao mesmo tempo, sintonizado com as lutas nacionais e internacionais dos anos 1960.¹⁸

No mesmo livro de Ridenti há um documento de 1972 no qual José Ibrahim, colocava a relação concreta entre a militância operária e a luta armada:

O que destruiu mesmo a organização interna nas fábricas de Osasco foi a política das organizações armadas – principalmente, no caso da VPR e depois da VAR-Palmares – de tirar os melhores elementos, do trabalho no movimento de massas, consumindo-os na dinâmica interna das organizações. Nós já vínhamos nos aproximando dessa posição no desenrolar do trabalho em Osasco e quando nos ligamos à VPR esse desvio se aprofundou. Fomos paulatinamente nos afastando do trabalho dentro da classe, absorvidos pela dinâmica da luta armada, na qual se substituíram a luta de massas (Unidade e luta, 1972, APUD RIDENTI, p. 186)

Esse seria o quadro das dificuldades da manutenção das lutas durante o aprofundamento da ditadura. Há um peso enorme da repressão a ser acrescentado, e a VPR não conseguiria aprofundar a aproximação com a classe trabalhadora, embora esse problema fosse colocado. Falta então observarmos um pouco melhor outros componentes da VPR, os estudantes e “intelectuais”.

Um, dois, três, muitos estudantes...

Os militantes que buscavam as organizações acreditavam que estavam fazendo uma revolução, e a máxima de Lenin de que “sem teoria revolucionária não há revolução” pairava em seus pensamentos. Já os fundadores da VPR tinham um assumido desprezo pela discussão teórica.

¹⁸ Ridenti, p. 184.

Essa relação conflituosa se observa em incontáveis momentos de contatos diretos entre militantes, sejam os de origem militar, vistos como duros e insensíveis, seja os de origem estudantil, vistos como permeados de vícios pequeno-burgueses e fracos para a luta. A realidade, entretanto, se mostraria muito mais complexa que isso.

Esse quadro é expresso por Espinosa, um dos dirigentes dos princípios da VPR, dessa forma:

Antes mesmo de ser batizada, a organização se dividia entre ‘a turma do blá-blá-blá’ e a ‘turma do banguê-banguê’ – segundo definição da própria turma do banguê-banguê. Os adeptos da primeira, liderados por Onofre [Pinto] e João Quartim [de Moraes], foram à praia do Peruíbe participar do I Congresso da organização. Diógenes, adepto da segunda opção, critica abertamente o outro grupo na noite em que Onofre e Quartim discutiam nomes e rumos do grupo, ele comandava um ataque de expropriação numa loja de artigos de caça e pesca situada no bairro da Lapa, a casa de Armas Diana. Num desabafo a Espinosa, Diógenes revelou seu rancor. Eu vou mandar essa arma de presente ao Onofre. Companheiros, enquanto vocês estão na praia, só no bla-blá-blá, nós estávamos arrecadando armas pra revolução. Fazer programa não é problema. Se um dia a gente precisar de um programa de partido é só fazer um banco e encomendar a bons professores da USP!¹⁹

No seu livro de memórias, Diógenes dá mais detalhes sobre as armas que conseguiram naquele assalto, ressaltando um “Smith & Wesson prateado, cano longo, que foi dado ao Lamarca”.²⁰ O embate entre “mais ação” e “menos teoria” estava colocado. Nos momentos iniciais da organização, o enfoque de ação de massas estava muito mais presente. Isso se deve a vários motivos: a) o momento das lutas estudantis, que levava ao amadurecimento de muitas organizações e de jovens que posteriormente se somariam à própria VPR com suas experiências e sonhos; b) o arrefecimento das lutas concretas da classe trabalhadora que se somavam às greves; c) o período ser ainda pré-AI-5 e ainda não estar embebido pela ideologia do Milagre Econômico, elemento central da Ditadura na sua intervenção na luta de classes.

¹⁹ Solnik, op cit. p. 61.

²⁰ Diógenes in: FUKUDA, op cit. p. 80.

O relato de Alfredo Syrkis mostra uma trajetória que se repetiu em mais de um caso: do seio do movimento estudantil secundarista no Rio de Janeiro, avança para o movimento universitário, passa a fazer contatos com a classe trabalhadora muda de escola, indo estudar em um local frequentado por filhos de trabalhadores. Participa ativamente de ações armadas, o que não evitou que fosse considerado desbundando – pequeno-burguês por muitos companheiros. De origem liberal, a militância na esquerda trouxe a ele amplas possibilidades de socialização. Passou a ler e estudar marxismo, que “era todo um universo e tinha o atrativo da lógica, a tentação do maniqueísmo e a justa cólera dos revoltados. Tinha a grande solução. Era uma religião sem ser”²¹. Certamente há uma memória crítica do militante quando se torna autor. Mas interessa ressaltar que foi aquele espaço que permitiu uma ampla socialização política e que a mesma era muito movimentada, com muitas atividades, debates, estudos e pequenas e muitas vezes ousadas ações. Esta militância, ressalte-se, era ainda anterior ao golpe e prosseguiu nos anos seguintes, acompanhando a ebulição estudantil nacional. A pauta era: mais verbas pela educação, ampliação das vagas nas universidades, ou seja, os problemas inerentes ao descaso da educação como um todo. Mas, a luta contra a ditadura aparecia também nas falas e cartazes: “ABAIXO A DITADURA”²² era um lema que levava pessoas às ruas, em meio a bolinhas de gude no asfalto para fazer caírem os cavalos policiais. Estava colocada a esperança de conseguir apoio popular. A repressão recaía sobre eles, eram presos com frequência, mesmo que militassem em organizações legais²³. Os estudantes em diversas manifestações em 1968 foram tratados como marginais, criminosos. A tropa de choque foi colocada contra eles, Syrkis narra suas lembranças sobre esses fatos, acompanhando o avanço dos grupos de luta armada, pela imprensa, e por comentários dos companheiros. Inicialmente, estavam muito longe dos fatos. Ao comentar sobre o assalto ao quartel de Quintaúna, ele registra:

²¹ SYRKIS, op cit. p. 43.

²² Idem, op cit. p. 59 e segs.

²³ Relato idêntico aparece em Mauricio Paiva: preso 5 vezes em um ano. “fui preso, submetido a extenuantes interrogatórios, solto para que um agente pudesse farejar os meus passos por dias seguintes e novamente trancafiado”. PAIVA, Mauricio. *O sonho exilado*. RJ, Achiamé, 1986, p. 12. op cit.

Exageraram (...) esse negócio é uma porralouquice. Tá errado politicamente. Era mais ou menos nosso consenso nas reuniões e nos papos de bar. Guerrilha tinha que ser no campo. Coisa nobre, fazia o Che. Esse negócio de bomba pegava mal. Era coisa de narodnik. Eu tinha poucas informações sobre a guerrilha urbana. O Minc, tinha contato com as organizações, às vezes me dava umas dicas.²⁴

Syrkis tem a oportunidade de ir para Paris seguir seus estudos, atendendo ao desejo da família, mas no processo de crítica e autocrítica do movimento, se assume “pequeno-burguês” e segue no movimento. Daí segue para estudar em um colégio frequentado por proletários, tática de se aproximar da classe trabalhadora. Há uma forte esperança de ampliar o apoio “de massas”, que se amplificariam na forma “político-militar”²⁵. Mas tudo ainda se dá no âmbito do movimento estudantil. Essa formação viria junto com ele para a VPR.

Os primórdios da militância de Iara Lavelberg não foram muito distintos, de origem de classe média, circulando no meio do movimento estudantil em São Paulo, assim como outros e outras, atraídos para formas mais perigosas de luta.

Em mais de um momento o tema das formas da luta estudantil foi debatido na VPR. Sabemos pelos relatos um pouco sobre o modo de atuação, a existência de militantes mais velhos e experientes realizando a aproximação e instruindo para ação. Era parte do trabalho de Juarez de Brito e Carlos Minc. Encontramos um documento, relativamente extenso, “Tática para o movimento estudantil”, que infelizmente não tem data, o que dificulta se precisar exatamente o contexto em que foi produzido, mas é, certamente, pós AI-5. Vale nos atermos em algumas de suas indicações. O primeiro ponto discute “os estudantes como classe social. Suas contradições com o regime”. Aponta que após o aprimoramento da repressão, com o AI-5, o ME precisa preparar-se militarmente. Sua função na luta é tática, pois é uma concreta possibilidade de apoio urbano. Deve, nesse momento, ater-se a atividades de propaganda armada, pichações, panfletagens, comícios-relâmpago, mas deve necessariamente “preparar-se para a realização de suas funções como MM (movimento de massas) na etapa posterior”.²⁶

²⁴ SYRKIS, op cit.p. 93.

²⁵ Idem, op cit. p. 100.

²⁶ Táticas para o movimento estudantil. s/d, P.2. BNM, 42.1, p. 188-196. Sublinhado no original.

Este documento indica ainda um fator essencial para as ações futuras. Ao separar a massa estudantil (previamente definida como classe média, não ligada aos meios de produção) em três campos: massa avançada, massa participante e grande massa.

É na massa avançada que devem, por enquanto, concentrar-se as atividades do ME, no sentido de sua organização, de sua educação político-militar e aquisição de condições de lideranças.²⁷

Ou seja, institui que a ação principal é ação de formação avançada, e que esta vai se dar de forma clandestina. Isso trará consequências imensas para o futuro desses militantes. Sugere-se uma especialização nos grupos

Diferenciar-se quanto ao nível político, existindo desde os simples grupos de estudos, cujos componentes buscam teorizar visando uma prática em nível mais elevado, até os que seriam capacitados ao desempenho de tal prática, realizando ações do ME, [...], e, em etapas posteriores, guerrilha urbana. Escusado é dizer que tais grupos deverão ser absolutamente clandestinos, evitando-se inclusive sempre que possível o conhecimento, por parte dos elementos de um grupo, de quem integra os demais.²⁸

A essa massa avançada caberá apenas aceitar as posições da O., “mobilizando-se em etapas posteriores do processo”. Em seguida o documento fala sobre o movimento secundarista, que daria uma enorme contribuição. Entretanto, isso mostra que a ponta desejada, da construção da guerrilha rural, estaria cada vez mais dependente dos “soldados” disponíveis, os estudantes. Seu nível de consciência é problematizado no documento:

1) Consciência do arcaísmo e poder elitizante da Universidade e do sistema educacional; 2) consciência da participação das atitudes do governo na massificação desse sistema de ensino; 3) consciência de que o sistema político dirigente no país é uma ditadura violenta; 4) consciência de que essa ditadura é uma ditadura de classe, defendendo um sistema de exploração, aliado ao imperialismo e,

²⁷ Idem, p. 3.

²⁸ Idem.

finalmente 5) de que apenas a luta armada e implantação do sistema socialista é que pode dar solução.²⁹

O que distingue os estudantes das demais categorias sociais “é a contestação da ideologia burguesa e a adoção da ideologia marxista”. Na leitura da época se propunha então que os estudantes, por terem no terreno da ideologia seu campo por excelência de ação, estariam no nível da superestrutura. Essas diretivas seriam internalizadas o máximo possível pelos militantes. Certamente isso pioraria o preconceito dos “militares”, vistos como “verdadeiros guerrilheiros”.

O próprio movimento estudantil assina um documento intitulado “o papel das massas urbanas na tática global”, documento elaborado pelo subsector estudantil regional SP. Este era um grupo bastante ativo, e que cobrava muito essa ampliação:

A nosso ver o êxito das os. Revolucionárias se dará na medida em que o trabalho revolucionário, em todos os diferentes setores, se desenvolver harmonicamente. A CME, ou posteriormente o EP deverá ter um desenvolvimento conjunto com todas as outras formas de luta (G. irregular, G. Urbana, etc), mas principalmente com o MM. Se abstrairmos as outras formas de luta que não as grifadas acima poderíamos compreender mais facilmente as leis que regem o desenvolvimento da guerra revolucionária.³⁰


A passagem da fase defensiva para ofensiva, caberia, no entender deles, pelo movimento de massas. Isso quer dizer que manteriam seus lugares na zona urbana enquanto isso fosse necessário, somente no final dessa organização de massas conseguiriam enfim, chegar aos “quadros de origem operária”, ampliando a consciência de classe. Este documento, assinado pela “subseção estudantil, Regional SP, trata também de “como lançar o movimento estudantil no processo revolucionário”, em sintonia com as discussões propostas no documento de Jamil.

²⁹ Idem, p. 1

³⁰ O papel das massas urbanas na tática Global. Sub-setor estudantil Regional SP, sd. BNM, 42.1.

Fanzines

Do ponto de vista da organização estudantil, e dessa ação de massas, não podiam faltar os jornaizinhos, ainda que muitas vezes fossem feitos e não conseguissem ser distribuídos. A VPR produziu alguns, embora não tenhamos encontrado um acervo completo dos mesmos. Alguns exemplares esparsos se encontram no material reunido no projeto Brasil Nunca Mais Digital.

	
<p>Capa do jornal Vanguarda operária. Ano I, n.3. A luta dos operários é pelo socialismo</p>	<p>Vanguarda Operária, p. 6.</p>

Judite Patarra cita em vários momentos que Lara Lavelberg participava na confecção do “jornal da VPR”, e este pode ter sido um dos que teve contribuição dela e do setor estudantil. O logotipo do braço segurando a arma “VIVA A GUERRILHA!” acompanha vários materiais de divulgação de guerrilha do grupo³¹.

Há neste número uma matéria sobre a greve dos canavieiros; um texto sobre a Guerra Revolucionária e no final, esse cartaz que satiriza os cartazes espalhados nas universidades de “Procura-se” contra os militantes. Ali, através de caricaturas, aparecem retratados Médici “Carrasco Azul” ou “Garrapazul”; Buzzaid, “Pudico”, “Beato” ou “Purão”. Delfin Neto, “A gorda”, ou “Topo Gigio”; Radraquer, “SS”, ou “Nazistão”, Sizeno Sarrento, “O

³¹ A partir desse original, fizemos arte que ilustra esse livro. Arte de Amanda Luísa Krummenauer.

homem da CIA; Abreu Sodré, “Puxa-Saco” ou “Sim Senhor General”. No inquérito do DOPS há uma referência a Luiz Takaoka, da Faculdade de Medicina, que junto com colegas

Colocaram cartazes irônicos sobre personalidades conhecidas do Governo no Centro Acadêmico. Tais cartazes tinham o título de “PROCURA-SE” tinham o efeito de ridicularizar a polícia quando aos cartazes espalhados pela cidade com fotografias de terroristas, os quais estavam sendo procurados.³²

O bom humor juvenil tentava desqualificar a seriedade da busca que a repressão levava sobre eles. Posteriormente encontraremos esses materiais sendo citados como subversão em inquéritos militares.

Materialistas com espírito revolucionário

Há uma carga de romantização nos relatos que são contados sobre a luta armada e seus militantes. A vida clandestina era muito mais difícil do que se pode imaginar ou narrar. Havia desejos aventureiros, entretanto, isso não significa que nesses mesmos militantes não estivessem presentes o desejo da revolução e da ação coletiva para derrubar a ditadura. Portanto, buscamos aqui entender as ações em suas contradições e conflitos entre os sujeitos e os grupos nos quais participavam.

Muitas vezes, para além das diretivas, ao fazer ações se buscava ação de propaganda, buscando convencer a população sobre a importância das ações revolucionárias. É o caso, por exemplo, do relato de Antônio Roberto Espinosa, quando diz que ao fazerem expropriações para manter a organização, “passamos a dialogar com os motoristas depois de dominá-los e a enviar cartas àqueles que esqueciam seus documentos nos veículos”, explicando aos proprietários que “se tratava somente de um empréstimo e que o carro seria devolvido inteiro”. Diziam ainda que realizaram pequenos reparos nos carros, (o que faz sentido na medida em que eles precisavam de carros em perfeitas condições de rodagem). Além disso, aconselhavam o dono do veículo a dar queixa na polícia para que qualquer problema não fosse responsabilizado por nenhuma ação da organização, lembrando ainda

³² Auto de Qualificação e de Interrogatório de Rubens Hirscl Hergel. DOPS, 2/7/1970. P. 15. BNM, 42.2

que o carro seria devolvido inteiro e se houvesse algum problema, deveria atribuí-lo a sabotagem policial. E, mais idealisticamente, diziam:

Você é credor da revolução, nós lhe pedimos desculpas pela maneira como tivemos que agir. Guarde essa carta para nos apresentar depois da vitória. Até a vitória. Pátria livre e socialista ou morte com dignidade.³³

Ao ler esse relato, parecia que se tratava de uma lembrança romantizada. Mas esse pensamento se chocou com o achado de um processo em que está transcrita uma ocorrência. O documento está diretamente endereçado para a destinatária:

Senhora Dilmar,
Estamos aqui para comunicar-lhe o motivo pelo qual requisitamos temporariamente seu automóvel.
SOMOS REVOLUCIONÁRIOS
Necessitamos utilizá-lo para uma ação armada na luta contra a ditadura militar da burguesia no Brasil nos impõe e (ocorrerá) DURANTE TODO O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO inúmeras tarefas para as quais serão necessárias requisições como esta.
Acreditamos que o seu nível cultural e a profissão tão ligada ao sofrimento humano, ajudarão a compreender (...)
Lutando pela construção de uma sociedade mais justa, o que só ocorrerá com a derrubada desta ditadura que aí está (...)
Confiamos na justeza histórica do caminho que a vanguarda do povo brasileiro já iniciou: o caminho da revolução. (...)
Não serão as dificuldades de hoje que vão deter a luta. (...) OUSAR LUTAR / OUSAR VENCER, Rio, 18/10/1971, VPR.³⁴

O texto encerra também alertando para os riscos de que a polícia fizesse algo contra o carro: “Logo que for utilizado, o seu carro lhe será devolvido. É bom que a senhora mesmo vá buscá-lo, pois os agentes policiais da ditadura costumam se apoderar de carros abandonados, remodelá-los e por chapas frias, passando a usá-los na repressão aos revolucionários”. Tudo indica que a senhora Dilmar não ficou comovida com a carta, pois o documento consta num inquérito no Superior Tribunal Militar contra os militantes.

³³ SOLNIK, p. 17.

³⁴ BNM, Panfleto da VPR, 18/10/1971.

Esses casos nos fazem lembrar de uma questão levantada por Marcelo Ridenti, e que muitas vezes é desconsiderada nas análises, o fato de que por mais que passassem dificuldades, ameaças, prisões, torturas e morte, o espírito geral dessas pessoas estava vinculado a uma crença, uma percepção de que aquelas atividades lhes faziam bem de alguma forma, uma espécie de satisfação a si mesmo de que fariam aquilo que de fato acreditavam ser o justo, o correto. Ridenti cita a fala de Cesar Benjamim: “eu era uma pessoa feliz. Apesar das limitações da clandestinidade”. Pedro Rocha relatou que “se sentia muito satisfeito, a militância sempre foi um motivo de satisfação pessoal”, e ainda, José Genoíno: “no Araguaia, nunca me senti triste (...) fazíamos aquilo em que acreditávamos e confiávamos; nós tínhamos uma convicção muito profunda naquilo”.³⁵

É muito importante recuperar esse elemento, que somado à consciência que os militantes tinham com relação às imposições da própria organização, dão um quadro mais claro de que nossa visão, hoje, não pode se fixar em falsas questões como o “caráter democrático” daqueles grupos, pois essa questão simplesmente não fazia sentido para um grupo que precisava existir sob rígidas regras de segurança: “as normas de funcionamento interno das organizações comunistas eram acatadas como necessárias e legítimas, na época”³⁶. Veremos que havia sim conflitos dentro das organizações, e militantes discordavam de posições, podendo inclusive abandoná-las, mas era dentro do processo da luta que isso se construía.

É relevante também mencionar que há uma tensão permanente entre estudantes e militantes de origem operária e militarista. Na medida em que as quedas se dão, as ações urbanas os estudantes passam a ter papel mais importante, e pressionam pela realização de ações de massa. Essa concepção se choca com a necessidade de estruturar uma luta mais duradoura.

³⁵ Relatos coletados por Marcelo Ridenti, p. 259.

³⁶ Idem.

Capítulo V

A CHEGADA DE LAMARCA TENSIONA A VPR

Nada destrói a revolução. As quedas apenas provam que as condições objetivas nas cidades são adversas. A realidade confirma que nossa posição é correta.¹

O nome mais conhecido da VPR, Carlos Lamarca, marcou a história da organização de forma indelével. Não há como contar a história da organização sem se referir a ele, suas ações e capacidade de coordenação de ações armadas. Entretanto, sua participação não foi consensual. Lamarca se preparava para sair do Exército, alguns queriam que ele ficasse mais tempo, mas a organização não se deu da forma como se desejava. Os resultados imediatos levariam a prisões, vida clandestina, e rupturas internas.

Praianada: teóricos vencem, militaristas levam

O momento e lugar de afinar as lutas e propostas, seguindo a tradição da esquerda, eram os congressos. Imagine-se as dificuldades para esse fim, algumas delas são narradas em livros de memórias. Os congressos são a prova de que a organização lutava contra o aventureirismo romântico, buscando uma linha de ação que correspondesse ao momento. Os debates buscavam se alinhar a uma linha revolucionária mais ampla, o que não afastava conflitos de todo tipo. Além disso, no caso da Parainada, sua legitimidade é posta em questão por alguns militantes.

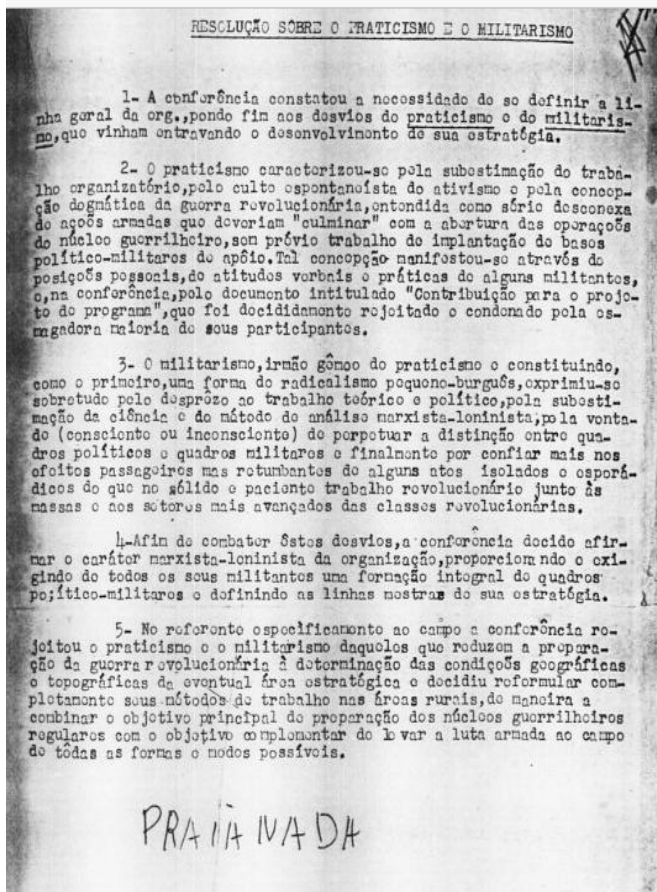
O chamado Congresso da Praianada, decidiu pela inclusão do objetivo da *revolução socialista*. Mas não foi um processo tranquilo. Nas palavras do historiador Pezzonia, Onofre Pinto golpeia o “Congresso da Praianada”, e deixa os recuistas pra trás... Quartim é afastado e Dowbor assume como “teórico da organização”². Mas os fatos são mais complexos. Embora Pezzonia recupere a posição de Quartim, que “via no militarismo

¹ Carlos Lamarca. Citado por PATARRA, p. 335.

² Pezzonia, p. 41. Isso não significa que tenham deixado de escrever sobre a mesma, sobretudo na revista Debate e em outras publicações fora do Brasil.

algo que afastava as massas da organização. Afasta delas a condição de agente revolucionário", a vitória no congresso não resolvia a questão.

O pesquisador Fabio Chagas diz que, "segundo relatos não foram produzidos documentos de discussão" no Congresso da Prainada³. Por isso trazemos com algo de dúvida o documento "resoluções sobre o praticismo e o militarismo"⁴, na medida em que a identificação parece ter sido acrescentada posteriormente.



Fonte: BNM, 42.2, p. 575

³ Ocorrido na praia de Perequê-Mirim, Ubatuba, SP.

⁴ Chagas, p. 47.

O documento em cinco pontos traz as resoluções sobre os embates. Segundo foi apresentado por Chagas, Quartim sustentava a posição de que o grupo deveria amadurecer suas bases sociais, sem preocupar-se com a opinião pública naquele momento ao passo que a maioria “logística” seguia agindo, inclusive realizando o assalto à Casa Diana durante o evento, uma forma a mais de demarcar posição. Aqui também estava colocada a posição do grupo de Quartim que defendia que Lamarca deveria ficar mais tempo nas Forças Armadas, sem apressar sua saída, “entretanto Onofre Pinto defendia a posição para a qual seria uma oportunidade única para realizar a ação espetacular”.⁵ O grupo que propunha o aprofundamento das condições de ação clandestina logo é classificado como recuista pelos militaristas, que levarão adiante as ações. Neste documento, se for de fato fruto daquele congresso, foi produzido nas vésperas do AI-5, por volta de 11 a 12/12/1968. Assim define:

1. A conferência constatou a necessidade de se definir a linha geral da organização, pondo fim aos desvios do praticismo e do militarismo, que vinham entravando o desenvolvimento de sua estratégia.
2. O praticismo caracterizou-se pela subestimação do trabalho organizatório, pelo culto espontaneísta do ativismo e pela concepção dogmática da guerra revolucionária, entendida como série desconexa de ações armadas que deveriam ‘culminar’ com a abertura das operações do núcleo guerrilheiro, sem prévio trabalho de implantação de bases político-militares de apoio. Tal concepção manifestou-se através de posições pessoais, atitudes verbais e práticas de alguns militantes, e na conferência pelo documento intitulado “contribuição para o projeto de programa”, que foi decididamente rejeitado e condenado pela esmagadora maioria dos seus participantes.⁶

O texto indica que houve sim documento de discussão apresentado. O item seguinte do documento também critica o que chama de militarismo, que assim como o praticismo seriam “uma forma de radicalismo pequeno-burguês”, que não respeitaria o trabalho teórico e político, indicando que essa distinção não era desejada. Especialmente, recusa quadros que confiam “mais nos efeitos passageiros mas

⁵ CHAGAS, op cit. p. 48.

⁶ Resolução sobre o praticismo e o militarismo. (Prainada, 12/12/1968) op cit.

retumbantes de alguns atos isolados e esporádicos do que no sólido e paciente trabalho revolucionário junto às massas e aos setores mais avançados das classes revolucionárias”⁷. Como solução, o item 4 define

Afim de combater estes desvios, a conferência decide afirmar o caráter marxista-leninista da organização, proporcionando e exigindo de todos os seus militantes uma formação integral de quadros político-militares e definindo as linhas mestras de sua estratégia.

Por fim, indica a necessidade de reformulação das lutas no campo como forma central da guerra revolucionária. Mas, segundo relatam militantes, na prática prevaleceria a posição de Onofre Pinto, que “participou do congresso porque na condição de comando não podia se recusar a participar, mas que a diretiva que ele dera aos ‘militaristas’ transcendia qualquer decisão congressual”.⁸ Na lembrança de Renata⁹, enquanto estavam reunidos, Onofre sairia da reunião para organizar a ida de Maria Pavan, esposa de Lamarca, para embarcar para Cuba com seus filhos. Ou seja, mesmo havendo um congresso, as decisões já estavam tomadas. Na leitura de Espinosa, eles achavam que “a organização ficaria melhor sem Lamarca do que com ele”.¹⁰ Na lembrança de Renata, não se tratava disso, mas do fato de que aquela não era uma oportunidade única, Lamarca poderia aguardar um pouco mais, mas ele não aguentava mais estar no quartel, e os fatos se precipitam, como veremos logo a seguir.

Segundo Chagas, antes mesmo que a ação de Quintaúna se realizasse, Onofre, “derrotado nas votações”, expulsa os quatro ‘indisciplinados’ (João Quartim de Moraes, Renata Guerra de Andrade, Wilson Fava e Maryse).¹¹ Embora Maryse tenha se juntado a eles no exílio, ela não foi expulsa. Afastados da organização, exilados no Uruguai receberam um ultimato, segundo Solnik, foram ameaçados de justicamento caso não desistissem de falar em nome da VPR. Quartim havia escrito um artigo na revista *Les Temps Modernes*, coordenada por Jean Paul Sartre. Segundo Solnik, Espinosa havia mandado o recado: “parem de usar o nome

⁷ Idem. op cit.

⁸ Chagas, op cit. p. 49.

⁹ Renata Guerra em entrevista para Carla Luciana Silva e Debora Chagas, 14/7/2020. op cit.

¹⁰ Solnik, op cit. p. 64.

¹¹ Chagas, op cit. p. 51.

VPR. Em caso de reincidência, será convocado um tribunal com vistas a justicamento”¹².

Mas a expulsão só se consolidaria mais tarde, o documento produzido pelo Comando da VAR-Palmares, desconhecido de Renata até 2020, decidia “confirmar a expulsão de João Quartim, Renata e Wilson, reservando-se o direito de punições mais severas se insistirem em se valer do nome de VPR, COLINA ou VAR-PALMARES.”

Em artigo de 1989, escrevendo como sociólogo, João Quartim faz uma espécie de revisão teórica sobre a forma da luta, que pode nos ajudar a entender aquele momento. Ali ele atribuiu à VPR um papel central no desencadeamento da luta armada no Brasil. Ela nasce diretamente associada aos militares dissidentes, de acordo com sua análise

Como se sabe, foi um núcleo de ex-sargentos e ex-marinheiros, agrupado em torno do ex-sargento Onofre Pinto, que iniciou a luta armada no Brasil. O nexos entre os dois fatos é evidente. A expulsão (pré-condição) condicionou o agrupamento de algumas dezenas de companheiros de expurgo, animados pela solidariedade recíproca na amarga situação de politicamente derrotados, profissionalmente discriminados e socialmente marginalizados em que se encontravam, desde o golpe de 1964, os protagonistas e os figurantes dos extintos movimentos dos sargentos e Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais Brasileiros. Muitos deles haviam sofrido prisão e brutalidades policiais. O próprio Onofre havia sido hóspede do famigerado navio-prisão Raul Soares, onde amontoaram-se, nos dias que se seguiram ao triunfo da sedição reacionária, numerosos presos políticos. Ao condicionar tal agrupamento, a expulsão pré-condicionou a formação, três anos mais tarde, do grupo do “Ali”, mais tarde do “Augusto”, pseudônimos adotados sucessivamente por Onofre Pinto. (O pseudônimo “Ali” refletia provavelmente a simpatia de Onofre pela Revolução Argelina) [da VPR].¹³

¹² Solnik, p. 73. A versão deste artigo publicada no jornal Debate n.2, Problemas da Revolução Brasileira, de abril de 1970, traz um texto de Quartim “introdução às teses de Debray”, que é uma tradução do texto publicado na New Left Review, onde ele diz que o debate que estava fazendo não pretendia ser “em nome da VPR”, pois deixara de ser militante desde fevereiro de 1969. op cit.

¹³ MORAES, João Quartim. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo. Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 1(2): 135-158, 2. sem. 1989. p. 140.

Ou seja, embora esteja clara a divergência teórica com Onofre, Moraes recupera seu papel, indicando uma junção de fatores para explicar a luta armada, reforçando o seu caráter militarista. Não seria apenas a admiração pelos modelos, ou cubano ou soviético que levariam a uma revolução no Brasil.

Apesar de se falar em revolução naqueles tempos, os processos reais no Brasil seguiram as dificuldades daquele momento histórico. Em outro contexto, Quartim explicita também que a forma como o foquismo foi defendido no Brasil era distinto da proposta da “Guerra de Guerrilhas”, do próprio Che¹⁴. Ele via de forma prática as dificuldades de inserção no meio rural e apontava as dificuldades de construir apoio nesta população. Mesmo que defendesse que não se devia esperar pelas condições objetivas perfeitas, o fator subjetivo da realidade do campo era dramático, como veremos em todas as experiências de “ida ao campo” da própria VPR.

Assim Fabio Chagas analisa a VPR: “o processo de fusão dos grupos em 1968 não se pautou em discussões programáticas, mas exclusivamente na conveniência da deflagração da luta armada”. Segue o autor

A ação constituiria o amálgama para a formação da VPR na medida em que os dissidentes da POLOP, decididos pelo enfrentamento armado e cansados do imenso teoricismo daquela organização, passaram a contar com quadros mais aptos à execução de tarefas militares. Iniciar as ações armadas para os ex-militares era vital em vista da inquietude que os acometia face ao longo tempo de clandestinidade e imobilidade.¹⁵

Esse dilema se recolocaria com a saída de Lamarca do Quartel, pois a clandestinidade acabaria se impondo. Os militantes esperavam uma luta imediata, como se a vida clandestina fosse o pior momento possível da luta que preparavam, sempre autocriticando-se por imobilismo.

Chagas entrevistou Dowbor em 1998, e nesse momento ele apontou ao pesquisador que a opção pelo militarismo com Onofre Pinto se deveu à falta de experiência política de ambos naquele momento. E isso levou, segundo Chagas, a uma leitura própria do conceito de foquismo: “a assimilação do foquismo por parte destes foi mais acrítica, onde os pressupostos foram assimilados muito mais para legitimar um fato

¹⁴ MORAES, 1997, p. 138.

¹⁵ CHAGAS, op cit. p. 93.

consumada a deflagração da luta armada”. Mesmo sem terem absoluta clareza dos caminhos, a opção pela luta armada devia prevalecer, adaptando-se ao que estivesse ao seu alcance. Segue Chagas “vale lembrar que se vivia o tempo em que o revolucionário não pedia licença para fazer a revolução”, em um contexto em que “fatores militares prevaleciam sobre os políticos”. Mas, a saída de Lamarca não saiu exatamente como planejada. Mesmo que Onofre Pinto tenha limpado caminho dentro da organização, também prometeu a Lamarca uma base rural que ainda não tinha.

O Congresso da Praianada levou à explicitação do conflito. A posição de Quartim é vencedora. Mas essa posição não é aceita na prática por muitos militantes. Relembra Jamil:

Quando Quartim ficou definido como novo coordenador, aconteceu simplesmente que ele ficou sozinho. Todo mundo procurava Onofre para saber. Quando alguém está arriscando a vida, não vai obedecer um fulano porque ele ganhou um congressinho numa pequena manobra estudantil.¹⁶

Como vimos, o grupo acabaria expulso formalmente na fusão com a VAR-Palmares. Onofre detinha “a verdadeira relação de forças na militância, favorável a ele”. Os fatos seguiriam agitados.

Do quartel à clandestinidade

Carlos Lamarca era um militar. De origem pobre, conhecia a realidade popular profundamente. Suas preocupações sociais eram latentes. Foi amadurecendo sobre as formas de luta a seguir. Quando esteve servindo no Quartel de Quintaúna,

Lamarca logo foi procurando o sargento, que era o pivô, a mola-mestra do trabalho político dentro do quartel. E mantinha ainda discussão com vários ex-sargentos, alguns dos quais iriam logo mais organizar a guerrilha do Caparaó, integrados ao MNR, na maior parte oriundos do Movimento dos Sargentos iniciado em 1960.¹⁷

¹⁶ Ladislau Dowbor em entrevista para Judite Patarra, p. 10. Acervo AEL.

¹⁷ JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. Lamarca: o capitão da guerrilha. SP, Global, 1980, p. 39.

Os efetivos parceiros de Lamarca nessa empreitada eram: José Mariane e Darcy Rodrigues. Juntos, realizam trabalhos de lenta e gradual arregimentação de soldados para a causa revolucionária, no que chamavam “clube de amigos”, uma forma de realizar debates sem constituir grupo proibido. Os três estavam fortemente convencidos

Da necessidade de estruturar o foco guerrilheiro – pequeno grupo de homens armados, fazendo a guerrilha numa área rural, servindo de exemplo para as massas, como um catalisador das lutas do povo até a deflagração da guerra total pela tomada do poder¹⁸.

A presença de Lamarca nesse trabalho de formação política certamente animou os demais, já que, como oficial, “tinha formação teórica mais bem estruturada”. Em 25/8/1967 tornou-se Capitão do Exército e justamente nesse ano ele “retoma os estudos do marxismo mais ordenadamente, nos limites de estudos escondidos. Mais tarde, vai mencionar essa época lembrando como de ‘decoreba dogmático’, segundo Emiliano José e Oldack Miranda. Teria sido o ataque ao Quartel Militar de Cambuci o fator que chamou atenção de Lamarca para a VPR, que se interessou por aquele grupo que buscava “armas para revolução”:

Da ação Lamarca teve detalhes, pois os soldados que montavam guarda ao hospital eram de sua Companhia. Ele se impressionou. Aquilo significava um passo adiante, ‘Esse é um pessoal sério, não é só blá-blá-blá’. E entra em contato com a VPR.¹⁹

Mas ainda naquele momento, os contatos eram feitos com vários grupos, incluindo-se a ALN (Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira) e o MNR. Os embates estavam assim colocados:

Lamarca foi convencido da existência de uma área de campo para implantação imediata do foco guerrilheiro, o que seria feito logo após a sua fuga do quartel, com as armas. Achava que a ALN não tinha condições, ainda, de implantar um foco de guerrilhas, e também tinha a convicção de que nenhuma outra Organização podia fazê-lo, mesmo a VPR. ‘Era uma temeridade’, dizia Mariguella aos militares.²⁰

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem, p. 42.

²⁰ Idem.

Foi com a garantia dada por Onofre Pinto que Lamarca resolveu bancar o projeto de saída do Exército, o roubo das armas e a desejada imersão na guerrilha. O fato é que a promessa de Onofre Pinto não se confirma e a saída de Lamarca do Quartel não vai ocorrer como o esperado. Esta saída do capitão Carlos Lamarca do Exército, que redundaria em seu posicionamento final do outro lado da Guerra, foi um fato muito narrado e lembrado. Os planos previam a realização de ações impactantes, de grande monta, com o foco na expropriação de muitas armas. De certa forma, as dificuldades que ali se colocaram já anunciavam o que viria pela frente, tanto do ponto de vista do despreparo, mas também do idealismo que marcaria alguns dos militantes da VPR.

José e Miranda falam na expectativa de “360 fuzis FAL e respectivas balas”.²¹ Entretanto, os preparativos não saíram como planejado e parte do grupo que preparava uma parte central dessa fuga foi presa, levando a uma série de outras prisões. Como resultado, a ação de saída de Lamarca foi bem menos impactante, e encontrou um quadro externo delicado, com muitos militantes presos, sofrendo tortura, outros entrando na clandestinidade a partir desse momento.

A articulação mais ampla se chamaria “noite de São Bartolomeu”. O planejamento previa uma série de atividades, mas as prisões impediram que isso ocorresse. Os planos chegavam a prever o estopim de uma guerra civil. Eram ambiciosos e ocorreriam no dia 26/1/1969:

O Palácio Bandeirantes, sede do governo paulista, no Morumbi, arde em chamas após o bombardeio de lança-rojões. No mesmo instante, ataque semelhante põe em pânico o Quartel-General do II Exército, no bairro Ibirapuera. Na Cidade Universitária, a Academia Militar de Polícia desmorona com a explosão de cem quilos de dinamite e, ao mesmo tempo, o Campo de Marte é ocupado por cinco militantes da VPR. Os sentinelas são dominados e os controles avariados para confundir o sistema aéreo da cidade. Era a Noite de São Bartolomeu, o desfecho de um plano perfeito, destinado a criar um clima de guerra civil.²²

Vários relatos lembram decisões mal executadas como a história do caminhão que seria disfarçado de militar para entrar no quartel. Ele seria caracterizado como militar mas foi denunciado ainda no processo de

²¹ Idem, JOSÉ e MIRANDA, p. 36.

²² JOSÉ e MIRANDA, P. 36.

preparação do mesmo, no interior de Itapecerica da Serra, no dia 23/1/1969, conforme todos os relatos dos envolvidos. Caíram diante da denúncia de um garoto curioso que percebeu os preparativos do caminhão, foi mal tratado pelos homens que cuidavam da pintura, denunciou aos pais, que por sua vez chamaram a polícia e todo o magnânimo plano acabou na prisão. Hermes Camargo Batista abriria à repressão vários detalhes e informações que permitiriam chegar a todos os envolvidos.

Diante disso, não restou a Lamarca alternativa do que a deserção, segundo conta seu companheiro de deserção Darcy Rodrigues: “No final da tarde de 6ª feira, 24/1, o capitão Carlos Lamarca entrou no IV RI dirigindo sua própria Kombi e a carregou com 63 fuzis FAL, 3 metralhadoras INA, uma pistola 45 e farta munição”²³. Quando Lamarca chegou, o ex-sargento Onofre Pinto passava a comandar o capitão, e iria para o confinamento. Por um lado, percebeu que havia sido ludibriado e que a VPR não dispunha de um “exército rural”, por outro lado, mostrou a dura realidade em que se movimentavam os grupos da organização.

Vários processos foram abertos posteriormente, onde aparecem nomes de outros possíveis militantes, inclusive militares, que tiveram contato e estavam prestes a adentrar na VPR. É o caso do sargento Pittoli, amigo de Darcy, que confessou “apoio às ideias subversivas e socialistas do movimento e sua disposição em colaborar com o mesmo e de desertar para ingressar no grupo”²⁴. Preso, após passar por tortura, ficaria dez meses em uma solitária.²⁵

O grupo cada vez mais precisaria realizar ações, inclusive usando seus comandantes para isso, com o fim de se manterem, mesmo que possuidores de armamento. No caso das armas expropriadas no Quartel de Quintaúna, inclusive, o problema foi enorme porque retiradas as armas, a VPR não tinha onde escondê-las. Quando estava colocada a incerteza quanto à guarda das armas, já que não tinham base no campo para tal fim, Lamarca recorreu a Marighella e sua organização. Marighella havia sido contra a saída de Lamarca do Exército: “não é o momento de sair da posição. Precisamos dele lá”.²⁶ Mais tarde, se recusaria a devolver parte das

²³ PEDROSO JR. Sargento Darcy. Lugar tenente de Lamarca. Bauru, 2003, Texgraf, p. 70.

²⁴ SNI. Encaminhamento n. 346/69. Vanguarda Popular Revolucionária, 21/3/69.

²⁵ Milena Tarzia e Samuel Garcia. Entrevista realizada em 26/7/2019 a Carlos Roberto Pittoli, em Bauru – SP. *Ananke*, Bauru, v.1, n.2, 2ª sem, 2019, p. 91 -100.

²⁶ MAGALHÃES, Mario. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 423.

armas, alegando que seria “para a revolução”, e não para a VPR. Há vários relatos em torno disso, mas o fato é que a VPR não tinha como guarda-las²⁷. José e Miranda dizem que “no fim, apenas a metade voltou. A partir deste incidente Lamarca passou a cultivar profunda antipatia por Marighella, em quem não depositava a menor confiança como ‘dirigente da revolução’”.²⁸

A saída de Lamarca do quartel, acompanhada da deserção de Darcy Rodrigues, José Mariani e Carlos Roberto Zanirato, levou em conta a prisão de vários militantes e começavam as delações de ex-companheiros, ou seja, se não saíssem, provavelmente seriam também delatados. O jornal *Correio da Manhã* de 27/6/1969 noticiava, a partir de um informe recebido do DOPS de São Paulo,

Uma bomba de alto teor explodiu na madrugada de ontem no prédio onde está instalado o parque da Aeronáutica, na Avenida Cruzeiro do Sul. O petardo destruiu a fachada do prédio, quebrou vidros e janelas e danificou móveis.

Terroristas visaram na madrugada de ontem o palácio Bandeirantes, e sede do Governo do Estado. Ocupando um carro, deram rajadas de metralhadoras contra o edifício, sendo repelidos por soldados da guarda palaciana.²⁹

O jornal traz, de forma oficial, a longa lista daqueles que foram delatados, contribuindo para disseminar um clima de insegurança e medo na população. Praticamente todos os nomes da VPR e outros grupos são listados: Lamarca, Marighella, Carlos Figueiredo de Sá, Diógenes Oliveira, entre muitos outros. Essa listagem nos faz refletir sobre alguns problemas. Se os militantes usavam codinomes para não serem conhecidos, como os nomes que apareciam aqui eram os verdadeiros? Se eles tinham contato com poucas pessoas, e dificilmente contatavam pessoas de outras organizações, como uma delação poderia indicar todos esses nomes? Não era possível. Isso indica que a polícia aproveitava alguns fatos para divulgar nomes de pessoas que eram procurados por eles, juntando informações de vários lugares distintos.

Indica também que a imprensa apenas pegava aquilo que chegava nos relatórios policiais e divulgava, sem qualquer cuidado investigativo e

²⁷ Magalhães relata que Lamarca teria doado 10 mil dólares à ALN, fruto do roubo do cofre de Ademar. (2012, p. 569.)

²⁸ José e Miranda, p. 53.

²⁹ *Correio da Manhã* de 27/6/1969

dentro do limite de tempo que a própria repressão estabelecia. Acabava exercendo papel policaresco, a exemplo do que revista *Veja* fez durante toda a ditadura publicando imagens de figuras “procuradas” pela repressão³⁰.

Nesse contexto, Lamarca clandestino estava muito longe do objetivo de levar a guerrilha adiante. Ele participaria de um período de discussões congressuais da organização, da criação da VAR-Palmares e do racha, quando retomaria a VPR, criando um grupo que buscava se reorganizar na clandestinidade. Daí viria a constituição do campo de treinamento, no Vale da Ribeira, o qual seria uma demonstração de bravura, mas também de insistência e sanha da repressão. José e Miranda sintetizam:

Para o Capitão Lamarca a dureza da clandestinidade começou no dia em que saiu do Quartel de Quintaúna, sobretudo porque se viu obrigado a permanecer na cidade, ao constatar que não existia a tão sonhada área de campo do foco guerrilheiro. Marighela tinha razão: eram pequenas as condições de se absorver o episódio da fuga, e não havia mesmo nada preparado.³¹

Fora do Quartel, era necessário entrar na lógica da organização, das discussões teóricas e das regras da clandestinidade. Com todas as dificuldades colocadas, Lamarca traria elementos militares, mas daria fundamentais contribuições para a organização da luta. Não apenas no seu papel de comando em diversas ações, mas também pela reflexão sobre a luta registrada em vários textos produzidos por ele.

Em 9/5/1969 Lamarca participa de uma ação, um assalto a banco, onde ele mata com um tiro certeiro o guarda civil Orlando Pinto Saraiva, que estava ameaçando atirar em Darcy Rodrigues, segundo seu relato posterior. Depois de um “confinamento”, Lamarca tenta disfarçar-se, submetendo a uma cirurgia para modificar o nariz, o que não teve muito efeito além de desagradá-lo e causar imenso desconforto físico, pois modificou sua arcada dentária. O médico, posteriormente preso entregou o ato à repressão, o que tornou ainda mais infrutífera a tentativa.

³⁰SILVA, Carla. História e memória da repressão nos anos 1970 e 2014. *Projeto História*, São Paulo, n. 50, pp. 138-170, Ago. 2014.

³¹ José e Miranda, p. 53

Em seguida buscaremos entender melhor o contexto da fusão, mas percebemos que Lamarca estava em uma situação difícil, entre ser um líder e querer fazer o trabalho concreto, certamente sabendo que essa “base de campo” não existia. Será ele mesmo que tentará criá-la. Nesse mesmo mês Lamarca produz o texto “Caminhos da guerrilha”, dando passos avançados sobre a forma que a luta deveria se dar, como já apontamos no capítulo 3. Sua autocrítica ajuda a entender o contexto da epígrafe: “Negais vossas ilusões e preparai-vos para a luta” (Mao Tse-Tung).

Capítulo VI

ANO DE LUTAS, FUSÃO E RACHA

É preciso estudarmos e estamos sentindo que o capitalismo não está queimando seus últimos cartuchos. Até 64 a economia brasileira caminhou desordenadamente mas a partir daí, começou a se organizar, a traçar planos e hoje caminha mais ou menos visando atender as necessidades para a manutenção do sistema¹.

Nos primeiros meses de 1969 foram pelo menos quatro grandes ações dos grupos de luta armada: em janeiro, a deserção de Carlos Lamarca na fuga do Quartel de Quintaúna, com as armas; o roubo do cofre de Ademar, no dia 18/7/1969; o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em 2/9/1969, realizado pela ALN; o Congresso de criação da VAR-Palmares. Todos eles no epicentro do país naquele momento, o Rio de Janeiro (estado da Guanabara). Tudo isso desencadearia a ira da repressão, mas não impediria que 1970 fosse o ano da experiência concreta do campo de treinamento no Vale da Ribeira. Esse campo seria também fruto e resultado das divergências de concepção sobre organização da luta.

A obra de Luís Mir chama atenção para o fato de que o Congresso de Teresópolis foi realizado ao mesmo tempo em que a ALN estava fazendo o sequestro do embaixador estadunidense. Isso implicou vários problemas, já que a cidade ficou absolutamente cercada e controlada por policiais: “em caso de revista, nos carros havia armas, documentos falsos, materiais políticos para ser discutidos”. Inclusive, o carro em que estava Lamarca foi parado, e superou “em condições dramáticas uma barreira”.² A própria ida de Lamarca para o congresso foi muito complicada, usou como uma das proteções uma mulher (Jovelina) com um filho de 50 dias sentados no banco ao seu lado, o que ajudou a despistar os policiais. Momentos tensos, de sorte, atos muito arriscados.

Muitas quedas de militantes se dariam em 1969, sendo que a VPR foi diretamente atingida, sendo inclusive Onofre Pinto preso, e vários

¹ Razões que determinaram meu desligamento da O. 1/7/1969, Basílio (Bacuri)

² MIR, Luis. A revolução impossível. A esquerda e a luta armada no Brasil. SP, Círculo do livro, 1994, p. 481.

outros de seus militantes, o que trataremos melhor no próximo capítulo. O Colina, por sua vez, também teve enorme abalo com prisões. Isso levaria os grupos a se aproximarem, o que se consolidaria com fusão em torno do novo grupo, a VAR-Palmares, que surgiria com um animado manifesto:

Um espectro ronda os exploradores da América Latina: e espectro da luta armada revolucionária. A burguesia vê horrorizada fuzis que lhe foram arrebatados empunhados pelos explorados e oprimidos, ameaçando jogar por terra seu domínio secular. [...]

Há uma única luta que soma todos os homens. Há um único caminho que todas as lutas apontam: o caminho socialista. Não haverá liberdade enquanto um único irmão estiver submetido às amarras da burguesia internacional.³

Assim se lança a VAR-Palmares, que seria responsável por uma das maiores façanhas dos grupos de luta armada, a expropriação do cofre advindo de dinheiro de corrupção.

O cofre: sorte e revés

A maior ação de expropriação realizada por um grupo de resistência - o assalto ao Cofre do Ademar - seria realizada justamente pela VAR-Palmares. Dia 18/7/1969 a grande ação foi realizada, conseguindo arrecadar em torno de US\$2,5 milhões de dólares. Tinha o objetivo ainda de divulgar documentos que ajudassem a denunciar corrupção, mas esse objetivo não foi atingido, pois não havia tais documentos naquele cofre”⁴.

Dentre os participantes da ação estavam Sonia Lafoz, Wellington Moreira Diniz, Juarez Guimarães de Brito, José Araújo Nóbrega, Carlos Minc, Darcy Rodrigues, Renata Guerra, José Espinosa. Foram acionados também os metalúrgicos Delci Fensterseifer e Jesus Peredes Soto, que seriam os técnicos da abertura do cofre. Segundo sintetizou Solnik, “numa ação normal de um banco eles arrecadavam cinquenta mil cruzeiros. Agora

³ Manifesto da VAR-Palmares. Ousar lutar, ousar vencer, 7/7/1969., 3p. BNM42.

⁴ Depoimento à Primeira Companhia de Polícia do Exército, de Antonio Roberto Espinosa, 10/12/1969. Longo e detalhado depoimento, onde ele conta toda a trajetória de militância, desde os primórdios da VPR até sua prisão, em 21/11/1969. Todas as 13 páginas (em espaçamento simples) são assinadas por ele.

tinham arrecadado duzentas vezes isso. A ação valeu por duzentas. [...] Mas nada, de fato, voltaria a ser como era”⁵.

Juarez⁶ planejou a ação a partir de informações de Gustavo Benchimol sobrinho da guardiã do cofre. A preparação contou com a experiência de Lamarca “embora não estivesse na ação pessoalmente, nada daquilo teria acontecido sem ele”. Ele teria dito quando recebeu a notícia do sucesso “Urra! Mudou a história da esquerda armada e da esquerda brasileira. Vai mudar a história do povo brasileiro. Uma nova fase começa hoje!”⁷ Essa nova fase, entretanto, implicaria em feroz caça da repressão aos assaltantes do cofre e contribuiria para novas cisões no grupo.

Parte da sorte se deve a que pelo dinheiro ser fruto de corrupção, não interessava dar grande publicidade ao fato. Quando foi noticiado o roubo, a guardiã do cofre, Ana Capriglione declarou que o mesmo estaria “vazio”. Os militantes tiveram dificuldades para deslocar o cofre até o local onde o mesmo seria aberto, e tiveram que usar maçarico e água para evitar que as cédulas se queimassem. No final, conseguiram o dinheiro.

Sobre o roubo do cofre há relatos bastante emotivos em vários depoimentos e memórias dos envolvidos, pois de fato foi um feito imenso. A obra do jornalista Tom Cardoso dá um tom narrativo sensacionalista: “o cofre do Dr Rui: como a Var-Palmares de Dilma Rousseff realizou o maior assalto da luta armada brasileira”.⁸ Assim, a ação fica apenas por conta da organização na qual militou a futura presidente Dilma.

O fato é que o valor expropriado seria alvo de parte dos conflitos com o grupo que racharia, e por muito tempo serviu para sustentar a organização. Gerou também muita discórdia e dificuldades de gerir tamanho montante de forma clandestina. Despertou a cobiça dos agentes de repressão que viam na busca dos detentores desse valor uma oportunidade para um grande botim de guerra. Infelizmente não localizamos estudos que se aprofundem nessa temática e que permitam rastrear os caminhos desse dinheiro. Nos interessa acentuar que as discussões se davam em meio à euforia da ação. O relato de Espinosa

⁵ SOLNIK, p. 33.

⁶ Juarez viria a cometer suicídio em abril de 1970 quando caiu em uma emboscada. A repressão, após tortura, levou Wellington Diniz para um ponto, para o qual Juarez não deveria ter comparecido, mesmo com a tentativa de Diniz avisá-lo, Brito acabou sendo emboscado. <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/juarez-guimaraes-de-brito/>

⁷ Frase atribuída a Lamarca, Solnik, p. 34.

⁸ CARDOSO, Tom. O cofre do Dr Rui. Como a Var-Palmares de Dilma Rousseff realizou o maior assalto da luta armada brasileira. RJ, Civilização Brasileira, 2011.

mostra uma visão de militantes que não tinham clareza dos seus caminhos: “não se tinha critérios claros e rígidos de militância; não se tinha normas de segurança e disciplina como era preciso ter”⁹.

A criação da VAR-Palmares

No Brasil, a atomização dos revolucionários fraciona seu potencial de luta. É necessário urgentemente que se somem as forças, para enfrentar as forças de uma ditadura feroz como a brasileira.

É compreendendo isto que a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (Colina) sobre a unidade de seus principais políticos e orgânicos resolveram constituir-se numa nova organização, somando suas forças e suas experiências adquiridas neste período de preparação para a luta armada.¹⁰

Não houve parada, a luta seguiu o ritmo. O Congresso de unificação de VPR e Colina ocorreria em agosto de 1969, durando 44 dias, na cidade de Teresópolis, mas as datas não são precisas. Não foi com unidade que o grupo sairia do Congresso, pelo contrário, houve um racha que levaria à reconstituição da VPR, que se reorganizaria não com os mesmos membros, trazendo junto alguns daqueles que eram Colina, inclusive. Como se observa no próprio manifesto de fundação, as visões em conflitos foram ajustadas em um texto, mas a prática seria difícil, pois estariam eles “preparando a luta”, ou já lutando?

O documento *Informe sobre a fusão VPR-Colina* apresenta as posições daquele “importantíssimo passo para a Revolução Brasileira”. Após breves considerações sobre o contexto nacional, o texto coloca como decisões finais:

a) Se por um lado a fusão é um imenso avanço, por outro cria problemas para os quais é preciso toda uma visão política acertada para conseguir resolver.

Dentro disso, entra o Congresso da O., seu órgão máximo, que vai representar realmente o ponto final do processo de fusão. Este Congresso terá que desempenhar um papel homogeneizador e assumirá características novas numa organização de novo tipo. Deverá ser realizado com maior participação possível de cada

⁹ Espinosa, depoimento de 10/12/1969.

¹⁰ Manifesto da VAR-Palmares. Ousar lutar, ousar vencer, 7/7/1969., 3p. BNM42

militante. A fusão real só poderá ser possível se for fruto do esforço conjunto de todos e de cada um em particular.

d) O nome VPR ou Colina não deveriam ser colocados na nova Organização porque são nomes conhecidos de organizações revolucionárias. Observou-se que o nome deveria expressar a nova organização que não corresponde à soma das duas anteriores, mas como toda globalidade é mais que a soma de seus elementos constitutivos.¹¹

Os relatos sobre a criação da VAR-Palmares são em sua maioria plenos de posições das memórias dos militantes, cheios de paixões e ressentimentos. Imagine-se a situação, em plena ditadura militar, Rio de Janeiro buscando os sequestradores do embaixador estadunidense e um grupo de militantes armados discutindo os rumos da revolução brasileira em Teresópolis, há poucos quilômetros do Rio. Entretanto, podemos avançar nesse tema na medida em que dispomos de vários documentos que nos ajudam a ir além das lembranças, mas não pretendemos esgotá-lo¹². As razões teóricas e políticas do racha merecem ainda ser aprofundadas.

O “Congresso de Abril”¹³, ocorrido em Mongaguá, consolidou a criação, contou “com cerca de 25 militantes, 20 deles delegados eleitos pelas células”. Segundo Chagas, nesse congresso “O termo foco foi substituído pela expressão ‘coluna móvel estratégica’, a qual seria a forma principal de luta, combinando-se com guerrilhas irregulares fora da área estratégica”¹⁴.

A direção ficava assim definida: Roberto Espinosa, Carlos Lamarca, Fernando Mesquita, Mario Japa e Claudio Souza Ribeiro. Tinha como objetivo “político imediato a retomada e o aprofundamento dos contatos com os COLINA de Minas e da Guanabara, com o intuito de cristalizar uma fusão para ampliar nacionalmente a luta revolucionária”, função essa que seria parcialmente cumprida por Iara Lavelberg. Ou seja, um outro congresso seria necessário para consolidar a fusão, convencendo as bases dos próprios grupos.

¹¹ Informe sobre a fusão VPR-Colina, 7/7/69. VAR PALMARES. Fundo BNM, 42.3.

¹² Há vasta documentação sobre a VAR-Palmares nos processos do portal BNM que não serão aqui analisadas, pois o foco é seguir a VPR.

¹³ Algumas fontes se referem a esse evento como “conferência”, deixando para o evento de fusão das organizações o caráter de congresso.

¹⁴ CHAGAS, p. 54.

Mais duas reuniões ocorreriam em Mongaguá para tratar da fusão e retomar as teses para acertar rumos, fazendo discussões prévias com membros das direções, tanto da VPR como do Colina, a fim de verificar suas afinidades. Essas discussões ocorreriam enquanto muitos militantes estavam presos, o que somente aumentava a tensão. No relato a José e Miranda, Espinosa diz que chamou um congresso, “onde se discutem as perspectivas da luta”, no qual,

O grupo de Osasco, composto de operários e estudantes que tiveram acentuada atuação nas greves de 1968, assume nesse Congresso a posição de não subestimar o papel político das massas. Mas a ideia básica permanece: o foco, como forma ‘fundamental’ de luta; o trabalho de massas, a forma ‘complementar’.¹⁵

Nesse momento, Lamarca propunha-se apenas a direção da coluna rural, segundo José e Miranda, “o receio de assumir cargo de direção tinha mais uma forte razão: temia se tornar ‘um outro cacique’, transformar-se num prisioneiro do próprio mito, criado à sua revelia”. Se iniciava um novo período de debates em torno do caráter da revolução socialista, mas a premência organizativa se impunha. Fabio Chagas sintetizou:

As posições que se mostravam antagônicas foram, de uma certa forma, abafadas pelo fato de que naquele momento a maioria dos militantes presentes ambicionava a constituição de uma organização do porte que seria a VAR-Palmares. Ao final da reunião definiu-se um comando composto por seis pessoas, foram elas: Roberto Espinosa, Carlos Lamarca, Cláudio de Souza Ribeiro, Juarez Guimarães Brito, Maria do Carmo Brito, Carlos Franklin Paixão Araújo.¹⁶

Nas lembranças de Celso Lungaretti, além de decidirem por uma posição crítica com relação à URSS, “o programa que acaba sendo decidido no encontro proclama que o Brasil é um país plenamente capitalista, portanto, a revolução terá caráter socialista, com o proletariado na vanguarda”¹⁷. Ou seja, limpam o terreno com relação às concepções etapistas e vão investir em uma visão inserida no capitalismo brasileiro,

¹⁵ JOSÉ e MIRANDA, op cit. p. 53.

¹⁶ CHAGAS, op cit. p. 59.

¹⁷ LUNGARETTI. Celso. *Náufrago da utopia*. Vencer ou morrer na guerrilha, aos 18 anos. SP, Geração editorial, 2005, p. 84.

mas ainda com protagonismo proletário. O tema da relação com a massa camponesa, caro aos marxistas-leninistas do maoísmo não entrava ainda no cerne do debate.

A VAR Palmares reunia militantes que buscavam ações de formação da classe trabalhadora, como recorda Listz Vieira. Relata que em março de 1969, quando se retirou para Porto Alegre, “participava dos grupos clandestinos da Organização, fazendo reunião com operários e preparando um jornal marxista que era distribuído nas fábricas”.¹⁸ Completa que: “Nitidamente não era fácil. O operário havia trabalhado o dia inteiro, chegava para a reunião à noite e estava com sono, e ainda tinha que ouvi-lo explicar conceitos marxistas”.¹⁹ Além disso relata que davam assistência a grupos de estudantes que queriam estudar marxismo. Esse era o principal embate, pois defendiam as ações de formação da classe, para além da ação armada, antevendo os riscos de jogar todas as fichas no espontaneísmo das massas.

Essa posição denota uma crítica teórica vinda dos “gaúchos”, assim expressa por Bona Garcia, citado por Fabio Chagas: “os textos de Jamil foram motivo de brincadeiras no sul do país, devido à formação marxista mais sólida de seus companheiros que os levava a interpretar aquelas teorizações como uma deformação do marxismo”²⁰. O foquismo, confundido com militarismo, seria esse divisor de águas. Na descrição posterior de Listz Vieira, os debates apareciam desta forma no Congresso de Teresópolis:

Evidentemente que não era um projeto de massa. Era uma época de vanguarda clandestina e o plano maior era desencadear a guerra de guerrilha, e para isso era necessário formar um grupo bem armado, embasado por toda uma teoria do guevarismo, com uma leitura foquista da revolução cubana. O exemplo revolucionário deveria despertar a massa. Basta pouca gente para isso – você tem dez caras, sequestra um embaixador e escandaliza o país obrigando o governo a libertar presos políticos. Bastam dez pessoas, seis para a ação e quatro para arranjar o apartamento. A guerra de guerrilha é isso. Precisavam apenas de pessoas adestradas com a preparação técnica e um mínimo de apoio local em âmbito de estrutura urbana e rural.²¹

¹⁸ LISTZ, op cit .p. 44.

¹⁹ Idem, op cit. p. 45.

²⁰ CHAGAS, op cit. p. 62.

²¹ VIEIRA, op cit. p. 49.

A partir daí, com a “coluna guerrilheira, do foco que ia se espalhando como mancha de óleo no mar, na expressão do escritor francês Debray [...] toda a estratégia era a formação de um exército popular contra o exército da burguesia, que era a ditadura militar”. Essa posição traria muitos conflitos, pois mesmo os estudantes que participavam de ações de massas tinham simpatia pela ideia do foco.

Na síntese de Cristina Chacel, o congresso foi ainda mais crítico ao foco, mas esse seria o ponto de divergência, embora o documento tente mostrar o contrário:

As agendas políticas coincidem. Tanto a Ó Pontinho²² quanto a VPR defendem o caráter socialista da revolução, descartando a visão de libertação nacional de outros grupos da esquerda armada, como a ALN. Ambas, também, levam para o debate documentos parecidos, em que criticam a importação automática do conceito de foco cubano – não acreditam que o envio de grupos para áreas de guerrilha, tendo basicamente a geografia montanhosa como escudo, possa, a partir da centelha, incendiar a revolução no Brasil.²³

Obviamente, essa posição se choca com a posição de Lamarca e de todos os militantes originários da VPR. Será decisiva para o racha no grupo, posição apontada também pela autora:

Quando a gente falava em trabalho político, havia uma reação terrível do pessoal da VPR. Eles questionavam: o que é isso? Trabalho político, como? Aonde? Isso é desviar forças do foco, da luta armada, é perder quadros, nós não temos quadros suficientes, então, não vai sair nunca. Querem adiar a luta armada?

Na sequência explicita a diferença:

A VPR defendia o envio massivo de militantes para o campo. As ações na cidade teriam, por única finalidade, financiar e apoiar a guerrilha rural com infraestrutura, logística, recursos. Não era o que pensava Ó Pontinho, para a qual o trabalho urbano, junto à classe operária, aos

²² “Ó Pontinho”, nome que o grupo usava antes da fusão e formação da VAR-Palmares.

²³ CHACEL, Cristina. Seu amigo esteve aqui. A história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte. RJ, Zahar, 2012, P. 75.

estudantes e sobretudo a populações em conflito, não podia ser abandonado.²⁴

De tal forma havia uma divisão que foram eleitos dois comandos: o Comando de Lutas Principais e o Comando de Lutas Secundárias. No nome o principal seria o campo, mas, na prática, seguiam sendo os embates urbanos que mais contariam, havia dois documentos: as Teses sobre a Tática,

Se constituía no instrumento teórico dos que, embora não se afastando das ideias militaristas, criticavam o papel da chamada ‘coluna estratégica’ guerrilheira como ‘tática global’, prevendo grupos de guerrilhas irregulares na periferia das cidades como peças que se encaixavam dentro da tática política geral, onde o trabalho com as massas populares ocupava um importante papel.

E, segundo a leitura da VAR-Palmares que Chacel apresenta, a Tese de Jamil

Constatando a existência de uma ‘aristocracia operária’ e atribuindo um papel revolucionário às amplas camadas da massa desempregada, marginais ao processo produtivo. Propunha, então, a formação de uma organização de combatentes, e não de um partido (....) no momento tratava-se de criar a organização de combatentes que, por questões de segurança, não devia manter vínculos orgânicos com a massa, apenas ligações políticas.²⁵

Não se confunda, entretanto, essa posição com o foquismo debraysta. Os conflitos maiores se dão entre os que defendem o trabalho de massas, ou que o contato político com as massas trabalhadoras se daria nas cidades, centro urbanos tendo o uso de armas como recurso, pois essa era a realidade vivida. A Tese de Jamil não defendia um foco guevarista, e batia-se contra as ações de impacto de massas, pois ainda estava muito longe de ter condições de manter militantes clandestinos e treinados em condições de enfrentamento. Ao mesmo tempo, não se podia evitar a necessidade de ações urbanas para sustentar a luta, seria uma longa luta. Havia, desde que a aproximação se deu, conflitos entre os dois setores, os “principais” e os “secundário”. O racha acaba sendo inevitável:

²⁴ Idem, p. 76.

²⁵ Idem, p. 62.

Lamarca, o ex-sargento Darcy, o ex-sargento José Araújo Nóbrega, o ex-marinheiro Claudio Ribeiro, Celso Lungaretti, Mario Japa e mais um. Todos com uma visão bem guerrilheirista: queriam ir para o campo, fazer a guerra, libertar o povo. Não admitiam ficar perdendo tempo nas cidades e se põem a discutir separadamente.²⁶

A leitura desse racha como os “guerrilheiros” não dá conta do que eles propunham. O conjunto dos militantes não sabia ao certo como equacionar sua posição militar com a ação rural e a questão de politizar as massas, especialmente em situação de absoluta clandestinidade. Esses embates seguiriam existindo. Na lembrança de 1969, Espinosa, que ficaria na VAR-Palmares, assinalava a falta de conhecimento político do Comando Nacional. Ele registrou que

O Congresso era uma necessidade premente para a Organização, se bem que os companheiros que mais tarde viriam a ‘RACHAR’, não entendessem isso naquele momento. Compreende este comportamento da parte dos companheiros porque não estavam ligados no trabalho complementar [...] ²⁷

Os conflitos eram tais que o congresso durou um tempo imenso. Inicialmente, de 24 a 26 dias, até a ocorrência do racha, quando os companheiros “lhe informaram de sua posição de reconstituição da VPR em cima de uma linha que para o depoente não fora aprovada no Congresso da VPR de abril, de uma linha que considerou então foquista e militarista, pois subestimava o papel das lutas secundárias e o papel do trabalho político” ²⁸.

Essa situação foi de tensão extrema, quase chegando ao conflito físico, e com ameaças armadas. Ao fim, “racharam mais de 65 companheiros. A esmagadora maioria dos que tinham experiência em ação, rachou”. Deu-se uma pausa de 10 dias e novamente se reuniram, conforme registrou Espinosa. O acerto político da separação geraria dificuldades imensas ao reordenamento do seu grupo.

Muito tempo depois, o relato de Espinosa mostrava-se abalado pela ruptura da VPR, inclusive usando a expressão VPR 1 e VPR2, a 1 seria a

²⁶ Idem, p. 63

²⁷ Espinosa, Depoimento de 1969.

²⁸ Idem. Perceba-se que a redação indica que Espinosa falava, mas há a intervenção do escrivão que está em tese traduzindo suas palavras ao papel, que depois seria assinado por ele.

legítima, a dois seria usurpadora. Ele fora um dos fundadores da VPR, e no racha, ficava do lado da VAR-Palmares. Aqui, ele se refere a Lamarca:

O relato segue: claro que num momento ou outro, quando era preciso um chefe e ele tinha certezas, utilizava isso na VPR nova, na velha não, na VAR também não. Mas em outros momentos entrava em crise tanto é que ele rachou depois com a VPR. Você já viu comandante que racha? Chefão que racha? E sai sozinho? Isso indica duas coisas. Primeiro, que ele não conseguia controlar a organização, porque havia uma parte que insistia no colegiado e que praticava o colegiado. E ele acaba rachando sozinho, saiu sem ninguém, foi para o MR-8, que não sabia o que fazer com ele.²⁹

Há uma carga de ressentimento, que demarca uma posição que nunca aceitou Lamarca, atribuindo a ele uma forte personificação, da qual seria difícil de se dissociar, além de ser uma construção posterior, pois apenas em 1971 Lamarca deixaria a VPR, e não sozinho e ainda acreditando na revolução.

Uma base operária

Neste contexto pré-Congresso, encontramos um logo documento, de maio de 1969, identificado como “contribuição de uma base operária”, o que indica que havia discussões e pequenos grupos dentro do grupo maior. As tensões entre a afirmação de um marxismo e a relação com a classe trabalhadora seguiam presentes.

O documento aponta pelo menos 18 destaques ao texto do Comando. Os problemas variam entre formas de interpretação teórica, até divergências pontuais. A crítica já iniciava enunciando que o programa estava muito obtuso quanto ao marxismo, “cremos que é necessário que haja maior clareza quanto a esse critério, que o mesmo seja evidenciado por palavras, e não apenas por conceitos. A opinião é que, em primeiro lugar seja definido o seguinte: Nosso guia é o marxismo leninismo”.³⁰ Nesse sentido fazem uma discussão sobre as contradições do sistema e a forma da ditadura do proletariado. Criticam a “pretensão de intelectualidade” do documen-

²⁹ Idem, p. 191. A referência ao MR8 está deslocada, já que ocorreria apenas em 1971, quando os conflitos se recolocavam em relação à VPR, não mais à VAR-Palmares.

³⁰ Uma crítica do documento das resoluções do Congresso de maio 69. Base Operária. BNM 42.

to da direção, sugerindo que se adote uma “linguagem clara” para ampliar seu alcance. Trazem elementos conflitantes para aquele debate, lembrando que “é mais do que sabido, e cada vez mais em evidência, que as classes nunca ‘cedem’ na luta de classes”.³¹ O documento debate e discute a tese da luta de libertação nacional e o revisionismo soviético, pelo qual critica ainda a posição de Cuba para buscar se aproximar da concepção da revolução chinesa. Ou seja, demarca-se uma crítica ao superdimensionamento que teria Cuba e seu método revolucionário, defendendo que se incorporasse “A Revolução da Nova Democracia, tese de Mao-Tse-Tung”, que permitiria pensar o papel do camponês e da luta ant imperialista.

A crítica de Lamarca a esse texto seria escancarada na capa da revista *Veja* como “segredo do terror” (28/10/1970), em que Lamarca criticava o comportamento “alienado” da companheira Odete, apontada como autora das críticas³². O documento da militante de codinome Odete traz o tema, com uma citação de poema de Bertold Brecht, “mas quem será o partido?”. Lamarca faria uma autocrítica.

A vanguarda se impõe

Em entrevista a Chagas, Dowbor diz que “a gente definiu um programa mais amplo, justiça social, democratização, distribuição de renda, eixos e não socialismo para isso e aquilo. Definimos pela busca de uma articulação mais ampla com diversos setores”.³³ Segundo Chagas,

A VPR definiu como modelo da sua estrutura organizacional uma vanguarda operacional e militarizada. Postulava a formação de pequenos grupos de ação com autonomia que fossem capazes de levar adiante ações de guerrilha nos seus campos de atuação.³⁴

Ele cita o documento “O caminho da Vanguarda”, no qual seria apresentada a teoria revolucionária da VPR. Percebe-se uma forte influência de autores trazidos das leituras da Polop: André Gunder Frank, e

³¹ Idem, p. 3.

³² O texto da Base Operária é de maio de 1969. O texto “estrutura alienada e alienante”, embora sem data, se encontra junto com os textos de CID, de 1969 (BNM42). A crítica de Lamarca está na capa e corpo da *Veja* em 1970. Portanto, é possível que quando o mesmo aparece na capa da revista já fosse tema passado da organização.

³³ Dowbor in CHAGAS, p. 3.

³⁴ CHAGAS, P. 72.

as leituras dos brasileiros Octavio Ianni e Celso Furtado, chegando à conclusão de que o país estava sob julgo imperialista, e que “seria impensável um projeto revolucionário que considerasse a participação da burguesia nacional”³⁵.

Um texto atribuído a Gunter Frank, localizado junto à documentação da VPR, se posicionava:

Regis Debray exprime ideias complementares: segundo ele, nas circunstâncias atuais na AL, um ‘foco’ que une e exerce simultaneamente a direção política e militar num quadro rural deve ter precedência sobre a formação de uma vanguarda ou de um partido de massa urbana.³⁶

Ou seja, com Jamil a posição refuta o partido de massas, mas vai seguir na linha de vanguarda. Não havia condições de seguir toda a organização no campo. A experiência dos militantes buscava captar essa realidade.

Jamil além de produzir documentos, participou de várias ações armadas, contribuiu para a reorganização do grupo em momentos de crise, foi preso e torturado. Sairá do país como um dos trocados pelo embaixador alemão. Sustentando uma posição bastante excludente quanto à possibilidade de ação de massas, temia, sobretudo, estudantes armados sem preparo em ações de ampla mobilização. Os riscos eram imensos. Na Argélia, quando foi um dos libertados, atuaria como porta-voz dos militantes, denunciando as torturas sofridas. Deu entrevistas em muitos órgãos de imprensa internacionais.

É preciso observar que em dado momento, para o funcionamento da VPR os estudantes passavam a atuar também como vanguarda armada, não mais como movimentistas. Eles pegariam em armas, da mesma forma que os sargentos. Isso ocorreria não por uma opção, mas as quedas vão levando à falta de opções de braços armados para as ações.

Podemos perceber, por exemplo, no relato de Alfredo Syrkis sobre a organização do grupo que é sumariamente relatado como “estudantil”, mas que acabaria recrutado para tarefas centrais na resistência armada. No livro *Carbonários*, Syrkis [Felipe] narra essa conversa com Jamil, que fora de

³⁵ Chagas, p. 75.

³⁶ Quem é o inimigo imediato? Andre Gunter Frank. BNM42, fl 941.

São Paulo especialmente para dar orientações ao seu grupo, de forte vínculo no movimento estudantil:

[Felipe] Pequena dúvida companheiro, será que não valeria a pena manter um setor estudantil, um setor operário...

[Jamil] Olha, somos todos uns caras que sabemos que não vamos lá viver muito tempo, né? O tempo que nos resta, queremos usar fazendo alguma coisa de realmente útil. Esse negócio de estrutura de massas, setor operário, estudantil, isso não dá pé. A repressão é forte demais, não dá mais pra fazer. Senão vamos acabar ficando imobilizados feito a VAR. Tanta coisa pra fazer, tanta gente coçando o saco³⁷.

Portanto, há um julgamento moral. Se não fizessem o que ele estava falando iriam “acabar como a VAR”, ou seja, burocratizada, e muito pouco ativa, assim como aqueles que ficavam “coçando o saco”, noção que ficaria presente na mente dos militantes que queriam “prestar serviços à revolução”: obediência e ação, mesmo que isso desembocasse em trefismo, até porque sabiam que “não iam viver muito tempo”. Evidentemente que isso serve para aumentar a coragem dos militantes em suas pequenas ações, a possibilidade real de que sua vida poderia ser perdida em qualquer uma de suas tarefas na organização. Posição semelhante aparece em Juvenal (Juarez de Brito), que era o comandante que logo seria morto no cerco da repressão:

Na nossa organização não há lugar pra estruturas de trabalho de massas. São muito vulneráveis, pouco clandestinas. Além disso podem acabar virando uma espécie de polo reformista dentro da organização. Lembre o que aconteceu com a VAR. Esse negócio de organismo, pra trabalho de massas, é um problema danado. Nós queremos é construir uma organização de grande poder de fogo, ultraclandestina que faça as grandes ações destinadas a sacudir o país e ter um grande impacto sobre o povo.³⁸

Mesmo que não tenham sido essas palavras *ipsis litteris* que foram ditas por Juvenal, pois estamos tratando de lembranças de Syrkis sobre as palavras dele, o sentido geral estava dado: alguns estudantes seriam úteis

³⁷ SYRKIS, 1981, p. 133.

³⁸ SYRKIS, P. 135-6.

“os dez preparados para entrar num GTA”, e os demais devem seguir outros caminhos, pois a organização não teria como garantir sua atuação, muito em sintonia com o documento de orientação ao ME que já analisamos.

Ficava patente a necessidade de uma vanguarda revolucionária que não poderia ser interrompida pelas massas, e sim servir a elas. O próprio relato de Syrkis corrobora com esse sentido quando enfatiza que muitos de seus companheiros do movimento estudantil “Desbundavam”, deixavam de ser úteis, saíam fora na hora de tomar as armas, embora seguissem sendo apoiadores condicionais.

Entretanto, a realidade seria cada vez menos guerra revolucionária, cada vez mais terrorismo de Estado, onde a possibilidade de incitar as massas à ação não teria respaldo na realidade. É uma tese que seria mais tarde posta em prática pelos militantes que buscaram a Guerrilha na Araguaia³⁹. Naquele 1970, Jamil acreditava que haveria fases da revolução e quando a repressão aumentasse, as massas se militarizariam e se tornariam revolucionárias.

Críticas do racha da companheira lara

Há outro problema adicional. Os apoiadores da tese de Jamil alegam que no Congresso de fusão sua tese não pode ser apresentada. O documento faz uma apurada análise, um estudo aprofundado sobre a realidade brasileira e as formas de luta, mas se alega que houve uma manobra da direção que teria impedido a mesma de ser discutida e apreciada.

O documento “Esclarecendo a ‘conferência’ regional de São Paulo” traz uma autocrítica de Claudia (Rita). Trata-se de lara Lavelberg, em um de seus raros textos encontrados. Ao apresentar a crítica, traz desentendimentos dos distintos setores da Organização, “essas atitudes não constituem nada de inédito, a história conhece desde o período stalinista”. Ela segue criticando “por rotulá-los de neo-foquistas e anti-leninistas, antes mesmo de se ter discutido a estratégia e os companheiros disseram o que pensavam”. A conferência deveria ter aprofundado “discussão sobre tática”, pois “não se chegou a discutir, ou melhor, comentar, porque na verdade nada foi discutido”:

³⁹ MECHI, Patrícia. *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na Guerrilha*. RJ, Arquivo Nacional, 2015.

Os comentários sobre estratégia, um dos companheiros do CLC expôs um resumo de texto seu, em torno do qual se pediu apartes. Isto feito, outro elemento do CLC em atitude de Inquisição que as pessoas se definissem (“visto a organização passava por momento importante em que não poderia haver dúvidas”) sobre três posições, reunidas em documentos (que não foram discutidos nas reuniões) totalmente antagônicos, Teses sobre Tática e o “documento de Jamil” (que nem havia sido lido pelos participantes), o primeiro marxista-leninista e o outro repleto de desvios, [...] companheiros do CLC, a terceira posição seria a que foi retirada na conferência [...] exposta por um dos elementos do CLC num prazo record de três minutos.⁴⁰

Iara seguia apontando as críticas, que ajudam a entender a ruptura. O texto de Jamil fora criticado a luz de uma suposta interpretação correta de Lenin. São acusações de método contra Lino (Espinosa), e consolidam a ruptura com a VAR-Palmares⁴¹. Certamente havia muita coisa envolvida, e Iara falava já muito próxima à posição de Lamarca. Isso não indica que a ruptura com seus ex-parceiros/as tenha sido fácil. O texto conclui alfinetando com Lenin: “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”.

O documento inicial dos militantes que “racham”, do dia 8/10/1969 conta com 6 assinaturas: Fernando, Ary, Mota, Maciel, Joana e Claudia. No dia 30/9 já havia sido apresentado outro documento, assinado já por 12 militantes, intitulado “Cerrar fileiras por uma luta revolucionária”. Este é o documento que comunica ao Congresso a ruptura: “temos responsabilidades assumidas para com o proletariado brasileiro e sabemos que não podemos cumprir nosso dever revolucionário permanecendo dentro de uma O. na qual temos irreconciliáveis divergências teóricas, políticas, ideológicas”. “Idealismo como teoria, oportunismo como política e stalinismo interno como substituto do centralismo democrático” são as acusações iniciais. O documento de seis páginas especifica cada um desses pontos. Este documento é assinado por Juvenal (Julio), Lira (Justino), Lia (Sara), Daniel (Olimpio), Olga (GB-Tania), Bruno (RGS), Dino e Claudia (SP-Rita). A partir daí teremos uma nova fase da VPR.

Registre-se ainda que o debate com a VAR-Palmares seguiu, foi uma estressante questão, a divisão do patrimônio do grupo e os novos

⁴⁰ Esclarecendo a “conferência” regional de São Paulo. Rita, BNM

⁴¹ Repare-se que haveria uma outra ruptura com VAR-Palmares, a Dissidência da VAR-Palmares, encabeçada por Apolo Heringer Lisboa.

rachas que se somariam àqueles sete companheiros iniciais, mas nos focaremos na VPR.

Ainda em 1969 Lamarca produziu o documento “uma autocrítica”. Ali, demonstra uma preocupação com sua formação teórica, e critica seu idealismo, que considera inclusive oportunismo, no contexto da fusão com a VAR-Palmares, em que se recusa a assumir o Comando:

[critica] a falta de capacidade teórica e política, o idealismo, o oportunismo, e o golpismo, peço irrevogavelmente demissão do CRE e o deslocamento para uma base de campo. Deixo bem clara a firme intenção de recusar qualquer cargo de comando. Fugir à responsabilidade é querer desconhecer a realidade. VOLTAR ÀS BASES PARA RENOVAR E FAZER A REVOLUÇÃO.⁴²

As ações tomariam outro caminho. Mas outras fissuras se colocavam. Uma síntese desses problemas aparece no documento “aos companheiros da esquerda revolucionária”, em que são apontados os pontos fracos:

A ausência de uma visão justa que integrasse corretamente os aspectos políticos e militares da prática; a superestimação da ação de vanguarda; a subestimação do trabalho de organização das parcelas mais avançadas das classes revolucionárias; a divisão mecânica campo/cidade; a extrema burocratização da prática; uma visão intelectual da prática.⁴³

O documento, sobre o qual não identificamos autoria, coloca a necessidade de “superar os desvios de 1969” e conjugar forças para a Revolução Socialista no Brasil. Esse era o tema que os moviam.

A epígrafe desse capítulo traz um texto deixado por Eduardo Collen Leite, o Bacurl. O texto mostra sua preocupação com a forma que a organização estava, apontava problemas de segurança e dava sua interpretação. Apresentava seu desligamento, mas ele não estava abandonando a luta, ele criaria outra organização, a REDE, que seguiria tendo ações com a VPR e pairava como opção pra aqueles que quisessem sair.

⁴² Uma autocrítica. 14/10/1969, CID. BNMD, 42.

⁴³ Aos companheiros da esquerda revolucionária. BNM, 42.

Partia do pressuposto de que a ditadura estava manipulando muito bem a população através das medidas econômicas. Fazia críticas sobre a falta de estudos que balizassem a ação, e propunha por fim um grupo de P/O (Política Operária?), “com autonomia suficiente para iniciar a desenvolver este trabalho; teria que ser estanque totalmente da O com condições para esta etapa. Seria mais ou menos um grupo autônomo que agiria em nome da O, “mas com autonomia”. Ele visualizava que deveria haver um trabalho de um ou dois anos para aprofundar o método da ação, e só então voltar, pois os efeitos da política econômica colocavam outras condições: “podemos permitir que camadas da população sejam compradas? A partir disso teremos que voltar a lutar nos moldes do partido”⁴⁴. Ele seria barbaramente torturado e assassinado para evitar que fosse um dos militantes trocados pelo Embaixador suíço, em dezembro de 1970.

A partir desse momento a VPR toma um novo caminho, promove um reajuste da linha teórica. Na lembrança de Celso Lungaretti, ele, no Setor de Inteligência, foi um dos responsáveis por fazer uma leitura do texto de Jamil. O choque entre interpretação e realidade não podem ser apagados, mas eles buscavam uma forma de adaptação. Assim registrou sua lembrança:

O acaso nos forneceu a peça que faltava no quebra-cabeças: li o documento escrito por um militante que voltara da Europa depois de fazer cursos acadêmicos por lá e estava mais ou menos encostado, sem designação. Ninguém dera bola, os massistas por não concordarem com ele e os militaristas por mal compreendê-lo.

Era, no entanto, exatamente aquilo de que o Moisés e eu carecíamos, então lancei um documento explicando direito aquela proposta e a defendendo entusiasticamente.

Com isto, chamei a atenção para um texto pelo qual quase todos estavam passando batidos (embora eu não tivesse prestígio nem tradição na VPR, pertencia ao segundo escalão da organização, abaixo apenas do Comando Nacional, então não se tratava mais de uma proposta que pudesse ser ignorada como vinha sendo).

⁴⁴ Razões que determinam meu desligamento da O. São Paulo, 157569. Basílio (Bacuri). BNM42

Esse documento eram as famosas Teses do Jamil. Elas mudariam os destinos da VAR-Palmares e da VPR.⁴⁵

Este post recente em seu blog foi criado depois de termos enviado a ele estes documentos que pareciam deslocados na documentação, pois eram uma elaboração importante: “nossas perspectivas revolucionárias”. Nas suas próprias palavras, seu texto é uma tentativa de resumir as ideias presentes no texto do Jamil⁴⁶. Ademais, Celso reconhece que era bastante jovem ao escrever esse texto, e que não tinha formação ainda que permitisse tal elaboração. O fato é que há um conjunto de textos, de leituras sobre movimento de massas, tática, estratégia e guerra revolucionária. A ruptura de Bacuri, a formação da REDE atrairia esses militantes, inclusive o comando João Lucas Alves, atuante em São Paulo. Tanto Rede como MRT teriam ações mais vanguardistas do que a VPR.

Todos tomam o texto de Jamil como referência e defendem, no contexto do racha com a VAR-Palmares, a posição que sairia com a VPR. Os conflitos estariam, nas cidades, na forma de concretizar a política de movimento de massas e estratégia. Propostas do movimento estudantil seriam criticadas e abortadas. O Comando Político de São Paulo teria que se posicionar diante desses embates. Por outro lado, a vigilância contra o “aburguesamento” dos companheiros aumentaria.

⁴⁵ CURIOSIDADE: UM ARTIGO QUE ESCREVI PARA CIRCULAÇÃO INTERNA NA VPR VOLTA ÀS MINHAS MÃOS MEIO SÉCULO DEPOIS – 3.
https://naufrago-da-utopia.blogspot.com/2020/07/curiosidade-um-artigo-que-escrevi-para_11.html

⁴⁶ Em entrevista, Ladislau registrou que “há influência de vários nestes documentos que circularam”. (Entrevista a Carla Silva, 21/7/2020)

Capítulo VII

A VELHA “NOVA VPR”

Gostaríamos de saber que interesse o governo atual tem na “caixinha” de Ademar de Barros, para esconder do povo durante seis meses o maior “assalto” da América Latina, que rendeu 10 milhões de cruzados novos. Por que nunca tocou nos milhões de dólares ilegais das grandes empresas e dos políticos?¹

A consolidação da “Nova VPR” (que seguiremos chamando simplesmente de VPR), ocorreria no Congresso da Tijuca. Buscou se reordenar em meio ao caos, e teve alguns meses de vida agitada e cheia de ações.

O próprio Comando produziu documentos de análise de conjuntura e buscou dar satisfação aos principais atos e decisões. Destaca-se o debate sobre a recepção ao banqueiro Rockefeller, que foi discutida por toda a esquerda da época que buscava uma oportunidade de “justiçamento revolucionário”². Esse tema foi alvo de debate acalorado. O militante L. se colocou frontalmente contra³, apontando uma visão espontaneísta de massas nessa possível ação. Optou-se pela não realização de ações com esse fim. Ademais, a preocupação organizativa fica explícita nos documentos sobre segurança.

Os informes do comando

O primeiro informe se destaca por alertar para as dificuldades de segurança que estavam sendo observadas. Indica que “temos que redobrar a vigilância, observar criteriosamente as normas de segurança e adotar uma prática de constante aperfeiçoamento”.⁴ Há várias que aparecem minucio-

¹ Companheiros de luta, povo de São Paulo! Ver a Pátria livre ou morrer pelo Brasil. VPR – comando João Lucas Alves, Guanabara, fevereiro de 1970. (Panfleto)

² No estilo que seria realizada mais tarde contra o grande empresário Boilesen pela ALN e MRT.

³ O que não deixei de entender. BNM, 42.3. Inicialmente supôs se tratar de documento de Lungaretti, que assinava Lourenço. Ele negou autoria, e nos parece que pelo teor do texto faça sentido supor que seja de Lamarca (L.).

⁴ Informe político n.1 do Comando Regional-SP da O. s/d. P. 5.

samente expostas no documento Regras de Segurança. Este mesmo documento indica que um companheiro recebeu censura por escrito porque estava usando “argumentos emocionais antes que políticos”⁵ para promover recrutamento. De fundo, são casos de desespero de manter a organização, mesmo que não houvesse mais condições de atrair novas pessoas para esse formato de luta.

Já o segundo informe reforça que é necessário deixar muito claro aos futuros militantes as regras da organização, incluindo-se os “riscos das tarefas revolucionárias e a discussão de nossa Linha e experiência”. Antes de justificar que não realizariam ação contra a presença de Rockefeller, o informe explica a importância da possibilidade de atos terroristas. Num caso destes “procura-se um objetivo que seja o melhor do ponto de vista político”, e caso seja decidido “não cabe a esse respeito qualquer vacilação” quando se tratará de

[...] um inimigo de classe [que] oprime e mata milhões de pessoas em todo o mundo, tortura [e leva à] morte de inocentes que tolherá nosso braço. Se o golpe que iremos desferir for necessário à luta que livrará milhões de seres humanos da exploração, miséria e terror. À violência bestial do inimigo oporemos sempre a violência justa da revolução. Não podemos titubear em considerações ‘humanitárias’ que favorecem o inimigo⁶.

A violência revolucionária é uma violência justa, esclarece o documento. Mas precisa ser bem planejada, e nesse caso se decide pela não execução da ação. As forças reais não permitiam essa exposição.

Esse documento indica ainda no final que deveria ser queimado. Ou seja, ou havia alguém infiltrado que entregava cópias ou algum militante caiu para que esse documento sobrevivesse e assim podemos contar essa história, triste paradoxo.

Regras de segurança

Havia uma grande preocupação com as regras de segurança. O primeiro item é uma declaração de princípios na qual se estabelece a forma

⁵ Idem, p. 8.

⁶ Informe do Comando n. 2. O papel do militante na resolução dos problemas atuais da organização. BNM, 42.

da luta e sua motivação. Será realizada uma Guerra prolongada com o fim de construir o socialismo:

Objetivos

1. Nosso objetivo é lutar para liquidar a exploração imperialista e capitalista no Brasil, estabelecendo uma Nova Sociedade baseada no povo organizado em armas em torno de um Governo Socialista dos Trabalhadores.
2. Para isso, desenvolveremos a Guerrilha Rural e a Guerrilha Urbana e Comandos de Sabotagem que irão infligir derrotas parciais aos inimigos do povo. Estas lutas, principalmente a Guerrilha Rural, levarão à criação do Exército Popular Revolucionário, que irá aniquilar o Exército da burguesia e garantirá pela força das armas as mudanças socialistas no Brasil.⁷

Em seguida, se explica como estão organizados os grupos nas cidades. A estrutura se mostra bastante simples, mas com uma hierarquia demarcada:

II. A estrutura da Unidade de Combate Urbana

1. A Unidade de Combate Urbana é formada por 1 a 5 GATs (Grupos de Ação Tática), com direção centralizada no Comandante da Unidade. A UC possuirá autonomia de encaminhamento de ações, subordinada ao planejamento geral da Organização. O comandante da Unidade de Combate será escolhido pelo Comando Nacional de Organização.
2. Os GATs são compostos de 3 a 5 militantes, comandados por um coordenador escolhido pelo Comandante da Unidade. O GAT possuirá autonomia de encaminhamento de ações e subordinação ao planejamento geral da Unidade.
3. O Comandante da Unidade e os Coordenadores dos GATs deverão assumir a responsabilidade sobre as principais decisões de seus organismos. Uma determinação do Comandante ou do Coordenador deve ser obedecida, mesmo que o militante encaminhe logo a seguir uma reclamação, crítica ou protesto ao organismo superior. Essas reclamações devem ser encaminhadas por escrito e o Coordenador ou Comandante deve encaminhá-las à direção superior. Esta é uma questão disciplinada de suma importância. Evidentemente,

⁷ Estatutos e normas de segurança das Unidades de Combate da Vanguarda Popular Revolucionária. Março de 1970. BNM 42, p. 311-312.

coordenadores e Comandantes devem consultar seus Comandados, sempre que possível. Mas a decisão final lhes cabe.⁸

Essas orientações seriam fundamentais na realidade da organização. Lamarca se utilizará dessa prerrogativa na decisão final sobre o desfecho do sequestro do Embaixador Suíço: ouve os companheiros, mas quem decide é ele, indo contra a posição dominante dos demais e mantendo a vida do suíço. No debate que se segue posteriormente, ele insistirá também para que as posições de crítica sejam colocadas por escrito. Encontramos alguns registros de situações em que os problemas foram postos por escrito, mas a maior parte deles são evidentemente queimados, eliminados. A sorte dos historiadores vem da infelicidade dos militantes que caíram.

O próximo item é específico sobre as responsabilidades de cada militante, em uma linguagem militarizada: “haverá três categorias de militantes: o recruta, o combatente, o comandante”:

2. O recruta é o para-militante, isto é, o militante recém incorporado a uma UC, iniciando sua atividade prática como guerrilheiro. Para ser recruta, é preciso aceitar a disciplina da Organização. O recruta participa das discussões políticas e sobre operações.

3. Combatente é o militante da VPR, o guerrilheiro que já demonstrou em sua atividade prática possuir iniciativa, coragem pessoal, vontade de aprender. Que busca aperfeiçoar-se tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista militar.⁹

Basicamente, o que permitirá a transformação do militante em guerrilheiro é a organização. Por isso, o ponto seguinte trata do “desligamento”, pois ao entrar, deve estar ciente que a saída não será tão simples:

1. O militante só pode se desligar da O. após concordância de seus companheiros de tarefa (no caso, do GTE e do Comando de Unidade). Deve comunicar a todos os seus companheiros de tarefas as razões de seu desligamento.

2. No caso do militante que cometer falta grave: abandono de companheiros em ações, desvio de material; desaparecimento;

⁸ Idem.

⁹ Idem.

haverá julgamento, cabendo expulsão ou justificação, conforme o caso. O Comando da Unidade solicitará ao CN o Tribunal Revolucionário para julgar o infrator. O julgamento será, se possível, [com] a presença do réu. Em caso de emergência (traição), o Comando da Unidade assumirá a responsabilidade de punição¹⁰.

Os casos mais marcantes em que essas regras deixaram de ser aplicadas implicariam na morte dos companheiros no Massacre de Recife. Onofre Pinto, sob todas as evidências, julgaria Anselmo inocente diante das denúncias feitas por Inês Etienne. Em todo caso, o fantasma do justificação pairava sobre todos, embora não tenha sido exercido contra militantes. Finalmente, o documento apresenta um quinto ponto,

V. Segurança e Disciplina

Somos uma O. que declarou guerra ao Governo e aos Imperialistas. Dentre nós temos organismos de repressão de todo mundo: CIA, INTERPOL, FBI e internos: DOPS, CENIMAR, 2ª Seção do Exército, uma quantidade enorme de informantes, alcaguetes. Lutam por sua sobrevivência. [eles] tem dinheiro, armas, treinamento e muito pessoal. Nós, temos a nosso favor somente a justiça de nossa luta, nossa coragem, e nossa capacidade de aprender.¹¹

Segue então uma reclamação: a “grande maioria de nossas quedas foi causada por liberalismo, indisciplina, falta de seriedade e responsabilidade, estrutura aberta”. Dentro do que aprenderam, destaca: todos os pequenos erros têm “consequências graves, [levam a] queda, e ao atraso da revolução”. Segue então uma lista de medidas:

1. Mesmo entre militantes que se conhecem, só usar nome de guerra.
2. Não ter endereços de outros companheiros, amigos ou simpatizantes
3. Não anotar pontos, a não ser em código, se não se conseguir decorar.
4. Só ter material político em casa em esconderijo. Não adianta ter arquivos, a não ser por tarefa. Os companheiros legais não devem manter armas abertamente em casa.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

5. Variar constantemente os pontos. Não ter preguiça de procurar novos lugares. Fazer pontos fora do local de moradia, só encontrar três companheiros no caso de muita necessidade.
6. Evitar circular à noite, só sair após 22 horas em caso de absoluta necessidade.
7. Só circular armado para tarefas que o exijam. Os companheiros clandestinos devem [levar] pílulas.
8. Nos pontos a pontualidade é indispensável. Os faltosos ou impontuais devem ser [punidos]. Observar o ponto, cinco minutos antes. Não entrar se o companheiro [estiver acompanhado] feito o ponto, abandonar o local.
9. O militante que for seguido poderá ocasionar inúmeras quedas. Observar sempre com maturidade.
10. Não marcar nada por telefone.
11. O militante só deve saber o que diz respeito a sua tarefa.
12. Não deve conhecer a casa de outros militantes.¹²

O décimo terceiro versa sobre prisão, sobre como devem se comportar quando presos, “não aceitar chantagem do tipo... fulano já falou”¹³. Ao final, há a indicação de que “Essas normas são provisórias, mas obrigatórias”. Os militantes poderiam enviar sugestões ao Comando de Unidade. Repare-se que essas normas estão datadas como sendo de março de 1970. Ou seja, são fruto do amadurecimento da “nova VPR”. Indicam que há erros sendo cometidos quanto à segurança: tratamentos pessoais, trocas de endereços, etc.

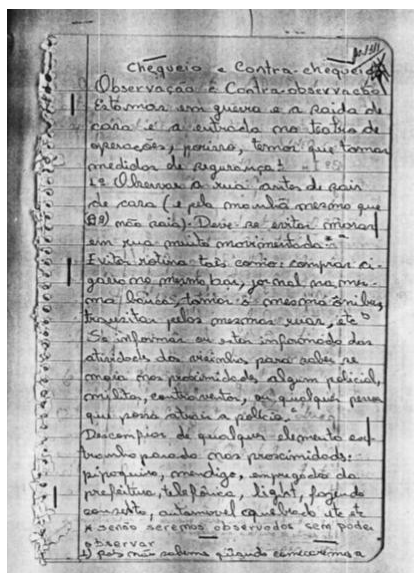
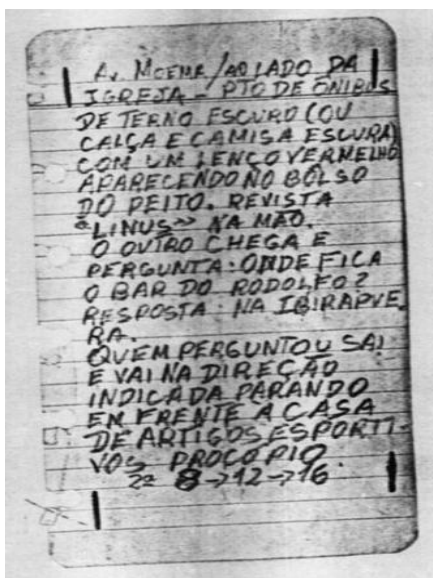
Talvez a pior falha da segurança ocorra quando os companheiros são presos, faltam aos pontos e os que deveriam perceber que isso ocorreu insistem em ir atrás, voltar para acabar com a angústia de saber o que ocorreu, não percebendo que os códigos falharam e que precisam escapar. Ou seja, a solidariedade falava mais alto e isso alimentava o espiral de novas prisões.

Essas regras eram uma tácita ameaça na mente dos militantes, que não podiam esquecer do terror a que estavam submetidos. A repressão cada vez mais conhecia seus métodos. Muitas vezes era impossível manter essas regras. Os militantes anotavam o que precisavam fazer, e algumas

¹² Idem.

¹³ Há um Sexto item sobre a vida interna da organização, ilegível.

vezes não tinham como “comer os papéis”¹⁴. Abaixo, um exemplo de marcação de ponto e uma página de um caderno de anotações.



Exemplo de dados para realização de um “ponto”. Documento apreendido pelo DOPS. Brasil Nunca Mais, 42.2, p. 412.

Estava constituído o renascimento da VPR, liderado por Lamarca, buscava “seguir à risca a teoria jamilista: criar um grupo de combatentes, pequeno, mas coeso”. Ressalte-se que a VPR atraiu alguns ex-militantes da Colina, incluindo-se Juarez de Brito e Lia, e também Herbert Daniel. Se iniciariam então os treinamentos de quadros, não em Cuba, mas no Brasil, o que inicia a ocorrer no Vale da Ribeira. Mais tarde, esse lugar seria descoberto pela repressão e acabaria em uma das maiores operações militares da repressão. E por outro lado, deixaria marcas indeléveis no grupo, com mortes, torturas e delações. Antes disso, vamos nos deter na forma como os militantes eram tratados pela repressão, nas prisões.

¹⁴ Como fez PAIVA, op cit. 1986.

Capítulo VIII

O TERRORISMO DE ESTADO SE IMPÕE: prisões, torturas e seu imenso impacto

A estupidez é o preço da eterna vigilância
prontos para intervirem
Na natureza das coisas / e na dignidade dos homens,
Os soldados atentos / armados de fuzis / e radinhos de pilha
Vigiam marcialmente / o entardecer.
(Do lado de dentro, os prisioneiros
Lêem ou escrevem suas cartas)¹

Os militantes, até certo ponto, menosprezaram o poder e alcance das forças repressivas brasileiras e do Terrorismo de Estado². Acreditavam que conseguiriam se salvar, ou que eram “obrigados” a dar suas vidas pela luta. Sair disso era muito difícil e arriscado. Por outro lado, as prisões passaram a acontecer em cascata. Uma levava a outra. Era sabido que presos, poderiam falar, e para isso existiam as regras de segurança, que nem sempre eram obedecidas, ou não davam conta das dificuldades enfrentadas.

Os primeiros depoimentos costumavam cair nas mãos do pior repressor e torturador, seja do DOPS, seja da OBAN. É o momento em que informações mais quentes poderiam ser tomadas. Posteriormente, buscavam “regularizar as informações”, em depoimentos nos inquéritos do Superior Tribunal Militar (respaldados pela Doutrina de Segurança Nacional).³ Os presos tinham distintas estratégias no STM para tentar diminuir suas penas. Muitas vezes esses depoimentos na Justiça Militar serviam para legitimar o que havia sido feito na fase da prisão policial e nas ações da OBAN, DOI-CODIS, Dops, etc:

¹ Alex Polari de Alverga. Inventário, p. 40.

² Para entender melhor esse conceito, ver PADRÓS, Enrique. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, C. A e RUBERT, S. (orgs). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe civil-militar*. Porto Alegre, Deriva, 2014.

³ Para entender esse fluxo, ver JOFFILY, 2008.

Os aspectos básicos que unem a tortura e a Justiça Militar podem ser entendidos da seguinte forma: por meio dos inquéritos, formalizavam-se os processos baseados na primeira, e assim eram obtidas confissões para o Ministério Público oferecer a denúncia e, por último, as provas para a condenação.⁴

A Justiça Militar dava legitimidade para as práticas de tortura, mas também abria espaço para novas: os inquéritos com base na LSN “sofriam torturas, as confissões eram obtidas, os inquéritos ‘legalizados’ e finalmente as prisões comunicadas à Justiça”, prazos não eram cumpridos, direitos básicos também não, como mostra o estudo dos processos contra Lamarca feitos por Wilma Maciel⁵. No caso de Lamarca ele foi citado em todos os processos que envolviam a VPR e em nenhum deles teve direito a defesa. Para que tudo isso ocorresse, era importante a conivência da grande imprensa que contribuía com a divulgação das ações repressoras.

Imprensa e prisões

Em 31/1/69 o *Correio da Manhã* anunciava, na capa, que “Exército prende terroristas” em São Paulo. A matéria diz que o comando do II Exército distribui “notas oficiais”. Segundo o jornal estariam “Explicando diligências que levaram à captura de responsáveis pelos atentados terroristas e assaltos em todo o Estado”. E completa que “a nota do II Exército adianta que elementos já detidos tem ligações com o capitão Carlos Lamarca, que desapareceu levando armas e munições”. E a informação a seguir é de que “Segundo as notas, a captura dos acusados foi possível quando eles foram surpreendidos, num sítio do interior, pintando um caminhão com as cores e insígnias do Exército”. Na sequência, ainda na capa, o jornal passa a reproduzir as notas do Exército, que indica indiscriminadamente os crimes dos terroristas. Portanto, o jornal está servindo de correia de transmissão daquilo que o próprio exército queria divulgar. O jornal passa a divulgar e a esconder tudo aquilo que as “notas oficiais” mandavam. A nota informa que “foram detidos novos elementos e apurado que estavam implicados em assaltos a bancos, em roubo de armas

⁴ MACIEL, Wilma Antunes. O capitão Lamarca e a VPR. Repressão Antunes Maciel. SP, Alameda, 2006.

⁵ Idem, p. 39 e 108.

e dinamite e, no assassinio de sentinelas e outras pessoas, conforme confissão minuciosa dos seguintes crimes”:

1) Atentado com bomba no jornal *O Estado de São Paulo*; 2) Atentado com bomba no Consulado norte-americano; 3) Atentado com bomba no Quartel-General do II Exército e morte de sentinela; 3) Morte de sentinela da Força Pública e roubo de metralhadora; 5) Morte do capitão norte-americano Charles Chandler; 6) Roubo de armas no Hospital Militar; 7) Roubo de armas na Casa Diana; 8) Roubo de dinamite na Pedreira de Cajamar; 11) Assalto ao Banco do Estado, Agência Iguatemi; 13) Assalto a Banco na Av. São Gabriel; 14) Assalto a Banco na av. Rudge; 15) assalto a Banco na Av. Angélica; 16) Assalto ao carro-pagador da firma Massey Fergson; 17) Assalto ao trem pagador da EP Santos-Jundiaí.⁶

Esses dados são sistematizados com as prisões, mas são divulgados conforme o Exército indica, não por esforço jornalístico. As prisões no sítio aconteceram antes da saída do Quartel, elas aceleraram a saída de Lamarca, como já vimos. A imprensa estava fazendo o trabalho que a repressão queria, pois se sabia das datas, mentiu sobre elas.

Falar na prisão não era privilégio dos militantes com menos importância na organização. A própria ideia de tortura já exercia um poder torturante sobre os presos. Encontramos o relatório do II Exército sobre as prisões. Nele, são citados os presos, os objetos apreendidos e informações colhidas. Evidentemente, a forma como as informações foram adquiridas não é noticiada. Não interessa aqui saber quem abriu cada informação, mas visualizar como a repressão montava seu próprio banco de dados:

GILBERTO. Trata-se de José Raimundo da Costa, ex-marinheiro de 1ª Classe. Integrava a VPR uma das Bases do setor de logística.

SILVIA. É Marise Farri, estudante de Filosofia. Setor de imprensa.

Material recuperado: um carregador FAL, com os respectivos cartuchos.⁷

O terceiro nome é o de Antônio Expedito Carvalho Pereira, preso em 3/3/1969:

⁶ Correio da Manhã, 31/1/1969, capa.

⁷ Atividades subversivas. 2º DI, REI 16, Informação 25/69 (data ilegível). Outros pormenores são indicados como endereços, acondicionamento, etc.

disse que vem defendendo, como advogado, estudantes e operários nesta capital e de Osasco, envolvidos em movimentos de esquerda. Diz-se socialista de esquerda. O cap. CARLOS LAMARCA esteve homiziado em sua residência. Conheceu-o por intermédio de ONOFRE PINTO. Este foi-lhe apresentado por WILSON FAVA. Em seu apartamento reuniam-se Onofre Pinto, Valdir Carlos Sarapu e Ladislav Dowbor, além de LAMARCA.⁸

A informação diz que no dia 2 Dowbor foi à sua casa para informar que Onofre havia sido preso, “e que todos precisavam fugir”. Expedito e Lamarca o fizeram, no carro de Renata Guerra de Andrade (Cecília), dirigindo-se para a residência de Firmino Fernandes Pereira, pai de Expedito.

É que Onofre Pinto (Augusto) só indicou aquele endereço após algumas horas de interrogatório, visando ganhar tempo para proporcionar a fuga de seus companheiros. Essa conduta tem sido adotada pela quase totalidade dos elementos da VPR que já foram presos.⁹

Ou seja, os próprios repressores já conheciam a tática da VPR, o que levaria a serem ainda mais brutais logo que as prisões ocorriam. Eles se irritavam quando os militantes “atrasavam” qualquer informação:

Nazareth Oliveira Pereira, interrogada na madrugada de 3 de mar, também gastou algumas horas para fornecer uma pista que conduziu ao local onde estava LAMARCA e EXPEDITO. Por fim, forneceu o endereço do sogro (...) quando os elementos do DOPS lá chegaram, o apartamento estava vazio.¹⁰

Este era o esquema perfeito, resistir as primeiras horas, confiar que os demais se dariam conta de que haviam caído, ou que alguém conseguiria avisá-los. Assim, “Por volta das 10:00 chegou um indivíduo que se identificou como José Carlos. LAMARCA e JOSÉ CARLOS deixaram tal local dez minutos antes da chegada dos elementos do DOPS”. Expedito, preso, diz que não sabia o paradeiro de Lamarca, mas que o mesmo “ficou

⁸ Idem.

⁹ Idem, p. 2.

¹⁰ Idem.

visivelmente apreensivo, desesperado mesmo, quando soube da prisão de Onofre Pinto. E como forma de despiste, diz que tinha um ponto com Lamarca às 17h30, no seu escritório.

Um militante “declarou que conhece a localização de um sítio na Serra do Mar, onde estão homiziados Yoshitane Fujimori e Monteiro”, contra os quais “está sendo montada uma diligência, visando a captura daqueles dois integrantes da VPR”¹¹. No local foi encontrado ainda

Grande quantidade de material destinado à propaganda do movimento subversivo, destacando-se mimeógrafo, livros de doutrinação comunista e grande quantidade de exemplares do jornal “luta de classes”, que é elaborado pela VPR.¹²

O documento relata a prisão de Affonso Claudio de Figueiredo, que teria cedido sua casa para os fugitivos Lamarca e Onofre. Diz que ele

Disse que LAMARCA contou-lhe que vai fazer uma revolução no Brasil e que adotou a posição a que denominou de esquerda radical, isto é, a da luta armada como único caminho para a implantação do socialismo no país.

Lamarca confidenciou-lhe que sua família estava em segurança, porque a tinha mandado para Cuba via Roma.¹³

O documento diz ainda que, convidado para participar da organização, o depoente recusou porque “está convencido de que nenhuma revolução de esquerda triunfará no Brasil, devido à intervenção que os Estados Unidos da América do Norte certamente farão para que não se repita na América Latina o caso de Cuba”. Os depoimentos eram espaço de coragem, como estamos vendo, pois Figueiredo afirma que tem posição política, “é de esquerda”.

Nesse mesmo documento encontramos o depoimento de Onofre Pinto. Ele fez uma série de declarações, e é uma das únicas falas atribuídas a ele que localizamos. Sempre é possível que os repressores juntassem dados que já possuíam e atribuissem a autoria a um depoente. Segundo o documento

¹¹ Idem, p.3.

¹² Idem. Infelizmente, não localizamos nenhum exemplar deste jornal.

¹³ Idem.

1. A organização da VPR é flexível. De acordo com esse conceito, o Setor Urbano é reserva do Setor de Logística. Quando o ocorre a perda de um elemento do Setor de Logística, é feito o recomplemento respectivo, com a transferência de um integrante do Setor Urbano.
2. Em face do grande número de perda da VPR ultimamente, particularmente no Setor de Logística, foram criados Grupamentos Táticos de Ação – GTA – com a finalidade de manter a continuidade das ações, aproveitando-se de elementos do Setor Urbano para substituir os do Setor de Logística presos.¹⁴

Ademais, ele teria dito os nomes e codinomes dos componentes do GTA: Claudio de Souza Ribeiro (Sílvio), José Araújo da Nóbrega (Zé), Eduardo Leite (Bacuri), Antônio Roberto Espinosa (Hélio), Yoshitame Fujimore, não identificado (Jorge). E teria dito também que havia mais dois GTAs em formação, quase prontos para atuarem. Além de tudo isso, indica que

Presumo que a liderança da VPR venha a ser empolgada daqui para frente, pelo Cap. CARLOS LAMARCA (JOAO). Acredita que Lamarca, até recentemente não tinha tido melhor posição na VPR pela sua falta de vivência com os elementos e problemas da 'organização'. Agora, no entanto, desfruta da excelente situação, em virtude de ter estreitado os contatos com os integrantes da VPR.¹⁵

Segue ainda trazendo outras informações como o interesse em juntar esforços com Marighella e locais onde poderiam fazer as zonas de guerrilhas. Fala ainda de seus encontros com Ricardo Zarattini (do PCBR). O depoimento de Onofre foi encerrado com essa informação:

VPR surgiu com elementos cassados, tendo por isso uma estrutura militarizada. Depois expandiu-se, com o ingresso de civis na organização. São fundadores da VPR ONOFRE PINTO (Sgto cassado do Exército), PEDRO LOBO DE OLIVEIRA (Sgto Cassado da FPESP) e JOSÉ REINALDO TAVARES DE LIRA E SILVA (Sgto Cassado do Exército).¹⁶

¹⁴ Idem, p. 4.

¹⁵ Idem, p. 5.

¹⁶ Idem.

Onofre Pinto ficaria preso até ser libertado no sequestro do embaixador dos Estados Unidos, em setembro de 1969. Acabaria fazendo curso de guerrilha em Cuba, e em 1971 se estabelecendo no Chile. Em 1974 foi vítima de uma emboscada na Argentina, tema ao qual voltaremos.

Não se fala, mas se pensa sobre a tortura

Sinto que ainda amo alguma coisa
Uma propriedade esquisita qualquer
Perturba acreditar
Alguma coisa justifique resistir.
Amanhã no interrogatório
Não sei como estará o ânimo
Mas talvez me mostrem
Um retrato dela.¹⁷

A questão da tortura era um tema tabu entre todos. A jornalista Judite Patarra informa, a partir da lembrança de Iara, que “na madrugada de 31 de agosto, sábado, uma batida policial seguida de perseguição e tiroteio prendeu Ladislau, Wilson e um jornalista. Carregavam armas. O dono do automóvel de chapa fria, Eduardo Leite, a partir daquele momento tornava-se suspeito”. Iara reencontraria Ladislau, “sofrido. Convalescia das pancadas que lhe quebraram algumas costelas. Não tinha aberto nada”. Além disso, informa que no momento da prisão as armas não foram declaradas pela polícia, elas “sumiram, simplesmente não as declararam”. E completa, narrando sua primeira prisão, em 1968:

É a impunidade. Nem se preocupam que os vejam. Parece o delegado que batia no estudante dizendo: não são tapas oficiais, não mando bater em ninguém. A fim de apressar a soltura e impedir novos maus-tratos, Onofre acertou um suborno de 250 mil cruzeiros através do advogado.¹⁸

¹⁷ Alex Alverga. Inventário de Cicatrizes, p. 12.

¹⁸ Jamil e Iara citados em: PATARRA, p. 249. Essa questão é desenvolvida no estudo de Fernando Molica, que mostra o papel de Antonio Expedito Perera, advogado da VPR que intermediava esse tipo de ação, “alguém capaz de passar uma grana para o policial e, assim, resolver tudo”. MOLICA, Fernando. O homem que morreu três vezes. Uma reportagem sobre o “chacal brasileiro”. RJ, SP, Record, 2003, p. 94.

Na tortura, o medo era tal que os repressores conseguiam muitas informações. A maioria dos militantes escolhia coisas aleatórias para dizer e escapar de mais tortura. Buscavam falar aquilo que já não tinha dados que pudessem entregar aos demais. Patarra traz um diálogo entre Iara e Jamil:

Iara: Morro de medo da tortura (...)

Jamil: Todo mundo tem medo, não existe imunidade. E tortura funciona. Sem essa de pequeno burguês cantar e operário resistir. As atitudes variam, independem da origem de classe.

Preservava-os no entanto de perguntas específicas, uma violação. Aventar o assunto era mau gosto, derrotismo. Cada um de nós, despreparado para a violência demente, se convence de que nada acontecerá consigo. Imitar o vietcong, submeter-se a aplicações progressivas de choque até altas descargas, seria o ideal. Mas não fez a proposta. A Organização determinou que o militante ganharia tempo, se preso, indicando pontos falsos. Poderia abrir o aparelho em 24 horas se o suplício fosse insuportável. Antes disso, no teto acertado, os moradores abandonavam a morada. Ao contrário de outros grupos que permitiam nomear simpatizantes e fatos secundários, a ordem era silêncio, os líderes carregavam uma cápsula de veneno.¹⁹ Não tem erro.²⁰

Os registros dos depoimentos mostram que isso nem sempre acontecia, ao contrário, muitas vezes contavam tudo o que sabiam como forma de desesperadamente se livrarem. Foi o que ocorreu na série de quedas de 1969. Ademais, às vezes os demais não usavam as regras de segurança básicas e acabavam sendo presos por isso. Mesmo com pontos furados, eles insistiam, como se não acreditassem no que estavam pressentindo: Dulce Maia foi dormir na casa dos pais, Ibrahim entrou no apartamento mesmo o código de alerta da luz estando ligado, Espinosa foi a Osasco mesmo vendo o “enorme rombo que esvaia a organização”. Tornaram-se vítimas fáceis, levando em vários casos a prisões dos próprios familiares, que nada tinham a ver com a militância.²¹

¹⁹ Dowbor diz que “o médico que forneceu meu cianureto decidiu ser humanitário. Eu digo hoje, vivo, que a morte seria preferível a viver o que vivi”. PATARRA, P. 243. Também há um relato do dentista que fez a cirurgia de Lamarca para torná-lo irreconhecível recusou-se a deixar um espaço no dente para guardar uma cápsula de cianureto (PATARRA, p. 324).

²⁰ PATARRA, p. 243.

²¹ PATARRA, p. 280.

Patarra mostra que eles “ridicularizaram o discurso, a subserviência dos parlamentares e o humilhado otimismo da mulher de Costa e Silva”. Nas palavras de Maria do Carmo Brito, eles não haviam se dado conta, quando Médici assumiu, das mudanças em curso: “escapou-nos a declaração de guerra. Não entendemos que sancionava a tortura até a morte. Rimos, apesar da tensão e paranoia”.²² Ela completa em sua lembrança:

Reiteradamente conversamos, no exílio, sobre as razões que levam a calar. Meu cunhado não falou porque se perguntava como a mãe, militante, reagiria. Meu segundo marido, Angelo Pezzutti, segurava-se ‘o que dirá minha mulher’? Eu pensava: ‘Meu Deus, alguém ficará nesta situação’. [Mario] Japa disse... ‘falar? O que é isso?’ (Idem)

Sua fala indica que havia motivações pessoais que ajudavam, como uma justificativa para si próprio, para uma opção que era também política. Os limites de cada um variavam, e o “não falar de jeito nenhum” de Japa era tão legítimo como todos os outros.

No livro de memórias de Maria do Carmo Brito ela esboçou uma espécie de receituário para enfrentar a tortura.

1. Quanto maior o número de horas aguentar, mais tempo os companheiros terão para saber que você foi presa e assim não irão aos pontos de encontro.
2. Não falar. Se você não fala, não cai ninguém, então ninguém fala de você. Você vai sofrer um pouquinho, mas depois aguenta.
3. Soro da verdade: estabelecer um ponto de dor na hora em que é injetado o pentotal e simular que desmaiou, bem rápido, para assim evitar que continuem.
4. Aproveitar todas as situações para o suicídio.
5. Bater com a cabeça na parede para desmaiar.²³

Alternadamente ela narra as tentativas que fez de aplicar essas regras, inclusive tentando suicídio. Ela narra a triste experiência de Monteiro, homem de confiança de Lamarca. Conta que ele tivera uma infância difícil, vivendo em orfanatos.

²² Idem, p. 336.

²³ Lia in: VIANNA, 75-78.

Boca fechada, Monteiro resistia a todas as torturas, até que a polícia, ao descobrir quem ele era, aplicou a palmatória. E Monteiro começou a falar. Para ele, o horror maior, seu limite, era a palmatória, que lembrava a infância no orfanato.

Quando Maria do Carmo foi levada para acareação, encontrou Monteiro histérico, dizendo que ela tinha sido presa e Juarez tinha morrido por culpa de Lamarca. Quando alguém fala assim de seu chefe, é porque está desmoralizado.²⁴

Monteiro falaria muito, contaria detalhes, sendo produzidos longos relatórios a partir de sua fala. Mas ele não estava sozinho nisso, pois a própria Maria do Carmo tem más lembranças de como agiu na prisão.

Depoimentos de Maria do Carmo Brito e Jamil

Como vemos, em dezembro de 1969 se iniciou uma série de prisões que seguiriam até 1970, e os depoimentos também vão sendo tomados ao longo do período, depois de muita tortura. Não são absolutamente confiáveis as datas e já vimos que a imprensa segurava notícias de acordo com os interesses do próprio governo. Não só ocultava nomes, usando a justificativa da própria polícia, “para não atrapalhar investigações”²⁵, como trazia informações erradas mesmo.

Jamil foi vítima de uma ação da Operação Bandeirantes. Aparentemente desde sua chegada na prisão foi sistemática a tortura, sendo chamado para constantes depoimentos. A documentação registra depoimentos dia 3/maio/1970 das 9h às 12h; 4/maio 1970, das 9h às 12h; 5 de maio, das 8h30 às 10h30 e das 14h20 às 15h; 6 de maio, das 15 às 15h30. Não havia descanso corporal nem mental. Ressalte-se, esses são os depoimentos registrados, afora tudo o que se passava sem registro. Em cada um deles se coloca que ele “confirma as suas declarações anteriores”. Alguns detalhes de seus depoimentos chamam atenção, suas expressões evasivas: “que a respeito da guerrilha rural, ouviu falar que estava sendo feita uma montagem de infraestrutura no Rio Grande do Sul; não conhece a região”; reconhece pessoas que não estão mais no Brasil, diz que alguns tem vínculo “apenas afetivo”, ou que as pessoas que lhe deram pouso

²⁴ Idem, p. 85.

²⁵ Correio da Manhã, 26/1/1969.

“nada sabiam das atividades subversivas terroristas”.²⁶ Ele dá ainda informações sobre supostos pontos que teria que cumprir com José Raimundo da Costa. No depoimento para Patarra, ele definiu: “eu não tenho a atitude dogmática em relação à resistência a tortura. Alguns dizem que as pessoas falam ou não dependendo da origem de classe. Na verdade, as atitudes são muito variadas”. Ele enfatiza que uma mesma pessoa pode variar o seu comportamento, de “bom” a “ruim”, pois vai para tortura várias vezes²⁷. Ele mesmo reconhece ter aberto várias informações menos importantes, mas como vemos, também essa avaliação é variável, porque nunca se sabe o que está sendo feito lá fora.

Maria do Carmo foi uma das mulheres que participou da coordenação nacional da VPR. Foi casada com três homens ligados à VPR. O primeiro deles, Juarez de Brito, seu primeiro marido, iniciara a militar com ela no COLINA. Foi morto (suicídio) em um confronto com a polícia, quando caiu em uma emboscada. Depois, no seu período no Chile casou-se com Angelo Pezzutti²⁸. Por fim, casou-se com Mario Japa. Ou seja, de uma forma ou de outra, seus relacionamentos amorosos estiveram vinculados a pessoas que se dedicavam à luta, e à VPR. Sua participação sempre esteve permeada pelas contradições essenciais da luta: a vida pessoal se misturando com a vida de militância. Em depoimento escrito que prestou para a biografia de Lara Lavelberg, disse:

Quanto a mim, passei meu último ano de luta armada, meados de 1969 a abril de 1970, absolutamente convicta de nossa derrota. Mas não deixaríamos implantar-se a ditadura sem dor, sangue, um mínimo de protesto. Mesmo que a denúncia não viesse a público. Mesmo que nos transformássemos em Tiradentes. Algo de martírio e solidariedade, não se abandona o barco nem se traem os mais íntimos, o marido, o companheiro de luta, o padrinho de casamento, a amiga, um destino comum.

²⁶ Depoimento de Ladislav Dowbor, reunidos no “Pedidos para atualização de dados”, 8522/ASP/81. 20/5/1970.

²⁷ Entrevista de Ladislav Dowbor para Judite Patarra, p. 2-3.

²⁸ Seria um dos militantes trocados pelo embaixador alemão. Acabou morrendo no exílio, na França, em 1975. <http://www.desaparecidospolíticos.org.br/pessoa.php?id=241&m=3> Sua militância, assim como a relação com Lia, aparece no livro de sua mãe, Carmela (PAIVA, 1996)

Sobre a tortura, ela esclarece os medos:

Não enunciávamos o assunto – seria como se católicos questionassem o Cristo na hóstia. Tabu. E havia os justificações. A VPR não fez nenhum, mas eu os temia. Os ex-sargentos eram outro universo.²⁹

A militância como religião incluía a fidelidade como princípio. A culpa acompanharia um eventual vacilo. Pior que isso, o medo das consequências era forte para quem tinha consciência do risco de um justificação.

Os depoimentos de Maria e Ladislau estão inseridos em um conjunto impressionante de documentos, oriundos de depoimentos de membros da VPR. Todos eles foram questionados sobre “A Grande ação”, ou seja, o cofre de Ademar. O documento introdutório, indica que foram tomados os seguintes depoimentos: Joaquim dos Santos, Ladislau Dowbor, Maria do Carmo Brito, Geraldo Coen, Narai Madalena Pereira, Henri Phillippen Reissstul, Liana Pinto Chaves, Ruy Chiaradia, Everaldo Cesar Monsão, Maria Dora Genis Groistein, Dora Sverner, Sandra Maria Nascimento Furtado, Eros Roberto Grau, Lafayette de Paula Figueira, Luiz Roberto Salinas Fortes. O assunto do documento é “Atividades de Operação Bandeirantes,³⁰ com difusão para o CIE e outros órgãos.

A Vanguarda Popular Revolucionária tem como líder no âmbito nacional o conhecido terrorista CARLOS LAMARCA, elemento radicado no Rio de Janeiro e São Paulo, mas na clandestinidade, e que há mais de um ano, vem implantando o terror mediante o emprego de assaltos e assassinatos. Aliado com outros membros da organização, conseguiu submeter-se a uma operação plástica no Rio de Janeiro, a fim de dificultar sua identificação e continuar na impunidade. O líder da organização no Estado da Guanabara era o terrorista JOSÉ RONALDO TAVARES DE LIMA E SILVA, auxiliado por JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO, falecido, MARIA DO CARMO BRITO, ALMIR DE TON e YEDA DOS REIS CHAVES, além de JOAQUIM PIRES CERVEIRA, elemento cassado pela Revolução de 1964 e que inconformado trilhou todos terroristas.³¹

²⁹ Maria do Carmo Brito, in: PATARRA, p. 340.

³⁰ Info 324-OB, da 2ª DI – F 03078/70

³¹ Relatório parcial 10/70, do inquérito dops.

O relato completa que as informações nele constantes se situam apenas no período de 30 dias, ou seja, o período em que um dado grupo ficou com a tarefa de monitorá-los. Em tese, isso se deve para abertura de inquéritos, mas serve evidentemente para novas buscas e novos depoimentos forçados. No relatório são assinalados os nomes que não foram encontrados, o que nos dá uma dimensão do efeito bola de neve das prisões, pois os demais vão sendo sistematicamente procurados.

O nome de Maria do Carmo Brito está assinalado como “importante”. Maria passou também pelo martírio da tortura. Suas lembranças são desoladoras. Na documentação constam os depoimentos, evidentemente que sem menção à forma com que foram obtidos e as condições nas quais se encontrava. Seu marido, Juarez de Brito havia cometido suicídio em ação dia 19/4/1970.

No dia 4/5/1970, ela prestou depoimento, “de próprio punho”, de acordo com o documento de n. 3073. São mais de oito páginas datilografadas em espaçamento simples. Ela narra os primórdios de sua atuação política, ainda pré-golpe:

A partir da renúncia do presidente, houve inúmeras prisões em Belo Horizonte e comecei a sentir necessidade de participar de forma mais orgânica. Tinha participado ainda de uma tentativa de organizar os camponeses de Tres Marias (MG) e comparecido a assembleias de grevistas de Nova Lins, minha participação era absolutamente contemplativa.

A proposição de formação dos camponeses e o papel da educação estava presente, além do incentivo à organização dos trabalhadores e das greves. Posteriormente, a convite de Ivan Otero Ribeiro, “ingressei no PCB”, numa célula cuja tarefa “consistia única e exclusivamente em participar de eleições na faculdade e ouvir cursos de marxismo”. Em 1962 tornou-se noiva de Juarez Guimarães de Brito, que era da POLOP, e ela abandonou o PCB, tornando-se “independente”. Em 1967 ela e Juarez romperam com a Polop.

A razão desse rompimento era a seguinte: a POLOP tinha, ao nosso ver, uma visão distorcida da realidade brasileira via o Brasil como se fosse a Europa. Isto é, considerava nossa classe operária como aquela classe que tinha condições de deflagrar a revolução. Esse erro tinha duas causas básicas: a) interpretar mecanicamente a expressão de

Marx de que criando a classe operária, o sistema capitalista tinha criado os seus coveiros esquecendo-se de que somente quando a imensa maioria da população deseja a mudança, ela é possível. B) por outro lado, ignorar nosso processo histórico de formação, isto é, que o desenvolvimento brasileiro não se fez incorporando as massas ao trabalho, mas excluindo-as dele, isto é, permitindo o prosseguimento de uma enorme quantidade de pessoas que não tem acesso ao trabalho, isto principalmente no interior, mas também em torno das grandes cidades.³²

Esses dados, em um depoimento, são parte de uma estratégia de falar muito sobre questões que “já são sabidas” (ela é militante de esquerda), mas que não aportam nenhuma informação nova aos repressores. Ela relata ainda que nessa época estava lendo Debray, assim como vários militantes. Embora não concordasse em tudo o que ele dizia, considerava que ele “abriu novas perspectivas”. Situa então em final de 1967 a fusão das cisões, com a criação do Colina, Comando de Libertação Nacional:

Os mineiros tinham rachado com a Polop pelo seu “adentrismo operário”. Nós, da Guanabara, além desse motivo, porque a Polop falava em fazer Guerrilha, mas nunca se dispunha a isto.³³

Ela passa a descrever em detalhes as ações de expropriação que o grupo realizou. Nas suas memórias ela ressalta muito que era tratada como alguém que portava o segredo do dinheiro do cofre de Ademar, e é evidente que isso pesava sobre a sanha da repressão sobre ela. Muitas outras informações constam no seu depoimento e é chocante quando Carmo relata nas suas memórias que foi obrigada a participar da tortura do companheiro Jamil, fato que certamente guarda de forma triste em suas lembranças:

Foi das situações mais terríveis que vivi: me obrigavam a dar choque nele e ele em mim. Não tinha como escapar: eles davam porrada, me obrigavam a pegar na máquina de dar choque, era automático.

³² Idem.

³³ Idem.

Quando chegou a vez do Jamil, ele se recusou. Levou tanta porrada, que desmaiou, era o que eu devia ter feito.³⁴

Evidentemente que tudo isso é parte da prática do Terrorismo de Estado, explorando as fragilidades humanas. Ao historiador, não se trata de julgar, mas do ponto de vista da organização fica essa questão: a centralização de tantas informações em uma única pessoa certamente não é condizente com uma situação de eminência de fragilidade diante da possibilidade real de tortura.

Portanto, é fundamental para entender o que aconteceu com a VPR entender a forma como a repressão agia, e como o grupo tinha poucas estratégias de reação com relação a isso. Ela foi se aprimorando ao longo do tempo e tinha um funcionamento que permitia ir localizando os militantes e aos poucos, ir eliminando-os.

Ao fim desses depoimentos, o quadro que a repressão pintava era assustador:

A formação ideológica é bastante firme, sem exceção, acreditam que o processo revolucionário não poderá mais ser contido, que dentro de cinco anos no máximo já existirão no país focos de guerrilhas bem caracterizados e que inicialmente, não contarão com o pessoal do campo, mas que este irá aderindo rapidamente a partir do momento em que testemunhar o avanço e as vitórias do movimento revolucionário.³⁵

É de duvidar que os agentes acreditassem nisso. Afinal, eles, melhor de que ninguém, estavam percebendo as fragilidades das organizações e os limites de suas possibilidades de expansão. Mas reproduzir riscos para os demais setores da Comunidade de Informações era importante para justificar seu trabalho e angariar mais investimentos para os setores de repressão.

³⁴ CARMO In VIANNA, 2003, p. 93.

³⁵ Curitiba, 23/12/1969. Continuação da Informação 238/69.

Comportamento na prisão: o julgamento dos compas

Em julho de 1970, foram apreendidos documentos muito importantes, os quais a repressão diz estarem na casa de Dowbor, que nega isso: “nenhum documento foi apreendido comigo, eu nunca andaria com eles, nem guardava. Há um monte de coisa inventada nos relatórios”³⁶. Isso somado às prisões paralelas, formou um dossiê substancial que permite visualizar as formas de atuação do grupo em São Paulo, mas sempre levando em conta a observação do militante, a repressão estava buscando criar provas.

O documento apreendido registra a apreensão de panfletos, cartas, matérias de imprensa, materiais para a falsificação de documentos, levantamento para futuros assaltos, etc. Nos depoimentos há informações sobre materiais que iriam para o Vale da Ribeira para fins de “treinamento de guerrilha”.

O depoimento de José Bizerra do Nascimento, codinome Paschoal ou Rubens, mostra que a VPR contava com uma rede de apoios de pessoas que se arriscavam muito, e faziam atividades perigosas, sem contudo terem figurado nos nomes mais conhecidos do grupo. Eram também pessoas que normalmente contavam tudo o que sabiam quando eram presas, o que esperamos, tenha ajudado a salvá-las, pois não temos dados posteriores sobre todos eles.

Neste caso em especial se trata de um homem que hospedou Eduardo Leite e Denise Crispim após o sequestro do cônsul japonês, quando eles eram muito procurados por causa da participação na ação. Além disso, informa que os materiais que estavam sendo levados para a área de treinamento da VPR indicam o vínculo dos membros da REDE, organização de Bacuri, que vai participar dos treinos no Vale. Neste caso ele conta sobre o transporte em veículos kombi que eram expropriados e depois devolvidos a seus donos. Aqui teriam sido transportados “botas de guerrilha, espingarda dos canos calibre 12, caixas de pólvora, cantis”³⁷, entre outros.

Dentre o material apreendido, há um “diário”, que mais parece uma pauta para reunião, sem autoria. E um outro, datilografado, identifica-

³⁶ Ladislau Dowbor, 22/7/2020. Resposta a perguntas da autora. Esses documentos foram enviados a ele, que nega que os mesmos estivessem com ele, assim como não conhece sua autoria. Perceba-se que a grafia de seu nome pela repressão é sempre Ladislau, embora ele próprio use o nome “abrasileirado”, Ladislau.

³⁷ Depoimento de José Bizerra do Nascimento, 17/7/1970. BNC, 42.3. p. 270.

do como “documentos apreendidos em poder de Ladislav Dowbor”. Trata-se de um documento que tem uma observação no final: “não conservei nenhum original, esta é a única cópia existente” e é um relatório detalhado sobre comportamento de militantes na prisão. Essa era uma questão que aparecia recorrentemente, a preocupação sobre como os demais se comportavam quando presos, comportamento que poderia ser louvado ou punido.

Ou seja, mesmo que a VPR tenha sido muito marcada por traições e delações internas, o problema era mais amplo, estava presente, embora de forma incipiente: tendo sido apreendido o material, no qual se refere que não há cópias, essas informações foram adiante na organização?

Não deixa de ser angustiante ver que os militantes eram considerados de “bom comportamento” quando agiam de forma esperada nas torturas. Expressões como “atitudes muito boas, firmeza, moral levantada” são algumas das usadas. Transcrevo abaixo, com algumas pequenas alterações e omissões de nomes, o relatório. É duríssimo, muito difícil imaginar um militante reunindo essas informações e colocando-as no papel. Dizem muito sobre a ética do tipo de ações que realizavam, daquilo que acreditavam e davam legitimidade. Mas não deixa de ser humanamente assustador perceber que se esperava que as pessoas reagissem de tal ou qual forma diante da tortura.

F caiu num artifício de interrogatório, falando então de um homicídio. Começou então a apanhar muito e tentou o suicídio; logo depois levantou a moral e se firmou.

M. A foi o tempo todo exemplar, do mesmo nível do pessoal de Minas, que liderados pelo X mantiveram postura de conjunto afrontando os torturadores, sendo que X chegou a servir de cobaia de testes de tortura e quando não aguentava a dor física, se jogou numa janela, sendo hospitalizado.³⁸

Há a construção do “comportamento exemplar”, inspirados no opúsculo de Marighella, *Se fores preso, camarada*, de 1953, onde ele falava das técnicas repressivas que sofrera no Estado Novo varguista. Cabia ao militante saber aguentar-se na tortura, ideia introjetada, mas descolada do real. Segue o relato:

³⁸ Esses fatos são narrados pelo companheiro de prisão, Paiva, 1986.

Fulano, no início, teve uma atitude muito boa, resistindo 2 dias, mas depois falou onde morava, (...) abriu coisas desnecessárias, informações que levaram a outras prisões. (...) depois se firmou com um comportamento muito inteligente, que possibilitara salvar outros companheiros.

Saber o que era “necessário” e o que não era certamente não era tarefa fácil. O relato exalta a inteligência de um companheiro, mas o problema é que essa pessoa não tem os dados de como está a conjuntura fora da prisão, ou mesmo na cela ao lado. É o caso narrado logo a seguir: “C agiu bem, queimando documentos, escapando do cerco e brigando com a polícia. Depois, levou a lugares abandonados, que inclusive já tinha sido aberto por M. E lá havia algum companheiro”, que não deveria estar lá, deveria ter seguido regras de segurança, acabaria preso.

Fala de outro companheiro que “foi envolvido por guerra psicológica”, descontrolou-se quando ligaram os 2 aparelhos de choque juntos, falou dados que levaram a novas apreensões”. A ideia de que a pessoa fosse capaz de ter controle sobre seu próprio corpo e mente, ainda que com dois aparelhos de choque contra si, estava presente. Segue o relator, exaltando a bravura deste mesmo militante:

Esse dia ficou com a moral muito baixa, sem qualquer censura ideológica, num desespero... [pelas] fraquezas demonstradas. Depois ele se recuperou, apanhando mais 3 dias de pau de arara sem falar nada, até não aguentar mais choque nos testículos e se jogar da janela.

Segue, avaliando outros casos:

Y teve comportamento muito bom, apanhando sem dar nada. I não chegou a apanhar, por acharem que ele era simpatizante, mas teve excelente postura em todos os problemas que apareceram. T esteve muito bem e [usou] sua doença para não apanhar, só apanhou depois... e mesmo tendo que assumir tudo por causa de documentos, não falou nada. A garota dele também foi bem, só vacilando em reconhecer I, que se não fosse isso seria solto.

O relator mostra estar muito bem informado, imaginamos que era alguém com muitos contatos e para quem fluíam as informações. Ele segue, fazendo acusações graves:

W foi bem no início, mas depois vacilou, abrindo que M guiou o carro na tentativa (...), o que eles não sabiam; abriu a Tijuca e a conferência, sem saber se estavam abertas, as garotas apanharam bastante na PE da Tijuca. A, embora se diga firme, teve atitudes conciliadoras com os torturadores.

É possível identificar os casos que estão sendo narrados, mas não é intenção aqui reiterar as dificuldades e agruras individuais sofridas em situação de tortura. O relato traz ainda um caso que considera um exemplo a ser seguido, embora a pessoa tenha morrido na ação:

ZC segundo versão de 3 sargentos que participaram da batida, ficou tonto sob o efeito de granada de efeito moral, e quando já estavam 5 dentro (...) um lhe deu uma gravata, ele se reanimou e acertou o pulso à queima-roupa, depois, com a INAs apontada pediram sua rendição e ainda acertou mais um. Começaram a atirar nele e não deu um grito, e ainda acertou mais um antes de morrer, com 37 tiros.

O caso é semelhante de outro companheiro, também visto como herói:

O comportamento de C só pode ser comparado com o de L ou ZC, negando o que ele sabia, demonstrando um grande heroísmo revolucionário em morrendo no pau-de-arara, molhado (o que triplica a eletricidade) sem dar dado algum.

O relato traz o caso de uma bárbara tortura sofrida por uma militante:

A C. foi muito torturada, inclusive com choque no seio e abriu um ponto e mais algumas coisas. Um dia depois tentou o suicídio, e a partir daí passou a hostilizar os torturadores.

Os casos de suicídio são dramáticos, pois tendo escapado da repressão, a repressão não escapa da mente da pessoa. Há casos de

militantes que conseguem escapar a tortura e posteriormente cometem suicídio. O relatório traz ainda mais três casos:

S esteve muito bem, ou muito até C morrer, depois só foi interrogado. Falou sem saber se estava aberto (...) mas foi firme e não falou nada de maiores consequências. Chegaram da PE vários presos. Uma garota do Sul, que apanhou muito e esteve ótima.

Um tal de [?], que levou a uma queda e quase a outra, depois de ter sofrido barbaramente, por falhar o artifício que tinha (...) Recuperou-se e estava já com a moral muito alta.

Um paraquedista se portou otimamente, levando 7 dias para dizer onde morava e mais 2 rapazes com boas atitudes: P e PP. Chegaram também dois presos em decorrência da queda de M: um mineiro assustado mas firme e um baiano, um tal de Mb, excelente e criticando muito o pessoal e o M, que segundo ele apanharam pouco e vacilaram (ele esteve em SP antes de vir, sendo preso na Bahia).

Está mais que claro que as prisões geravam efeito dominó, era muito difícil não falar nada e mesmo as falas que respeitavam as regras de segurança muitas vezes acabavam por trazer danos maiores, involuntariamente. A seguir, o documento muda, trazendo informações que podiam ser altamente relevantes, que são dicas sobre como os torturadores agiam, indicando como seria mais apropriado se comportar no caso de prisão. Essas informações poderiam ser essenciais para ajudar a salvar vidas, mas evidentemente não havia qualquer garantia nesse sentido. Os procedimentos podiam variar de uma delegacia a outra e a forma como cada militante reagiria era sempre uma incógnita.

O esquema usado na maioria dos lugares é o mesmo: pau de arara e depois largam, só voltando se aparece coisa nova. Usam muito forçar a falar para o novo [recém chegado] que o negócio é abrir tudo. [...] na PE da Vila são mais primários que os da Saens Peña. O choque é horrível, mas retendo bem os músculos é aguentável: impede completamente de raciocinar tendo que [...] inovar algum álibi, os resultados são muito negativos.

Já o comportamento dos presos deveria seguir uma linha, a partir dessa definição geral de como agia a repressão:

As respostas devem ser dadas no geral, para depois permitir mudar sem entrar em contradição. Os depoimentos podem e devem omitir muitas coisas aparecidas no interrogatório. Eles batem mais no cara do que no cara de direção; negar ser do GT é muito importante. Foi comprovado que uma atitude muito hostil, na maioria dos casos é negativa, e tem dado mais certo exigir respeito, se negar terminantemente o termo “colaborar” e dizer que vai assumir a sua responsabilidade.

Ou seja, o documento indica a necessidade de haja uma espécie de diálogo com o torturador, pois de outra forma pode ser ainda pior, “exigir respeito” é algo absolutamente subjetivo nesses casos, pois nunca se sabe como virá a reação. Também alerta que se pode contar com o despreparo dos agentes policiais, mas isso não é uma estratégia eficaz. É preciso estabelecer ao menos uma aparência de diálogo, pelo que se depreende da análise do relator:

Em muitos casos o despreparo dos interrogatórios é fatal e isso se verificou já bastante. Jogar verde para colher maduro é um método muito utilizado. Na PE da Tijuca usam muito guerra psicológica com fuzilamentos simulados. Tentar dar muita lógica e justificativa às respostas, eles pensam que é embromação e baixam o pau. O correto é dar dados de forma a eles descobrirem a lógica e se [virarem] com os próprios dotes detetivescos (que inexistem na prática). Ter muitos documentos foi a perdição de muita gente, relatórios então são fatais. Outras falhas foram se manter os mesmos nomes frios por muito tempo e continuarem a anotar os pontos. Eles já admitem que só se vai a locais de olhos fechados, isso pode ser sempre explorado, dizer sempre que não viu nada no caminho, pois querer dar dados falsos complica pois eles passam a não acreditar que os olhos estavam fechados. Já aceitam que só se conhece o lugar que se mora e só nomes frios. Falar com muita convicção.

E por fim, traz alguns dados sobre o que a repressão estava descobrindo de concreto, mostrando que sim, eles tinham noção de que a repressão estava bastante ciente de seus métodos de ação:

Eles acham que a área é no Maranhão e que o racha é mais perigoso que a VAR. Estão [descendo] gente para as possíveis áreas estratégicas. Militarmente são muito bons, mas ideologicamente

raros é que se destacam. São muito orgulhosos e estão conhecendo perfeitamente os mecanismos das esquerdas.

É muito possível que esse documento nunca tenha chegado ao seu destino original. Entretanto, é possível que o autor, caso tenha sobrevivido, tenha reproduzido de memória ou, ciente de que os documentos caíram na apreensão, tenha produzido outro com o mesmo sentido.

Junto a esse mesmo conjunto de documentos encontramos um outro, que possivelmente foi datilografado pelo mesmo informante do documento acima, também anônimo. Trata-se de uma autocrítica de algum militante que avalia seu próprio comportamento na prisão. No início há um P.S, o que nos deixa em dúvida se seria continuidade originalmente do documento anterior, mas parece ser um serviço de relatoria. Está escrito: “entendo este como um doc. Ao Comando, transcrevo-o inteiramente. É a única via existente, o original foi queimado”. Trata-se claramente de alguém que abriu algum tipo de informação em situação de tortura. E no final do documento, assinala que o autor era menor de idade quando os fatos em questão ocorreram.

SITUAÇÃO ATUAL

A crítica e a autocrítica não apagam os traumas nem dissolvem as responsabilidades.

Em relação às responsabilidades, não cabe a mim julgar e sim a um Tribunal Revolucionário. Acho, no entanto, que elementos que devem pesar são também a militância anterior, uma autocrítica na prática – que foi a recuperação depois do primeiro dia, aguentando castigo maior e permanecendo firme, sem abrir mais nada e em terceiro lugar uma situação objetiva bem desfavorável aliada a grande despreparo para enfrentar a situação.³⁹

A pessoa em questão demonstra um desolamento com seus próprios atos: “pessoalmente não encontro explicação para as coisas que abri”, afinal, “não me fortaleciam em nada e até piorou a situação”, pois “se o cara abre eles raciocinam logo duas coisas: 1º o cara sabe mais; 2º ele apanhando abre. Deve ter sido isso que desgraçou o tal Paranhos, que abriu e apanhou sem parar”. Há uma evidente autocobrança para uma atitude irracional “não encontro explicação”, para a qual se buscam explicações racionais. Ainda conclui de forma mais rígida consigo mesmo: “só vejo

³⁹ Situação atual. S/autor. BNM, 42.1.

mesmo a não resistência ao clima de terror, o despreparo e fraquejamento ideológico como as causas principais. É muito comum entre os militantes essa visão da ideologia como um espectro que dependeria da crença e dedicação de cada um: se a pessoa fosse firme ideologicamente falando, não falaria e aguentaria. Ora, se a pessoa falasse então seria passível de um tribunal revolucionário, pois se sentia um traidor ideológico. Estes elementos constituem a ética dos militantes.

Ademais, além de haverem inúmeros atos de solidariedade nas prisões, havia também agentes infiltrados, ou mesmo militantes que colaboravam com os repressores. Um documento do CISA narra em detalhes como Darci Rodrigues recebera a notícia do sequestro do embaixador alemão: “foi visível o seu constrangimento e o ar de reprovação dos demais presos, ao lhe ser dito que o sequestrado fora o embaixador da Alemanha”⁴⁰. O que chama atenção não é a informação de Darci, mas o registro de como ele reagira, estando preso, ou seja, alguém estava ali espionando.

As táticas da chamada Comunidade de Inteligência foram sendo aprimoradas, sobretudo na medida em que tinham mais conhecimento concreto sobre a organização. A junção com a forma de agir de um Terrorismo de Estado tornavam cada vez mais bárbaras as ações repressivas.

É muito importante lembrarmos que ainda durante a ditadura militantes se organizavam denunciando e tentando mobilizar a sociedade contra a tortura. É o caso do documento “Testemunhos dos 12 presos políticos torturados” produzido no presídio de Linhares, em 19/12/1969, organizado por Angelo Pezzuti da Silva

A tortura é a manifestação e o alimento de uma violência maior que a repressão pôs em marcha. A violência extravasa a simples fase do interrogatório do suspeito e penetra todas as etapas e procedimentos da repressão política. [...] É uma verdadeira bola de neve da violência.⁴¹

⁴⁰ Ações de Sequestro. CISA, info. 311, 17/6/1970, do CENIMAR, protocolado no SNI. Arq. Nac.

⁴¹ Testemunho de 12 presos políticos torturados, 19/12/1969, p. 13. Assinam o documento: Irany Campos, Angelo Pezzuti da Silva, Pedro Paulo Bretas, Antônio Pereira Mattos, Mauricio Paiva, Afonso Celso Lana Leite, Murilo Pinto da Silva, Júlio Almeida, Marco Meyer, José Raimundo Oliveira, Jorge Nahas, Erwin Duarte.

Capítulo IX

CONTRARREVOLUÇÃO, CONFLITOS INTERNOS, E CLASSES MEDIAS

O ano de 1970 foi marcado pela forte investida na guerra psicológica por parte das forças repressivas. Ao mesmo tempo em que os sequestros ajudavam a forjar um apoio popular aos militantes, a Ditadura reinventava formas da chamada Guerra Revolucionária. Novos conflitos se colocavam.

O trabalho da historiadora Alessandra Gasparotto mostra a estratégia de incitar os “arrepentimentos” de jovens militantes de forma pública, sobretudo pela imprensa, tendo como finalidade mostrar aos demais jovens e à opinião pública internacional que militantes se arrependiam, eram perdoados e até bem tratados. Conclui a autora que

As mensagens identificadas nas falas daqueles militantes foram direcionadas para questões centrais que atingiam o governo brasileiro no início da década de 1970, principalmente no que tange às críticas que recebia do exterior em razão da violência e do desrespeito aos direitos humanos e a uma preocupação com a juventude, especialmente os setores estudantis. [...] Além disso, eram utilizadas no sentido de desqualificar os grupos que opunham à ditadura, por meio de uma ofensiva direta aos seus métodos – a ‘violência’, o ‘terrorismo’, e aos seus líderes – os ‘maus brasileiros’ que não se haviam integrados ao ‘esforço nacional de desenvolvimentismo’.¹

O marco inicial dessas atividades foram duas cartas assinadas por jovens militantes da VPR: Gilson Teodoro de Oliveira Marcos Alberto Martini, Osmar de Oliveira Rodello Filho e Romulo Augusto Romero Fontes. A obra explora vários aspectos do problema, indicando como foi de fato feito um uso político desses arrependimentos. Militantes eram “maquiados” para aparecerem na TV e esconder suas marcas de tortura sob promessa de receberem liberdade, o que não ocorria como regra. Claro que alguns esta-

¹ GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil*. RJ, Arquivo Nacional, 2012. p. 250.

vam de fato arrependidos, mas o enfoque é o uso político, como estratégia do Terrorismo de Estado que era feito pela repressão.

Ademais, a grande imprensa acompanhava sistematicamente, em sintonia com a censura, a atuação dos militantes. Não se tratava de trabalho investigativo, jornalístico, e sim de reverberar a posição dos próprios órgãos repressivos, publicando cartazes de ‘procurados’, apresentando os militantes, e ajudando com isso que fossem localizados.

Essas estratégias não teriam tido a eficácia que tiveram se não estivessem em sintonia com o trabalho realizado pelos demais membros da comunidade de informações, especialmente aqueles que tinham contato direto com os militantes, os que tomavam seus depoimentos sob tortura física e psicológicas.

A extensa pesquisa da historiadora Wilma Maciel sobre a repressão judicial no Brasil analisou profundamente documentos que se encontram nos processos do projeto Brasil Nunca Mais. Ela mostra que um dos objetivos dos depoimentos tomados no âmbito do Superior Tribunal Militar era criar meios de que os depoentes reafirmassem aquilo que tinham dito nos interrogatórios iniciais, francamente tomados sob tortura. Mas essa fase processual também não está livre de torturas, tanto para seguir buscando informações como por “simples” selvageria mesmo².

Portanto, a engrenagem da repressão estava muito azeitada, e chegaria nos setores de apoio dos grupos, e também nos militantes fragilizados por distintas situações. A VPR tentava reagir se reorganizando.

Conter a desordem, novas resoluções e novas delações

Naquele contexto de novas prisões, o Comando Nacional da VPR buscava se reorganizar. Divulgava um documento sobre “Normas de desligamento”. Sem citar nenhum caso específico, indicava que há problemas na organização, de controle dos militantes.

Uma O. de combatentes não pode permitir a entrada e saída de militantes com explicações vagas ou inadequadas. Um companheiro entre na O. depois de uma compreensão de seu trabalho e de suas responsabilidades de um desligamento é um caso grave, a ser apurado com cuidado e sobre o qual não se pode passar por cima. O

² MACIEL, 2006, p. 81.

Comando da Unidade tem autonomia para concedê-lo, devendo comunicar sua decisão ao CN.³

O militante, antes de sair, deve justificar seus motivos para seus companheiros de base, que devem opinar sobre os fatos envolvidos, que devem ser enviados por escrito, podendo ser:

a) Se se trata de problema orgânico, comum a outros militantes, seja forçada a sua solução; b) se se trata de problema pessoal, tal fato deve ficar bem claro, impossibilitando futuras fofocas e racionalização política, por parte do quadro que sai; c) se se trata de divergência política, o quadro possa sair mantendo todo o respeito devido pelos companheiros que continuam seguindo outro caminho.⁴

E, quanto a quadros advindos de outras organizações, o Comando exige antes ouvir a organização para aceitar o novo militante. Ou seja, em termos gerais, as regras eram bastante compreensivas, “não visam absolutamente cercear a liberdade dos quadros”, sem indicar punições ou dar lugar a suspeitas de militantes, mas deixa claro que havia problemas:

A O. tem atualmente uma gigantesca responsabilidade no processo histórico, e se a maioria dos quadros está disposta a dar a vida para preservar este instrumento de luta ainda tão frágil, nada justifica a leviandade com que se tem tratado o problema da militância e com que certos quadros encaram o seu compromisso para com a organização.

Este material foi apreendido com vários outros, em posse de Liszt Vieira, em 12/6/1970, em Porto Alegre⁵. Textos de formação política estavam circulando, entre os quais, o *Caminho da Vanguarda*, de Jamil.⁶ Um informe de junho de 1970 traz alguns dados repassados pelo SNI e se soma às prisões e às informações trazidas no capítulo anterior, mostrando que o cerco se fechava.

Segundo o documento, o Comando Nacional era ocupado por Lamarca. Ladislau Dowbor substituiu Shizuo Osawa “vulgo Mario Japa”. O

³ 3. Normas de desligamento. VPR. Fevereiro de 1970. BNM, 42.1, p. 769.

⁴ Idem.

⁵ Auto de Exibição e apreensão, DOPS-RS, 12/6/1970. BNM, 42.1.

⁶ Depoimento de Liszt Vieira, 5/5/1970.

setor Guanabara era coordenado por Maria do Carmo Brito, “vulgo Lia”. Perceba-se que nomes e codinomes constam exatamente desta forma no documento, que segue: “A prisão de Shizuo Osawa trouxe sérias preocupações para a organização pois esse elemento conhecia a área de treinamento”. As prisões, segundo “Monteiro”, foram informadas à organização por intermédio do jornalista Nelson Gato⁷, relatando a necessidade de realização do sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, “cujo resultado já é do conhecimento de todos”.

O informante diz ainda que para se comunicar com Shizuo Osawa foi enviado ao México a terrorista “NA” a fim de consultá-lo sobre as informações fornecidas na polícia a respeito do campo de treinamento. Shizuo Osawa negou ter dado qualquer informe sobre o assunto, o que “tranquilizou um pouco o comando”.

Além disso, “foram obtidas, ainda outras informações”, entre as quais, de que CARLOS LAMARCA vivia maritalmente no campo de treinamento com IARA IAVELBERG. As lideranças de São Paulo são listadas:

VPR – chefiada por LADISLAS DOWBOR;

ALN – chefiado por JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, vulgo “Toledo”;

MART – chefiada por “HENRIQUE” – ainda não foi identificado; e

REDE – chefiado por Eduardo Leite, VULGO “Bacuri”

As fontes seriam os documentos encontrados no aparelho no qual Dowbor foi preso, que já vimos anteriormente. Havia uma carta assinada por “Valdir” endereçada a “Cid”. Elementos da Operação Bandeirantes, chegaram à conclusão que “Valdir” era um oficial da Força Pública do Estado de São Paulo, que responderia ao pedido de Lamarca para ter uma nova leva de apoiadores, e a resposta diz que “o grupo se reduz a três componentes”⁸. Ou seja, a possibilidade de ampliação por ali era reduzida. Nesse contexto, o “agente Monteiro”, companheiro de confiança de Lamarca que acaba colaborando, contaria tudo o que sabia.

Quando lemos biografias de militantes que sobreviveram chama atenção que quando estão na iminência da prisão é comum designarem alguém especificamente para queimar documentos. A sobrevivência deste documento acima atesta a importância dessa medida, porque mostra que

⁷ Origem: SNI, agência São Paulo. Carta Mensal, abril, n.7, AI do DEOPS, 2/6/1970, SCI 16/19; 19/70. A Guerrilha Urbana no Uruguai – os Tupamaros,

⁸ Carta manuscrita de Valdir ao Companheiro Cid, 4/9/1970.

os registros podiam ser detalhados e levariam à prisão, tortura e morte em cadeia de seus militantes. O cerco ao qual vão sendo submetidos ajuda a aprofundar as táticas defensivas como forma de sobrevivência.

Fica claro também que há uma rede de observadores, colaboradores e informantes que recebem a confiança dos militantes. O que não está claro é quem são esses nomes e como atuam para repassar os dados aos centros de inteligência. Reforçando que encontramos apenas a Informação que o documento traz, um outro exemplo de depoimento de militante narra 14 ações e traz uma síntese dos principais nomes e codinomes daquele momento:

	Laercio	Wilson Egídio Fava
+++	Portuga	Oswaldo Antônio dos Santos
+++	Gege	Pedro Lobo de Oliveira
	Armando	Otacílio Pereira da Silva
+++	Souza	Darcy Rodrigues
+++	Alberto	José Araújo da Nóbrega
	Claudio	Claudio de Souza Ribeiro
	Bacuri	Eduardo Leite
+++	Augusto	Onofre Pinto
++	Doutor	Antônio Raimundo de Lucena
+++	Luiz	Diógenes José de Oliveira
	Mané	José Carlos Kfuri Quartim de Moraes
+++	Judite	Dulce de Souza
	Cristóvão	Yoshitane Fujimore
+	Monteiro	Joaquim dos Santos
	Paulinho	Antônio Nogueira da Silva
	Auro	Ismael Antônio de Souza
+	Bento	Antônio Roberto Espinosa
++	Elias	Helio Ramirez Garcia
+++	Ernesto	Flavio Ribeiro de Souza
	Jarbas	José Gradel
++	Zanirato	Carlos Roberto Zanirato
+++	Jair	Edmauro Gopfert
	Mariana ou Luiza	Tereza Angelo
+++	Abelardo ou Jamil	Ladislav Dowbor
	Ary	Adilson Ferreira da Silva
+	Gino	Cristóvão da Silva Ribeiro
	Ivan	Gerson Teodoro da Silva

	Paula	Sonia Eliane Lafoz
	Baixinho	João Batista de Souza
	Dino	Roberto Menkes
+++	Maciel	Melcides Porcino da Costa
+++	Joana	Ieda Reis Chaves
	Cid	Carlos Lamarca
+++	Ida, Sara ou Madalena	Maria do Carmo Brito
++	Juvenal	Juarez Guimarães de Brito
+++	Dr Ivo	Almir Dutton Ferreira

Legenda original: (+): Preso; (++) : Falecido; (+++) Banido⁹

Perceba-se o cinismo dos agentes da repressão que assinalam os “falecidos”, que foram assassinados por eles mesmos. As informações são questionáveis, mas constam em um depoimento de um preso. Chama atenção ainda o baixo número de mulheres da relação (37 nomes, apenas 5 mulheres), considerando o efetivo real da VPR.

O caso um pouco diferente é de Claudio Ribeiro, que fez uma delação, supostamente por vontade própria. Seu caso nos dá indício das dificuldades que os militantes encontravam na vida clandestina.

A delação de Claudio de Souza Ribeiro

As formas de delação não implicam necessariamente que o sujeito tenha “passado para o outro lado”. Pode ser caso de medo e desespero, esperança de não ser punido, esperança de que a tortura acabe. Um caso desses foi o de Claudio Ribeiro. Segundo o portal Documentos Revelados, a história do militante foi marcada por tragédia absoluta:

O cabo Claudio de Souza Ribeiro, foi um dos membros mais ativos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que ele ajudou a fundar. Após o movimento, que ficou conhecido como “A Revolta dos Marinheiros”, em 1964, Claudio se integrou na luta armada contra a ditadura e durante o período que passou na clandestinidade, viveu momentos intensos e tensos, fugindo da repressão e atormentado pelo ciúme.

Em 1971, já afastado da guerrilha e morando clandestino em Recife, ele matou sua companheira e depois se entregou à polícia.

⁹ Origem CISA, Difusão DIS/CONZAE 1, 2, 3, 4, 5 e 6 – CISA, GABAER (e outros). Informação CISA 385, de 8/7/1970. Arquivo Nacional.

[...] Após alguns anos fugiu do presídio, manteve contato com seu colega Pedro Viegas, que estava clandestino na Bahia e procurou se organizar na luta.

Segundo Pedro Viegas, Ribeiro não superou suas crises e acabou se matando.¹⁰

Esta documentação apresenta uma peculiaridade. Trata-se de um depoimento que foi tomado no Cenimar¹¹ e dele difundido para outros setores. O CISA em seu encaminhamento ressaltou alguns dados no documento, indicando certamente alguém que estava no foco da mira da repressão. E o documento foi re-datilografado. Por isso em alguns momentos o tempo verbal sofre alguma variação, mas o conteúdo é bastante similar. Há uma estreita colaboração entre os setores, embora cada um tivesse seus próprios dados confidenciais.

O depoimento de Ribeiro conta dez páginas datilografadas. Nele, aparecem detalhes diversos da organização, indica nomes, codinomes e sobrenomes dos antigos companheiros. Sua trajetória inicia na associação dos marinheiros, se aproxima dos militantes de Caparaó, e vai para Montevidéu contatar Brizola. De lá é enviado para Cuba onde realiza treinamento de guerrilha, onde conhece militantes da VPR, entre os quais, Diógenes e Anselmo. Com Diógenes, voltou ao Brasil, passando pelo Uruguai onde se consolida o desligamento em relação a Brizola. Em julho de 1967, com Diógenes e Almir Olímpio de Melo vão para São Paulo onde encontram “Chiquinho”, que “estava com um pequeno grupo remanescente do antigo MNR”. Em São Paulo

Alojando-se na casa de Onofre Pinto, onde passaram a discutir a formação de uma organização. Diógenes, o depoente e Otacílio Pereira da Silva pretendiam ir para o campo, mas não chegaram a concretizar tal desejo. Através de Onofre, eu tinha um conhecimento com um ex-prefeito de Jacupiranga, que tinha arrumado um local (mina antiga), onde permaneceram 3 meses. A finalidade dessa estadia seria levantar a área, mas como o pessoal da cidade nada

¹⁰ <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/um-drama-pessoal-nos-anos-de-chumbo-depoimento-do-marinheiro-claudio-de-souza-ribeiro-ex-militante-e-fundador-da-vanguarda-popular-revolucionaria/>

¹¹ Assunto: Claudio de Souza Ribeiro. Distribuição AC/SNI, GAR, ARQ-3, encaminhamento 333, 23/8/1971

fizera para fornecer apoio, o depoente regressou em dezembro de 1967.¹²

Depois disso, informa que Onofre teria contatado a dissidência da POLOP e “resolveram juntar a experiência militar do grupo com a política da POLOP. Passaram a usar o nome de OPM – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA-MILITAR”. Raramente nomeados nesse processo, o depoente recorda esses ex-militantes da Polop que formariam a VPR:

O grupo da POLOP trouxe vários elementos entre estes Waldir Carlos Sapú, Renata Ferraz Guerra de Andrade, Wilson Egídio Fava e outro elemento que agora está em Paris.

A direção ficou sendo PEDRO LOBO DE OLIVEIRA, DIÓGENES, ONOFRE, WALDIR CARLOS SARAPÚ, WILSON EGÍDIO FAVA.¹³

O relato busca ser minucioso com nomes e locais. Narra em torno de 7 ações armadas, indicando os nomes dos participantes, inclusive os nomes de apoio. Dentre elas, os assaltos a banco e a saída do quartel de Quintaúna. Narra todos os congressos, indicando participantes, pauta e direções eleitas, das quais ele mesmo participou. Produz um adendo acrescentando mais informações, onde encontrou seus companheiros, endereços, etc. É um relato muito completo, que certamente ajudou muito a repressão a localizar os militantes. São apontados como motivos de seu desligamento “problemas sentimentais com CLEIDE” e “perda de perspectiva política”. Cleide era também militante da VPR, tornou-se sua companheira e no seu relato, tensionava para que ele deixasse a organização. No fim, ele confessa o assassinato dela por motivos passionais.

Há um detalhe, que quando o depoente se refugiou em Pernambuco, foi procurado a mando de Lamarca, que reclamava “a saída do depoente da organização, sem discussão política”¹⁴. Por meio de José Raimundo da Costa há forte insistência para que ele siga organizando a VPR no nordeste. Ou seja, seria a falta de outros quadros a responsável pela insistência com um quadro que por vontade própria já havia se desvinculado? Todos sabiam que ele era portador de informações cruciais sobre a VPR, pois este estivera presente nas principais ações armadas do grupo. Ainda assim, não se colocou a possibilidade de justicamento do

¹² Depoimento atribuído a Claudio de Souza Ribeiro. P. 3.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem, p. 7.

mesmo como meio de “apagar arquivo” para impedir que os dados fossem para a repressão. A referência a Lamarca indica o envio de carta, é possível que o tema tenha sido mais discutido, mas não temos essa informação.

O setor médico da VPR

Uma astúcia da VPR que incomodou profundamente a repressão foi o fato de ter conseguido criar um “setor médico”, com uma estrutura ambulatorial que previa ser capaz de atender militantes feridos ou que tivessem necessidades de intervenção médica.

Embora saibamos que havia manuais dando indicações de primeiros socorros, e mesmo de medicamentos, eles aparentam ser uma preparação para a possível guerrilha rural. Por exemplo, localizamos um manual com dados sobre “queixas próprias das mulheres ou queixas genitais femininas”¹⁵, tais como “Atraso ou falta de menstruação ou “incômodo”; hemorragia; corrimento. Algumas orientações são trazidas, destacando-se: “nunca provoque aborto sozinha. Se precisar abortar, deve fazer curetagem com médico (instrumentos esterilizados)”. E por aí vai, são várias indicações para adultos que vivem sem acesso a médicos, mas que preveem, em alguns casos, intervenções profissionais. Neste mesmo material se ensina a lidar com picadas de cobras e vários outros problemas que igualmente podem requerer intervenções médicas.

O “esquema médico” era bem mais complexo, e organizado em São Paulo, envolvendo o aluguel de uma casa, a presença de pessoas que mantinham a fachada de uma casa normal, a aquisição e manutenção de aparatos médicos mínimos. Isso geraria a ira da repressão pois, se os feridos procurassem um hospital normal, seriam encontrados com facilidade. Faz parte da crueldade do terrorismo de Estado não ter preocupação humanitária com o atendimento aos feridos.

Há um longo processo jurídico, fruto de uma outra sequência de prisões, que se relaciona ao esquema médico. Lembremos que os médicos envolvidos embora pactuassem com a causa, não tinham necessariamente treinamento de segurança, e por isso eram pontos frágeis da organização.

O processo contra RHB, médico do hospital das Clínicas, mostra um pouco desse sistema de bola de neve. São vários médicos citados no processo, e os nomes de contato com a VPR são os de Fernando Ruivo e

¹⁵ Manual de primeiros socorros, s/referências. BNMD 42.

Chael Charles Schreier¹⁶, estudantes de medicina e ativos da VPR. Ele era contato de Onofre Pinto, a quem acompanhava no tratamento de sua “hepatite crônica”. Também ficou muito próximo a José Raimundo Costa, o Moisés e de Roberto Gordo.

Foi José Araújo da Nóbrega, entretanto, quem contatou o médico para atender “elementos pertencentes à organização política, os quais não pudessem ser atendidos em hospitais particulares, dadas as suas atividades no campo político, tendo o interrogado concordado em prestar tal colaboração”¹⁷, indicando como este o período em que começou a ouvir falar da VPR. Este médico conheceu boa parte dos militantes “militares”, mas passou a sentir-se incômodo depois que Onofre foi preso, porque o contato era feito com nomes que tanto ele como sua mulher (também médica e envolvida no esquema) não tinham tanta confiança.

O médico relata que chegou a ser levado a um assalto à clínica onde trabalhava para fins de apreender “materiais cirúrgicos, oxigênio e outros apetrechos”¹⁸ que iriam ser usados no esquema médico. Queriam que ele ajudasse a escolher o que era necessário. Ele diz que rompe com o grupo a partir de então, mas segue atuando, dando assistência médica no “hospital da VPR”, em uma casa na Vila Fachine, em São Paulo. Chegou a atender um tiroteio, no qual Roberto Gordo fora baleado na perna. Essa casa recebia a fachada de Tercina Dias de Oliveira e suas crianças¹⁹, sendo que “os quatro se encontram na Argélia”, pois foram banidos no sequestro do embaixador alemão.

Relata outros atendimentos e esclarece que ajudava a manter o esquema financeiramente, pagando o aluguel, e ajudando Tercina. Prestou atendimentos a membros do MRT, e acabava tendo informações sobre os acontecimentos das organizações, inclusive o “documento dos doze presos políticos”, em que a tortura foi denunciada quando chegaram à Argélia.

¹⁶ Como registrou Pedro Lobo, Chael seria assassinado aos 23 anos, “se transformará no primeiro caso comprovado de morte sob tortura durante o regime militar. E a selvageria dos carrascos que agem nos porões da ditadura vai para a capa da Veja de 10 de dezembro”. (Laque, 2010, p. 318) A revista fecharia o ano de 1969 com matérias de capa que buscavam denunciar as torturas que se tornavam explícitas.

¹⁷ Depoimento de Rubens Berger, p.3. 2/7/1970.

¹⁸ Idem, p. 5.

¹⁹ Seus três netos, Ernesto, Zuleide e Luis Carlos. São casos de crimes do Terrorismo de Estado Brasileiro, pois as crianças foram consideradas criminosas, o que acarretou sérias consequências para suas vidas. Ver o trabalho da CEV-SP no livro *Infâncias Roubadas*, 2014.

Chegou a ser deslocado para Porto Alegre quando houve a tentativa de sequestro do cônsul americano para realizar atendimento, mas o esquema não deu certo. Outra contribuição sua teve a ver com o fornecimento de cianureto, as pílulas que permitiram o rápido suicídio em caso de prisão, “mas o interrogado não tem conhecimento de nenhum caso em que o cianeto tivesse sido usado e que tivesse provocado a morte de qualquer elemento da organização”²⁰. Sua esposa chegou a estudar o tema do cianeto.

Classe média na revolução

Além do setor médico, percebemos outros efetivos apoios de setores médios à VPR. É o caso da socióloga Maria Lucia Campello de Souza. Ela abrigou José Raimundo da Costa em sua casa, guardou quantidade de livros “Guevara/Guerrilha”, de Che Guevara, além de documentos e, pelo menos, uma arma; emprestou seu carro para militantes participarem do Congresso da UNE. Foi deletada a partir da prisão de seu marido e dos depoimentos de seu cunhado e sua empregada doméstica²¹.

Chama atenção que logo na sequência do dossiê Brasil Nunca Mais está o documento oficial que registra a morte de Joelson Crispim, que “foi morto a tiros em razão de ter resistido a tiros” à prisão. O laudo de exame de corpo de delito está em nome de Roberto Paulo Wilda²². É mais uma tática desprezível e abjeta do terrorismo de Estado brasileiro que não apenas mata, mas oculta o morto e mente, oficialmente, sobre sua morte.

Já o depoimento da dentista Marlene de Souza Socaas, mostra um maior envolvimento e pontua como havia conflitos de posição, mesmo nos setores médios que, como no caso dela, queriam fazer trabalho de massas. Ela se declarou membro da VPR, “cuja finalidade era promover a luta armada para a derrubada do governo e estabelecer um governo democrático popular, política esta que se identificava com os [seus] ideais”²³. Ela esclarece que seu consultório era frequentado por Joelson Crispim, “onde com ele conversava sobre problemas de organizações políticas clandestinas”. Por meio dele, entrou na VPR, “fazendo parte do

²⁰ Idem, p. 9.

²¹ Depoimentos ao DOPS de Thomas Hahn, 1/7/1970 e de Jaci Moreno Pitombo, 1/7/1970.

²² Laudo de Exame de Corpo de Delito. Exame Necroscópico. 22/4/1970. DOPS. BNM, 42.2, p. 680-2.

²³ Depoimento ao DOPS, Marlene de Souza Socaas, 19/6/1970, BNM, 42.

M.O (Movimento Operário). Por isso, chegou a desmontar seu consultório odontológico, “remetendo todos os apetrechos para a organização AP, afim de serem utilizados em serviços de assistência operária”.

Este MO era composto por Ataides da Silva, René e Adilson. Ficou seis meses convivendo com a organização em São Bernardo de Campo, “estudando e participando de reuniões e discussões sobre a movimentação operária”. Chegou a trabalhar em uma metalúrgica, “apenas um mês, nada conseguindo de positivo junto às operárias, pois, primeiro tinha que se adaptar ao serviço o qual era completamente estranho por apenas conhecer o serviço odontológico”. Ou seja, aponta para a dificuldade desta tática de luta, que prescindiria muito mais tempo para que funcionasse bem. Mas igualmente relevante em seu depoimento são os comentários que faz questão de registrar sobre a organização. Ela esclarece que logo se deligou de Crispim, uma vez ele “ter sumido por pertencer a uma outra ala da referida organização político subversiva terrorista”, na tradução do escrivão. Ele segue:

Em agosto de 1969 fez ver aos seus companheiros de M.O. na VPR que a linha seguida não estava produzindo nenhum efeito e nada de prático havia conseguido, fato que aborreceu os tais elementos, motivando seu afastamento, mesmo porque é contrária ao tipo de luta armada preconizada pela VPR, cujos dirigentes aderiram a linha cubana de assaltos, terrorismos e outros atos violentos, muito embora é favorável à revolução armada, da qual devem fazer parte especialmente os operários, maiores atingidos pela pobreza.²⁴

Como as organizações, entre elas a VPR, não estavam “fazendo um trabalho de massa operária, não “ganharam apoio popular” e não conseguiram “algo de positivo às suas pretensões”. O relato segue, de forma um tanto peculiar, considerando outros depoimentos que lemos. O escrivão registrou:

A interroganda acha que a mocidade atual, ligada às organizações político subversivas terroristas agem de forma romântica e têm FIDEL e CHE GUEVARA como verdadeiro DEUS, colocando-os como elementos exponenciais nessa mitologia.²⁵

²⁴ Idem, p. 3.

²⁵ Idem.

Assim, por não desejar participar de ações violentas, ela foi ameaçada de expulsão, mas foi deixada livre, sendo sugerida voltar para sua terra natal. Ela teria feito isso, mas acabou voltando a São Paulo realizando alguma ação com a REDE, mas não era orgânica deles, pois “a linha que os elementos dessa organização iam seguir eram semelhantes ao preconizado pela VPR”. Ou seja, sim ou sim, os militantes também tinham opiniões, que rebateriam na posição oficial.

Ficou claro que a VPR teve apoios esparsos de pessoas que não eram nem operários nem estudantes os militares. Setores das classes médias, aqui citados médicos, sociólogos, dentistas. Muitos davam apoio logístico, recebiam pessoas por uma ou duas noites, outros eram mais participativos, como no caso da dentista que chegou a desmontar seu consultório para buscar se aproximar dos operários. Embora não sejam abundantes, não são casos isolados.

Situação da VPR

Enquanto a guerra esquenta, a VPR produz novos documentos, tentando de alguma forma intervir junto a sua base. São fruto da busca de orientar a militância e também da impossibilidade de realização de congressos e reuniões de discussão. Certamente isso ajudava a tornar tudo mais difícil. Os militantes podiam opinar, mas seguindo regras que se não são burocráticas, são de segurança, que ao mesmo tempo torna todo o esquema ainda mais inseguro, como estamos observando, pois se são encontrados com documentos, há riscos de novas quedas. É uma bola de neve, em pleno verão.

Em janeiro de 1970 o documento “Situação da VPR” vem acompanhado de um comunicado assinado como “P/Comando – Carlos Lamarca”. O primeiro texto, de três páginas em espaçamento simples, começa com uma avaliação da conjuntura política:

O que divide hoje, internamente, o grupo que detém o poder, ou circula em torno dele são, fundamentalmente, dois problemas interligados. A forma de combater o terrorismo e a forma de dar popularidade ao governo. Como política oficial (parece que o SNI aprova diretamente as matérias da revista VEJA), tem permitido cortar mobilizações parciais otimistas, ligadas a luta contra o “terrorismo”, como

exemplo, temos o empenho contra torturas e manifestações das Ordens de Advogados sobre o estabelecimento do habeas corpus. (...) ²⁶

Assim, o governo aparece a partir do dilema: como manter popularidade em meio a uma ditadura que tortura e que começa a ter vozes contra si no campo dos direitos humanos básicos? Se havia grupos liberais acreditando na liberalização, a VPR tinha suas posições:

Por outro lado, a saída “alvaradissa” é impossível, pela própria composição política do esquema do poder e suas ótimas relações com o imperialismo. [...] A única forma de manter uma ditadura impopular é pela força, assim, a prazo, e considerando a continuação da atual prática política da vanguarda revolucionária, um ‘amolecimento’ da repressão é, no mínimo, pouco provável. ²⁷

O documento conclui a avaliação política da situação, supervalorizando seu papel no processo e expondo mais uma vez a contradição da relação com as massas, mas com sentido de convencimento através da PA (propaganda armada):

Chegamos assim ao problema de relacionamento da vanguarda com o esquema de poder (e repressão) e as massas populares. Atualmente, somos a única oposição real ao regime. Nesse sentido, há todas as condições para que capitalizemos o apoio de uma massa que, a estas alturas, devem estar se perguntando para que serviram tais anos de ditadura. Por outro lado, nossos métodos de trabalho tornam impossível a absorção pelo sistema (não haverá anistia que paralise a propaganda armada e a preparação das guerrilhas rurais). Somos um inimigo que tem que ser destruído isso porque atingimos o inimigo em seu único ponto forte – a força. Em outras palavras, apesar das derrotas parciais de 69, a vanguarda conseguiu infligir derrotas políticas e materiais ao inimigo em seu terreno, o emprego da violência armada. Por isso temos que ser isolados. Não há neutralidade possível. Por isso vencer a batalha política torna-se para a vanguarda uma questão de vida ou morte. O governo forçará o povo a tomar posição em relação a nós. Temos que ganhar essa batalha. Isto porque, mesmo que consigamos (e tentaremos) deflagrar a guerrilha rural ainda este ano, esta não tem uma dinâmica

²⁶ Documento do Comando da VPR, janeiro de 1970.

²⁷ Idem.

própria, no seu início, o que coloca a seguinte questão: ser derrotado na cidade, hoje, significa ser derrotado no campo.²⁸

O documento tem comentários a mão, os quais não temos como aferir se se tratou de cópia e nela foi assinalado, e se o documento chegou ao seu destino original. Temos referência que no início de 1970 Lara Lavelberg entregava um documento de Lamarca aos companheiros, no qual olhava para o ano de 1970 com bastante otimismo. Consta um documento separado “Comunicado da VPR”, assinado por Lamarca, que termina com esse tom:

Que o ano de 1970 seja o ano da guerrilha urbana, o ano da guerrilha rural, o ano do rompimento do isolamento político entre a vanguarda e as massas no Brasil, o ano em que honraremos a morte de nossos companheiros que morreram no campo de batalhas: Carlos Marighella, João Lucas Alves, [...] João Domingues, Zequinha, Escoteiro, Fernando, Chael, e o sacrifício de todos os nossos companheiros que cumprem seu papel revolucionário nas prisões da repressão.²⁹

Portanto, em que pese a repressão fechando o cerco, a mensagem era de otimismo. Há duas situações básicas em que os documentos caem na mão da repressão: a) quando o aparelho é estourado e havia ali documentos; b) quando o emissor (colaborador) entrega o mesmo à repressão que deve fazer cópias, mantendo o fluxo da entrega para não entregar aos militantes quem eram os infiltrados. Mas ao longo de todo o conjunto há vários outros sublinhados e anotados.

A seguir, a “situação da esquerda” é discutida: “quais as condições da vanguarda revolucionária para enfrentar esses desafios?” E a resposta é que “a esquerda revolucionária inicia 1970 bastante dividida”, mas com um acervo de experiências práticas inestimável”. Um dos elementos aos quais chama atenção é a relevância da propaganda de ações armadas, de modo a chegar nas massas. No seu otimismo avalia avanços:

²⁸ Idem. Os sublinhados parecem ter sido colocados por um segundo leitor, certamente não foi feito pela própria máquina de escrever, mas manuscrito. Ao lado das últimas frases sublinhadas está destacado: 2 (o governo...) e 1 (deflagrar...)

²⁹ Comunicado da VPR, p/Comando, Carlos Lamarca, janeiro de 1970.

Muito já se conseguiu neste sentido. A vanguarda chegou, por exemplo, ao fim de uma fase de violência puramente demonstrativa. Chega ao fim uma violência unicamente destinada às esquerdas. Conseguiu compreender que não poderia continuar a travar uma luta armada que se resumia a uma briga particular com a repressão, em que a massa representa, no máximo, o papel de torcida. Em última análise, a vanguarda compreendeu de fato a importância política de trabalho armado, rompendo a divisão entre política e militares que até bem pouco permeou praticamente todas as organizações revolucionárias.³⁰

Por fim, a avaliação coloca duas tarefas para esquerda: “continuação do trabalho de propaganda armada que permita romper o isolamento político da vanguarda e iniciar a guerrilha rural, sem o que a vanguarda brasileira não conseguirá escapar do ciclo vegetativo urbano em que até hoje permanece”³¹. Está claro que a luta na cidade não era vista em nenhuma hipótese como passível de avanços revolucionários isoladamente. Até porque, a sequência do documento analisa a “situação da O.”

IV – PLANO DE TRABALHO

1. Propor o cerco político nas cidades, através da propaganda armada, efetuada por nós e em conjunto com o restante da vanguarda, visando iniciar, o mais rápido possível ações ligadas às reivindicações gerais e específicas da massa, além de possibilitar material indispensável à guerrilha rural.
2. Levar a guerrilha no campo no nível de nossas forças. Isto quer dizer, iniciar, em 1970, o trabalho de guerrilhas táticas em 3 ou 5 regiões estrategicamente importantes.
3. Dar todo impulso ao treinamento, única forma de nos capacitar a travar a luta armada no campo, mudando o conteúdo da luta revolucionária no Brasil.
4. Condiciona, por hora, o desenvolvimento da Área Estratégica às discussões com a ALN (Menezes) e só levantamento de trabalho realizado pelo inimigo.³²

No item V, “Balanço”, o documento indica que “é impossível um balanço detalhado, por motivos de segurança”, mas indica que a formação

³⁰Situação da VPR, Idem, p. 2. Grifo manuscrito no original.

³¹ Idem.

³² Idem, p. 3

das Unidades de Comando segue. Além disso, noticia que “iniciou-se o treinamento, com uma equipe pioneira já trabalhando e militantes estão sendo transferidos para área”. Evidentemente que essas palavras, sem detalhamentos, trariam imenso otimismo para aqueles que estavam ansiosos no aguardo de começar as ações rurais. Trata-se da criação da área de treinamento no Vale da Ribeira, sobre a qual trataremos a seguir.

Ao aprofundar o setor de propaganda, havia uma necessidade de aprimorar também o setor de comunicação interna, qualificado como “setor de inteligência”.

Inteligência revolucionária

O caminho que os documentos trilhavam não era óbvio, e há muitas dúvidas sobre alguns deles: quem os produzia? Quando exatamente? Outro problema é que os documentos podiam ser apreendidos muito depois de terem sido produzidos. Os distintos setores da repressão lidavam com eles de formas diferentes, podendo às vezes reproduzir os originais ou em partes. As datas dos envios dos informes para outros setores também variavam. Portanto, esses elementos são sempre aproximados. Não era incomum um documento falando sobre um militante quando o mesmo já havia sido assassinado em outro setor.

O Ministério da Aeronáutica produzia vários informes, e os difundia para vários setores, incluindo DEOPS, Polícia Federal, Polícias e todas as divisões que participavam dessas redes de informação. O fluxo das informações precisa ser observado caso a caso, mas é praticamente impossível localizar a plena difusão e origem de um documento: como foi conseguido e para quais setores foi enviado é tarefa árdua. No caso a seguir, temos um raro caso em que há vários dados sobre o documento. A Informação n.318/QG-4, de 17/7/1970 diz que

Este serviço tomou conhecimento e remete em anexo, a publicação VPR, ‘POR UMA INTELIGÊNCIA REVOLUCIONÁRIA’, datada de fevereiro de 1970, apreendida no “aparelho” onde residia JUAREZ GUIMARÃES DE BRITO, do CN/VPR, no qual são baixados os EEI necessários à Organização.³³

³³ Informação n.318/QG-4, de 17/7/1970, Ministério da Aeronáutica, Divisão de Segurança, Confidencial.

O documento e as cópias têm um carimbo e assinatura que visam conferir autenticidade. Mas não há como termos certeza de que seja o original ou se algum escreveu o datilografou, embora a fonte da máquina de escrever não pareça ser a mesma (poderia ter sido datilografado no setor que lhe repassou a informação). Ou seja, essas observações são apenas alertas sobre as dificuldades heurísticas que temos em cada documento. Portanto, tomaremos esse documento como verdadeiro produto da VPR. Ele é bastante interessante para observarmos uma amplitude de questões que implicavam amplos objetivos de observação do meio para planejar ações.

POR UMA INTELIGÊNCIA REVOLUCIONÁRIA

Objetivo – centralizar e dirigir a obtenção de informes (dados comprovados visando transformá-los em informações ou informes avaliados e interpretados até que consiga a quantidade de conhecimentos comprovadamente reais, que nos sejam necessários para a tomada de decisão), que embarga a nossa atuação revolucionária.³⁴

Esse material se divide em: informes periódicos; imprensa; informações sobre a repressão; informações sobre personalidades; ações financeiras; outros objetivos; documentação pessoal. Há uma observação relevante:

Embora todos os informes devam ser o mais detalhados possível, é ao Setor de Inteligência que vai caber a tarefa de, a partir de uma série de informes parciais, constituir informações úteis ao trabalho revolucionário. Nenhuma informação é prematura, como poderia parecer. Amanhã será talvez mais difícil conseguir informações. O momento de consegui-las é agora.³⁵

Evidentemente, tal serviço acarretaria custos e pessoas que pudessem minimamente se fixar em algum local que não apenas tivesse acesso às informações (ou seja, uma grande cidade), como tivesse condições de trabalho, pois se explicava que: “grande parte dos dados e informações que necessitamos pode ser recolhida diariamente, nos jornais e revistas,

³⁴ Idem, anexo.

³⁵ Idem, p. 3

nas publicações especializadas, nos livros, na imprensa falada, etc". O documento fala mesmo de um "serviço de inteligência", ao qual caberia

[...] recolher esses dados, arquivá-los, e assim colocá-los em condições para, uma vez solicitadas informações sobre um caso, oferecê-las completas (da corrupção de figuras célebres, visando campanha de propaganda) ou instalações militares a que pudermos encontrar qual e tal tipo de armas, etc), serviço de inteligência [deve] dar como cumprida sua missão quando atingir o nível que possa fornecer qualquer informação quando for necessário.

Imagine-se esse sistema quando se trata de militantes que a todo momento trocam de local, saem de surpresa, abandonam os aparelhos mesmo sem ter certeza de que estejam queimados, deixando tudo para trás. É algo difícil de visualizar, e que indica uma projeção de um grupo clandestino muito bem embrenhado no seio social, podendo atuar como um verdadeiro departamento partidário. Além disso, várias pessoas estariam envolvidas:

No campo já resumido de informantes e colaboradores, o serviço de inteligência deverá contar com uma turma de processamento dos informes recebidos, que coordenará os trabalhos e recolhimento de dados e levantamentos efetuados por aliados e militantes, colocando-se em condições de avaliá-los, interpretá-los e fornecer, finalmente, uma informação segura.

Os relatos reais dos militantes mostram uma realidade muito aquém das demandas que este documento apresentava. E se ele fosse aplicável, ainda assim apontava para "regras básicas de segurança", o que é contraditório com algo que seria um "alvo preferido da repressão":

É importante lembrar ainda de que um serviço de inteligência é um dos alvos preferidos da repressão, o que norteia a necessidade de atuarmos obedecendo estritamente as regras básicas de segurança, evitando contatos demasiados, impedindo que aliados e informantes sejam conhecidos por mais de um militante, não transferindo as pessoas de setor para setor. Além disso temos de levar em conta que

mais vale montar paulatinamente esse serviço que obter êxitos retumbantes à custa de desbaratamento posterior.³⁶

Por fim, o documento é encerrado com: “Rio de Janeiro, fevereiro de 1970, VPR”, sem assinalar que seja do comando, e sem o lema da VPR que costumava acompanhar as assinaturas. Há um dado muito interessante ao longo do documento, que é a visualização da importância do estudo das classes dominantes, tanto governo, clero, empresários. Ou seja, permitiria um acompanhamento sistemático da realidade para propor ações. Por exemplo, o item “a”, sobre o “comportamento das classes dominantes”, indica uma quantidade de questões a acompanhar:

1. Governo (administração estadual, municipal e federal; judiciário, legislativo)
 - Unidade e desagregações: motivos?
 - Surgimento de facções: grau de antagonismo, viabilidade? Em torno de que? Quem?
 - Desenvolvimento dos planos econômicos e sociais, de governo.
 - Tática de ação de combate à Guerra Revolucionária no campo econômico, político, social.
 - Como são encarados os movimentos da vanguarda revolucionária?
 - Como os governos distinguem os diversos grupos de vanguarda revolucionária?
 - Quais os grupos que consideram mais perigosos? Por que?³⁷

Os temas apontados são de difícil acesso, e supõe-se uma confiança nos instrumentos informativos da mídia para traçar esses quadros, além de observadores que tivessem conhecimentos sociológicos e políticos. De certa forma, afronta aqueles que menosprezavam a ação intelectual dentro da VPR.

Estes documentos mostram uma tentativa de reordenar as ações. Mas eles respondem também a uma injunção externa. A VPR estava sendo notícia na mídia, onde se expunham questões internas de forma desmoralizante, como na capa da revista Veja de 28/10/1970 em que um documento manuscrito de Lamarca aparece como “Segredo do terror”. Obviamente que se trata de infiltração na organização. Isso ajuda a entender também que Lamarca buscasse ter controle da organização,

³⁶ Idem.

³⁷ Idem, p. 1.

expondo a própria organização a riscos para promover essas discussões e fazer os textos circularem.³⁸

³⁸ Lungaretti é incisivo na crítica sobre o “chilique do grande homem”. Relata o episódio que levou à morte de Juarez de Brito, em que o Comando foi convocado porque Lamarca estava “suspeitando que os companheiros nas cidades se aburguesavam e estavam boicotando a tarefa principal”. LUNGARETTI, 2005, p. 141. Naquele momento a organização teria ficado a descoberto, gerando novas quedas e mortes.

Capítulo X

RIBEIRA E PESQUEIRA: as áreas de treinamento da VPR

A tese do foquismo impunha a organização no meio rural. Mesmo a guerra popular prolongada necessitava do avanço das formas organizativas fora da área urbana. A VPR teve dois momentos marcantes relativos a esse plano: a área de treinamento no Vale da Ribeira e a Companhia Pesqueira, no Rio Grande do Sul.

O centro de treinamento no Vale da Ribeira

A experiência histórica do Vale da Ribeira é uma das mais importantes do ponto de vista da preparação para a luta armada nos anos de resistência à ditadura no Brasil. Denotou uma opção para realizar treinamentos no Brasil, o que era uma necessidade e poderia ter tido muitos frutos, apesar das inúmeras condições adversas. Foi um momento de colocar em prática um projeto, que acabou ficando na lembrança como tendo sido o projeto de um único homem, Calos Lamarca.

Este é um tema recorrente e é importante que se diga que nos processos do acervo Brasil Nunca Mais Digital pode ser encontrada farta documentação sobre o caso. A historiadora Wilma Maciel aponta especialmente o BNM 67, sobre a “falha na repressão à guerrilha”¹, onde são apurados os distintos casos da dispersão do Vale.

Se por um lado foi uma experiência vergonhosa para as Forças Armadas Brasileiras, já que não conseguiram descobrir a tempo o centro de treinamentos, que perdurou por quase um ano, e isso gerou inclusive punição e apuração de responsabilidades. Por outro lado, mostrou que o grupo não estava pronto para uma ação que previsse contato com a população, que sempre é o lado mais frágil quando a repressão chega.

Além disso, há a ocorrência de um assassinato de um militar na operação de fuga, em situação de risco do combate. Criou-se assim mais um símbolo dos apoiadores da ditadura, procedidos os funerais com honras militares, incluindo a presença do governador do Estado de São Paulo

¹ MACIEL, 2006, p. 67.

carregando o caixão². Comportamento bem distinto daquele que foi usado pelos militares quanto a seus assassinatos: torturas, mutilações, ocultamento de cadáver, etc.

Dentre os militantes que se salvaram no Ribeira estão Jose Lavecchia, um dos nomes que consta como desaparecido na chacina do Parque Nacional do Iguaçu, em 1974, temas que trataremos mais à frente. E também Gilberto Faria Lima, que após deixar o centro de treinamento tem uma militância conturbada. Muitos outros passaram pelo local, o que tornava também frágil do ponto de vista da segurança.

São muitas as controvérsias, e imediatamente após os fatos, as Forças Armadas decidiram o silêncio sobre os fatos, para evitar a criação de um mito, uma lenda, em torno do capitão que eles não haviam conseguido pegar, e do qual todos queriam fugir, e internamente, o problema foi tema de intenso debate, pois foi uma enorme derrota.

Estudos preliminares

Diógenes de Oliveira, que passou por treinamento no Vale, narra que lá nos primórdios da VPR já haviam ido em busca de um local na região:

Quando saiu a notícia da morte do Che eu tinha recém-chegado em São Paulo. Fui para a Serra do Sapateiro, no Vale da Ribeira, ao Sul do Estado de São Paulo, junto com um grupo pequeno de ex-marinheiros e ex-sargentos, todos do antigo MNR. Passaram por lá, alternadamente, umas quinze pessoas. Nós queríamos fazer a guerrilha rural e um simpatizante nosso, que era de Jacupiranga, nos apresentou o local. Depois, o Lamarca foi lá – mas ele foi para treinar - nós pretendíamos deflagrar um foco guerrilheiro havia uma mina abandonada de cristais e era uma ótima fachada. Nós nos apresentamos como exploradores da mina de cristal.³

Isso nos mostra que a presença deles não era totalmente desconhecida da população, eles tinham que ter uma fachada para

² Em 2014 o tenente Mendes foi novamente homenageado pela Polícia de São Paulo. Isso demonstra a persistência do mito em torno da questão. <https://noticias.r7.com/sao-paulo/rota-recebe-homenagem-da-camara-de-sp-e-reinaugura-monumento-a-tenente-morto-durante-cerco-a-lamarca-10052014>

³ DIÓGENES in FUKUDA, p. 73.

permanecer ali. Mas o próprio Diógenes avalia como problemático o local escolhido.

Se você olhar um mapa você vai ver que íamos fazer uma bobagem; nós iríamos para em Serra Negra, lá pelos lados de Guaraqueçaba, no litoral Norte do Paraná. Quando começassem os combates, o Exército, que costuma usar a tática ‘martelo e bigorna’, nos cercaria e nos empurraria em direção ao mar, onde seríamos destruídos. O Lamarca, quando foi descoberto pelos serviços de segurança, não se deixou encurralar contra o mar, e atravessou a rodovia Régis Bitencourt.⁴

Também na posição de Espinosa, que como vimos, era bastante crítica às decisões do comando de Maria do Carmo Brito, Juarez e Lamarca, é contundente, indicando que dentro da organização não havia consenso sobre as medidas tomadas e sobre o local. Na narrativa de Solnik:

Espinosa soube na prisão que Lamarca tinha escolhido o Vale da Ribeira para campo de treinamento da coluna guerrilheira. Estranhou muito, pois um ano antes, o Comando Nacional da VPR, do qual Espinosa e Lamarca faziam parte, tinha se arrependido por ter comprado uma fazenda na mesma região.

- Vamos vender. Vamos nos livrar disso; Por que? Porque aquela região não é boa do ponto de vista estratégico. É uma região que tem 180% do seu ângulo fechada pelo mar. Fácil fazer o cerco estratégico: é só vir por fora. Situa-se entre o 3º e o 2º Exército, prensada entre os dois principais corpos, do exército do país e o oceano. A partir do cerco estratégico basta ir fechando cercos táticos, os cercos operacionais. Tá liquidado. Não serve.⁵

Segundo ele, o terreno foi vendido, mas depois com a “tal a fissura de fazer a guerrilha”, foi comprado outro, colocado no nome de Celso Lungaretti, em Jacupiranga, lugar de origem de Onofre Pinto. A crítica se completava: “fora para lá sem nenhuma implantação social, sem nenhuma lógica de ação política, pensando só na guerra. Foram fazer o que? Treinamento. Foram lá a fim de justificar o racha”.⁶ Obviamente que se poderia dizer o contrário, que o racha se deu porque acreditavam no

⁴ Idem.

⁵ SOLNIK, p. 165.

⁶ Idem.

projeto. O fato é que não conseguiram ir além da fachada social, não chegaram a construir raízes no local além das que já existiam previamente, o que eram dois grandes erros na estratégia de guerrilha: não ter apoio local e ter já um contato que deixava rastros para serem descobertos.

A área de treinamentos

O livro *1970: uma guerra no Vale da Ribeira*, do jornalista Celso Luiz Pinto, tenta fazer uma reconstituição dos principais elementos envolvidos no Vale. Alegando-se neutro, traz algumas fontes que precisam muito cuidado para ser usadas, como o relatório do projeto Orvil. Faz algumas afirmações sobre as quais não há fontes e não se tem como buscar a confirmação. Ainda assim, é um apanhado que busca uma sistematização sobre o tema, ajudando a esclarecer algumas questões.

Inicialmente houve o estabelecimento do campo de guerrilha num local entre o litoral de São Paulo e Curitiba, conhecido como Sítio Palmital. Seria, adiante, conhecido como área 1. Havia um ponto de apoio, no litoral, fora da zona da mata, que era uma casa em Peruíbe. E por fim, a área um pouco mais extensa onde os treinamentos teriam avançado, a Zona 2, sobre a qual há a maior controvérsia sobre como foi que ela caiu, já que a área 1 já estava desativada quando foi entregue na tortura.

A pesquisa de Gasparotto recupera essa discussão, esclarecendo que oficialmente a VPR acusou Lungaretti e Massafumi da delação, após o que “a área de treinamento da guerrilha da VPR sofreu ataque das forças armadas a partir do dia 21 de abril (1970)”⁷. Segue a historiadora:

Conforme seu relato, após sofrer intensas sessões de tortura, acabou ‘abrindo’ alguns pontos e revelando informações importantes sobre a VPR, como a localização da primeira área de treinamento de guerrilha urbana, no Vale da Ribeira, que ele pensava estar desativada. Abalado psicologicamente e ameaçado de morte, viu-se forçado a redigir uma declaração em que se dizia arrependido.⁸

O seu relato ganha força na documentação do II Exército que distingue claramente as áreas de treinamento. Além daqueles que foram

⁷ Manifesto da Vanguarda Popular revolucionária sobre a experiência no Vale da Ribeira. 1/9/1970. Cedema.org. Consulta em 12/5/2020

⁸ GASPAROTTO, 2012, P. 232.

para a região receber o treinamento de guerrilha, o local recebeu a visita de alguns importantes militantes, com destaque para Toledo, então coordenador da ALN e de Maria do Carmo Brito, da coordenação Nacional da VPR. Também Mario Japa esteve nesse local quando voltou de seu treinamento em Cuba. Ele acabou preso em “circunstâncias inadmissíveis” para Carlos Lamarca, pois sofreu um acidente ficando à mercê da polícia, com um carro cheio de documentos e armas. Sua prisão fez com que uma ação relâmpago de sequestro do cônsul japonês fosse realizada para evitar que ele abrisse as informações, o que levou à parcial desmobilização da área com a ida de Lamarca à zona urbana para realização da ação.

O local também deveria servir para tirar de circulação alguns militantes que estavam muito visados pela repressão. Seria o caso de Massafumi Uoshinaga⁹ e de Yoshitane Fujimori¹⁰. Celso Lungaretti, sob o nome de Lauro Pessoa figurava como o comprador do sítio. Todas as transações envolviam um prefeito que era simpatizante da VPR, e que posteriormente contribuiria para o desvendamento das ações. Nesta primeira área constava como caseiro de fachada José Lavecchia, que depois participaria de treinamento efetivo, sendo um “veterano” de 50 anos. Pinho aponta como 15/11/1969 a data da chegada de Carlos Lamarca ao campo, constituindo-se então a base da “escola de formação de guerrilheiros da VPR”.¹¹ Pinho cita um relato de um militante, o

Joaquim dos Santos, o “Monteiro”, pessoa de ligação entre o campo de treinamento e a VPR, que em determinada ocasião, trafegando pela BR 116, ouviu ecos de tiros vindos do Sítio Palmital, percebeu-se que aquele local não era tão excelente como, a princípio, se pensou, uma vez que a grande proximidade com a rodovia, a existência de pequenos sitiantes nas imediações e a presença constante de caçadores na região, demonstraram sua vulnerabilidade, tornando-a inviável para os fins que lhe foram destinados.¹²

⁹ Era militante próximo a Lamarca. Quando preso acabou sendo um dos “arrepentidos” e gravou depoimento à televisão renegando a luta. Após duas tentativas frustradas, cometeu suicídio, em 4/6/1976.

¹⁰ Militante morto em perseguição policial, em 5/12/1970.

<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/yoshitane-fujimori/>

¹¹ PINHO, Celso Luiz. 1970. Uma guerra no Vale do Ribeira. SP, LP, 2016.

¹² Idem, p. 51.

A VPR optaria por uma segunda área. Esta área teria como fachada a presença de Tercina Dias Oliveira, que junto com três crianças, seus netos ajudavam a fazer a aparência de uma vida normal naquele lugar. Ela era conhecida como Tia, e ficaria responsável também por confeccionar as fardas dos militantes em treinamento. Junto com Lavecchia, que confeccionaria as botas, eles davam a fachada de uma família.

A segunda área, a Fazenda Boromi, foi comprada também do ex-prefeito, Manoel de Lima, “no distrito Capelinha, altura do km 249 da Rodovia Régis Bitencourt, tendo como referência o Ribeirão da Salmoura.”¹³ Passou a ser ocupada em dezembro de 1969. Oficialmente, Palmital foi desativada, e quando caiu na delação foi feita extensa diligência militar no local, sem encontrar o que buscavam, já que estavam todos na área 2. Na explicação de Pinho, os primeiros desligamentos do campo foram de Lungaretti e de Massafumi. O primeiro acreditava que seria mais útil à organização na cidade; o segundo não se adaptou, e, segundo Pinho, “à sua saída, Carlos Lamarca advertiu-os que, embora o campo (Palmital) brevemente seria desativado, sua localização, caso os desligados fossem presos, não deveria ser aberta aos órgãos de repressão”¹⁴.

Com certeza, não deveriam e não queriam ter falado, mas já vimos em que condições se produzem as salas de tortura, como ressaltou Green:

No dia seguinte que Juarez e Maria do Carmo retornaram para o Rio de Janeiro na reunião de Peruíbe, Celso Lungaretti e diversos membros da organização foram presos no Rio. Sob tortura, Lungaretti revelou informações sobre o primeiro campo de treinamento na propriedade que comprara para a organização. Ele imaginou que, como o acampamento havia sido desmantelado, as informações que fornecera o poupariam da tortura com choque elétrico enquanto a Polícia verificava as informações. Ele não sabia que a liderança havia decidido comprar outro terreno do mesmo proprietário.¹⁵

Esse proprietário foi também preso, torturado, passando mais informações. Os mapas da época ajudam a visualizar.

¹³ Idem.

¹⁴ PINHO, p. 52.

¹⁵ GREEN, James. *Revolucionário e gay*. A vida extraordinária de Herbert Daniel. Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. RJ, Civilização Brasileira, 2018, p. 144.



Croqui do local. Mapa e fotografia de helicóptero usado na operação (jornal Tribuna)

Dentre os militantes que receberam treinamento estavam José Araújo Nóbrega, Ariston de Oliveira Lucena, Edmauro Gopferd, Diógenes Sabrosa de Souza, Delci Fensterseifer, Ubiratan de Souza e Valneri Neves. Lamarca escreveu longos manuais de sobrevivência, com materiais de análise militar e também de segurança e saúde, como o que segue:

Setor Saúde

Tarefas imediatas:

- 1) Conjunto de vitaminas - necessidade orgânica sob intenso esforço em local quente e úmido.
- 2) Soro sanguíneo - estudo completo - material necessário para coleta e conservação - como fazer transfusão
Classificação do tipo sanguíneo e fator RH dos militares
- 3) Soro anti-Ofídico e anti-aracnídeo (polivalente) - maior quantidade possível - instrução sobre uso
- 4) Instrução completa sobre primeiros socorros
- 5) Estudo sobre doenças tropicais - sintomas e remédios
- 6) Estudo e material para purificação d'água
- 7) Dermatoses e tratamento necessário.
- 8) Material cirúrgico
- 9) Anestesia X

Setor Saúde. Manuscrito de Carlos Lamarca. BNM42

Esses conhecimentos seriam essenciais para a sobrevivência naquele local e condições. A adaptação não seria fácil. É preciso levar em conta que estamos falando de uma região de mata atlântica. Os treinamentos se davam de forma bastante rigorosa. Lara Lavelberg também não se adaptou ao treinamento, teve sérios problemas de saúde, tendo

ficado uma temporada em Perúbe para recuperar-se. Mas, enquanto esteve lá ela era testada nas atividades físicas mais pesadas, “acusavam-na de atrapalhar o coletivo, cometer intermináveis erros, [havia para com ela] pouca solidariedade”¹⁶. Como ela objetivava provar que conseguiria, sua situação ia piorando. Quando saiu, levou meses a se recuperar.

A grande fuga

Quando a repressão chegou, e iniciaram a fuga, eram 16 pessoas. Lamarca decidiu que 8 saíam em duplas. Outros 8 ficariam com ele, já ouvindo o barulho de helicóptero a sobrevoar. Nas memórias de Herbert Daniel, que saiu em uma das duplas no dia 20 de abril, ele narrou que pegou um ônibus, e

O motorista não deu sinais de achar que nossa atitude fosse estranha. Naquela altura, nossa cara, trabalhada pelos insetos, tinha perdido um pouco da urbanidade. Nossas roupas, depois de meses de mochila, tinham um ar miserável e cheiravam mal. Parecíamos camponeses vestidos para uma visita à cidade grande.¹⁷

Ou seja, um disfarce perfeito, que servia para a fuga. Mas não significava que estavam totalmente inteirados na população que ao ver a movimentação militar, prestariam informações, mas seriam também acossados pela repressão.

O exército localizou o acampamento, que foi deixado com tudo, inclusive seus suprimentos de leite, arroz, feijão e chocolate. James Green conclui que “provou-se que a região era realmente um bom local para o campo de treinamento. De acordo com um relatório elaborado pelo II Exército, após uma missão relativamente mal sucedida de busca e destruição”, apontando as características geográficas do local. No fim, foi uma lavada na repressão, mas perderam tudo o que tinham.

Esta é uma das histórias icônicas da luta armada brasileira. Tanto Darcy Rodrigues como Syrkis, entre outros, produziram relatos de como foi estar no campo de treinamento. Por outro lado, por ser uma operação oficial da repressão, gerou vasta documentação que pode ser consultada. Denunciados, foram perseguidos, cercados por milhares de soldados,

¹⁶ PATARRA, p. 366.

¹⁷ Herbert Daniel in GREEN, p. 145.

conseguindo escapar ilesos. Na fuga ocorreu um Tribunal Revolucionário contra o tenente Mendes que havia enganado o grupo, estava levando-os para uma emboscada. Se não fosse morto ali, iria impedir sua fuga, evidentemente que na versão desses militantes. Na operação foram presos Darcy Rodrigues e Diógenes Oliveira e logo em seguida, José Araújo Nobrega e Edmauro Gopfert. A tortura foi impiedosa sobre eles, que eram fonte de informações preciosas, sobretudo, como chegar a Lamarca.

Depois de salvo, Lamarca “concedeu entrevista à imprensa europeia, comentando a experiência no Ribeira em termos otimistas. Prontamente, admitiu que a operação era apenas um esforço de treinamento, e não o início de uma guerra de guerrilha”¹⁸. Perguntado sobre a dimensão da repressão, ele indicou que

Avaliamos que havia cerca de 20.000. Empregaram muitos helicópteros de observação e transporte de tropa, caças T6, aviões C47 para transporte de tropa e bombardeios B23. O emprego de tropas não se restringiu ao Vale, se estendeu desnecessariamente a uma área mais ampla.¹⁹

Não sabia Lamarca que o Exército fez uso de napalm no Vale. Em reportagem de 2014, da Agência Pública, há vários relatos, entre os quais, de Oscar – que tinha na época 20 anos

“Era um botijão grande que caía, explodia. Era perigoso aquilo, fazia um estrago, cortava árvore dessa grossura, arrancava... Você tá vendo negócio vindo lá de cima, que não tem um lugar certo de cair, aí nós passamos muito medo daquilo, que se um avião deles joga um tanto de coisa lá de cima quem vai saber onde vai cair né? Aí foi a pior parte que nós passamos”, diz. “Era uma guerra mesmo”.²⁰

A reportagem usa e disponibiliza o Relatório da Operação Registro, que consta de 56 páginas. Após a fuga incrível, Lamarca faz também uma avaliação mais ampla, a partir do seu preceito sobre a importância de ter uma base de treinos no Brasil, não apenas no exterior:

¹⁸ GREEN, 2018, p. 147.

¹⁹ Entrevista de Carlos Lamarca “publicada em periódicos europeus”, 1/6/1971. Cedema.org.

²⁰ <https://apublica.org/2014/08/napalm-no-vale-do-ribeira/>

Encaramos o fato de que companheiros treinados no exterior não se dispunham a preparar a luta no campo, sempre permaneceram nas cidades. Enfrentamos também o problema do grande tempo necessário para o treinamento no exterior, assim como os gastos. E ainda, cremos que um grupo que vai executar guerrilha deve conviver e coletivizar antes de entrar na área.

Ele indica a importância do centro para poder integrar os militantes com outras organizações, para “diminuir o sectarismo e as divergências que só podem ser superadas no processo através de um encaminhamento conjunto”. Como indicou Green, as avaliações também davam a falsa ideia de invencibilidade

O comandante da operação guerrilheira fizera sua avaliação menos de um mês após escapar ao cerco, e é improvável que tivesse informações precisas sobre a real quantidade de tropas enviadas para capturá-lo. A estimativa inflada dos números do inimigo fortalecia a ideia de que as guerrilhas poderiam suplantar o Estado (...) reforçou a ideia de que o projeto de guerrilha ainda era viável.²¹

Dentre os vários processos e documentos disponíveis, há o registro do jovem Ariston Lucena²², que depois de preso levou posteriormente o Exército a encontrar o local onde o Tenentes Mendes fora enterrado, coisa que até hoje não faz o Terrorismo de Estado brasileiro com os Desaparecidos.

Há outro elemento importante a ser ressaltado, quanto à forma que o Exército trata os moradores locais quando faz sua incursão. Pessoas presas, submetidas a constrangimento de todo tipo, tratados como coniventes, de forma análoga a que seria feita no caso do Guerrilha do Araguaia. A reportagem da Agência Pública recuperou um pouco desse método:

“Maltrataram” muita gente. “Judiam” do seu Maneco. Com essas palavras os moradores da Capelinha lembram da atuação do Exército durante o cerco militar que mobilizou quase 3 mil homens para capturar militantes da VPR. “A gente ficou com medo, um pouco. E o pior que ficou com medo que a polícia prendeu a gente, não deixou a

²¹ GREEN, p. 148.

²² II Ex. CIO, 21/9/1970. Material apreendido na área de treinamento de guerrilha da VPR.

gente sair”, conta Oscar Vieira, de 65 anos, cuja história não está registrada em nenhum documento oficial. Ele foi uma das dezenas de pessoas detidas pelos militares durante a primeira fase da operação. Ali, os militares implantaram um verdadeiro estado de exceção. (...) “Ficaram instigando, fazendo pergunta. Fizeram desfeita com a gente, né? Humilharam. Chamaram de vagabundo, ladrão, bandido”, lembra seu Oscar, que por dois dias foi cativo do Exército no acampamento militar montado na Vila Tatu. “Quando eles pegavam a pessoa, eles punham um guarda e não deixavam ela sair. Eram três guardas, dois de um lado e um de outro, tudo armado”. Antes de chegar até o acampamento, na beira da estrada ele sofreu mais “humilhação”: “Apontavam a arma e mandavam calar a boca, atiraram por cima de mim, pra ver se intimidavam. Deram mais ou menos uns 60 tiros de pistola por cima da minha cabeça pra ver se me intimidavam. A casca da bala caía em mim”.²³

Ou seja, mesmo que a VPR não tenha buscado diretamente a inserção na população local, eles acabariam sendo vítimas da sanha repressiva do Exército. Incapazes de dar conta do cerco militar, acharam um alvo fácil para atormentar, os moradores da região.

O caso da Pesqueira: um “lugar para Lamarca”

Maria do Carmo Brito relata que entre as suas tarefas dirigentes estava encontrar um espaço para a VPR no sul, e que o mesmo seria o norte do Rio Grande do Sul, região que foi sobrevoada por ela e depois teve sua aquiescência. A organização estava procurando um terreno para expandir-se em local muito difícil de guardar estrategicamente, embora propusessem que Lamarca poderia ter uma forte base operacional aquela região.

A cidade de Três Passos seria uma base que daria passagem para El Soberbio na vizinha Argentina, o que permitiria estabelecer uma rota de fuga. Esse local já fora usado pelos Grupos dos 11. E dali saía a coluna de Jefferson Cardim, em 1965, e tinha difusos objetivos de derrubar a ditadura²⁴.

Vários militantes se reagrupariam em torno do “gringo”, o italiano Roberto de Fortini. Se estabeleceram, organizaram uma empresa voltada à

²³ <https://apublica.org/2014/08/napalm-no-vale-do-ribeira/>

²⁴ RIPPEL, Leomar. op cit. Operação Três Passos. Tese de Doutorado em História, Unioeste. 2020.

comercialização de peixes para dar cobertura legal às suas ações. Foram descobertos, gerando processos que nos permitem ter como fonte histórica o processo de julgamento contra eles na Justiça Militar.

O caso da pesca é uma rica experiência para visualizarmos as formas de ação da VPR e seus contatos com a população local. Por um lado, permite dimensionar a existência de militantes dispostos a acreditar em uma organização a ponto de apenas “receberem” informações básicas sobre a mesma e ainda assim ficarem submetidos às suas regras e ameaças. Por outro lado, mostra que as formas de expansão da organização fora das áreas centrais eram deveras dificultadas, e que a ação no interior acabava sendo submetida a uma liderança na capital, no caso, Porto Alegre.

Chama atenção o fato de que toda essa organização aponta para a possibilidade de que naquele local se prepararia terreno para a ação de guerrilha, ou de treinamento militar que seria coordenado por Lamarca. A forma como foram desbaratados coloca em xeque qualquer possibilidade concreta de que aquele espaço pudesse servir a esse fim.

Há que perceber-se nos relatos o fato de que são falas produzidas por fontes policiais e jurídicas. Mas a repetição dos dados e das informações nos dão indícios da veracidade de boa parte dos fatos narrados. Ademais, alguns desses militantes produziram outros relatos, aos quais recorreremos na medida do possível. Há no processo três manuscritos com apontamentos de questões diversas: “A luta operária”, o conceito de democracia e de guerra revolucionária, e apontamentos para um diário.

A descrição do caso da Pesca no site Documentos Revelados traz alguns elementos para entender o desenrolar dos fatos:

No Rio Grande do Sul, logo no início de abril [de 1970], a repressão desmantelou a futura área tática (AT) de Três Passos, com a prisão de quase uma dezena de militantes que integravam a “Sociedade Pesca Alta Uruguai Ltda.”, órgão de “fachada” da VPR. Em túneis escavados nas barrancas do Rio Uruguai, nas proximidades da barra do Turvo, foi encontrado grande quantidade de armas, munições e material de acampamento.

Foram capturados em maio de 1970, na Barra do Turvo, onde estava instalada, como fachada, a empresa pesqueira. Foram presos Reneu Geraldino Mertz e José Bueno Trindade, a época vereadores de oposição

em Três Passos, além do italiano líder do grupo, Roberto de Fortini. O jovem estudante Antonio Alberi Maffi também integrava o grupo.

O jornal *O Observador*, de 16/05/1970, relaciona os nomes dos que foram presos e liberados após depoimento: Pedro Castilhos da Luz, Seno Pedro Franzenkrever, Tamarino de Oliveira Santa Helena, Albano Arno Stumpf, Teresio Goi, Brasil Oliveira, Agenor Rodrigues, Ervino Reinhardt Fitz, Helio Teodoreto Machado, Pedro Rodrigues do Nascimento e Antonio Alcides Nardão. Ou seja, era uma quantidade expressiva de pessoas em uma rede de contatos, que seguia:

A notícia informava a prisão de Roberto de Fortini, Luiz Carlos Silveira, Sergio Guimarães, João Batista Maria, Bruno Piola, Jaime da Silva Ramos e Belmar Carlos Palma, de Passo Fundo; Romeu Nortzold e Paulo Stradtman, de Irai; Antonio Alberi Maffi, de Braga e Dolantina Nunes Monteiro, Dorival Mertz, Azildo Schuster, João Goi, José Bueno Trindade e Reneu Geraldino Mertz, de Três Passos.²⁵

Na pequena cidade de Três Passos, em 1970, um agrupamento revolucionário é desmantelado pela repressão e torna-se interesse de todos. O local fica cerca de 40 km da fronteira fluvial com a Argentina. Região de fronteira, banhada por um importante rio. O caso agrupa uma série de elementos peculiares: a presença de estrangeiros no movimento, a atuação de jovens, a tentativa de expansão da ação das formas de resistência. Foram ações ousadas e ao mesmo tempo pouco clandestinas, já que muitas eram os elementos que ajudavam a denunciar o grupo, que não aplicava as regras de segurança estabelecidas para o meio urbano, pois aquele meio não as abarcaria.

O Portal Brasil Nunca Mais traz as qualificações do processo:

Organização/partido ou setor social atingido: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Objeto da acusação: Tentativa de subversão, tentativa de insurreição, provocação de guerra subversiva, agrupamento paramilitar, propaganda subversiva e posse ilícita de armamentos.

²⁵ <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/repressao/forcas-armadas/a-queda-da-area-tatica-da-vpr-localizada-em-tres-passos/>

Fundamento legal da acusação: Artigos 23, 24, 25, 42, 43, 45, 46 e 49, inciso III, do Decreto-Lei nº 898 de 1969, combinados com o artigo 53 do Código Penal Militar.²⁶

Ou seja, julgados por um tribunal militar, os acusados são enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Posteriormente, a documentação desse processo foi reunida pela filha de um dos militantes que foi preso em 1970, Clarissa Mertz, que luta pela preservação da memória de seu pai e de seus companheiros.²⁷

Observamos com atenção que, sendo uma documentação de origem oficial, há uma mistura entre elementos das falas dos depoentes e as concepções dos agentes da repressão, que usam expressões dos militantes nos seus relatos. Não apenas reproduzem o que eles dizem, mas em certo sentido ajudam a consolidar uma visão sobre o grupo, desde logo considerado um “grupo marxista”. Alguns dos militantes eram originários do POC. Assim eles são caracterizados:

Consagrando os mesmos princípios marxistas-leninistas, os denunciados supra-qualificados, com exceção de Reneu Gerakdubi Nertz e Jaime da Silva Ramos, desde 1968 até dezembro de 1969, instalaram uma célula atuante e de larga ação do Partido Operário Comunista, na cidade de Passo Fundo, sob orientação das direções regional e nacional daquela agremiação de existência ilegal e de fins subversivos, cedendo-lhes seu integral concurso para organizá-la e fazê-la funcionar, como efetivamente o fizeram.

Promoveram reuniões clandestinas, efetuaram a impressão e distribuição de panfletos de incitamento à luta de classes e à animosidade destas contra os Poderes constituídos, intitulados Operários no Poder, Abaixo a Ditadura e Abaixo o Arrocho, além de pichação em muros.

Em janeiro deste ano decidiram entrar para a VPR através de contato com Felix Silveira Neto. Obedecendo suas ordens Fortini decidiu fundar a Sociedade Pesqueira Alto Uruguai, com sede em Três Passos e com ação no rio Uruguai, “com objetivo específico de instalar naquela região, que possuía como base central a Barra do Rio Turvo, um centro de treinamento de guerrilhas, para o que contavam, ainda, com o imediato concurso de elementos especializados que, para lá,

²⁶ <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/146.html>

²⁷ Atualmente essa documentação consta no Fundo Aluizio Palmar do Cepedal – UNIOESTE.

afluíriam posteriormente, inclusive o próprio ex-capitão Carlos Lamarca.

Segundo o documento, o grupo “conta com elevados recursos financeiros, fornecidos pelo comando regional da VPR”. Informam que Fortini e Piola teriam recebido vultuosas somas destinadas à aquisição de armas e munição na Argentina e no Paraguai. Indicam que o grupo todo era “entrosado numa hierarquia paramilitar, passou ao trabalho de instalação do centro de guerrilha, atraindo alguns pescadores para despistar, no local, e adjacências,... deslocando para o mesmo, viaturas, barracas, ferramentas, barcos e apetrechos de pesca”.

A base em Três Passos se ligava com Imbituba, em Santa Catarina, forma de movimentar a pesqueira. Segundo a pesquisa de Catia Pretto,

Em consequência da chegada dos companheiros de Porto Alegre, os membros atuantes na região ampliaram suas atividades às margens do Rio Uruguai e adjacências, instalando pequenas bases de apoio, inclusive em território argentino. Foram feitas escavações para abrigar mantimentos, medicamentos e armas. Estava criada e montada uma estrutura que permitiria receber e abrigar companheiros de qualquer parte do país, dando-lhes cobertura e condições para que, se necessário, deixassem o país (pensavam, inclusive, no próprio Capitão Lamarca.²⁸

A denúncia foi feita contra: Roberto Antonio de Fortini, italiano, 33 anos; Bruno Piola, italiano. Antonio Alberi Maffi, 20 anos; Belmor Carlos Palma, 28 anos; Sérgio Guimarães Siqueira, 19 anos; Reneu Gerladino Mertz, 30 anos; Adão Dias Machado, 34 anos; Jaime da Silva Ramos, 36 anos; Luiz Carlos de Oliveira, 18 anos; todos nascidos no Rio Grande do Sul. Segundo o processo, os indiciados “pertenciam à VPR, organização clandestina, orientada por Carlos Lamarca e que tem por objetivo a tomada do poder pela violência, apregoando a luta armada e a utilização de métodos terroristas”.

As penas foram em torno de 3 anos, sendo que os envolvidos tiveram graus variados de participação. Reneu Mertz argumentava que seu nome fora utilizado como fachada da pesqueira. Ele argumentava não ter conhecimento da zona de treinamentos, e que entrara no negócio na confiança de fazer um negócio lucrativo.

²⁸ PRETTO, Catia Lang. *A atuação da VPR na região de Três Passos*. TCC URNRS, Ijuí, 2003.

Belmor apelou da sentença alegando que participara por pouco tempo das atividades. Há uma vasta documentação de defesa mobilizada por sua família, que buscou mostrar seus bons antecedentes, com relatos de conhecidos, professores e outros.

Relatos são transcritos no processo, e supõe-se que sejam minimamente fidedignos com as autodeclarações dos envolvidos. Perceba-se que todos falam abertamente de terem participado do POC e terem uma atuação de esquerda. Divergem quanto ao nível dessa organização e responsabilidades e mesmo dos rumos que tomariam. Mas, de alguma forma sabiam que estavam em uma organização que impunha regras que seriam de difícil cumprimento quando fossem presos. Assim estão relatados os sujeitos:

Luiz Carlos Oliveira: resolvemos acabar com o POC e entrar na VPR; nossos nomes foram trocados ficou assim: LCO no POC era Paulo e na VPR passou a ser Pedro; só vim a saber que ele fazia parte da VPR, não sabendo o nome de guerra.

Antonio Alberi Maffi. Soube então que estava havendo uma série de divergências dentro do POC regional, divergências essas de como fazer a luta. Disse-me Antonio que havia sido procurado por um elemento da organização de Lamarca, o qual lhe expôs a linha de ação adotada por sua organização.

Em princípio de janeiro fui procurado por Roberto, ele me falou estar pertencendo à nova organização (VPR); após relatar-me alguns trabalhos realizados no centro do país... tais como assaltos a bancos, preparação de quadros.... me propôs a ser simpatizante em vista da minha condição de marxista²⁹.

O militante vai trazendo informações sobre como a VPR atuou e como foram convencidos a seguir ali, indicando também que haveria uma ameaça, provável estratégia de defesa:

Em uma reunião que fizemos em Irai numa ilha do rio Uruguai, foi lido para nós um documento da VPR tratando da revolução no Brasil. Tudo o que guardei é que deverá combinar-se guerrilha urbana com guerrilha rural... Fui afastado dos demais elementos e ameaçado por Roberto de 'julgamento revolucionário' porque eu já sabia parte do trabalho.

²⁹ Depoimento de Alberi Maffi, 5/6/1970. Ofício 13_IPM, p. 21-26.

Belmor Palma: mais tarde soubemos que era da VPR. Antes de entrar na VPR perguntei qual era o papel do movimento estudantil... para aprender a linha da VPR, eu e o Bruno Piola fomos a Porto Alegre... de tarde Jorge trouxe panfletos sobre inteligência, como conseguir informações onde havia dinheiro, armas e noções preliminares sobre armas. Na sexta-feira nos colocaram no carro Corcel e colocaram óculos vedados com fita isolante preta. Disse que a VPR pretendia fazer propaganda armada da revolução. Então ele me ameaçou ser justificado se houvesse alguma prisão. Fiquei aterrorizado, digo atemorizado.

Alberi mostra que Fortini usou várias estratégias para trazê-lo para a VPR. Ao alegar que não podia, porque tinha que juntar NCr\$2.000,00 para os pais pagarem uma parcela da compra das suas terras, Fortini “arranjou o dinheiro” para ele. Levou-a Porto Alegre, onde conheceu Felix Silveira e também Madalena (Maria do Carmo), e recebia sempre os comentários de que ele não tinha ainda os conhecimentos necessários, precisaria fazer um “curso político” para ser de fato um militante. Enquanto isso, ajudava na fachada da pesqueira, trabalhando no transporte e armazenamento dos peixes. No seu depoimento sobre como reagiram à prisão ele desabafa: “hoje compreendo que fui enganado”,³⁰ pois enquanto a direção saíria ilesa, eles ficariam em Três Passos, respondendo o processo. Nesse depoimento ele relata que fazia anotações dos parques estudos que realizou sobre as lutas. No material anexado, encontramos essa anotação:

O pior que pode acontecer ao chefe de um partido revolucionário, é ver-se forçado a tomar o poder num momento em que o movimento ainda não está bastante amadurecido para que a classe que representa possa assumir a direção e para que se possam aplicar as medidas necessárias ao domínio dessa classe. O que na realidade pode fazer não depende de sua própria vontade, senão: 1) do grau de tensão a que chega o antagonismo das diferentes classes e 2) do desenvolvimento das condições de vida materiais e 3) do regime de produção e circulação (...)³¹

³⁰ Idem.

³¹ Manuscritos. Anotações. FL 44.

O pior que pode acontecer ao chefe de um partido revolucionário é ver-se forçado a tomar e perder num momento em que o movimento ainda não está bastante amadurecido para que a classe que representa possa assumir a direção e para que se possam aplicar as medidas necessárias ao domínio dessa classe. O que na realidade pode fazer muito de parte da sua própria vontade, são as: (1.º) da grande função a que chega o autogoverno das diferentes classes de, (2.º) do desenvolvimento das condições de vida materiais e (3.º) do regime de produção e circulação, que são a base fundamental do desenvolvimento das

Anotações

Está evidente que algum tipo de formação eles estavam tendo. Lembremos que as resoluções da VPR que abordamos no capítulo anterior estariam em acordo com essas atividades: buscar a formação, ampliar as linhas de ação. Mas, em que pese esse material, nos processos há uma busca de minorar sua participação, o que é esperado como estratégia de defesa.

É o caso da transcrição do depoimento de Sergio Guimarães: "nas reuniões havidas em Passo Fundo, Fernando (Felix Silveira) deu a linha geral da VPR, que o depoente não explica bem, mas que sabe que visava a tomada do poder". E mais genericamente, Jaime Silva Ramos relata que Luís lhe disse que "nós pertencíamos à VPR e não nos admirássemos se um dia encontrássemos o Capitão Lamarca como pescador do rio Uruguai". É evidentemente contraditório que eles fossem manipulados e ao mesmo tempo tivessem informações como esta, de que Lamarca poderia estar por ali.

Nem todos os membros do grupo sabiam de tudo o que estava envolvido na organização. A entrada obrigava a assumir as regras da

mesma. Tendo sido os “novos militantes, advindos do POC”, já tinham noção de como isso sucedia, e podemos supor que a entrada no grupo, não tendo sido forçada, obrigava seus membros a seguirem as regras. Receberam um mínimo de formação e informação, mas é perfeitamente factível que não tivessem clareza de tudo, como expressa Sergio “não explica bem, mas visava a tomada do poder”.

Lembremos que esta é uma região que fazia muito pouco tempo tinha sido palco da chamada Operação Três Passos, ou seja, havia ali um espaço receptivo a ideias de esquerda. Certamente os organizadores, destacando-se Fortini, abusavam da esperança de que o grupo poderia servir como abrigo e proteção para Lamarca quando então, finalmente “a revolução avançaria”. Roberto de Fortini recordou, em 2014, aquele momento da organização:

Chegou um encarregado de juntar armas, o Bona era o transportador de armas. Bona Garcia naquela época vinha e levava bolsas, sacos de armas que nós juntávamos, se comprava até dos brigadianos, o dinheiro corrompe, munição e todas essas coisas. Entramos na VPR e a discussão era ‘como vamos fazer a guerra?’ O que acontece...para não entrar nesse círculo vicioso que estamos fazendo de desapropriar um banco, desapropriar isso, ficar dentro da cidade e se fechar dentro de um aparelho onde você só podia ficar escondido e de vez em quando eles batiam nesse aparelho e matavam todo mundo, prendiam todo mundo porque você não tinha condições de reagir, (...) então a VPR estava discutindo com experiência, por exemplo, na Coluna Prestes
(...) E também do foquismo que era um pouco de Cuba. Castro também foi o foquismo. O que ele fazia? Fazia os ataques e se escondia nas montanhas porque favorecia eles, mas nós não temos montanhas no Sul. Então a gente estava... veio fazer o contato comigo Maria do Carmo Brito.³²

Ele seguiu narrando as motivações para que aquele lugar fosse escolhido. Junta a experiência brasileira com o que tinha vivenciado na resistência ao fascismo na Itália:

³² Depoimento de Roberto de Fortini para Gilberto Calil e Marcos Vinicius Ribeiro. 2014, Foz do Iguaçu.

Então... nós tínhamos a VPR em Passo Fundo... onde podemos criar o foco inicial guerrilheiro do Rio Grande do Sul? Dentro das minhas perspectivas, a experiência que eu tenho de pequeno onde praticamente se atacava colunas enormes bem armadas de alemães e fascistas, a única escapatória eram as montanhas porque as montanhas não podiam mecanizar na região do Rio Grande, se dispersavam. O lugar que era tipo um lugar estratégico - porque ao lado do Rio Turvo tem uma reserva de 20 mil hectares que é da Província [Misiones] e que é do lado do Brasil, e para o lado argentino naquela época tinha uma reserva de 1 milhão e meio de hectares de mato verde.

Assim se explica a escolha daquele lugar e os contatos que se estabeleceram. Ele seria o responsável por colocar em prática as regras da VPR, inclusive ameaçando com tribunal revolucionário aqueles que se desviassem. Suas ações misturariam a busca de socializarem com a população, juntando experiências de agitação estudantil. O fato de terem recursos financeiros pode até ter atrapalhado, pois faziam tudo muito rapidamente, chamando atenção da repressão. Chegaram a escavar um túnel subterrâneo para guardar mantimentos e armas. As conclusões a que o documento do processo chega são contundentes, dando lugar em alguns momentos para que os depoentes falassem por si. Não havia dúvidas com relação à Pesqueira:

Os elementos envolvidos na Sociedade Pesqueira Alto Uruguai (Roberto Fortini, Bruno Piola, Alberi Maffi, Luis Carlos Oliveira, Sergio Guimarães, Belmor Palma e Adão Dias Machado) são profissionais da subversão, pertencentes antes da entrada na VPR ao POC (Partido Operário Comunista), onde se organizaram em células comunistas na cidade de Passo Fundo, realizando trabalhos de panfletagem e pichamento naquela cidade no ano de 1968, conforme constata nas declarações abaixo.

As declarações individuais trazem dados sobre o momento da entrada de cada um na organização, seus contatos e indicam o conhecimento que tinham sobre a mesma. Luis Carlos Oliveira relata que entrou em contato com o POC através de João Carlos Bona Garcia. Alberi Maffi relata suas atividades no POC, como panfletagem e atuação no meio estudantil, “a linha era de greve geral e tomada do poder pelos trabalhadores dirigidos pelo partido”. Belmor Palma declarou que “Em 1968 fiquei simpatizante do POC, por intermédio

de Evaristo do Amaral. O POC pregava a emancipação da classe operária. Também relata ter participado de panfletagens, na morte de Guevara, por intermédio de Bona Garcia. Além disso fez “um pichamento com spray e uma panfletagem na semana da Pátria. Por ter recusado de ficar em Porto Alegre fui posto fora do POC e reduzido a ampliação (simpatizante)”. Ou seja, denota-se uma rigorosa linha de exigências por parte das organizações com relação aos seus militantes. As ordens eram dadas e precisavam ser cumpridas.

O IPM traz dados sobre os participantes, que também nos ajudam a ver como os estereótipos eram reproduzidos pelos agentes do processo. É visível que o relator mistura falas com sua própria interpretação:

A organização tinha em ROBERTO DE FORTINI, italiano, vendedor ambulante, esquerdista confesso, o elemento de chefia, coadjuvado por BRUNO PIOLA, também italiano, que mantinham ligações com FÉLIX SILVEIRA (FERNANDO) da VPR, preso em Porto Alegre quando da tentativa de sequestro do Consul Americano, conforme se comprova pelas declarações transcritas nos itens anteriores. (...) Comprovada a participação de Romeu Noetzold, Paulo S Mann, João Maria; Washinton Voltaire, Jaime da Silva, na Sociedade Pesqueira Alto Uruguai, ou como sócios, caso dos quatro primeiros, ou por relações de amizade, caso do último, não estando caracterizado nos autos participação na trama subversiva, razões pelas quais, salvo melhor juízo devem ser inocentados.

Há uma separação de responsabilidades. No caso de Reneu Geraldino Mertz, o relator descreve, mas também lança mão de acusações de oportunismo:

MERTZ, dentista, vereador pela MDB no município de Três Passos, (...) emprestou seu nome à organização movido por interesse pecuniários e prestígio político. Inocente útil. Como elemento muito bem relacionado na cidade, e como representante de um partido político, não levou ao conhecimento das autoridades, nem aos seus companheiros de Câmara, os fatos gravíssimos de que tomara conhecimento tão logo fora projetada a citada Sociedade alegando medo de represália, o que corrobora ter o mesmo cooperado para instalação da subversão na área. Além das sanções previstas no Dec Lei n 898, de 29 Set 69, sugere-se a cassação de seu mandato.

Assim, acusado de inocente útil, ele não deixa de ser arrolado e preso. Segundo o relato, segue a acusação de infração da LSN:

[...] por ter conhecimento, quando da criação da Sociedade Pesqueira, através de contato mantido com Felix Silveira (Fernando) e Madalena, ambos pertencentes à VPR, de que a mesma serviria para treinamento de guerrilhas, ter cooperado para que os objetivos espúrios da sociedade tivessem início, cometeu crime contra a Segurança Nacional, agravado pela sua condição de vereador, estando incurso nas sanções previstas no Dec Lei n 898, de 29 de setembro de 1969.

O inquérito por outro lado, abranda a responsabilidade de outros envolvidos no processo:

Romeu Noetzold, Paulo Stradmann, João Maria e Jaime Silva, não há provas suficientes de que hajam cometido crimes contra a Segurança Nacional, tudo levando a crer que homens humildes hajam sido tentados pelo salário que então lhes foi oferecido.

Portanto, há fatores subjetivos implícitos, e não há aqui demonstração de que tenha sido realizada profunda investigação que trouxesse provas contra os acusados. O relator indica os culpados e inocentes. Em 15/10/1971 a defesa de Reneu entrou com um pedido de revisão de seu processo para buscar a redução de sua pena. A Denúncia é a seguinte: "Desde os fins de 1968 até dezembro de 1969, os denunciados instalaram uma célula comunista neste Estado". Nessa organização teria, mais tarde, surgido a ideia de fundar uma sociedade pesqueira com fins subversivos. As pessoas envolvidas são vistas como "inocentes úteis", na percepção da defesa:

Para a consecução de tais fins, foram utilizadas como instrumentos pessoas humildes da região, pescadores que precisavam ganhar a vida e um "testa de ferro".

Antes, porém, que a Pesqueira pudesse ter desempenhado qualquer papel subversivo, seus verdadeiros objetivos foram descobertos, sendo, então, presos todos os que dela participavam.

[...] a firma comercial, sendo uma fachada, usou o nome ilibado de Reneu para ter aceitação na região. Ou seja, a organização, usou de

seu prestígio em benefício próprio, através da pessoa de Roberto Fortini

A defesa segue essa linha:

Ora, o Dr Reneu Geraldino Mertz, cirurgião-dentista largamente relacionado, desportista muito conhecido na pequena cidade de Três Passos, vereador mais votado do município, era o homem ideal para os que integravam a entidade subversiva. Ninguém duvidaria dele. E ele, por sua / vez, homem simples que é, não suspeitaria nunca que atrás da firma comercial houvesse uma organização subversiva. Foi assim que, em princípios de janeiro de 1970 (flso 145), o Dr Reneu Geraldino Mertz foi procurado por Roberto de Fortini. Este lhe explicou que, como estrangeiro / que era, não podia "aparecer" como sócio e responsável pela Pesqueira, que exploraria o farto pescado da região. Depois de pintar as vantagens do negócio, propôs ao Dr Reneu que se tornasse "sócio" da firma. Para tanto, deveria ele, apenas, adquirir um lote de terras, próximo ao rio, e que estava à venda. Dr. Reneu adquiriria o imóvel em seu próprio nome, arrendando-o posteriormente, à Sociedade Pesqueira. Sua participação nos lucros da firma seria a forma de pagamento.

A argumentação da defesa diz que somente depois da compra das terras Reneu teria sabido da VPR.

Sua reação foi decisiva e decidida: negou-se a participar de tal movimento. Foi, então, ameaçado, conforme seu depoimento: Um certo temor se apoderou de mim, passando eu a evitar a sua companhia (de Fortini), o que ele certamente notou. Passou então inclusive a me ameaçar, indiretamente falando que a Organização possuía um conselho revolucionário; se por ventura, acontecesse um caso de denúncia, o delator seria executado pelo referido Conselho"

Ora, a ameaça não é leve, e como recurso de defesa, Reneu passa a ser vítima da VPR, que teria, na pessoa de Fortini, ameaçado a sua execução por um eventual tribunal revolucionário. Ademais, argumentam que ele "Não participou de reuniões; não fez nenhum pronunciamento subversivo; não distribuiu panfletos. Não concordou com ideias ou movimentos subversivos; não usou de seu mandato de vereador para discordar do Governo ou de quem quer que fosse". Apenas em 30/8/1971 sua prisão é

relaxada. Os resultados, entretanto, na vida dos envolvidos foram muito maiores do que se pode imaginar em uma visão simples do processo. No depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade do Paraná, Clarissa Mertz traz as dores e sofrimentos aos quais sua família foi submetida. Ela recupera a militância de seu pai, imputado ao Terrorismo de Estado a sua falência física e psicológica.

Seu pai era o filho mais velho de uma família de sete irmãos. Família que muito se esforçou para que esse filho estudasse, logrando formá-lo doutor, ou seja, dentista. A partir daí, ele se tornaria uma referência para os familiares. Nas palavras de Clarissa:

Ele se formou em odontologia na faculdade de Passo Fundo, onde conheceu companheiros da luta. Retornou a Três Passos, e desenvolvia um trabalho social muito importante e por isso também, se elegeu vereador pelo MDB, cuja expressão de votos até hoje, não foi alcançada no município. Então, era uma pessoa bastante querida e importante na comunidade, e, assim na sua família.³³

No seu relato, Clarissa lembra as agruras pelas quais o pai passou: “Ele teve seu mandato cassado, foi perseguido, ameaçado, por fim, preso e torturado. Eu falo então em nome de uma família que perdeu sua força de trabalho, perdeu um pai, perdeu um irmão”. Segundo ela informa, ele “sofreu lá diversas torturas, no entanto, seus depoimentos não eram satisfatórios e foram deslocados até lá no mês de maio, torturadores mais habilidosos”. Preso de junho de 1970 até outubro de 1971, seu pai nunca se recuperou das consequências da prisão e das torturas. Segundo a filha, “o meu pai morreu sem poder falar sobre a importância dessa resistência, sobre a sua atuação. Morreu com a voz embargada, com a ferida aberta”. Nunca mais foi a mesma pessoa, passou a viver com o sofrimento das lembranças da prisão. Naquela época “era muito difícil, porque as estradas eram de chão, se chovia ninguém passava, porque ninguém tinha dinheiro e condições econômicas para ficar se deslocando até Santa Maria”. Como era de imaginar, o fator social também acabou pesando na situação da família:

A situação de repúdio e de hostilidade da sociedade também era gigantesca. Assim como havia companheiros e pessoas valorosas que auxiliavam economicamente, a não passar fome, todas as

³³ Depoimento de Clarissa Mertz. In: SILVA, C. e BATISTA, A; *Combatentes*, tempos de falar. Cascavel, Edunioeste, 2016, p. 126.

necessidades materiais que foram passadas, a maioria da população via e ainda vê com maus olhos aquela história.

Os jornais locais tratavam de aniquilar o sentimento das pessoas dizendo que o cidadão que até então era um bom profissional odontológico, um excelente vereador, passara a ser subversivo, traíra a sua pátria e a sua família, estampado na capa do jornal. Então as dificuldades foram inúmeras e as sequelas também, até hoje.³⁴

Julgado inocente em 30/8/1971, ao ser libertado, sua situação de saúde havia se deteriorado:

Estando ele com sequelas, um cidadão que deveria ter seus 80 ou 90 quilos quando foi preso, havia perdido mais de 20 quilos na prisão. Surdo de um ouvido. Como eu disse, ele faleceu hipertenso aos 50 anos, hipertensão essa adquirida no cárcere. Não teve a oportunidade de relatar, da mínima tentativa de superar todo esse trauma.

As sequelas psicológicas persistiram e levaram a seu débil estado de saúde. A reinserção dessas pessoas na vida social foi feita por sua própria conta e risco, e não são todos os que conseguem superar os traumas, como relatou a filha de Reneu à Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do oeste do Paraná. Ela narra que os médicos que atenderam seu pai após a prisão ressaltaram “a questão do peso, transtorno de pânico, depressão, hipertensão, surdez do ouvido, entre outras coisas que restaram”. E tudo isso levou ao “trauma de toda essa experiência familiar, dessa história de lutas e de perdas, é gigantesca, enorme”.³⁵ Ressalte-se que a família de Reneu recupera a importância de sua militância, mostrando uma grande compreensão sobre os fatos passados, mesmo que custando dor e sofrimentos.

O caso de Alberi Maffi traz uma trajetória distinta, talvez por ele ser bastante jovem na ocasião. Após o exílio no México, foi para o Chile na volta ao Brasil conseguiu reinserir-se na vida política, tendo sido eleito prefeito do município de Braga. Maffi relata também que quando estava clandestino em Buenos Aires fora convidado por Alberi Santos e Onofre Pinto para somar-se à comitiva que viria para morrer nas mãos da repressão, no Brasil, em 1974.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem, p. 127.

Tanto a experiência do Vale da Ribeira quanto da Pesqueira são ações concretas que a VPR realizou. Movidos pela necessidade de uma forma autônoma da revolução brasileira, foram tentativas de expansão da luta para as comunidades mais afastadas, fora do âmbito urbano das capitais. Problemas de segurança, dificuldades de formação e de enraizamento social das lutas tiveram como resultado a sanha feroz da repressão.

Capítulo XI

OS SEQUESTROS E A VPR

Não há como tratar da organização da VPR sem colocar o seu papel nos sequestros de diplomatas. Foram ações defensivas, bem organizadas, destemidas, corajosas. Ações de quem acreditava piamente que estava agindo para construir um futuro.

Os sequestros foram difíceis para todos, além dos sequestrados: para os sequestradores, para os libertados, para os presos, para os militantes que seguiriam no país e sequer participaram dos sequestros. Os sequestros salvaram muitas vidas, mas também deixaram um rastro de mortes, tanto dos agentes de segurança mortos nas ações, como de pessoas que seriam duramente perseguidas depois, ou mesmo de pessoas que depois de libertadas encontrariam a morte seguindo em ações armadas por compromisso com os que ficavam no Brasil, ou até mesmo cometendo suicídio.

O mais amplo caso de sequestro foi o do embaixador suíço, que teve como resultado a troca por 70 prisioneiros que foram recebidos no Chile¹. Todos os casos envolveram muitas tarefas, todas minimamente planejadas e cuidadosamente executadas, desde a escolha da vítima, da organização da ação, a negociação. Ato que fizeram parte de processos tensos que nem sempre redundam em resultados positivos.

No contexto da Ditadura brasileira, a maior parte foi muito bem-sucedida, do ponto de vista da tática, da “recompensa”, e também da manutenção da vida do sequestrado. Entretanto, no sequestro do embaixador suíço ocorreu a morte do agente de segurança Helio de Carvalho Araujo e no sequestro do embaixador alemão o policial Irlando de Souza Regis, além de haver outros que saíram com ferimentos graves. Portanto, eram ações arriscadas e colocavam em prática a legitimidade do uso da violência revolucionária. Ademais, ao final da negociação era necessário lidar com a possibilidade da morte do sequestrado.

¹ Este capítulo usa parte do artigo “Sequestros e terrorismo de Estado no Brasil: casos de resistência revolucionária”, publicado pela revista Izquierdas, Santiago do Chile, n. 49, 2020. No artigo enfatizamos mais as questões diplomáticas do caso suíço. Aqui trazemos mais informações e levantamos mais questões.

Posteriormente, a caça aos envolvidos foi atroz e se tornou impossível realizar novas ações já que a repressão foi implacável após os desfechos, buscando, prendendo e matando aqueles envolvidos nos sequestros, tema que em si merece maiores estudos. Outro problema era para onde os resgatados iriam após a libertação, e aqui entram as negociações diplomáticas. No caso do maior sequestro, foi essencial o envolvimento do governo socialista de Salvador Allende. A chancelaria chilena buscou amenizar o impacto do recebimento dos sequestrados, aventando possibilidades de dividir com outros países a responsabilidade e mesmo buscando facilitar a saída dos resgatados do seu país. Tinham clareza também de que muitos dos resgatados eram atuantes politicamente na resistência à ditadura no Brasil. As ondas de denúncia contra a tortura que se seguiram ao resgate colocavam o governo de Salvador Allende no foco da imprensa internacional. Denúncias também foram produzidas no caso do embaixador alemão, já que o destino da Argélia tornava mais viável esse tipo de manifestação.

Do ponto de vista diplomático era uma grande tacada dos sequestradores, pois o Brasil precisava aceitar as imposições das embaixadas que tinham seus diplomatas ameaçados. Nisso constituiu a força dos sequestros que conseguiram salvar a vida de mais de 100 pessoas: a pressão da comunidade internacional.

Para aqueles militantes trocados, as dúvidas e incertezas foram imensas, já que eles não estavam diretamente envolvidos nas negociações, não tinham informações, não conheciam os demais companheiros que seriam libertados, desconfiando muitas vezes de que podiam ser infiltrados da repressão, e ainda duvidavam da palavra diplomática dos repressores quanto à preservação de sua integridade física.

Os sequestros no Brasil

Dentro do quadro das ações bem-sucedidas foram quatro sequestros de diplomatas entre 1969 e 1970, que redundaram na libertação de 133 pessoas, conforme o quadro abaixo, que montamos a partir de informações dispersas. As listas de nomes a serem trocados sempre foram um campo de tensão entre as organizações e também com o governo da ditadura.

Há controvérsias pontuais, sobretudo no caso do embaixador suíço porque os sequestradores não tinham informações exatas, indicaram

algumas pessoas que não estavam presas, e mesmo pessoas que não quiseram sair do país. Abaixo tentamos sintetizar os dados sobre os sequestros.

Quadro 1: Sequestros de Diplomatas

Período	DIPLOMATA	Organização	Resgatados	Destino
De 4/9/1969 a 6/9/1969	Embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick.	DI/GB MR8 / ALN	15	México
De 11/3/1970 a 16/3/1970	Consul do Japão, Nobuo Okushi	VPR	8 ²	México
De 11/6/1970 a 15/6/1970	Embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben	ALN, VPR	40	Argélia
De 7/12/1970 a 15/1/1971	Embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher	VPR	70 ³	Chile

A data de início se refere ao sequestro de fato, não à organização e planejamento do mesmo.

Os grupos que promoviam os sequestros nem sempre tinham o preparo necessário para lidar com as situações inesperadas que apareciam, como foi o caso do malogrado sequestro do cônsul norte-americano ocorrido em Porto Alegre, também realizado por membros da VPR. Entretanto, a ação de sequestro não se completou e “em menos de 24 horas” praticamente todos haviam sido capturados. O sequestro é tido como fato gerador de uma “reorganização do aparato repressivo” no Rio Grande do Sul.⁴ Com isso, outras tentativas não foram sequer levadas adiante porque os riscos eram bastante altos, e era um tipo de ação que necessitava muito preparo.

Em 1970 houve um longo e exaustivo sequestro realizado no Uruguai pelo grupo Tupamaros contra o cônsul brasileiro, Aloysio Dias

² No caso dos resgatados em troca da liberdade do cônsul japonês, três eram crianças, os filhos menores de “Damaris Lucena, mulher de Antônio Lucena, assassinado dias antes pela repressão, e seus três filhos menores”. <http://memorialdademocracia.com.br/card/consul-do-japao-e-trocado-por-presos>

³ Neste caso as três filhas menores de Bruno Piola também constaram da lista, o que totaliza 73 pessoas.

⁴ CERBARO e GASPAROTTO, 2016, p. 79.

Gomide. O governo uruguaio não aceitou a negociação por um diplomata, mas o caso se resolveria com pagamento de grande cifra de dinheiro. A diplomacia chilena comentou que se “evidenciou um unânime sentimento de mal-estar e preocupação nos meios oficiais e na opinião nacional, que responsabilizou o governo uruguaio por sua “intransigência” e exigiu do Itamaraty a maior pressão para obter a liberdade do representante consular”.⁵ Essa postura uruguaia e chilena podem ter interferido para o fim das possibilidades de sequestros brasileiros, já que não se aceitava a negociação nos termos propostos.

O sequestro do embaixador estadunidense

O primeiro sequestro ocorreu em 4/9/1969, organizado pelo MR8, libertou quinze presos que foram levados para o México em troca da vida do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick. Segundo o historiador e ex-militante Jacob Gorender, essa foi “a primeira operação do gênero no mundo, na história da guerrilha urbana”.⁶ Este caso teve um adicional ideológico que era o fato de ser o sequestro do embaixador “do império”, contra o qual toda a esquerda combatia. Estes fatos ficaram bastante conhecidos pelo livro de um dos participantes do sequestro, *O que é isso companheiro*, de Fernando Gabeira.⁷ Também é abordado com detalhes na obra de Mario Magalhães que mostra que Carlos Marighella, o líder da ALN, não estava a par desse grande feito de sua organização quando ela foi desfraldada.⁸ O autor traz a assustadora cifra da repressão ocorrida durante o sequestro. Se a repressão não podia atuar diretamente no local do sequestro, sob pena de causar a morte do embaixador, fora dali ela era segura, constituindo um “furor repressivo que somaria 1800 detenções nas 78 horas do cativeiro do embaixador”.⁹

A obra de Silvio Da-Rin que entrevistou militantes sobreviventes do sequestro traz importantes questionamentos sobre esse caso. O autor, militante à época, propõe que esse sequestro demarcou uma mudança de

⁵ De Embaixada do Chile, 2900, Confidencial RIA 1112/67, RJ, 24/8/1970. Reacciones brasileiras ante sucesos Montevideo. Esses documentos da Embaixada brasileira no Chile foram pesquisados diretamente no Ministério das Relações Exteriores do Chile, em Santiago.

⁶ GORENDER, Op. Cit., p. 184.

⁷ GABEIRA, Fernando. O crepúsculo do macho. 1ª ed. RJ, CODECRI, 1980.

⁸ MAGALHÃES, Mario, 2012, p. 488 e segs.

⁹ Idem, p. 495.

padrão da repressão no Brasil, indicando que “sem dúvida, os organismos de segurança passaram a atuar de forma cada vez mais coordenada”¹⁰, lembra ele que a Operação Bandeirantes – OBAN já havia sido criada, “dois meses antes do sequestro”, e portanto já indicava um aprofundamento dos métodos de repressão e tortura. Segundo ele,

A decisão de dar combate inclemente aos grupos de esquerda havia sido tomada em 1968, nos bastidores da decretação do AI-5. No primeiro trimestre de 1969, tanto a VPR quanto o Colina tiveram dezenas de militantes presos. No segundo, a dissidência de Niterói foi praticamente exterminada. No terceiro, foi a vez de a Ala Vermelha sofrer diversas quedas, poucos dias antes do rapto do embaixador¹¹.

Um dos sequestradores descreveu posteriormente em suas memórias

Na mesma noite, a ditadura anunciou que ‘por razões humanitárias’, aceitava as exigências. Para dar cobertura legal à saída dos presos, editou o Ato Institucional no 13, criando a pena de banimento perpétuo do país, à qual seriam ‘condenados’ os presos libertados¹².

Ou seja, estavam livres, mas não existiam mais enquanto cidadãos brasileiros. Na medida em que as prisões iam acontecendo o medo de que os companheiros não resistissem à tortura e acabassem revelando informações era enorme. Esse clima nos ajuda a entender e dimensionar o alcance da necessidade dos sequestros como uma ação defensiva que visava proteger militantes e levá-los para um local em que estivessem seguros.

Os 15 presos políticos trocados pelo embaixador foram: Luís Travassos, José Dirceu e Vladimir Palmeira, líderes estudantis; Flávio Tavares, jornalista; Gregório Bezerra, dirigente do PCB; Ricardo Villas Boas, músico e integrante da Dissidência/MR-8; Ricardo Zaratini, engenheiro ligado a movimentos sindicais do Nordeste; Rolando Fratti, do PCB; Agonalto Pacheco, da ALN; Mário Zanconato, do COLINA; Ivens Marchetti, do MR-8; Leonardo Rocha, da ALN e a única mulher do grupo, Maria

¹⁰ DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007, p. 20.

¹¹ Idem.

¹² BENJAMIN, 2013, op. cit. p. 113.

Augusta Carneiro, do MR-8 e da Dissidência. Da VPR foram dois nomes importantes: José Ibrahim, o líder sindical operário; Onofre Pinto.

Sequestro x Tortura

O imperialismo hegemônico norte-americano necessita, para se manter, de dois polos de desenvolvimento desigual e combinado. A América Latina é o polo sub-desenvolvido, sem perspectivas de evolução. Como um todo a América Latina tem de fazer a Revolução Socialista, o único caminho para a superação das contradições. A Revolução na América Latina será a ruptura de elo fraco do imperialismo - aqui, pois, dor-se-á a última cartada do imperialismo.

Com a compreensão desta síntese pode-se compreender o porquê de toda desumanidade que se vive nas cadeias do Brasil e porque este país hoje é um imenso quartel.

Aqui é impossível a luta política pacífica, e os dois partidos políticos representam a grande faixa de nossa existência. São esses partidos como biscoito transparente e atrás, o partido militar desnudo, imbecil e forte.

A luta lenta que travamos na mais rigorosa clandestinidade, frusta e impossibilita a repressão anônima por um embate frontal.

Dai, surge a tortura como o mais eficiente instrumento para nos combater - e com o seu constante uso, ela se institucionaliza. A repressão não mais pode prescindir dela, apesar de ilegal e desumana.

Para utilizar eficientemente a tortura, existe hoje no Brasil toda uma organização não oficial (não mantida pelo Estado) integrada por elementos de diversos setores das forças armadas e organismos policiais, mantida pelos industriais, a Operação Bandeirantes.

A tortura, seus métodos e processos fazem parte do currículo de formação nas forças armadas e organismos policiais. Os presos políticos passam por uma série de torturas, já divulgadas ao mundo, as mais degradantes, quando nada mais têm a dizer, passam a ser cobaias durante meses.

Presta-mos, revolucionários, libertar os companheiros, já o fizemos e o faremos sempre, pelo único meio de que dispomos, por enquanto, o sequestro.

Documento de Carlos Lamarca explicando o porquê dos sequestros

O rápido sequestro do cônsul japonês em São Paulo

O segundo sequestro foi uma ação da VPR, um ato embora bem planejado e executado, realizado de forma intempestiva, pois a segurança de todos estava em jogo, gerando apenas 5 pessoas resgatadas. Foi o sequestro do cônsul japonês de São Paulo, Nobuo Okuchi, ocorrido em 11/3/1970. O sequestro foi realizado dia 11 e no dia 16 os libertados já chegaram ao México. Tratou-se de um processo distinto:

O cenário do sequestro do cônsul-geral do Japão é completamente diferente do cenário existente durante o sequestro do embaixador Elbrick. Em primeiro lugar, o local não foi o Rio de Janeiro, mas sim São Paulo. Em segundo, o governo já não era mais provisório, mas sim o governo do 3º presidente do regime, com nova composição de ministros e demais cargos políticos. Em terceiro e último lugar, há o sequestro não de um embaixador, mas sim de um cônsul.¹³

Do ponto de vista prático foi resolvido rapidamente, embora tenha tido o menor número de trocas, sendo um ato desesperado de salvar informações. Deste sequestro participaram 15 militantes dos quais oito foram presos e cinco morreram nas mãos da repressão. Foi uma ação com altos riscos. Um militante da VPR que tinha importantes informações sobre Carlos Lamarca e seu esquema de treinamento de guerrilha no Vale da Ribeira levou a que o processo fosse rápido e direto através da ação, comandada por Ladislav Dowbor e Eduardo Leite. O alvo desse sequestro era a libertação de Mario Japa, que conhecia o local da área de treinamento, como vimos no capítulo anterior.

Na lembrança registrada por Liszt Vieira, um dos sequestradores, houve impasse sobre quantos seriam os presos pedidos em troca pelo cônsul. Tinham pressa, mas pedir apenas o alvo poderia enfraquecer a negociação. Foi um “sequestro encomendado, para soltar rapidamente alguém que não pode continuar preso, porque sua prisão compromete a segurança de toda a organização”, segundo o líder da VAR-Palmares, Antonio Espinosa.

Ao fim decidiram por cinco pessoas, sendo uma delas uma religiosa, forma de sensibilizar a opinião pública, embora após libertada ela tenha se recusado a falar sobre o ato. Segundo Listz

¹³ LUIZ, 2015, op cit. p. 38.

Num domingo ensolarado, saímos com o cônsul da casa onde passamos quatro dias conversando sobre amenidades. Ele lutou na segunda guerra mundial na Marinha japonesa. Tinha histórias para contar. Entendia até de balé clássico japonês. Apesar do clima tenso, a relação com ele foi gentil e amigável. Falávamos em inglês e ele acompanhou todo o processo de negociação. Até deu palpite nas mensagens que enviávamos à polícia.¹⁴

O objetivo imediato foi alcançado. Diógenes Oliveira, um dos libertados no sequestro mostra o clima tenso: “nós não sabíamos de ríamos ou chorávamos, com medo de que nos matassem”¹⁵.

O nome de Toledo foi colocado na lista, e as autoridades mandaram dizer que não havia nenhum Toledo preso. A VPR não conhecia o seu verdadeiro nome: Joaquim Câmara Ferreira. Toledo era um codinome. Mas já haviam matado o Toledo, o segundo homem da ALN. Foi então que Lamarca mandou colocar o meu nome no lugar dele.¹⁶

Relata ainda o adicional preconceito racial ao qual foi submetido Otávio Angelo, da ALN, libertado junto: “cobriam-no de insultos. ‘Negro fedido, nós aqui na merda, combatendo terrorista e você vai assistir a Copa no México’. E davam porrada nele: Tu vais chegar no México, mas não vai ser assim, pois nós vamos te matar antes”¹⁷, diziam. Assim, mesmo que o governo e os repressores estivessem diplomaticamente obrigados a realizar a libertação, não era sem terror que obedeciam a ordem.

No caso desse sequestro como no caso do embaixador estadunidense, os militares ainda constrangeram os libertados com algemas até a chegada no território mexicano. Apenas com a intervenção dos policiais locais é que retiraram as algemas dos brasileiros, dentro da lógica da “guerra revolucionária”, como indica também Da-Rim para o caso do estadunidense:

Certamente, a derrota sofrida com a libertação de 15 presos políticos, a divulgação pública do manifesto e a humilhação internacional que isso representou para a ditadura foram usadas

¹⁴ VIEIRA, 2008, op cit. p. 20.

¹⁵ FUKUDA, 2014.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem, p. 110.

como justificativa para a supressão das garantias individuais e o recrudescimento do regime de força. O saldo da onda repressiva que se seguiu imediatamente ao sequestro é eloquente: quase a metade dos participantes da ação caiu antes que a captura de Elbrick tivesse completado um mês. Em janeiro de 1970, ano em que mais três sequestros resultaram na libertação de outros 115 presos políticos, a repressão atingiu um novo patamar de organização e planejamento, com a criação dos DOI-CODIS.¹⁸

Após esse sequestro a ira da repressão seria implacável contra um dos sequestradores, Eduardo Leite. Preso, sequestrado pela repressão do DOPS, passou mais 42 dias de sevícias e finalmente foi assassinado de acordo com o relato de Suzana Lisboa:

A notícia oficial da morte de Eduardo teve o objetivo de evitar a inclusão de seu nome na lista das pessoas a serem soltas em troca da vida do embaixador da Suíça no Brasil (...) Seu nome encabeçava a lista e seria constrangedor soltá-lo, pois, oficialmente, estava foragido e, além do mais, completamente desfigurado e mutilado pela tortura a alternativa foi forjar mais uma morte em tiroteio.¹⁹

Enquanto ocorria o sequestro do embaixador suíço, Bacuri seria morto em situação de bárbara tortura na prisão, como forma de evitar que seu nome fosse colocado na lista de presos a serem trocados: “foi executado com quatro tiros, um deles no olho direito. Seu corpo foi desovado em um cemitério. Continha escoriações, hematomas e queimaduras”²⁰. As marcas do Terrorismo de Estado ficam visíveis na forma como a repressão atuava: terror, desrespeito a leis internacionais, tortura, violência, criação de versões.²¹ Ou seja, embora no âmbito público houvesse a resolução dos casos de sequestro, internamente os participantes das ações foram massacrados sempre que a repressão conseguiu alcançá-los.

¹⁸ Da-Rin, op cit, p. 20.

¹⁹ <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/eduardo-collen-leite>

²⁰ CENTENO, 2014, p. 443.

²¹ PADRÓS, 2014.

O sequestro do embaixador alemão

O terceiro sequestro foi o do embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben, realizado pela ALN e VPR no dia 11/6/1970. Este caso tem duas peculiaridades. A primeira é que os planos dessa ação já haviam sido localizados pela polícia, quando estava ainda sendo planejado por Juvenal, tornando o embaixador “não-sequestrável”²². Mas a ousadia ia longe, refizeram o plano e junto com a ALN levaram a empreitada adiante, surpreendendo a repressão de forma incrível.

A segunda peculiaridade é que em 5/4/1970 ocorrera o desfecho do sequestro do embaixador alemão na Guatemala, Karl von Spreti. O governo não aceitara a troca pelos 22 presos pedida, houve a execução do embaixador.²³ Portanto, a pressão do governo alemão contra o Brasil seria imensa nesse caso.

Através dele 40 presos foram libertados e entregues na Argélia. Logo na sequência do sequestro os nomes dos resgatados são banidos do território brasileiro, assim como já ocorrera nos anteriores.²⁴ Se voltassem ao Brasil corriam risco de vida pois seriam especialmente visados pelos agentes da repressão. O desfecho foi realizado na Argélia, e os militantes não perderam a oportunidade de denunciar as torturas sofridas no Brasil:

O representante da embaixada brasileira na Argélia entrou em contato com o Ministério das Relações Exteriores no Brasil por telefone, e o Ministério fez o comunicado oficial para que o embaixador fosse solto. O embaixador alemão foi solto no dia 16 de junho, no dia seguinte ao desembarque dos brasileiros em Argel. Todo o caso foi amplamente divulgado pelos jornais brasileiros, os quais descreviam os banidos como ‘terroristas’. Na imprensa argelina, foram transcritas declarações prestadas pelos exilados, nas quais havia denúncias de tortura nas prisões.²⁵

²² José Roberto Rezende, in: BENEDITO, p. 57.

²³ <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2020/04/1970-embaixador-da-alemanha-ocidental-na-guatemala-e-assassinado.shtml>

²⁴ Elementos banidos do território nacional. Informação n. 265.004. CISA/RJ, 29/6/1970. Todos os documentos citados provenientes do Ministério das Relações exteriores do Chile foram por mim traduzidos livremente.

²⁵ CRUZ, Fabio, 2016, p. 88.

Documentos confidenciais mostram algumas das denúncias realizadas pelos militantes na Argélia. Localizamos alguns fragmentos dessas denúncias, como a fala de Damaris Lucena: “Levaram-se para a prisão onde me agrediam e me deram choques elétricos. Pegaram meu filho para que ensinasse à polícia as casas dos amigos do meu esposo”. Ozawa relatou que “depois de quatro dias de haver sido detido, fui internado no hospital Militar, em consequência das horribéis torturas que recebi constantemente durante esses dias”²⁶. Várias outras torturas são relatadas, embora não tenham sido divulgadas no Brasil, à época, puderam ser ampliada para a Europa. Dowbor deu várias entrevistas, o que ajudou também nesta divulgação.

Na documentação da Embaixada brasileira no Chile consta que nesse caso a censura, no Brasil, imposta à imprensa foi ferrenha, e ainda assim especularam sobre possibilidade de que a troca se desse com o Chile, ao que o embaixador esclarecia:

Jornais de escassa circulação me atribuem declarações absolutamente falsas no sentido de que haveriam oferecido mediação e recepção no Chile dos presos que seriam trocados pelo Embaixador da Alemanha. Me absterei por hora, de desmentir as notícias pois poderiam prejudicar as negociações que devem ser realizadas nas próximas horas entre Governo e raptos.²⁷

O Ministério já havia sido alertado sobre os acontecimentos, sabendo que o sequestro foi planejado pela ALN e VPR.²⁸ Em documento do dia 14 o Embaixador informa que o Chile constava como possível local de destino: “governo do Brasil deve obter asilo para eles na Argélia, México ou Chile, nessa ordem de preferência, fixando em 36 horas o prazo para seu embarque”²⁹. Já no dia seguinte divulga a notícia de que a Argélia aceitou receber os libertados.³⁰ O contexto internacional acabou pesando para a rápida resolução desse caso:

²⁶ Telegrama da AP, 17/3/1970, em correspondência assinada por George Kaufmann, divulgados na imprensa estrangeira.

²⁷ De Embachile Rio. Remigrama 63, n. 64, 13/6/1970.

²⁸ De Embachile Rio. Informe 63, 12/6/1970.

²⁹ De Embachile Rio, n. 67, 14/6/1970.

³⁰ De Embachile, Rio, GM 68, Resutelex GM 47, 15/6/1970.

O clima envolvendo o caso dos sequestros passou a compor definitivamente o cenário nacional. Os demais sequestros que ocorriam na América Latina, atrelado aos sequestros já ocorridos no país, demonstravam a força que esta tática de luta tinha alcançado. O clima nacional ainda estava aflorado já que, pouco antes do sequestro do embaixador alemão, houve a tentativa de sequestro do cônsul-geral norte americano Curtis Cutter em Porto Alegre, sem sucesso, e o trágico caso do embaixador alemão sequestrado na Guatemala, assassinado após a negativa do governo guatemalteco em aceitar as condições impostas pelos sequestradores.³¹

Em 4/4/1970 havia ocorrido a tentativa frustrada de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre. No sequestro na Guatemala ocorrera a morte do sequestrado, o que colocou o governo brasileiro em situação muito delicada, pois não podia ocorrer o mesmo no Brasil. Ademais, o embaixador Charles Elbrick, que teve sua vida assegurada no primeiro sequestro, criou uma situação inusitada para o governo brasileiro, criticando a falta de segurança do pessoal diplomático. O relato da Embaixada do Chile esclarece que:

Em nota divulgada hoje, o Itamarati expressa 'que considera desnecessária essa manifestação pública quanto a Embaixada dos Estados Unidos que não ignorava o cuidado com que as autoridades brasileiras asseguraram proteção dos representantes estadunidenses e dos demais países'. Agrega comunicado que o Cônsul norte-americano havia recusado proteção oficial oferecida.³²

O fato é que Elbrick seria afastado da embaixada³³. E o governo brasileiro esforçou-se para explicitar uma posição: "não economizará esforços para determinar paradeiros do Embaixador e garantir sua integridade física". O informe indicava ainda que "o sequestro foi unanimemente repudiado pela imprensa, círculos oficiais políticos privados, eclesiásticos e opinião pública em geral"³⁴. O contexto foi favorável ao desfecho do sequestro, o que se dava em momento desesperador, pois a

³¹ Luiz, op. Cit, p. 39.

³² De Embachile Rio, RIA 44, 9/4/1970.

³³ De Embachile DG 46 Resucircular, 12/4/1970 informava que todas as embaixadas tiveram sua segurança reforçada. Sobre a renúncia de Elbrick: Aerograma Confidencial Ria n. 114, 13/8/1970.

³⁴ De Embachile, Rio, n. 64, 13/6/1970.

repressão estava ferrenha, desbaratando organizações inteiras como seria o caso da VAR-Palmares.

Embora o sequestro passasse a impressão de que a guerrilha urbana seguia forte, a situação das organizações da luta armada era dramática. A VPR, idealizadora do plano, tinha tão poucos militantes que para realizar a ação teve de pedir ajuda à ALN, que colaborou com dinheiro, armas e quadros. A situação da VPR era tão precária que, confirmada a chegada dos companheiros a Argel, não havia carro para conduzir o embaixador ao local onde ele seria libertado. A Kombi reservada para a missão tinha sido rebocada por estacionamento em local proibido. A libertação teve de esperar 24 horas, à espera de um fusca. Ao se despedir dos sequestradores, Von Holleben afirmou: “Pensei que vocês fossem mais organizados”.³⁵

O tema dos sequestros estava na pauta das organizações internacionais. A Organização dos Estados Americanos teria indicado que “expressou que apresentará projeto de resolução propondo medidas efetivas para caracterização, prevenção e sanção de crimes de terrorismo e sequestro”.³⁶

Uma prova de que os sequestros levaram à reorganização da repressão está no documento enviado pelo Departamento de Segurança Interna do Ministério de Relações Exteriores brasileiro. Ele chega a reclamar da falta de colaboração de polícias fora do país, deixando claro que o governo brasileiro estava investindo em buscar os sequestradores onde quer que eles estivessem, e o documento é de 1974:

A DSI/MRE estando empenhada em identificar e localizar a presença no exterior, em determinados países, de terroristas brasileiros foragidos, considerou a possibilidade de que certos grupos operativos, ligados por laços ideológicos, de amizade pessoal ou de convivência, se tenham rearticulado ou procurou conservar as antigas ligações entre seus membros, fora do Brasil.

2. Nessas condições, ao ser verificada a presença de algum desses terroristas em determinado país, desde que se saiba quais foram seus outros companheiros de ação no Brasil, torna-se mais fácil, como ponto de partida, procurar localizar os demais membros do grupo ou célula.

³⁵ <http://memorialdademocracia.com.br/card/40-sao-trocados-por-embaixador-alemao>

³⁶ De Embachile, 7160, 80, 20/6/1970, Correa.

3. Embora a colaboração das autoridades locais em muitos países deixe a desejar, sempre resta, em outros, a possibilidade de, em sendo procurados nominalmente, se detectar a presença desses terroristas.³⁷

Portanto, mesmo banidos do território nacional, os envolvidos nos sequestros seriam acompanhados de perto pelos agentes da repressão brasileira, exigindo a colaboração internacional que seria posteriormente corporificada no Plano Condor.

Neste sequestro foram libertados, da VPR, os militantes: Almir Dutton Ferreira, Altair Luchesi Campos, Ângelo Pezzutti da Silva, Carlos Minc Baumfeld, Darcy Rodrigues, Dulce de Souza Maia, Edmauro Gopfert, Eudaldo Gomes da Silva, Flávio Roberto de Souza, Ieda dos Reis Chaves, José Araújo de Nóbrega, José Lavecchia, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Ladislav Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Maria do Carmo Brito, Melcides Porcino da Costa, Oswaldo Antonio dos Santos, Oswaldo Soares, Pedro Lobo de Oliveira, Tercina Dias de Oliveira.

Os demais presos trocados pelo embaixador foram: Aderval Alves Coqueiro, Apolônio de Carvalho, Carlos Eduardo Fayal de Lira, Carlos Eduardo Pires Fleury, Cid de Queiroz Benjamin, Daniel Aarão Reis, Domingos Fernandes, Fausto Machado Freire, Fernando Gabeira, Jeová Assis Gomes, Joaquim Pires Cerveira, Jorge Raimundo Nahas, Marco Antonio Azevedo Meyer, Maria José Carvalho Nahas, Maurício Vieira Paiva, Murilo Pinto da Silva, Ronaldo Dutra Machado, Tânia Rodrigues Fernandes. Vera Sílvia Araújo Magalhães.

Alguns desses militantes ficariam muito mais próximos, especialmente aqueles que decidiram ir para o Chile seguir a luta. Encontrariam então os 70 libertados do suíço quando eles lá chegassem.

O caso do embaixador suíço

Todo mundo – todos os militantes da VPR, sem exceção – participou do sequestro. Só que esse ‘todo mundo’ naquele momento não passava de oito pessoas.³⁸

³⁷ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Pedido de Busca. Confidencial. 22/1/1974. Arquivo Nacional, Brasília.

³⁸ José Roberto Rezende, in: BENEDITO. P. 81.

O sequestro do embaixador, Giovanni Enrico Bucher, foi organizado pela VPR e ocorreu no dia 7/12/1970, no Rio de Janeiro, só tendo desfecho 40 dias depois, em 13/1/1971, quando o embaixador foi libertado com vida e saúde.

Esse caso gerou reações contra o Brasil, em decorrência das denúncias de tortura generalizadas após o desfecho. O documentário *Brazil, a report on torture*, de Haskell Wexler e Saul Landau, filmou logo da sua chegada no Chile, os depoimentos de alguns dos libertados no sequestro, que discorreram em detalhes sobre as formas da tortura que haviam sofrido no Brasil.

Foi o caso com maior duração, o que nos mostra que as dificuldades nas negociações aumentavam e corria o risco também de ter maior impacto político. Foram 40 dias de cativeiro, 70 presos trocados, e o fim dos sequestros dali pra frente. A operação batizada de “Operação Joaquim Câmara Ferreira”, líder da ALN que havia sido morto em 23/10/1970.

O Comando Juarez Guimarães de Brito, da VPR, comunica as seguintes exigências para que seja libertado o sr Embaixador da Suíça no Brasil:

- 1) Divulgação do manifesto do povo brasileiro em todos os canais de televisão e estações de rádio de todo o país (..) durante dois dias consecutivos.
 - 2) Publicação do manifesto na primeira página de todos os jornais, na íntegra, durante dois dias.
 - 3) Publicação imediata e divulgação por rádio e televisão de todos os comunicados
 - 4) Durante as negociações seja gratuita a passagem dos trens suburbanos da Central e da Leopoldina
 - 5) Não seja incomodada a população de qualquer forma. É completamente desnecessária qualquer demonstração de forças- porque ninguém mais se amedronta com ela, mas incomoda o povo...
 - 6) Libertação de 70 (setenta) presos militantes de organizações revolucionárias, que deverão ser conduzidos, dentro de prioridades, ao Chile, a Argélia ou México em avião comercial civil.
 - 7) Seja publicada nos principais jornais das capitais a fotografia dos prisioneiros (...)
- Compromete-se a VPR a libertar o senhor embaixador depois que todas as exigências sejam atendidas e após a confirmação da chegada de todos os companheiros ao país que conceder o asilo.

Considerando:

Que o governo já tem a necessária experiência para não perder tempo, nem usar artifícios para ganhá-lo;

Que a divisão existente no seio das Forças Armadas tende a interferir no processo de troca de prisioneiros, etc.

A predisposição da VPR de não permitir violência qualquer contra o povo,
A predisposição de não flexionar nas exigências citadas, coloca sob responsabilidade do governo a vida do senhor embaixador da Suíça no Brasil. A VPR concede o prazo de 24 horas para a resposta deste comunicado.

Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil

Ousar lutar. Ousar vencer

Comando Juarez Guimarães de Brito

Vanguarda Popular Revolucionária

Operação Joaquim Câmara Ferreira

Carta Aberta à Embaixada Suíça

Disponível no Site Documento Revelados

Essas exigências seriam de pronto desconsideradas pela ditadura, que aceitaria apenas tratar do salvamento do Embaixador. Entretanto, faria isso lentamente, levando longo tempo para emitir as respostas e fingindo que os militantes não estavam fazendo contatos. Com isso contava com o cansaço, mas também que teria como desbaratar o sequestro, o que não ocorreu. Isso levaria o grupo a realizar ações de propaganda, ainda durante o sequestro. Ao final a lista das pessoas libertadas teve uma grande abrangência. A tabela abaixo mostra a distribuição dos militantes.

Os 70 libertados, por organização

VPR 30	Antônio Expedido Carvalho Pereira, Antônio Ubaldino Pereira, Aristenes Nogueira de Almeida, Armando Augusto Vargas Dias, Bruno Piola, Carmela Pezzutti, Chirstóvão da Silva Ribeiro, Daniel José de Carvalho, Delci Fensterseifer, Derly José de Carvalho, Encarnación Lopes Peres, Gustavo Buarque Schiller, Irani Campos, Ismael Antônio de Souza, João Carlos Bona Garcia, Jovelina Tonello do Nascimento, Joel José de Carvalho, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, Manoel Dias do Nascimento, Maria Nazareth Cunha da Rocha, Otacílio Pereira da Silva, Paulo Roberto Telles Franck, Roberto Antonio de Fortini, Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, Roque Aparecido da Silva, Ubiratan de Souza, Ubiratan Vatutim Borges Kertzscher, Valneri Neves Antunes, Wânio José de Mattos, Wellington Moreira Diniz
ALN 7	Francisco Roberval Mendes, José Duarte dos Santos, Rafael de Falco Neto, Reinaldo Guarany Simões, Takao Amano, Washington Alves da Silva, Wilson do Nascimento Barbosa

PCBR 6	Bruno Dauster Magalhães e Silva, Elinor Mendes Brito, Marcos Antônio Maranhão Costa, Nancy Mangabeira Unger, Vera Maria Rocha Pereira, Rene Laugery de Carvalho
DI-GB 06	Carlos Bernardo Vainer, Lúcio Flávio Uchôa Regueira, Pedro Alves Filho, Pedro Chaves dos Santos, Samuel Aarão Reis, Sônia Regina Yessin Ramos
VAR-PALMARES 05	Afonso Junqueira de Alvarenga, Jayme Walwitz Cardoso, Mara Curtiss Alvarenga, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Reinaldo José de Melo
MR8 5	Aluizio Ferreira Palmar, Antônio Rogério Garcia Silveira, Nelson Chaves dos Santos, Paulo Roberto Alves, Umberto Trigueiros Lima
Colina 3	Afonso Celso Lana Leite, Júlio Antônio Bittencourt Almeida, Pedro Paulo Bretas
M3G 2	Edmur Pérciles Camargo, João Batista Rita
AP	Jean Marc Friedrich Charles Van Der Weid
CORRENTE	Conceição Imaculada de Oliveira
Frente	Jairo José de Carvalho
MAR	Pedro França Viegas
Religioso	Tito de Alencar Lima
(contatos VPR)	Geny Cecília Piola, Tatiana Piola – 8 anos, Katia Piola – 4 anos, Bruna Piola – 3 anos, Esposa e filhas
Total	73 pessoas

Tabela montada por Carla Luciana Silva, com a ajuda de Aluizio Palmar

Observe-se que a maioria dos libertados eram da VPR, como era de esperar. Alguns desses militantes passariam a atuar na VPR tão logo chegassem ao Chile, como é o caso de Aluizio Palmar. Pequenas organizações indicam a solidariedade, pois são militantes que estavam presos e não tinham mais estrutura para serem libertados de outra forma. Da mesma forma, o Colina não existia mais, mas os militantes estavam presos quando suas organizações foram desmontadas. A segunda organização em quantidade é a ALN, já que foi a maior parceira dos sequestros anteriores, sobretudo o do alemão. No sequestro do americano a ALN libertou militantes da VPR.

Chegar a essa lista não foi tarefa fácil. O governo dificultou as negociações, abolindo de imediato todos os pedidos que tinham caráter político (ações de propaganda). Também houve uma lista anterior, na qual 13 nomes não foram aceitos pela ditadura. Encabeçava essa lista o Bacuri, que foi assassinado assim que o sequestro foi divulgado para que não pudessem libertá-lo.

Todos os militantes foram obrigados a preencher um formulário no qual se posicionavam sobre o sequestro, alegando-se que isso implicaria em banimento. Alguns foram negativos, por motivos distintos. A ditadura e a imprensa não perderiam a oportunidade de fazer propaganda disso, como foi o caso do Correio da Manhã, que estampou na capa justificativas de militantes que se negaram a ser libertados:

Quando liguei-me à VPR eu pensava estar fazendo alguma coisa pelo Brasil e por minha Pátria, onde nasci. Fui redondamente enganado. A VPR se baseia unicamente na violência e no terror, coisas que para mim são detestadas, prefiro ficar no Brasil em qualquer circunstância. Até preso é preferível o Brasil. Meu amor pelo Brasil é muito maior que qualquer outra coisa. (Irgeu Menegon)

Não quero ir porque ia ser posto em liberdade brevemente e por não desejar mais militar em nenhuma organização, por não achar conveniente continuar na clandestinidade. tenho uma Mãe para cuidar. (Adelso Palmeira de Castro)

Não. Porque embora envolvido indiretamente por um amigo nada tenho com quaisquer organizações político-partidárias e nenhuma relação com qualquer elemento marginalizado politicamente (Angelo Antonio Borges)³⁹

O subtítulo da fala de Mengon é “Brasil acima de tudo”, lema sempre vinculado ao reacionarismo. Certamente não foi nada fácil para organização ver que pessoas tidas como militantes se recusavam a receber esse benefício.

O fato é que mais de uma vez o governo recusou a lista enviada. Os nomes em questão não aparecem no comunicado e não são divulgados pelo jornal. Para cada caso se justifica que não podem ser incluídos por “serem autores de sequestro; terem cometido homicídio; está condenado a prisão perpétua; condenados a penas elevadas; indicado por pseudônimo, não foi identificado; não querer; já estar em liberdade”.⁴⁰ Alguns dos nomes vetados são: Delio de Oliveira Santini, Joseph Berthold Calvert, Luis Carlos de Sousa Santos, Vinicius José Caldeira Brant, Nielsen Fernandes, José Sebastião Medeiros, Vera Maria Rocha Pereira e Carlos Augusto Zilio⁴¹.

³⁹ Correio da Manhã, 27/12/1970, p. 3

⁴⁰ Comunicado do Ministro Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça, 21/12/1970.

⁴¹ Essa é segunda lista de nomes vetados. Correio da Manhã, 5/1/1971, p. 16.

A demora na negociação se deveu também à intransigência da Ditadura, que usou vários subterfúgios para tentar localizar o cativo e desarmar o esquema. Os militantes agiram muito rápido, e tinham mecanismos de contrainformação que permitiu que tudo corresse bem. A ditadura atuou politicamente, vetando vários nomes:

O governo recusou-se a libertar 13 presos, por serem acusados de crimes de sequestro e de sangue. Diante disso, a maioria das bases da VPR votou pela execução do embaixador, valendo-se de um dispositivo estatutário a que Lamarca nunca dera importância. Como comandante-chefe da organização, ele vetou a decisão.⁴²

Era uma guerra de contrainformação que buscava levar ao desânimo dos sequestradores e esperava por algum passo em falso. Contaram com a sorte, pois logo que realizaram o sequestro e foram para o refúgio, minutos depois o Rio de Janeiro estava absolutamente cercado, com engarrafamentos que duraram dias, pois a vigilância era imensa. Lembra Syrkis:

A engrenagem era aterradora. Uma coisa era enfrentar a repressão a tiro, matar pra não morrer, durante uma ação ou uma fuga. Era concebível, também, o justicamento de torturadores (...) mas, o caso do embaixador suíço, era totalmente diferente e a sua 'transferência' seria uma tragédia de consequências incalculáveis.⁴³

O que estava em jogo, na negação que o governo da ditadura fazia previa também que os sequestradores perdessem a paciência e justicassem o embaixador. Seria um grande trunfo para a repressão junto à sociedade, e impediria a soltura dos presos.

Nesses momentos de suspense, onde o governo dizia que não tinha recebido as mensagens, ocorre inclusive a prisão de um jornalista francês, acusado pelo governo brasileiro de divulgar dados sobre o sequestro, o que estava terminantemente proibido. O chefe da Agência da France Press: "foi detido e acusado de possuir a lista de presos"⁴⁴. Foi preso incomunicável.⁴⁵

⁴² MACIEL, op cit.

⁴³ Syrkis, op. cit, 1980. *Carbonários*.

⁴⁴ De Embaixile Rio. RIA 214. Cifrado, 22/12/1970.

⁴⁵ Outro documento indica que ele ficou preso 27 horas e recebeu ordem de deixar o país em 4 dias: "Itamaraty informou oficialmente que as atividades de Pelou eram contrárias à

O informe diz que o “encarregado de Negócios da Suíça expressou profundo temor pela possibilidade de o embaixador Bucher seja assassinado, ainda que tenha expressado esperança”. Claro, em meio a tudo isso, esse risco de fato existia.

Quando o governo se recusou a aceitar nomes na negociação, a VPR, após dar ultimato ao governo chegou a realizar uma votação na qual se decidira pela execução do Embaixador. No relato de Alfredo Sirkis, “tinha uns vinte a favor da execução. Só eu e o José Roberto Rezende, que não estava no aparelho, fomos contrários”:

O terceiro e mais importante voto pró-negociação era o do comandante em chefe. Após ler, um por um, os votos por escrito, expôs sua posição: era contra a execução, mas queria construir uma maioria. Os demais mantiveram suas posições. No dia seguinte, Inês Etienne Romeu, dirigente da organização, chegou de São Paulo e também aderiu a Lamarca. Que recorreu ao poder de veto que lhe dava o estatuto da VPR e derrubou a decisão da maioria da assembleia⁴⁶.

Na avaliação de Sirkis, que participou do sequestro, a decisão contrária impediria a luta armada de ter qualquer imagem positiva junto à opinião pública. Além disso, está claro que salvou a vida dos 70 militantes, além de não colocar a perder todo o esforço dispendido no sequestro. Rezende tinha convicção: o embaixador tinha que sair com vida do sequestro. Minha opinião foi totalmente contra a ideia de eliminação, e o próprio Lamarca não achava isso também”.⁴⁷

Herbert Daniel também narrou o difícil da situação para Patarra:

Foi duro. Implicava reconhecer o início da derrota. Algo como cair na real. Recolheu-se dois dias, a pensar. E não julgou apenas argumentos racionais. Considerou valores de certa forma conflitantes com sua visão da VPR. Uma virada.⁴⁸

segurança nacional”, já que teria tido contatos com os sequestradores. ROG 17993 de Embachile Rio, 24/25/12/1970.

⁴⁶ CENTENO, p. 442

⁴⁷ Rezende, in. Benedito, op cit. p. 86.

⁴⁸ Patarra, p. 431.

Esses embates voltavam ao dilema de como conviver com as massas no processo revolucionário. Rezende e Sirkis lembram que nesse ínterim realizaram a “operação bacalhau”, que consistiu em tomar um depósito de mantimentos e distribuir para a população na favela Rato Molhado. Com isso não apenas ganhavam apoio popular como mostravam que ainda tinham forças com ações desafiadoras: serviu para mostrar para a polícia que não estávamos tão perdidos assim”.⁴⁹

Os fatos seguiram difíceis, já que governo e sequestradores demoraram a chegar a acordo e as formas de comunicação entre eles eram precárias, levando a riscos grandes. Como vimos, houve nomes vetados, pessoas que não quiseram sair do país e há até pessoas que estavam livres indicadas para a troca. Isso se explica facilmente pela falta de informações que os militantes na vida clandestina tinham com relação aos demais companheiros. Mas do ponto de vista da força do mecanismo de sequestro, estava óbvio que se perdia. Lembre-se o cônsul brasileiro Aloysio Gomide seguia preso no Uruguai, sequestrado pelos tupamaros, e só seria libertado em fevereiro, depois de vultuosa quantia de dinheiro paga em resgate.

Assim como nos casos anteriores, a ditadura não perderia a oportunidade de fazer aplicar métodos do Terrorismo de Estado com os presos na medida em que estavam sendo levados para a troca. Assim relata Aluizio Palmar, um dos libertados:

Só fiquei sabendo que eu estava na lista e que iria ser trocado pelo embaixador quando os guardas me tiraram do castigo e me levaram para um outro isolamento no segundo andar. Durante os dias em que fiquei no isolamento da parte de cima tentei recuperar-se dos suplícios daqueles dias (...) Além das aflições noturnas ainda havia as ameaças feitas pelos guardas penitenciários de que nós, os que estávamos na lista para troca pelo embaixador, seríamos jogados de helicóptero em alto-mar.⁵⁰

Ele relata ainda que os guardas tentaram dissuadi-lo de aceitar a troca: “disseram-se que se eu declarasse que queria ser trocado pelo embaixador assinaria minha sentença de morte”.⁵¹ Ao fim e ao cabo, 70 nomes são indicados e a opção pelo Chile como local de acolhimento prevalece. No dia 11/1/1971 é enviado um documento “estritamente

⁴⁹ Rezende, p. 85.

⁵⁰ PALMAR, 2006, p. 288.

⁵¹ Idem.

confidencial” onde constam os nomes daquelas pessoas, tratados como “presos políticos” que seriam enviadas ao Chile.⁵²

Ou seja, percebe-se que a repressão mesmo tendo que ceder, colocou empecilhos na negociação. Por outro lado, houve um desgaste de Lamarca com seus militantes. Ao salvar a vida do embaixador e libertar 70 presos ele passou a ser visto como incapaz de radicalizar suas ações. Várias organizações iriam se colocar também contra essa posição, e o tema foi debatido em alguns documentos. Lamarca retomava sua antiga posição de que se eles tivessem eliminado o embaixador estariam sendo um grupo terrorista. O desgaste foi tal que Lamarca ficaria mais poucos meses na VPR.

Triste destino

O destino que cada um desses militantes teria posteriormente no Chile vai ser bastante diversificado, voltaremos ao tema adiante. Uma boa parte deles acabaria tendo que deixar o país quando do Golpe de Pinochet em 1973, recomeçando novas jornadas de militantes que estavam impedidos de voltar para seu país. Um estudo pormenorizado sobre o destino das pessoas libertadas e mesmo dos sequestradores seria elucidativo das dificuldades encontradas nos sequestros, mas também das vidas que foram salvas a partir deles. Carlos Lamarca, como sabemos, seria assassinado no sertão baiano, ainda em 1971.

Alguns militantes acabaram entrando em profundo processo de depressão que os levaria ao suicídio. Muitas vezes a culpa por ter sido salvo e a lembrança dos companheiros que ficaram pelo caminho acabava sendo um fardo pesado demais. Trata-se de “suicídio como sequela da tortura”, conforme tipificou a Comissão Nacional da Verdade:

As consequências da tortura, física ou psicológica, não se restringem ao momento de sua prática e tendem a atingir a personalidade da vítima de forma perene e levá-la a situações de extremo sofrimento e desamparo – e, em alguns casos, ao suicídio. (...) Esse foi o caso, por exemplo, de frei Tito de Alencar Lima, Gustavo Buarque Schiller e Maria Auxiliadora Lara Barcelos, banidos para o Chile em janeiro de 1971, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Depois do golpe militar que derrubou o governo de Salvador Allende, em

⁵² De Embaixada Chile, RJ, 11/1/1971. Lista de presos canjeados por Embaixador Bucher. RIA 44/2. Estritamente confidencial.

setembro de 1973, os três tiveram que procurar asilo em outros países.⁵³

Frei Tito, por exemplo, tentou suicídio logo após as torturas, mas não obteve êxito. O relatório conclui que “Banido do país, passou pelo exílio no Chile, na Itália e na França, onde se instalou em uma comunidade dominicana. Apesar de ter buscado tratamento psiquiátrico, frei Tito suicidou-se quatro anos mais tarde, no dia 7 de agosto de 1974, aos 28 anos”. O caso não é muito distinto do de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, militante da VAR-Palmares, que foi presa no Rio de Janeiro em novembro de 1969: “Dorinha viveu no Chile, México, Bélgica, França e, finalmente, Alemanha. Apesar de tentativas de tratamento e internações, não conseguiu se recuperar dos traumas produzidos pela tortura. Em 1º de junho de 1976, aos 31 anos, atirou-se sob um trem, em Berlim”. O relatório da CNV traz ainda outros seis casos de pessoas que de fato⁵⁴ cometeram suicídio em decorrência das sequelas das torturas e sevícias sofridas.

As denúncias de torturas

Um problema internacional para a ditadura brasileira apareceu depois da chegada dos brasileiros ao Chile. O documentarista estadunidense Haskell Wexler produziu o filme *Brazil: A Report on Torture* a partir de depoimentos de alguns dos militantes recém-chegados ao Chile que foram trocados pelo Embaixador:

Captando entrevistas de alguns dos 70 brasileiros levados àquele país em janeiro daquele ano em troca do embaixador suíço Giovanni Bucher, sequestrado no final de 1970 no Rio de Janeiro pela guerrilha armada da VPR, mostra, entre depoimentos pessoais de sevícias sofridas pelos presos no Brasil, a simulação de torturas encenadas por eles mesmos, como a do pau de arara. O filme, realizado com câmera na mão e de fotografia crua, foi rodado com a colaboração de Saul Landau e Haskell Wexler.

Entre alguns dos entrevistados estão Frei Tito, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Jean Marc van der Weid, ex-presidente da UNE e Nancy Mangabeira Unger, [...] O documentário foi o primeiro documento de

⁵³ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, volume 1, 2014, p. 485

⁵⁴ A ênfase no “de fato” se justifica porque foram muitos os casos em que a Ditadura depois de matar os militantes forjou suicídio para amenizar o ocorrido junto à opinião pública.

denúncia mundial em imagem e som da tortura política no Brasil da ditadura militar.⁵⁵

O impacto dessas denúncias tem uma repercussão internacional, e estará somado a outras iniciativas de denúncia das torturas e atrocidades cometidas pela Ditadura brasileira. A Frente Brasileira de Informações produziu uma série de informes e materiais que tinham entre outros objetivos, a denúncia das torturas. No Chile mesmo já haviam sido feitas denúncias dessas torturas, que levam a uma reação do governo brasileiro que busca seguir negando as denúncias, postura essa que os militares seguirão adotando pelo menos até 2014 quando da publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Aos militantes que permaneciam no Brasil a busca seria incessante sobre eles. E aqueles que estavam nas prisões não teriam mais recursos que buscar na Justiça uma melhor situação para o julgamento de seus casos. José Roberto Rezende, por exemplo, foi protagonista de mais de uma greve de fome para pressionar por melhores condições, desde visitas de familiares a refeições mais dignas.

O capítulo a seguir nos mostra como o cerco estaria mais fechado em torno dos militantes da VPR, pois a repressão já os conhecia muito bem.

⁵⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Brazil:_A_Report_on_Torture. Consultado em 21/9/2018. O documentário está disponível para ser assistido na Rede [www.youtube](http://www.youtube.com)

Capítulo XII

“SOCIETAS SCALERIS”: a VPR na Lei de Segurança Nacional

Inquérito,
Muito general estrelado
Comida de oficial
Vista da Praça da República.
Eles encenavam ter pena de mim
E perguntavam minha idade.
Eu disse: 200 anos.¹

Na sequência das prisões que vimos nos capítulos anteriores, um processo na 2ª Auditoria de Exército, datado de 4/2/1971, lista 57 nomes de militantes da VPR. Fica claro que as redes da repressão estavam ativas e não restava mais muito espaço para ações organizadas clandestinas.

Aqui já se sente a atuação dos infiltrados profissionais, pois é sobejamente conhecido que Cabo Anselmo viria, dentro de um esquema mais amplo, para destruir o que sobrava, tanto no Brasil como no Chile. Trata-se do resultado de um trabalho minucioso de prisões, torturas e reunião de dados sobre os militantes. É uma espécie de resumo, que inclui vários casos que exploramos já separadamente e sobre os quais há documentação específica disponível. A introdução do documento indica que

[...] vem oferecer denúncia contra as pessoas abaixo nomeadas, pelos fatos indicados que se prendem ao funcionamento da “societas sceleris” denominada “vanguarda popular revolucionária”, cujo estopo é a promoção da guerra revolucionária no Brasil, para a tomada do poder e a implantação de um regime marxista.²

Infelizmente a listagem não traz dados detalhados sobre os militantes, mas oferece um resumo sobre seus envolvimento com a

¹ Alex de Alverga. Inventário de cicatrizes, p. 13.

² Denúncia ao Ministério Público. 4/2/1971.

organização. Mas para cada um desses nomes seria aberto um processo em separado (ou em conjunto), material disponibilizado no Brasil Nunca Mais Digital. O documento ainda sintetiza:

Além de constituírem, porém em funcionamento e manterem a organização criminosa, sob orientação internacional – que se evidencia não só pelo fato de tratarem de militantes comunistas, como pela circunstância de alguns dos seus integrantes chegarem a confessar terem sido instruídos em Cuba, na “escola de guerrilhas” – os denunciados, em diversas oportunidades abaixo referidas, praticaram atos criminosos típicos, isoladamente, tal como o assalto, o roubo, o homicídio.³

Para cada caso há a indicação de onde se enquadrariam na LSN.

Inquérito 162/70

O Inquérito 162/70 da 2ª auditoria lista 84 indiciados. Transcrevemos abaixo os dados que o inquérito apresenta, de modo geral, mantendo a linguagem da própria repressão. Alguns desses casos tratamos ao longo desse livro separadamente e outros podem ainda ser objeto de estudos, somando-se informações de outras fontes.

Buscamos complementar apenas dados que permitissem indicar a origem social dos indiciados. Percebemos uma forte incidência de camadas médias, que eram base de apoio das ações urbanas. Talvez isso se deva a serem pessoas com menor nível de segurança nas suas ações, sendo que parte deles eram militantes “legais”, ou seja, não estavam clandestinos e davam apoios diversos à organização.

Indiciados, pela ordem que aparecem no documento:

1. Nelson Gibello Gatto, contato de Monteiro, Dowbor e José Ronaldo T. L Silva. Profissão: jornalista. Natural de São Paulo, nascido em 1927. De cor branca. Seu processo iniciou em 5/5/1970.

Considerado um “militante destacado do grupo criminoso”. Frequentava reuniões do advogado Rio Branco Paranhos “elemento nitidamente comunista” Teve livro de sua autoria “Navio Presídio” apreendido, considerado “nitidamente subversivo”. Ele é acusado de obter informações

³ Idem.

junto ao DOPS para Monteiro sobre a situação dos presos da VPR, e também sobre quem seriam os torturadores, “dizendo ter meios de conseguir algumas metralhadoras” (BNM042). Na prisão “foi espancado, foi seviciado e assinou o que pretendiam para não sobre mais” (BNM, Tomo I, vol. 3, p. 280). Foi condenado a 4 meses, teve a pena suspensa. Não foi considerado filiado, apenas alguém que prestou auxílio”. Ele “destacou-se de outros denunciados ao recusar seu banimento”.

2. Maria do Carmo C. Campello de Souza. Cientista política da USP.

Escondeu pessoas em sua casa, guardava “vultuoso material subversivo” e peças de armamentos, além de vários materiais de instrução de guerrilha. “embora esta denunciada alegue que todo esse material foi deixado em sua residência por Albert Hahn”, que deixou o Brasil, “os indícios são veementes quanto à militância subversiva, como apoiadora da “VPR”.

3. John Manuel de Souza.

Casado com Maria do Carmo Souza, amigo de Heleny Guariba e José Ribeiro.

4. Heleny Ferreira Telles Guariba. Do setor de inteligência da VPR, “ao lado de José Olavo Leite Ribeiro, Celso Lungaretti e Roberto Macarini”.

Conseguiu várias informações para a VPR, a mando de Moisés e de Dowbor, chegou a visitar Espinosa e Leite na cadeia, onde “buscou o destino dado a material roubado pelos terroristas”.⁴ Ela também é apontada como o contato entre Takaoka e a comunidade japonesa a fim de lançar um comunicado quando houve o sequestro do Embaixador japonês para que a mesma não reagisse contra. Várias informações são atribuídas a ela pelo relatório. Próxima a Maria Campello, tinha o contato passando também por Moisés.

5. Geraldo Coen (Jerri). Nacionalidade egípcia, analista de sistemas. 24 anos.

É acusado de ter permitido que Ladislav Dowbor pernoitasse diversas vezes em sua casa, sabedor da militância terrorista do mesmo; guardou para ele papéis subversivos, armas, munição. Colaborava desta forma para a “societas sceleris”.

⁴ Idem, p. 2.

6. Tercina Dias de Oliveira (Tia). Viúva, nascida em 2/11/1914. Costureira. Tinha um filho, Manoel Dias do Nascimento (“Paiva”). Foi aproveitada – e aceitou tal papel – para dar aparência honesta a “aparelho” da organização. Trabalhou na área de Jacupiranga “confeccionando fardas, semelhando as do Exército Nacional, para uso dos terroristas. Seu depoimento é extenso, são 7 páginas.

7. Maria Barreto Leite Valdes.

Filiou-se e praticou atos de manutenção da organização subversiva. Realizou várias atividades, viajou a Porto Alegre, “com a missão de entregar uma carta a um subversivo” e quando voltou descobriu que seu sobrinho “Luiz Alberto, que a introduziu na organização” fora preso, assim como LD, Lia e Lourenço. Foi para Peruíbe, buscar Tercina e seus netos, mas foi presa no intento. Ela foi considerada uma espécie de inocente útil, devido a sua idade. (BNM042)

8. Manuel de Lima. (Santana), de Jacupiranga, comerciante ou lavrador, 13/7/1917.

Vendeu área de 80 hectares em Jacupiranga ao terrorista Mario Japa. Avisou Carlos Lamarca da ação policial, “tendo esse fugido. Várias vezes levou mantimentos e remédios aos terroristas que se achavam no campo de treinamento de guerrilha”⁵.

9. Joaquim dos Santos (Monteiro, Antonio) natural de Lucrécia (SP), gráfico. Tinha 28 anos em 5/5/1970.

Estava na VPR desde 1968, como um mantenedor, “taifeiro”. Participou da tentativa de assalto do Bradesco na Vila Anastácio, em companhia de José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, José Araújo da Nóbrega, Renata Ferraz Guerra de Andrade, Armando Augusto Vargas Dias. Participou de outros assaltos, entre os quais o do Banco do Estado de São Paulo, cujo dinheiro foi levado para a casa de Antonio Raimundo Lucena, “morto o ano passado”, de acordo com “Damaris Lucena declarara antes de ser banida do território nacional. Participou do levantamento para o assalto das Casa Diana. Esteve também no treinamento de Jacupiranga. Foi o denunciado quem “entrou em contato com Joaquim Câmara Ferreira (da ALN) e o levou até a área de Jacupiranga, para que este acertasse com Carlos Lamarca

⁵ Idem, p. 5.

detalhes sobre o movimento terrorista”⁶. Recebia as informações já relatadas por Nelson Gatto. Depreende-se que Joaquim era homem de confiança de Lamarca, sob a alcunha de Monteiro, embora o relatório omita que o mesmo também passou a colaborar, entregando vários companheiros.

10. Henri Phillipe Reichstul.

Colaborou para o funcionamento da organização mediante providências para a troca de dólares em moeda nacional, a pedido de Ladislav Dowbor, e plenamente consciente das atividades ilegais deste último. Guardava material subversivo e passou dinheiro da organização a Fernando Kolleritz, quando Dowbor estava preso. Não diz o relatório que Henri era irmão de Pauline, companheira de Dowbor, e que viria a ser morta na chacina de Recife.

11. Ladislav Dowbor. Francês, tradutor, 28 anos.

É classificado como “militante terrorista de alta particularidade, de grande importância no seio das organizações subversivas”. Logo depois de preso, foi realizado o sequestro do embaixador alemão no Brasil, “em troca de cuja vida foi o denunciante libertado, e depois banido”. Além disso “a prova de sua militância fanática está nas declarações que fez, denegrindo o Brasil, quando de sua chegada à Argélia”. O relatório indica, a exemplo de outros, os relatórios policiais em que seus atos estão citados. Seus dados são repetidos em muitos outros documentos, como nesse exemplo abaixo:

12. Encarnacion Lopez Perez.

Incumbida de realizar levantamento junto a operários da Mooca, em São Paulo, acompanhou o marido José Maria Crispim na Europa “em favor das organizações de esquerda”. É mãe de Joelson Crispim, também militante da VPR.

13. Fernando Kolleritz. (Ivo ou Jordão)

Fora participante das Ligas Camponesas de Francisco Julião. Na Itália contatou Crispim, “com quem tratou da luta armada, no Brasil”⁷. Na volta ao Brasil, passou a viver na casa de Encarnacion, militando com Joelson, Onofre Pinto, José Raimundo da Costa e Dulce de Souza. Tentou socializar-

⁶ Idem, p. 6.

⁷ Idem, p. 7.

se no campo em Ubatuba, passando a contatar seu conhecido de infância, Dowbor. Kolleritz, a partir dessas incursões camponesas, desaconselhou ações rurais em Goiás.

14. Luiz Alberto Barreto Leite Sanz.

Vindo da VAR-Palmares, trabalhava com falsificação de documentos, “vivía inteiramente dedicado à atividade subversiva, como mantenedor da ‘sociedade criminosa’ tendo sido apreendida em seu poder grande quantidade de material subversivo”⁸.

15. Oswaldo Soares (Miguel ou Fanta) Ex-sargento da Aeronáutica.

Militava desde 1962, no PCB. Em 1967 foi para a POLOP, depois COLINA. Esteve 10 meses em Cuba fazendo curso de guerrilha, pelo MNL de Miguel Arraes. Depois do racha, passou a atuar com a VPR, dada a proximidade que criara com Lamarca. Quando vai a São Paulo passa a atuar com José Raimundo da Costa, o Moisés, realizando levantamentos para ações. Participou de treinos de armas do sequestro do cônsul japonês. Também foi banido com o sequestro do alemão.

16. Miguel Varone. Solteiro, de São Paulo, nascido em 30/5/1939. Técnico em contabilidade / autônomo.

Origem no PCB. Entrou na VPR por meio de Joaquim dos Santos. Desde 1970 passou a integrar o grupo de combate armado, “unidade tática”, junto com Joelson, Liszt, Mario de Freitas Gonçalves e Oswaldo Soares. Fazia o trânsito SP-RJ quando necessário, levando e trazendo documentos.

17. Marlene de Souza Soccas.

Dentista de profissão, abandonou a profissão para aliciar operários.

18. Otacilio Jose da Costa. (Ricardo ou Joaquim). Natural de Presidente Alves (SP), nascido em 1943, instrução grau secundário (conferente de carga).

Filiou-se por meio de Manoel Dias Nascimento (Paiva). Fez levantamentos para assaltos em Marília, mas os mesmos foram apreendidos pela polícia na casa de John e Maria. Preso em São Paulo.

⁸ Idem, p. 8.

19. Rubens Hirscl Bergel. Médico. Nascido em 26/3/1945,

Dava assistência médica a militantes, mantendo pontos com vários deles. Ressalta que “não se trata de mero exercício da profissão médica”⁹. O denunciado obteve, ainda, de Pedro Paulo Chieffi, certa quantidade de cianeto de potássio, embalado em pequenas doses, para que terroristas se suicidassem caso fossem presos. Por fim, chegou a realizar estudos sobre a elaboração de doses mortíferas. Preso de 28/7/70 a 16/1/1971, na prisão ele contribuiu com a administração, ajudando a tratar os doentes do presídio.

20. Iara Glória Areias Prado. (Mara), estudante de São Paulo.

“Levada para a subversão e a clandestinidade por seu marido” Antonio de Pádua Prado Junior, confessa que era “para-militante” da organização. Atuava em Porto Alegre onde colaborava como “datilógrafa e culinária”. Também colaborou na impressão de uma publicação denominada Cadernos de Debates”.

21. Eva Tereza Skazufka Bergel.

Esposa de Luiz Takoaka, participou da instalação de um aparelho destinado “ao atendimento médico dos militantes da organização”. Trocou dólares para a organização advindos do roubo do cofre “de Ana Capriglioni, a pedido de Chael Scheires. Além de participar dos estudos sobre cianeto, colaborou colocando cartazes no centro acadêmico de medicina.

22. Augusto Campos Braga. Labrador em Sussuarana, Goiás.

Trabalhava em uma banca de revistas onde lhe foi apresentada literatura comunista por Alfredo Luiz Soares. Chegou a receber um fuzil para treinar tiros, não foi admitido no grupo. Participa de alguma reunião e portava anotações “para atividades subversivas”.

23. Jovelina Tonello do Nascimento.

Esposa de Manoel Dias Nascimento, colaborou com a militância subversiva do mesmo na manutenção da sociedades sceleris. Sua casa serviu como esconderijo para alguns militantes em vezes diversas.

⁹ Idem, p. 11.

24. Luiz Massami Takaoka.

Teve “militância subversiva na USP desde que cursava medicina. Era ligado ao PCBR. Era próximo a Fernando Ruivo e Dilson Cardoso, os quais lhe ensinaram a manipular explosivos “para fins de guerra revolucionária”¹⁰. Em 1968 participou de passeatas, pichamentos e outras atividades da “chienlit” em São Paulo. A partir daí passou a atuar com a VPR. Esteve envolvido no “aparelho médico”, conforme já relatamos. É um dos acusados pelas cápsulas de cianeto de potássio.

25. Celso Lungaretti. (Julio ou Lourenço)

Entrou na VPR por meio de José Ibrahim, em 1969. Integrava o setor de massas. Participou do Congresso de Mongaguá, a partir do qual passou a integrar o setor de inteligência em São Paulo, devendo efetuar levantamentos de informações diversas. Participou por dois meses e meio dos treinos em Jacupiranga. Contato de Moisés, conhecia explorava uma área de trabalho subversivo. Fato oculto no relatório, ele foi um dos militantes arrependidos em 1970.

26. José Olavo Leite Ribeiro.

Atuou no setor de inteligência, mas foi para a VAR-Palmares, portanto seus dados constam em outro processo.

27. José Alves dos Santos. (Torquato)

Fez levantamentos em Marília, a pedido de Paiva e Moisés sobre “horários de trens, números de indústrias, etc”¹¹. entrou no exército para “inteirar-se de fatos do interesse da organização subversiva”. Preso em Campinas. Seu caso é relatado de forma peculiar:

¹⁰ Idem, p. 13.

¹¹ Idem, p. 14.

✓ 22) JOSÉ ALVES DOS SANTOS , o "Torquato" da VPR, a fls. 3989/3990, nega tudo, só admitindo ser verdadeira a sua qualificação, na polícia. De modo idêntico diz não serem suas as cartas referidas nos autos. Trata-se de pessoa simples e, na realidade, não encontro nos autos adminículos que determinem uma convicção de serem falsas as alegações deste acusado. De-
~~ve~~ deve ter tido ligações com agitadores mas isto não autori-
za pedido de condenação. Seja feita justiça.

Recorte do relatório, Procuradoria Geral da Justiça Militar, p. 10.

É peculiar que ele seja dado como "inocente", e que então para ele se sugeria "fazer justiça".

28. Fernando Carlos Mesquita Sampaio Filho.

Entrou através de Quartim de Moraes, no setor estudantil, "com a missão de aliciar adeptos, distribuir propaganda subversiva".

29. Adamaris [Damaris] de Oliveira Lucena.

Esposa de Antonio Raimundo de Lucena e "mãe do terrorista Ariston de Oliveira Lucena". Com documento e nome falso adquiriu terreno e casa em Atibaia, onde foi instalado um aparelho onde foram depositadas armas e dinheiros provenientes de assaltos, além de aparelhos médicos.

30. Isa Barreto Salles.

Ajudava no transporte de Dowbor, além de dar esconderijo, além de "ter contatos suspeitos com Celso Lungaretti".¹²

31. Wanio José de Mattos.

Manteve contatos com Carlos Lamarca e LD, tendo confessado sua filiação à VPR e filiação ao setor de inteligência da 'sociedade criminosa'.

32. Ariston de Oliveira Lucena.

Indica outros processos em que atos seus são julgados, como o "sequestro e homicídio" do Tenente Mendes. Além disso, "entre diversos atos típicos, no curso da sua perigosa militância subversiva, participou do assalto à Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos, quando foi subtraída a importância de quarenta mil cruzeiros.

¹² Idem, p. 16.

33. Mario de Freitas Gonçalves.

Apontado como parte da Unidade Tática de Osvaldo Soares. Em sua residência foi apreendido material.

34. Maria do Carmo Brito.

Banida do Brasil. Depois de milar no PCB, POLOP, COLINA, VAR PALMARES, filiou-se à VPR após o denominado “racha”, participou de reunião que decidiu sobre treinamento de guerrilhas; fez levantamento no norte do RS, “visando a formação de focos de guerrilha rural, entregou o resultado para Lamarca”. No Congresso da Tijuca, em 1969, passou a integrar a direção. participou da “montagem da Companhia Pesqueira do Alto Uruguai, em Três Passos, cuja finalidade era dar aparência honesta a um núcleo da organização, e apoiar as guerrilhas projetadas.

35. José Lavecchia.

Banido, filiado e mantenedor da organização. Na sua casa, onde trabalhava como sapateiro, deu esconderijo a vários integrantes da VPR, entre os quais Lamarca, Joaquim dos Santos, José Araújo de Nóbrega, Argonauta Pacheco da Silva e Joaquim Câmara Ferreira. Fabricou coturnos para serem usados por “guerrilheiros” na área de Jacupiranga, tendo participado dos treinamentos ali ocorridos.

36. Iara Iavelberg ou Iara Habenkorn.

Foragida. Participou de reuniões de cúpula da organização subversiva.

37. José Maria Crispim.

Colaborou, da Itália, onde se acha residindo desde a Revolução de 1964, com a organização subversiva, mediante o encaminhamento de Fernando Kolleritz e LB, que se achava na Europa, para a casa de Encarnacion a fim de que ingressassem na VPR.

38. Pedro Camargo.

Foragido, apontado como integrante do setor de inteligência da VPR, “tendo chegado a participar de um ponto (...) no qual foram discutidos problemas da organização”¹³

¹³ Idem, p. 18.

39. Samuel Iavelberg.

Integrava o sub-comando em SP, como membro do “setor econômico”.

40. Devair José de Carvalho.

Foragido, integra a organização, tendo participado de diversas ações armadas, conforme relato feito pelo denunciado LD.

41. Antonio Carlos Melo Ferreira ou Antonio Carlos Melo.

Qualificado indiretamente, acha-se foragido. Filiou-se À VPR, conforme declarações de Gilberto Luciano Beloque.

42. Francisco Gomes, vulgo Beduíno, qualificado indiretamente.

Manteve contatos com Paiva, com quem trocou documentos em branco para falsificações. Produzia carteiras de associações.

43. Dilson Cardoso.

Ministrou curso de fabricação de explosivos a militantes da VPR, além de promover treinamento de tiro com idêntica finalidade.

44. Edmuro Gopfert.

Qualificado indiretamente, pois se acha foragido, integrou o ‘setor de inteligência’ da VPR

45. Paulo Cesar Xavier Ferreira. Idem Edmuro.

46. Ana Matilde Tenório Mota.

É apontada como integrante da organização.

47. Albert Victor Georg Hahn.

Acusado de ter dado abrigo a Moisés. Levou para casa de Maria do Carmo Campello de Souza e John Manuel de Souza material subversivo (já citados). Parte dos levantamentos referidos, realizados na região de Marília foram entregues por Otacilio Jose da Costa e José Alves dos Santos. Precisa que os livros de Che encontrados na sua residência somavam 285 exemplares.

48. Maria Lucia Campello Hahn.

Apoiou a VPR, emprestou carro para militantes irem ao Congresso de Ibiuna, em 1968.

49. Eduardo Kugelmas.

Teve materiais subversivos apreendidos em sua casa e documentos pertencentes a Iara Lavelberg.

50. Miriam Abromovay Lavelberg.

Foragida, qualificada indiretamente, era do setor estudantil e de imprensa da VPR.

51. Raul Lavelberg.

Qualificado indiretamente, foragido. Filiou-se através de Fernando Sampaio.

52. Ieda dos Reis Chaves.

Qualificada indiretamente, banida

53. Silvério Soares Ferreira, idem

54. Ataíde Silva.

Qualificado indiretamente, está foragido, intermediou a entrada de Marlene Soccas com Joelson Crispim

55. Maria Odila Rangel ou Maria Ondina Rangel.

Qualificada indiretamente, foragida, ingressou na VPR em companhia de Luiz Alberto Sanz, com quem vive maritalmente

56. Mitushiro Matchukita.

Foragido, qualificado indiretamente. Por ter estado escondido com militantes, indicado como integrante.

57. Sergio Boglioli, vulgo Sergipe.

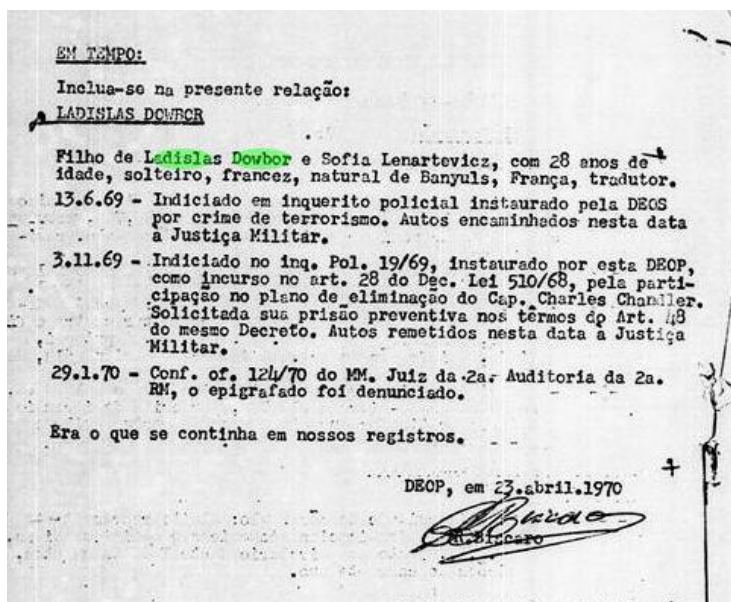
Foragido, qualificado indiretamente, ajudou Paiva a se disfarçar em Marília.

Uma outra lista, do DOPS, de 27/4/1970 também listava 21 nomes e dados de militantes, nem todos da VPR, mas que demonstrava uma investida grande em acompanhar a situação dos mesmos.

São eles: José Barreto, José Araujo da Nobrega, Jose Raimundo da Costa, Antonio Raimundo de Lucena, Samuel Lavelberg, Claudio de Souza Ribeiro, Fernando Carlos Mesquista Sampaio Filho, Darci Rodrigues, Carlos

Lamarca, Carlos Alberto Soares de Freitas, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, José Mariane Ferreira Alves, Iara Lavelberg, Yoshitane Fujimori, Manoel Dias Nascimento, Antonio Nogueira da Silva Filho, Sidney Miguel, Silverio Soares Ferreira, Reinaldo Antonio Carcanholo, José Claudio Teles Cubas e Lasdislas Dowbor.

Essa lista consta de um relatório em que os dados dos militantes são repassados, como no caso de Dowbor:



Dados de Ladislav Dowbor no DOPS.

Todos esses casos são referidos em outras partes do processo, onde são trazidas informações adicionais, ou se repete o pouco que se sabe. No geral, a listagem sintetiza o eixo das informações disponíveis, exceto nos casos de militantes muito conhecidos, sobre os quais há abundante material. Portanto, esse material é muito rico por dar um quadro dos militantes menos conhecidos, mas que tiveram atuação importante à sua maneira. É um material que daria subsídio aos processos na 2ª Auditoria do Exército.

Quem são os militantes

Uma parte dos militantes listados são os banidos no sequestro do embaixador alemão, mas mesmo assim, são qualificados por terem sido citados. Há casos de pessoas foragidas, igualmente qualificadas, o que abriria espaço para serem enquadradas no artigo 14 e 42 do decreto-lei 898/69, que “define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências”. É conhecida a Lei de Segurança Nacional”, que enquadrados indivíduos para serem julgados militarmente.

Art. 14. Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional: Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos, para os organizadores ou mantenedores, e, de 6 meses a 2 anos, para os demais.¹⁴

Não temos competência para analisar os meandros da lei, mas há um detalhe que se impõe. A lei mistura elementos de um cenário de democracia (filiar-se a um agrupamento), com um momento de ditadura. Ou seja, é também nos detalhes que se estabelece a ditadura que sempre que possível mantém a aparência de normalidade, até de democracia institucionalizando as proibições através de leis. Dá assim subsídios para o aparato jurídico, especialmente a Justiça Militar, colocada contra a sociedade civil. Perceba-se mais uma vez que a participação em uma organização armada não pressupõe uma “filiação”, pois era uma entidade clandestina. Além disso, a lei traz mais especificamente a punição da possibilidade de organização armada:

Art. 42. Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa: Pena: reclusão, de 3 a 8 anos.

Ao enquadrar alguém que é suspeito em algo tão grave quanto “organização armada”, a ditadura deixava claro que todos seriam punidos e

¹⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>

passíveis dos maiores constrangimentos. Temos casos acima citados de pessoas presas por terem passado a noite no mesmo local que militantes, o que já permite pressupor que fosse um infrator. Não vamos aqui aprofundar todos os casos, e seria necessário ver o julgamento de cada um, pois sabemos que alguns casos acabam sendo absolvidos por inconsistência das provas. Mas, isso já se trata do processo em andamento, esses documentos reunidos nas auditorias raramente falam sobre a forma com que esses presos foram tratados no DOPS ou OBAN quando foram presos.

No caso deste documento temos 32 pessoas diretamente qualificados; 25 Indiretamente qualificados (por estarem banidos ou foragidos). Essas podem estar igualmente qualificadas em outros processos. Vimos por exemplo, um militante da VAR-Palmares qualificado aqui, o que não exige de ser qualificado também no processo da VAR. Nos processos constantes do banco de dados Brasil Nunca Mais estão reunidos 30 processos originados do Superior Tribunal Militar, que somam aproximadamente 30 mil páginas de documentos sobre distintos momentos e acontecimentos da VPR.

Cabe ainda ressaltar que há uma participação significativa de mulheres na organização:

Quadro Distinção por gênero

Homens	Mulheres
39	18
68%	32%

Fonte: 2ª Auditoria do Exército, 1971.

Estes números são expressivos, mas não podem ser tomados por toda a organização, se trata apenas de uma amostra, já que são os nomes constantes nessa Auditoria militar. Não diferem muito dos números levantados por Marcelo Ridenti, que apontava 24,1% de mulheres¹⁵. Não é possível listar aqui todos os nomes de militantes, mas percebemos que na maior parte das ações narradas e lembradas, sempre se fala na presença de mulheres.

Independentemente de sua formação ou ocupação original, as mulheres exerciam as funções mais variadas na VPR. De modo geral, eram necessárias para distintas fachadas que a organização necessitava construir, sobretudo para manter a aparência de normalidade: seja a aparência de

¹⁵ RIDENTI, Op. Cit, p. 281.

famílias, de namorados, de distração, etc. Mas também ocuparam cargos de direção, como já vimos neste livro. São tratadas plenamente iguais perante a lei de segurança Nacional. Mais que isso, são abusadas por sua situação de gênero de modos específicos.

Esses dados colhidos na Auditoria passam a estar presentes nas delegacias de polícia, disseminados pelo SNI. São usados como argumento de coerção, mostrando que os repressores já conhecem o esquema do grupo e pressionando para que os presos falem mais.

A prisão do Comando Juarez de Brito

No processo BNM 361 consta a AÇÃO PENAL 85/71 e a APELAÇÃO STM 39.810. Aqui localizamos parte das ações finais contra os militantes da VPR que mantinham a organização ainda ativa. São julgados os membros da Unidade de Comando Juarez de Brito, a célula responsável pela execução do sequestro do Embaixador Suíço. Percebe-se que aqueles que realizavam o sequestro não eram diretamente beneficiados, pelo contrário, não só não seriam pessoas a serem trocadas pelos diplomatas, como sobre eles recaía a fúria da repressão.

O processo indicia: *Zenaide Machado* (Raquel, Kenia, Muria); *Lucia Velloso Maurício* (Monica, Adriana); *Carlos Alberto do Carmo* (Rubens, Ciro); *Alex Polari de Alverga* (Rafael, Rafa); *Adair Gonçalves Reis* (Ivan); *Alfredo Helio Sirkis* (Felipe); *José Mauricio Gradel* (Jarbas); *José Roberto Resende* (Ronaldo); *Roberto de Chagas e Silva* (Caetano, Manoel); *Sonia Eliane Lafoz* (Paula, Clarisse); *Teresa Angelo* (Helga, Luiza, Isabel e Sonia); *Walter Ribeiro Novais* (Jonas); *Ivan Motta Dias* (Cabana, Eli). Segundo enuncia o documento,

O objetivo da VPR era a tomada do poder, através da luta armada, e a instauração no país de um regime socialista. Os meios a serem empregados, na fase final de realização desse objetivo, seriam as guerrilhas rurais e urbanas, havendo, inclusive, sido iniciado treinamento no Vale da Ribeira em São Paulo.¹⁶

A referida organização subversiva, que atuava em São Paulo, Rio Grande do Sul, Nordeste e na Guanabara, se encontrava estruturada:

¹⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL BNM 361 AÇÃO PENAL 85/71 APELAÇÃO STM 39.810. As páginas referidas são do documento original, não da reorganização do BNM.

Um comando Nacional, que contava com uma Inteligência e Imprensa; Comando Regional; Unidade de Combate; Grupo de ação Tática (ou Base); Quadro ou Combatente. Começaram a por em prática os planos traçados através da prática de inúmeras ações, que constituíram, inequivocamente, uma verdadeira escalada da subversão da estrutura político-social vigente. As ações praticadas por grupos – Unidades de Combate-, com todos os participantes armados, uns de revólver, outros de metralhadoras, e com estruturação tática. Vivendo na clandestinidade, sem profissão definida, os membros da VPR formavam uma extensa rede, entrelaçados entre si, mantendo-se em constante ligação, através de ‘contatos ou ‘pontes móveis’.¹⁷

O documento faz uma extensa lista dos atos da VPR, incluindo-se assaltos a banco e outras expropriações comuns como as de garagens de carros, troca de placas, etc. todos “atos perigosos e nocivos à segurança nacional”, segundo o processo. A seguir, qualifica cada um dos envolvidos. O que proponho ressaltar aqui são falas, ocorridas nos processos de julgamento militar, em que ainda assim os militantes demonstraram bravura e amor à causa, especialmente as mulheres. No primeiro depoimento ficou explícito como, mesmo em situação de tensão e muitos riscos, havia militantes que não hesitavam em reafirmar sua posição, pois estavam convencidos da sua justeza:

A finalidade da organização é a formação da coluna guerrilheira de campo que será o embrião do exército para a revolução socialista no Brasil e que tem o caráter de luta de libertação nacional. A curto e a médio prazo é conseguir uma estabilidade na cidade para criar meios de montar e trabalhar no campo (p.264), e que buscava “identificar com os anseios da classe menos favorecidas do povo, a linha de uma organização só atende aos anseios de um combatente se ela atende aos do povo” (p. 265)

O depoimento traz também elementos sobre aquele momento de fim da VPR no Brasil, onde poucos militantes restavam e precisavam desesperadamente encontrar estratégias de sobrevivência. Há algum tempo já haviam se desmobilizado e não recrutavam mais ninguém, esperavam auxílio para terminar, em segurança, já que a maior parte dos

¹⁷ Idem, p. 2.

militantes estava no exterior, como abordaremos melhor no próximo capítulo. O inquiridor era enfático em fazer a militante falar, como traz o relato: “perguntada se está satisfeita com os resultados obtidos pelas ‘esquerdas’ no Brasil, respondeu que não estou satisfeita com resultados alcançados pelas esquerdas no Brasil, a gente tem se agitado bastante, mas não temos nos dado muito bem. (...) Não sei se a falha é teórica ou prática, mas temos que descobrir”. (p. 274)

Nesse mesmo processo os demais envolvidos prestam seus depoimentos e destaco as falas de outras duas mulheres. Ambas avaliam sua participação, reafirmando a importância da militância e da organização. Relatam a formação, indicam um longo processo de amadurecimento teórico, com a leitura de textos marxistas, e referem a influência da síntese de Jamil. Assim expressou uma delas:

A linha oficial da organização se encontra nas teses de Jamil; seria impossível sintetizá-la, ressaltando, no entanto, os seguintes pontos: dentro de uma abordagem histórica, a VPR vê o socialismo não como um processo natural e evolutivo do capitalismo mas como fruto direto da violência armada; para que se compreenda realmente o sentido da luta armada é preciso que se conheça os conceitos de MARX sobre o papel da violência na história; analisado o Brasil de sua formação até hoje. A VPR compreende a sua estratégia socialista sob a forma de libertação nacional, por acreditar ainda existirem tarefas neste sentido a serem cumpridas. A luta armada é luta de longa duração. Che teorizou a respeito em um dos seus trabalhos; Debray também em “A longa Marcha”. (p. 60)

Ela reiterava que as ações de sequestro não eram ações de Propaganda Armada. Tinham um objetivo imediato para a organização. Mesmo que o grupo (comando Juarez de Brito) tenha realizado ações de convencimento durante o sequestro - a tomada de armazém de mantimentos que também é foco do processo no Inquérito - isso não era o foco principal. Suas ações eram prioritariamente de vanguarda. Esse elemento é recuperado pela segunda militante, que explicita que a VPR ficou sozinha na defesa do “plano nacional de sequestros”, pois a Frente deu parecer contrário, “contudo, a VPR resolveu executá-lo, independente das outras organizações” (p. 418).

Ou seja, o processo mostra como os militantes envolvidos no sequestro acabariam sendo presos pela repressão. Salvaram muitas vidas,

mesmo desafiando as demais organizações. E seguiriam esperando a volta dos militantes libertados para seguir a organização. A eles e elas que seguiram no Brasil, restava desmobilização e o enquadramento como “criminosos”. Em maio de 1971 outros militantes da VPR e do MR8 foram presos, gerando mais uma série de informações para a repressão. O cerco definitivamente ia se fechando. As informações se misturavam entre aquilo que era dito diretamente e o que a repressão ia acumulando, jogando com os dados para forçar os demais a falarem.

Ao utilizar o vocabulário da repressão, e serem envolvidos pela luta, seja por influência da origem militar de alguns militantes, seja pelo guevarismo, aumentava a autopercepção de poder que os grupos tinham sobre si mesmos. Precisavam acreditar ser inimigos à altura das Forças Armadas Brasileiras. Entretanto, há grande diferença de poder de fogo, de planejamento e de execução dos dois campos em luta.

A situação de luta trazia esses elementos presentes. Esse manifesto foi produzido por um militante, indignado com a perda de seus companheiros. Um círculo vicioso se anunciava como desejo de um militante inconformado:

Andávamos dando muita ênfase neste período crítico, de centenas de prisões e de perda de material bélico de outras O.s, pensando, será? Que continuaríamos impermeáveis ao aparelho da repressão. Coloquemos os quatro pés no chão e tiremos a cabeça das nuvens. Eu volto a citar o companheiro que cita o Comandante Che: ‘Se fomos acuados à luta, temos que acuar o inimigo também’.

É isso, companheiros, até quando os revolucionários tombarão, nós partiremos para a contraofensiva, fazendo eliminações dos inimigos tanto sistemática e seletiva, e terrorismo repressivo contra os militares.

Não podemos mais cruzar os braços, quando clamamos vingança revolucionária pelos companheiros que tombaram. Honremos as memórias dos revolucionários que tombaram: Elias, escoteiro, Doutor, Zequinha, Célio. Joaquim e João Lucas Alves.

Ousar lutar! Ousar Vencer!¹⁸

Os “nossos” estavam sendo mortos. A repressão crescia. A vingança ficaria apenas no sentimento expresso no papel. O autor foi preso e seria um dos libertados no sequestro do embaixador suíço.

¹⁸ A hora é de ação. Panfleto. BNM42.

Capítulo XIII

PERTO DO FIM, NO BRASIL

Como já percebemos, o ano de 1971 foi doloroso para a VPR. Inicia com a libertação dos 70 libertados pelo sequestro do embaixador suíço. Mas a organização no Brasil se desmantelava. Lamarca deixa a VPR e em setembro foi assassinado no sertão da Bahia. O fim formal se consolida. Mas isso não quer dizer que a VPR deixe de existir nos militantes, como fênix, demoraria mais para ser de fato acabada.

1971: Dissidências em meio ao caos

O sequestro do embaixador suíço foi um sucesso do ponto de vista humanitário. Mas, politicamente foi entendido como um grande fracasso. Primeiro, porque se inseria em um projeto mais ampliado que não pode ser realizado, seriam três sequestros paralelos, feitos pela Frente de lutas e seriam usados como Propaganda Armada. Segundo, porque o fato de haver sido preservada a vida do embaixador é lido por muitos militantes como fraqueza do movimento, teria mostrado à Ditadura que eles não teriam coragem de chegar ao fim com a eliminação do Embaixador. E por isso, um próximo sequestro não teria sucesso pois não representaria perigo de vida do sequestrado. Terceiro, a repressão estava implacável, e os acertos entre os demais países do Conesul para uma política antissequestro estavam em andamento na prática.

Aprofunda-se uma crise na VPR, que com mais uma onda de quedas abre o flanco definitivamente para a infiltração de elementos da repressão. Em janeiro de 1971 o Comando Nacional da VPR estava constituído de Lamarca, Inês Etienne Romeu e Herbert Carvalho. Em março, Lamarca se desliga, Inês e Herbert saem do Comando, Herbert estava adoecido, acreditando que estava com leucemia e que teria pouco tempo de vida. José Raimundo da Costa, o Moisés, assume, e logo seria assassinado.

Os conflitos com Lamarca

Em 1/4/1971, Carlos Lamarca escreveu uma carta manuscrita “aos companheiros da VPR no Chile”. Essa carta dá uma dimensão das complicações que estavam em jogo.

A carta é assinada como “Cmdo VPR”, mas torna-se algo pessoal, tom reforçado por sua letra perfeita. São muitas ordens, cobranças, decisões, vindas de alguém muito descontente. Há uma grande produção de materiais em um período curto de tempo. Os militantes que permaneciam no exterior teriam que saber interpretar os sinais a eles chegados em Santiago do Chile.

O ofício que acompanha a carta, do CISA, de junho de 1971 destaca algumas das decisões e já indica que se trata de um documento “anterior ao seu desligamento da organização”. Ficam dúvidas quanto ao material: apreendido, teria sido entregue? Quem o desviou de seu destino? Quem era o portador e em que condições foi entregue à repressão? Quando? (a data deste ofício está apagada) O CISA ressalta que o documento “designa UBIRATAN DE SOUZA, “Gregório”, como responsável pela VPR no Chile.

Segundo Ubiratan de Souza, a carta manuscrita por Lamarca foi apreendida pela repressão em algum cerco que foi feito a ele. Mas, a carta teria sido passada a limpo antes, e desta forma chegou às suas mãos no Chile. Souza afirma que queimou a carta em 1973, quando houve o golpe lá no Chile. Quando mostrei a carta que localizei no Arquivo Nacional para Aluizio Palmar ele ficou incomodado com isso, pois tinha plena lembrança de quando Ubiratan lhe encontrou no Chile informando que agora era o comandante da VPR no Chile, mostrando a carta dobrada no bolso da camisa. Na conversa, Palmar telefonou a Souza, que deu essa explicação, de que a carta que recebera fora “passada a limpo”.¹ É muito provável que a mesma tenha passado às mãos da repressão, que tenha a copiado para deixar que seguisse seu destino para não queimar sua fonte e para chegar mais perto do cerco desejado. Também é igualmente possível que se falasse de materiais distintos, pois como veremos, há uma quantidade importante de documentos envolvidos.

A escrita lembra uma carta, mas é um relatório, que já na introdução indica: “Este documento não visa saudar os companheiros mas informar e orientar para os trabalhos a serem executados”. O remetente

¹ Conversa da autora com Aluizio Palmar, 12/9/2019, em sua residência.

indica que havia problemas de comunicação, e perceba-se que recém havia sido resolto o sequestro do Embaixador suíço. Indica que houve a tentativa de consultar os companheiros antes do desfecho:

Mandamos um companheiro com instruções logo após a execução da ação, mas teve que regressar em virtude da demora nas negociações – assim, os companheiros ficaram sem orientação. Acreditamos que os companheiros tenham se movimentado de alguma forma e tenham encaminhado algo, que precisamos tomar conhecimento.²

Em mais de um momento refere-se aos riscos da comunicação: “pode haver infiltração”, embora o foco seja o medo que tinha dos demais militantes que estavam no Chile e os riscos do “liberalismo da ideologia burguesa”, o que deveria ser “combatido tenazmente porque é humilhante para um revolucionário professar a ideologia oposta”. Imaginavam o clima em Santiago e isso não devia ser fácil.

Havia riscos, nomeia apenas a CIA (não o CIEX ou outro órgão). Era preciso ficar alerta, não vazar informações. E taxava: “numa guerra revolucionária não há satisfação individual”, e por isso: “Recomendamos o máximo de seriedade e discricção e não admitimos excesso qualquer, nada que deponha contra o revolucionário brasileiro”.

Politicamente se apresenta a grande questão, a existência da Frente, composta “pela VPR-ALN-MR8-PCBR e MRT que ensaia os primeiros passos. Muitos são os fatores que influem para que enfrentemos muitas dificuldades e não seria, a curto prazo, possível superar anos de sectarismo”³. Buscaria “aperfeiçoar a prática política na esquerda”, denotando uma tentativa de aproximação e superação de erros do passado de “política burguesa”. Nesse sentido, apontava para os riscos de sectarismo: “o sectário é, pois, um reacionário ao movimento revolucionário”. Sem apresentar detalhes dessa frente, ele adverte que não haveria centralismo democrático, e que o próximo passo seria um planejamento integrado entre todos, relatando algumas tentativas de ação integrada já realizadas. Uma delas foram ações de saque, com distribuição de alimentos, como vimos que foi feito durante o sequestro.

² Aos companheiros da VPR no Chile, Comando da VPR, 1/2/1971. VAZ 93.126, p.2/7. Publicamos, na íntegra esse documento na revista História e Luta de classes, ano 15, ed. 29, março de 2020.

³ Idem.

Ele explica que a Frente pretendia realizar “três sequestros consecutivos (em cadeia), buscando libertar 200 pessoas. Mas, a morte de Toledo e uma mudança de posição do MR-8 levaram a mudanças. Ocorreram problemas de “sectarismo” em função das decisões sobre os nomes que foram tirados como troca no sequestro do embaixador suíço (inclusive pelo MR-8): “decidimos dar mais peso na libertação de companheiros cujas organizações foram extintas”, pois eles estariam sem qualquer tipo de cobertura de uma organização. Além disso, explica que, dando errado os planos, a VPR executara sua parte:

A utilização da autonomia não foi compreendida pelas três organizações que tinham posição contrária. O desfecho da ação também não foi compreendido, não compreenderam que o governo cedendo em libertar 70 conseguiu condições políticas para limitar o instrumento, enquanto para a massa perdíamos a condição de justiça. Daí acusações de que esvaziamos o instrumento – esta acusação possui dois desvios: o vanguardismo da luta direta [sic] e a negação do materialismo histórico. Se para a esquerda estava justificado o justicamento, não o estava para a massa.⁴

Como vimos, diante do impasse, Lamarca assegurou a vida do Embaixador, mesmo contra a votação realizada com os demais participantes da ação, usando sua prerrogativa estatutária⁵. Mas, nas suas palavras o “vanguardismo” teria eliminado essa possibilidade se pudesse, e ressalta “uma esquerda que não consegue ser leninista, onde nenhuma minoria se submete a uma maioria, não pode, realmente, se fortalecer”⁶.

Dentre as orientações, se ressaltava que deveriam buscar os companheiros da Frente: ALN, PCBR, MR8 e MRT,

Com esses companheiros devem se relacionar e qualquer outra organização para entrar terá de ter a concordância unânime nossa. É perigoso entrar onde está o PCB, que se confunde com repressão, aqui o PCB está apoiando os ‘nacionalistas’ – e é desmoralizante fazer frente com organização que nega, na prática, a luta armada.⁷

⁴ Idem, p. 3.

⁵ Alfredo Syrkis narra esses momentos de indecisão e de mudança de posição de Lamarca em Carbonários (op. Cit).

⁶ Idem, p. 4.

⁷ Idem, p. 3.

Na realidade, lá no Chile, as aproximações seguiriam caminhos distintos, como veremos adiante. Mas algumas das orientações que o documento traz foram seguidas. Destaco as principais:

Fica designado responsável pela VPR no Chile o companheiro Ubiratan Souza (Gregório). Os militantes da VPR considerados prontos para o treinamento devem partir, com urgência para Cuba - devendo se submeter ao centralismo da coordenação que já existe lá. Os que permanecem no Chile devem ser organizados em bases para discussão política. Os vacilantes, que assumiram posição individualista devem ser desligados e cortado o contato.

Os que pediram ingresso na VPR devem ser analisados se podem voltar daí mesmo ou se precisam passar por um processo de coletivização, formação e treinamento, e neste caso devem seguir para Cuba.

Procurar, desde já, criar condições para a vida clandestina aí - cuidado com a direita chilena e com a CIA. Prevenir de todas as formas as possibilidades de infiltração.

Organizar discussão com os quadros de antiga VPR e ex-COLINA que não discutiram a fusão nem participaram do processo de racha.

Procurar contato com o MIR e outras organizações revolucionárias do continente.

Criar condições para receber companheiros daqui, com a máxima segurança.

Enviar relatórios periódicos.

Criar uma Comissão de Apuração de Responsabilidades para analisar o procedimento na cadeia.

Criar canais de comunicação com Brasil, Cuba e Argélia.

Respeitar os compromissos assumidos com o governo do Chile - muito cuidado para não fornecer argumentação para a direita. [...]

Evitar de todo modo entrar nas "pixações" a outras organizações ou companheiros. Formular as críticas, e exigí-las, por escrito - para que, com a formação, seja aperfeiçoado o relacionamento. Não flexionar isto, e repugnar os comentários paralelos, pois inúteis para a revolução. Exigimos, assim, que o relacionamento se dê em alto nível. Sabemos que isto não interessa aos que vivem marginais às organizações revolucionárias - e com uma atuação séria, madura, poderemos educá-los para a militância.⁸

⁸ Idem, p. 5

As orientações denotam que a organização dependia muito das informações que se supunha os militantes que foram para o Chile teriam sobre o Brasil. Confiar que essas informações chegariam limpas ao Comando era realmente um risco, e isso alimentaria a infiltração, como de fato estava já ocorrendo. Segue o documento:

Os contatos que os companheiros possam ter aqui devem ser passados, pois temos dificuldades muitas para criar condições para receber os companheiros. Admitimos que os contatos permaneçam com os companheiros, se houver possibilidade de chequeio. Contato de “camponeses” devem ser passados, pois a falta deles é o impasse maior que se encontra a Org para penetrar no campo.

Enviar relatório sobre métodos de interrogatório, torturas, preocupações que demonstram o que sabem, etc. Este relatório é muito importante para orientar companheiros em caso de queda – embora há problemáticas, sabemos, seja o fortalecimento ideológico na militância.

Nunca usar os canais de comunicação conhecidos pela frente que existe aí.

[..]⁹

Lamarca não hesitava em temer a rede da FBI, de Miguel Arraes. Não sabemos como esse documento chegou ao Chile, e sim que vários pontos foram sendo encaminhados. Aluizio Palmar relata que fizeram várias sessões de avaliação de comportamento na prisão¹⁰, buscando entender como as quedas se deram. E desde que chegaram colaboraram com as denúncias de tortura.

O desligamento: Lamarca em seu nome e de Iara

Um segundo documento, de 1/4/1971, quase repete o título do anterior: “Aos companheiros que militam na VPR”, está datilografado, e dessa vez assina Leila, que era o codinome de Iara. Mas o teor do texto é idêntico ao documento “Aos companheiros no exterior”, de abril de 1971¹¹, assinado por Lamarca e Iara.

⁹ Idem, p. 6.

¹⁰ Aluizio Palmar. Entrevista a Carla Luciana Silva, 23/6/2020.

¹¹ Neste documento estranhamente está assinado por Carlos Lamarca e Yara Iavelberg. Poderia ter sido produzido pela repressão, já que Lamarca não erraria a grafia do nome de sua companheira? Os caracteres da máquina de escrever são idênticos.

É um texto de uma página somente no qual “Encaminho meu desligamento simultaneamente a um pedido de contato com outra organização revolucionária”. Brevemente apresenta suas justificativas. Mas veremos a seguir que houve uma série de outros documentos de debate que são importantes porque permitem visualizar os problemas centrais pelos quais a organização passava, muito além do personalismo. Diz o texto:

Fundamentalmente discordando de nossa linha política que não superou o foquismo a não ser no aspecto de integração das diversas formas de luta da guerra de guerrilha – setor rural – na luta urbana a Propaganda Armada é o foco travestido com um palavrório genérico. [...] A Propaganda Armada é uma forma da luta necessária mas não suficiente.

Não aprofundaremos neste documento esta discussão pois fugiríamos aos objetivos próprios. E principalmente porque o que norteia nosso desligamento está diretamente relacionado à permanência desta linha política na VPR.

Toda posição política é reflexo de uma posição de classe, o problema centro da [luta] ideológica.

Nosso desligamento se dá não por não quisermos assumir a convivência da coexistência pacificamente com o que consideramos o embrião de uma futura “elite”, “casta”, dirigente. Dizemos coexistência pacífica pois uma luta interna se daria através de posições, palavras defrontando-se em documentos, dentro de um instrumento cuja engrenagem, funcionando nos moldes leninistas permitiria o seu encaminhamento.¹²

Cita os documentos que produziu buscando realizar o debate, e enfatiza a falta de vivência coletiva, que “impede o crescimento revolucionário”, e completa:

Precisamos criar condições. Condições são criadas na prática revolucionária orientada para a transformação;

[...] Rompemos com o privilégio. Nossa luta contra a existência de privilegiados travamos desde que ingressamos em 1964 na POLOP.

Não vamos travar essa luta dentro de uma O. revolucionária, nos parece um desvio de esforços. [...]

¹² Aos companheiros que militam na VPR. 1/4/1971. Carlos Lamarca.

Como dizia Carlos Marighella: “o revolucionário não pede licença a ninguém para praticar atos revolucionários”. Saudações Revolucionárias. Ousar lutar. Ousar Vencer.¹³

As questões de fundo foram discutidas em longos documentos. Congresso-Solução política e não de honra, é de 27/3/1972, assinado como Claudio.

A Coordenação provisória produziu um documento de 11 páginas (espaçamento simples) cujo título está ilegível, que chamaremos de “Sobre o documento de Claudio”¹⁴, datado de 11/4/1971. O documento faz uma crítica ferrenha à LP - Linha Política da VPR. Assim ele avalia “uma organização”:

a) que tem uma linha política desligada da realidade; b) que trilha um desvio ideológico, deformando os seus quadros; c) que não possibilita se travar uma luta interna; d) que cultiva o sectarismo, atribuindo apenas a alguns a capacidade de fazer evoluir a Org – dividindo os militantes em castas políticas estáticas eternas, imutáveis; e) que tenha como método de direção o Stalinismo que impede a liberação de potencialidades, que não formam quadros, que aliena militantes, que deforma os dirigentes, que elimina a criatividade, que impede a prática leninista, NÃO TEM VIABILIDADE HISTÓRICA.¹⁵

Lamarca critica a organização uma vez mais pela falta de trabalho junto às massas, caracteriza-a como imobilista, de falta de evolução política, e cheia de problemas de luta interna. Termina o documento indicando “À VITÓRIA, SEMPRE”. A resposta do Comando Provisório da VPR discutiu cada um dos pontos. E registrou que:

Considerando que:

- 1) O comp Claudio não compreende corretamente as relações entre linha política e ideologia, nem seus respectivos pesos na nossa situação.
- 2) Em momento algum de suas análises fundamentou quaisquer divergências políticas antagônicas (...).

¹³ Idem.

¹⁴ BRAN BSB IE. 06.6, p. 60-80.

¹⁵ Idem. Publicamos este documento na íntegra em *História e Luta de classes*, ano 15, ed. 29, março de 2020.

3) Assim agindo não justifica politicamente, fugindo da responsabilidade de suas contribuições a partir de uma análise unilateral e facciosa, numa atitude personalista que, baseada nos problemas de militância individual assumiu uma posição nitidamente ideológica que demonstra a imaturidade e falta de serenidade enquanto quadro dirigente.

4) O comp procede de forma pouco leninista quando esquece que o próprio defendeu na sua pretensa luta interna (luta interna não é feita por ninguém especial e sim um coletivo atuante). (...)

O comp. Fica liberado para discutir com outras Os, feita a ressalva do contato com o comp. Para a sua participação no processo de discussão.

O comp não está tendo prática na O. portanto não está autorizado em falar em nome da O. nem esta no nome do comp.

O comp não pode assumir militância na outra O. até decisão final da questão.¹⁶

O Comando fazia as suas exigências, que naquelas circunstâncias eram bastante irreais. Na prática o arranjo com o MR8 e a liberação com segurança era um problema maior do que o que se exigia:

Pedimos ao comp. Que coloque a questão em fundamentação política tanto no exterior quanto para as esquerdas de um modo geral para evitar capitalização tendenciosa decisão a propiciar um melhor nível de discussão. Particularmente achamos que no nível que está a questão não deve ser colocada a não ser que o comp. fundamente politicamente tudo o que disse.

A O resolve criticar o comp. Formalmente pelo encaminhamento paralelo dada passagem desprestigiando nas decisões tomadas (...)

desde que a partir do processo de discussão o comp firme e fundamente suas acusações, seu desligamento será aceito como o de qualquer outro comp. Que se identifique com a posição do comp Claudio, achando que ter divergências insuperáveis com a política da O.

A O. decide discutir em todos os níveis esse problema da Frente, visando de nossa parte, que não se deteriore as relações entre Os. Por causa do problema desses tipos e também posição de observadora em questão política que só poderão se cristalizar na posição oficial a partir de discussão interna.¹⁷

¹⁶ Sobre o documento de Claudio, Comando Provisório, 11/4/1971.

¹⁷ Idem.

Lamarca não voltaria a responder e esclarecer os pontos considerados pouco políticos na sua carta. Mesmo que não tenha havido a formalização, a VPR concordou em transferi-lo ao MR-8, o que naquele momento foi um alívio para os problemas concretos da organização. Alfredo Sirkis relata em suas memórias que permaneceu na organização até conseguir fazer essa transferência de Lamarca e Iara para “a kombi do MR-8”, que faria o transporte para sua nova e triste fase, no sertão da Bahia.

Novos comunicados: a dissolução

O Centro de Inteligência do Exército dá conta de um estouro de aparelho realizado na Guanabara onde teriam sido encontrados dois documentos, datados de 7/8/1971, “que esclarecem a situação da Organização no País”. O CISA faz um resumo do Comunicado n.1:

O Comando só existe efetivamente no BRASIL; O novo comando assume a O. praticamente extinta e vai tentar salvar o que sobrou; exige-se que todos os militantes obedeçam ao centralismo e que mantenham a frieza diante da situação caótica.¹⁸

Já sobre o Comunicado n.2, apresenta-se uma autocrítica:

Os últimos acontecimentos provaram com sangue e fogo a inviabilidade dos grupos armados tais quais se encontram atualmente...

Para isto, o comando [de]termina de forma imediata:

- a) a Organização está desmobilizada;
- b) Está convocado o II Congresso Nacional
- Por desmobilização entendemos:
 - a) suspensão de ações armadas;
 - b) suspensão de reuniões com condições de segurança precárias;
 - c) redução ao mínimo indispensável da circulação dos militantes;
 - d) estabelecimento de contatos de frente apenas para encaminhamentos urgentes e comunicações;
 - e) comunicação imediata às outras organizações da atual perspectiva política da VPR. Isto é, que a Organização está politicamente extinta no Brasil e que estamos desmobilizados definitivamente.

¹⁸ Informação n. 285/71/B2/ID-4. Situação da VPR. CIR – I Ex. 4º RN, 15/10/1971, Arquivo Nacional BRDFAN, BSB ZD.1C.6, p.1/2.

f) criar excepcionais condições de segurança para todos os quadros queimados.¹⁹

O documento traz uma síntese dos problemas que os militantes estavam vivenciando, e é expressão dos elementos presentes no documento de Herbert Daniel:

Por se atrasar na adoção desta perspectiva hoje, quando a adotamos, reconhecemos claramente a extinção total da Organização, tal como a conhecíamos no BRASIL. A O. vai tentar se remontar com os recursos que conta em todo o mundo e vai ser um trabalho árduo e demorado.

E por fim, indica a formação de um novo comando:

4. O 'NOVO COMANDO', após a morte de JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA ('MOISÉS'). ('CARLOS') e a queda de ZENAIDE MACHADO ("RAQUEL NÚRIA) deve ser, provavelmente, constituído de HERBERT EUSTÁQUIO DE CARVALHO ("EXEQUIEL", "DAVID") e TEREZA ANGELO ("CHICA", "HERGA")²⁰

A avaliação que a repressão faz dessas informações é de que a VPR iria se reordenar, seja no Chile ou em Cuba. O documento segue dizendo que "desses documentos, podem ser levantadas várias hipóteses relativas às medidas que serão adotadas", e expõe:

Realização do II Congresso Nacional no exterior. Essa medida satisfaria às condições atuais de segurança e permitiria a participação dos banidos e exilados.

Retorno de quadros que encontram no exterior (CUBA e CHILE), a fim de preencher, pelo menos em parte, os claros abertos pelos últimos quadros.

Retorno de elementos de cúpula, que se encontram em CUBA, a fim de assumirem o Comando da O. CHIZUO OZAWA, ONOFRE PINTO e DIÓGENES JOSE CARVALHO DE OLIVEIRA parecem ser os elementos mais indicados para esta missão.

Fuga dos quadros restantes para o Chile e outros países

Absorção dos quadros restantes por outra organização

¹⁹ Idem, Comunicado n.2.

²⁰ Idem.

Nesse caso, a hipótese mais viável é que essa organização seja a ALN.²¹

Em anexo seguem os próprios comunicados, que conferem com a síntese. Expressam a posição do grupo que acabaria se mantendo na VPR no Brasil, com fins de acabar com a organização. O Comunicado n.3 se destina “aos companheiros da VPR no Exterior”:

A Organização no Brasil chegou agora ao esgotamento total. Estamos sem as mínimas condições de atuação e sem possibilidades por mais remotas de tirar uma definição consequente, que sirva de guia para uma prática revolucionária.

Lentamente a O, foi sendo destruída, não restando senão alguns quadros, muito poucos, que não tem a mínima segurança e dos quais a ínfima minoria tem uma experiência maior.

A crise política da O. que se seguiu a ação do embaixador suíço levou a uma aguda crise no Comando em abril/maio deste ano, tendo como consequência o desligamento inusitado dos companheiros do CN. Um destes companheiros caiu a 5 de maio, outro pediu ingresso numa outra Organização, a VPR não consegue discutir suficientemente com tal companheiro para entende a posição por ele assumida.²²

A morte de Moisés e a saída de Lamarca deixam a organização, de fato, com reduzidas possibilidades de ação. A estratégia imaginada de que os militantes que estavam no exterior voltassem ao Brasil para seguir a luta era cada vez mais irreal. Apenas alguns poucos tentariam tal ousadia, animados pela fidelidade, cairiam, vítimas de profunda traição, pois a infiltração estava presente. Portanto, a estratégia de retirar militantes via sequestros mostrou seu peso. Sendo a ação de um único grupo, não conseguiu somar as lutas dos que ainda resistiam. Salvaram-se vidas, mas acabou a revolução a qual acreditavam estar em curso. E aqueles que se reuniam no Chile, viviam outro contexto.

O Comunicado informa ainda que mesmo o Comando Provisório criado se desmanchou, pois em 12 de maio caíram 2 membros. O Comando da Guanabara perdeu quase todos os seus membros, sendo que em SP, que estava em compasso de espera, ficou igualmente desfocado. Os compa-

²¹ Idem.

²² Comunicado n. 3. Aos companheiros no exterior. Arquivo Nacional. 2D.2c.100P4.

nheiros do nordeste caíram, Moisés assassinado no dia 5 no RJ. Para dar os encaminhamentos finais,

[...] precisamos que os companheiros nos enviem dinheiro o máximo possível; o mínimo é Cr\$35.000,00. Sem esse dinheiro, certamente não restará um único remanescente no Brasil. Esperamos, com urgência, a colaboração dos companheiros. OUSAR LUTAR. OUSAR VENCER. Cmdo VRP. 7/8/1971

Não temos mais informações sobre o dinheiro²³, mas um documento de setembro, do CIE diz que a organização “ficou reduzida nos seguintes integrantes”: Zenaide Machado, do CM, presa; Herbert Carvalho, foragido; Tereza Angelo, foragida, Lucia Veloso, presa; Carlos do Carmo, preso. Reduz o número de simpatizantes a apenas cinco. A tentativa de ida para o Chile fora frustrada. Zenaide lembra que se dedicou a realizar os informes de forma circunstanciada, pois precisava convencer os companheiros que estavam no Chile sobre a gravidade da situação. Cabo Anselmo deixava suas marcas de delação e traição, enquanto alguns ainda acreditavam ser possível manter a luta no Brasil. O documento informa ainda os novos códigos cifrados de comunicação que seriam usados e diz que “a subversiva Tereza Angelo não aceitou a desmobilização da VPR, estando fazendo gestões junto a Rogerio e a Nelson para ingressar na ALN”²⁴. A perseguição seguiria.

A autocrítica de Herbert Daniel

O documento de autocrítica de Herbert Carvalho é um texto carregado de sentimentos e análise histórica, que busca falar daquilo que era proibido: a derrota. O título do documento jogava a dúvida: “E haverá perspectiva?” esclarece de início que “estas notas visam apresentar alguns pontos de vista pessoais a respeito do momento”. Não seria um documento

²³ Outro documento do CIEIX indicava que Onofre Pinto, no Chile, “teria em seu poder, cerca de 15 a 20 dólares e viajaria, para La Paz, entre 12 e 30/ago/1971. Informe 292, 16/8/1971. E ainda que Cuba depositaria em um banco suíço dez mil dólares a cada dois meses destinados à VPR. Esse dinheiro permitiria o transporte ao Uruguai e a Praga, segundo o CIEIX. Informe 322, 19/8/1971.

²⁴ VPR. CIE, 8/9/1971, p. 2. José Carlos Mendes levou os Comunicados ao Chile: Informação prestada por Zenaide à autora, por telefone.

“na acepção exata do termo”, pois não era um documento da organização, e sim uma avaliação de um ex-dirigente, ainda militante. Ele avaliava:

1. A extrema confusão atual do movimento revolucionário tem no pequeno grupamento que hoje formamos um quadro completo. Se fomos (pretérito) a maior organização do país, não em termos numéricos mas de importância qualitativa (e quem negar isto estará querendo mistificar para puxar brasas para sardinhas inconfessáveis), mas se fomos um dia, dizia eu, a O. mais importante é porque representamos A esquerda e, agora, representamos o outro extremo: a derrota.

(...) Encontramo-nos, os que sobreviveram, entre escombros que são tão difíceis de interpretar como era o caminho da vitória. Daí não ser consenso a derrota. Daí alguns pensarem em algum momento crítico, isto é, terem uma ilusão que acalentou muitos sonhos, mas agora de poucas possibilidades. Agora, diante da impossibilidade, muitos não a vêem. É uma atitude que seria virtuosa num romance. Para os que vivem a vida é aventureirismo que nada tem a ver com a ideia de revolução.²⁵

Não sabemos se este texto chegou aos militantes, que eram afinal, bastante restritos em número. A crítica e autocrítica estão evidentes, mas nada tem a ver com um militante que estivesse apenas abandonando a luta. Ele segue buscando entender “o que é essa derrota nossa?”

Em primeiro lugar é a derrota do experimentalismo, do amatorismo, do aventureirismo.

Em segundo lugar é a derrota de teses imperfeitas, de uma teoria remendada.

Em terceiro lugar é a derrota de um destacamento, revolucionário do povo. Mas não é a derrota do povo, da Revolução.

Se estamos derrotados, a revolução não está. Mas não faço esta afirmação gratuitamente. Simplesmente a recito (quantas derrotas os movimentos revolucionários do mundo não produziram esta frase, antes de nós?)²⁶

Os grupos de luta armada, na sua avaliação “encontram-se hoje completamente derrotados. Podem não estão exterminados. Mas o

²⁵ E haverá Perspectiva? 9/6/1971. Herbert Eustáquio de Carvalho.

²⁶ Idem.

extermínio é questão de tempo. Daqui, só para mais baixo (e é possível sofrer derrotas mais profundas)”. Ele não era o único a pensar assim, embora poucos conseguissem expressar esse sentimento, facilmente visto como desbundado ou até mesmo passível de punição, contrarrevolucionário, fraqueza ideológica, “sabe-se lá mais o que” foi a expressão que o próprio Herbert usou. E ele segue tentando explicar “Por que estamos derrotados?”, trazendo de volta a discussão política entre massismo e militarismo: “Estamos porque não temos o menor significado político”. Poderiam “até insistir no erro”, “Não sei quanto tempo ficaremos vivos, mas a única coisa certa é o fim mais cedo ou mais tarde. Esta é a perspectiva do desespero”. E completa, “desespero não faz revolução”. Não era apenas uma questão de teoria ou de leitura da realidade objetiva, pois

[...] se afirma que a Revolução é inviável no Brasil, que aqui não temos o elemento espontâneo da massa e por isto o fracasso veio. Mas, se a revolução é inviável, o capitalismo é viável. E teoricamente se prova o contrário, todo marxista sabe disto. Então, como se pode “culpar” a realidade objetiva quando, em princípio, buscávamos transformar essa mesma realidade objetiva?²⁷

Não era um problema das condições brasileiras, e sim, o que ele caracteriza como aventureirismo, que ele tenta qualificar:

Não vejo como explicação da derrota nem as condições concretas do Brasil, nem a ausência de uma teoria, nem erros pessoais. Mas tudo isto unido num todo que caracteriza nosso aventureirismo. Mas, claro uma causa é principal? E qual foi ela? Exatamente a formação histórica da esquerda num dado momento que ela não chegou a compreender. Portanto, o anacronismo aos grupos revolucionários em relação à própria Revolução.²⁸

Em nenhum momento ele propõe o abandono da perspectiva revolucionária. Lembre-se que Carvalho passou por todo tipo de atividade possível na organização, inclusive ao treinamento de guerrilha no Vale da Ribeira, a ações armadas e aos sequestros, abdicando de inúmeras questões pessoais. Os pontos que quer ressaltar vão muito além de

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

entender a VPR, ele busca entender a posição da esquerda brasileira como um todo:

1º) A esquerda se forma com uma perspectiva armada (a única correta) num momento de refluxo da Revolução. E foi exatamente este refluxo que permitiu a Esquerda romper com a cangalha pseudoproletária de uma teoria e uma prática revisionistas.

2º) A origem do reformismo arraigado na esquerda brasileira não é só “exterior”, isto é, não se trata de importação de uma teoria vinda do seio internacional do stalinismo. Isto também. Mas a causa fundamental do revisionismo que aqui grassou tem sua origem na própria formação social do Brasil. A partir dos dados de uma teoria clássica e curiosamente anacrônica, a Revolução no Brasil era vista de forma idealista obedecendo a leis “teóricas” abstratas e não às suas próprias leis. (Idem)

Herbert traz uma discussão que já aparecera no texto de Lamarca, sobre a necessidade de propor interpretações reais, sobre a história recente e o momento da luta de classes:

3º) Com o golpe de 64 as condições antigas de atuação foram rompidas e foi necessário abrir-se novos caminhos. A revolução começou a ser vista com maior realismo foi batido inicialmente com uma coisa profundamente absurda. Mas o salto teria que ser muito e faltou fôlego. A esquerda revolucionária se propunha quase que totalmente da parcela mais jovem e inexperiente da esquerda. Sua composição basicamente de jovens estudantes e militares levou-a a uma ousadia revificante ao mesmo tempo que as quixotadas grotescas.

[...] Uma constante era uma espécie de nostalgia dos tempos idos no pré-64. Havia como que uma espera inconsciente da volta das grandes manifestações de massa, da volta do elemento espontâneo que pós-64 foram se extinguindo até a fase atual de absoluta passividade.

4º) O golpe de 64 foi entendido como uma derrota do reformismo. E tão só. Nunca foi encarado como um movimento burguês que derrotou o povo. [...] Se teve razões da luta armada nunca concedeu. E foi aí que começou a derrota: em 64.

5º) Os grupos armados seguiram um caminho enquanto o povo seguiu outro. Desta forma, com o descenso da Revolução e com o avanço dos grupos de esquerda se criou uma disparidade que a

ditadura resolveu “manu militari”. Neste quadro nos inscrevemos hoje os que restavam da VPR. VPR já não existe mais. Trata-se de resolver qual o caminho para se criar outra.

6º) tentar remontar a VPR a partir de suas forças exauridas é trabalho inútil como esvaziar o mar com um dedal. Não temos nenhum poder mágico de pronunciar “fiat luz” e a luz se fazer. Temos que reconhecer agora que a VPR acabou e o que sobrou de outras Os. são espectros dos quais já traçamos o caminho, isto é, serão externizados mais dia, menos dia.

7º) É favor não entender tais colocações como desistência de encaminhar a Revolução. Trata-se aqui de buscar construir de novo e de forma correta uma organização capaz de encaminhar a Revolução. Teríamos perspectivas de continuar atuando no país buscando criar condições? Não, não temos a não ser que queiramos mentir sobre o que somos. Vamos abandonar as ilusões! (Idem)

Ou seja, organizações pra um lado, povo para outro. A dificuldade em perceber que a Ditadura avançava também no ganho econômico aparente, na propaganda do alegado “Milagre econômico”, isso contribui para essa dissociação. Por fim, responde à pergunta, “Quais seriam então nossos rumos?”, posição que apresentará ao Comando, e que seria aceita

1º) Desmobilização total – no único intuito de conservar o que sobrou da derrota, em termos de material humano, para aproveitá-lo numa nova fase.

2º) Preparar lentamente e minuciosamente uma nova luta, que se lembre dos erros desta mas não os cometa de novo.

3º) A cada militante será dado opções para seguir o rumo coletivo (desmobilização) ou entrar em outras organizações ou propor formas de suas condições pessoais capazes de servirem à preparação lenta da nova fase.

9º) Em termos práticos isto não significará uma debandada (cada um por si e Deus por todos), mas o seguinte:

Discussão do comandante com cada um para elaboração do melhor e mais seguro rumo de cada um;

Definição da existência única de um comendo no exterior e inexistência da O. formalmente no Brasil.

Subordinação completa ao comando definido que deverá em termos gerais:

- promover um Congresso
- orientar a O. para seu retorno futuro.

d) os militantes que permanecerem no Brasil terão que estar submetidos ao comando da O. (a menos é claro, que optem por outra O.) e receberão da O. as condições materiais da existência, senão vetados as remontagens aventureiristas de órgãos capazes de se expor aos avanços da ditadura.

e) será comunicado oficialmente as outras Os. O final da O. e as perspectivas futuras de uma atuação em outra escala. (Idem)

Antes do fim, explicita mais uma vez que sabe que sua posição será “mal entendida”, que ela é desconfortável e mesmo constrangedora. A certeza de que seria julgado moral e ideologicamente não abandonava os militantes:

10º) Entendo perfeitamente as resistências que se oferecerão a esta posição. Mas não as justifico. Enquanto revolucionário sinto-me na posição constrangedora de achar antipática minha própria posição política. Mas não posso deixar que considerações morais possam se antepor no caminho da Revolução.

Fracassamos e devemos pagar com a humilhação de uma desmobilização total. Resta-nos esperanças. Um dia talvez nos lembremos desta época num momento onde seja possível sorrir, mãos dadas ao povo. (Idem)

Mantém-se um ar de idealismo, um “povo” externo, ao qual se poderá abraçar e trazer junto, mostrando o caminho? É importante perceber que uma possibilidade que estava colocada era realmente um “salve-se quem puder”, uma debandada. Mas a realidade mostraria que havia mais identidade com a VPR, apesar da dissolução formal, que se manteria como objetivo nos militantes, aprofundando ainda mais suas derrotas.

Os documentos da repressão que acompanham esse material trazem uma impressionante quantidade de dados, ao longo do tempo, com nomes e codinomes, muito bem explicados das relações, dos Congressos, do que mudou, etc. eles sequer escondiam esses dados dos militantes que quando eram presos, sabiam que cada vez mais que estavam cercados.

Quem estava passando essas informações? Sabemos que nesse momento o Cabo Anselmo estava atuante buscando inserir-se em várias organizações. Como lembrou Zenaide, ele “Só conseguiu o trabalho que fez em toda a extensão porque não se sabia; não tínhamos ainda indicativos

que apontassem para ele. Depois foi favorecido pela circunstância da Organização, pelo processo de extinção”²⁹. Assim, informações circulavam e chegavam à repressão. Por mais que o comando buscasse reafirmar a necessidade de realização de um congresso no Chile, ambígua e perigosa ideia de seguir no Brasil permanecia com alguns militantes.

Estava em ação a fase de deliberada intenção de destruir o que restava da VPR no Brasil, mesmo que para isso fosse preciso alimentar sua sobrevivência e atrair quem estava fora para a morte no Brasil. O Cabo seguiria colaborando e dando sustentação ao delegado Fleury para tramocar o fim da VPR. Mas antes disso, retomemos a fala de Lamarca.

Um epílogo para Lamarca

Mataram o Lamarca lá na Bahia!

Foi uma crise tremenda. Na hora, chorei muito. Acho que todo mundo que estava ali chorou comigo. Foi assim também com a morte do Marighella, do Che Guevara. Todos aqueles que caíam a gente chorava sim, porque via neles mais do que um companheiro de luta, via um irmão.³⁰

Quando chegou no MR8 Lamarca, junto com Lara, produziu um documento “à esquerda revolucionária”. Após expressar seu ressentimento, explicitou:

Enquanto a posição da vinculação política com a massa tenta desenvolver a propaganda armada (agitação) isolada, como um foco debrayista urbano, o isolamento se aprofunda ainda mais no desconhecimento dos interesses e expectativas da massa. A isto, soma-se uma errônea análise de classes, em que os marginalizados do processo produtivo são tidos como a camada principal da massa. Essa posição desconhece que o marginalizado marcha à retaguarda da classe operária, reivindica assistência, é facilmente neutralizável pelo materialismo populista e, quando assume posição revolucionária, tende para a destruição, inadequado para um processo de luta prolongada, em que temos de construir, para construir o poder alternativo, fazendo a Revolução cultural.³¹

²⁹ Entrevista de Zenaide Machado a Carla Luciana Silva, 2/8/2020.

³⁰ Pedro Lobo lembrando a morte de Lamarca, quando estava em Cuba esperando ser chamado de volta pela VPR. LAQUE, 2010. p. 437.

³¹ À Esquerda revolucionária.

Evidente que essa crítica não encontraria no interior do setor baiano espaço para superar esses problemas. O fato é que Lamarca nunca aceitou sair do país para reconstruir a luta, muitos líderes da VPR em mais de um momento colocaram esse problema e essa possibilidade, à qual ele recusava sistematicamente, da mesma forma que Lara Lavelberg.

Inclusive, recusou os chamados de Fidel Castro para que ele fosse para Cuba, para somar forças e reorganizar a luta desde lá, ou em algum lugar na Europa. Luís Mir aponta que “a justificativa de Lamarca era que seu comandante era Onofre Pinto”³² E portanto não poderia falar em nome da organização, mas isso não valia para muitas outras situações. Darcy Rodrigues, considerado grande amigo de Lamarca, que o acompanhou em muitas de suas ações, narra:

Até hoje não consegui chegar a uma conclusão porque o Lamarca preferiu ficar. No dia 26 de julho eu encontrei o Fidel [Castro] – ele cruzou na minha frente na praça da Revolução -, e alguém gritou: “comandante Darcy Rodrigues” Ele virou e falou: ‘Lugar-teniente de Lamarca, hay que traerlo, sino si muere’. Eu comecei a fazer contato com os cubanos, tentando montar um esquema para tirar o Lamarca do Brasil. Mas ele nunca concordou.³³

Embora houvesse estreito contato com Cuba, Lamarca acreditava que o treinamento e preparação tinha que ser feito aqui no Brasil, como mostrou a experiência no Vale da Ribeira. Em documento do CIEEX, de 29/2/1972 cujo tema central era a relação de Fidel Castro com os militantes que se encontravam no Chile, o tema Lamarca reaparece:

FIDEL CASTRO manteve encontro com elementos brasileiros da subversão no Chile, *com a presença de UBIRATAN DE SOUZA, dirigente da VPR, ANTONIO BENEDITO CARVALHO PEREIRA (o Dr PEREIRA), advogado, GILBERTO FARIA LIMA, ex-sargento NÓBREGA, MARIA DO CARMO BRITO e JOAQUIM CERVEIRA.*

FIDEL CASTRO teria dialogado com cada um dos presentes, falando da luta armada no Brasil. Teria indagado das causas da expulsão de LAMARCA da VPR e reafirmado ser partidário da luta no campo (Interior). JOAQUIM CERVEIRA e MARIA DO CARMO BRITO teriam

³² MIR, P. 405.

³³ RODRIGUES in SOLNIK, P. 249.

dito que, no Brasil, não havia condições, ainda, para a luta armada no campo e que eles optavam pela guerrilha litorânea.

Perguntando sobre o porquê de não haver ações relacionadas a grandes propriedades econômicas por parte dos militantes, Cerveira teria dito que “para tal empresa, seria necessário um trabalho de preparação no seio do povo para que a sabotagem fosse compreendida”, ou seja, colocando mais uma vez o problema da relação com as massas para efetivo sucesso. E por fim,

FIDEL CASTRO teria indagado o porquê de CARLOS LAMARCA não ter desejado ir a Cuba quando fora chamado com insistência. UBIRATAN DE SOUZA teria dito que sua companheira, IARA IAVELBERG, teria sido a responsável, opondo-se à viagem do mesmo a Cuba.³⁴

Ou seja, mesmo dentro da organização, mesmo diante de alguém tão relevante para a revolução, o motivo seria apresentado como uma questão meramente pessoal. Chama atenção no relatório, o uso do tempo condicional: “teria indagado”, “teria perguntado”. Dá-nos clara noção de que foi feito por um agente que recebeu de outro agente o relato, e nos perguntamos: de quem? Poderia ser de alguém que estava lá presente?

Ainda no início de 1970, o sistema alertava para a vinda de Onofre Pinto, “integrante do grupo de 15 subversivos expulso em decorrência do rapto do Embaixador dos EUA”, dizendo que

Este serviço tomou conhecimento do seguinte informe:

- O Ex-Sargento brasileiro ONOFRE PINTO, teria a intenção de retornar ao BRASIL, viajando de CUBA, onde atualmente se encontra, para Praga e daí para Montevidéo, onde se deslocaria para o território brasileiro, em princípios de Fev/70.
- O marginado teria sido chamado de volta ao BRASIL pela organização terrorista que integrava. Na ROU, o marginado teria cobertura a ser propiciada pelo deputado comunista uruguaio ARIEL COLAZZO.³⁵

A questão é que Lamarca esperava firmemente por essa atitude. A volta de Onofre e dos demais, para enfim dar reforços à luta. Mas as coisas não ocorreriam dessa forma. Seja porque os militantes viam o que estava se

³⁴ Fidel Castro. Atividades no Chile. Banidos Brasileiros. Informe 027. CIE/CISA, 29/2/1972. Ou seja, Lamarca já estava morto há alguns meses quando esse relato foi recebido.

³⁵ Atividades subversivas no Brasil. ORIGEM: CIE/II EX - B-2. INFORME Nº44/90-4. 18/2/1970

passando no Brasil, seja porque a opção de se reagrupar no exterior parecia mais acertada. E isso abriu o flanco para a infiltração e traição na VPR.

Como vemos, Fidel Castro mais de uma vez se manifestou solicitando a presença de Lamarca em Cuba. Em Havana houve reunião de militantes advindos da Argélia (do sequestro do embaixador alemão). O CISA registrou que “entre os dias 10 e 20 de julho de 1970 registrou-se a presença em Havana de Jefferson Cardin Osorio, procedente da Argélia, onde entrou em contato com Joaquim Pires Cerveira³⁶. Lá ele contactou também Wladimir Palmeira e esposa; José Dirceu de Oliveira; Victor Papandreu; Cabo Anselmo; Aloisio Palhano; Adelzito Bezerra; James Allen Luz e Tania Rodrigues Fernandes.

O militante Vitor Papandreu seria o responsável, a partir de Montevidéu, por enviar mensagem a Cerveira e Apolonio de Carvalho

[...] para fazer Carlos Lamarca ciente de que aqueles dois elementos necessitavam falar a Lamarca; Onofre Pinto seria o elemento ‘credenciado’ para conversar com Lamarca sobre o interesse de Cerveira e Apolônio em entrevistar-se com o mesmo no Chile ou na Bolívia; cogitaria também que Lamarca viajasse a Cuba.³⁷

O mesmo documento informa que Onofre estava no Chile, “para onde viajara em companhia de Papandreu, procedente de Paris”, ele aguardaria a chegada de Cerveira e Apolonio de Carvalho. Junto com Cerveira deveria chegar o ex-sargento Nóbrega. Ou seja, temos um processo de aproximação desses militantes advindos de vários pontos, o que se consolidaria nos próximos meses.

Não temos notícia de que Onofre tenha voltado para o Brasil enquanto Lamarca estivesse na VPR. Ele passaria uma temporada vivendo em Viña del Mar, “alojado em um aparelho de Claudio Vidal” e “já estaria indicado para integrar a equipe de subversivos que pretende fazer sondagens na Bolívia”,³⁸ aprofundando contatos feitos por “Chato Peredo”. Mas Onofre tensionaria demorar-se mais algum tempo no Chile, a fim de receber os elementos brasileiros que forem libertados em troca do Embaixador suíço”. Segundo o mesmo informe, a chegada de Cerveira e José Nóbrega a Santiago se deu também no momento do desfecho do

³⁶ CISA. Presença de subversivos brasileiros em CUBA, informe 433/3/12/1970

³⁷ CIEEX 492, 28/12/70. Refugiados brasileiros no Chile e Uruguai.

³⁸ CIEEX, 496, 30/12/1970. Asilados brasileiros no Chile e Uruguai.

sequestro. Ou seja, novas forças se uniriam, mas já tarde demais para atenderem a convocação de Lamarca.

Onofre teria ainda informado que o sequestro teria sido motivado pela prisão de “um estudante que sabe tudo acerca da nova escola de guerrilha montada por Carlos Lamarca no Paraná”, e que a polícia estaria já desconfiada. Assim sendo, em Viña del Mar algum informante seguia os passos do ex-sargento, que poderia ter dado um salto de qualidade na reorganização da VPR, mas parece que tinha sérios problemas de segurança, mesmo que aparentasse o contrário.

O fato da morte de Lamarca ter ocorrido apenas meses depois de sua saída da VPR, e da dificuldade de comunicação da época, contribuiu para que seu nome permanecesse vinculado à VPR, sobretudo para os militantes que se encontravam no exterior. O CIEX informa que Ubiratan de Souza “organizou e liderou o planejamento de atentados contra funcionários da Representação diplomática do Brasil em Santiago do Chile, como represália à morte do terrorista CARLOS LAMARCA”. Ele teria procurado a Candido Aragão que o teria dissuadido da ideia, “grande besteira”.³⁹ O CIEX acredita que passado o impacto da notícia da morte “e a consequente explosão de ódio contra o Governo brasileiro, os ânimos dos asilados tenham serenado”.

Em outra fonte encontramos o texto, provável panfleto, intitulado PORQUE OS GORILAS ESPUMAM AO OUVIR FALAR DE CARLOS LAMARCA. Conclui com a frase em caixa alta, em destaque:

**“A REVOLUÇÃO DOS TRABALHADORES DERRUBARÁ A DITADURA E
ACABARÁ COM A EXPLORAÇÃO”**

³⁹ Tentativa de atentados contra funcionários da representação diplomática do Brasil em Santiago. CIEX, 19/10/1971. Informe n. 402.

Capítulo XIV

PROBLEMAS INVISÍVEIS: classe, gênero e raça

Embora Lamarca falasse na criação de uma nova moral revolucionária, seu limite era falar de um “novo homem”, a partir de uma difusa influência de Trotsky em suas leituras. Mas estava longe de refletir sobre a “nova mulher”. Mesmo sendo a VPR tão assentada no trabalho feminino, pouco se falou das dificuldades que enfrentavam mulheres e gays naquela organização. Ela não existiu sem fortes e bravas mulheres, foi comandada por dois homens gays, não foi capaz de produzir uma reflexão sobre esses temas, e jamais deu condições para que os militantes tenham tornado públicas sua orientação sexual.

Diversidade real, práticas machistas e patriarcais e preconceito de classe

A descrição corriqueira da VPR, inclusive por parte de alguns militantes, busca associá-la ao militarismo. Com isso, se reforça a ideia de hierarquia, autoritarismo, hombridade. Na fala dos homens militantes, sobretudo em suas memórias, raramente encontramos relatos sobre como as mulheres eram tratadas no movimento. Da mesma forma, a situação homossexual¹ de alguns militantes permanece um tabu, é assunto sobre o qual não se fala, embora seja questão relevante. E se formos além, poucos refletiram sobre questões que envolviam a subjetividade na luta, pois os que fizeram muitas vezes foram considerados “desbundados”, termo ofensivo, que indica que a pessoa foi fraca, teve “desvio ideológico”. Mas era incorporado pelos militantes.

Não é verdadeira, entretanto, qualquer versão que simplesmente exalte a VPR por ter “permitido mulheres no comando” como se isso fosse fruto no avanço de uma posição feminista. Entendemos, por outro lado, que a organização foi permeada por um recorte interno de preconceitos de classe. Ou seja, retoma-se aqui o debate sobre “pau pra toda obra x intelectuais”; “bang-bang x blá-blá-blá”. Em termos mais elaborados,

¹ Não tenho registro de algum caso de homossexualidade feminina na organização, por isso, tratarei apenas a masculina.

“militaristas x massistas”, o velho conflito da VPR. Esse conflito esteve eivado de um forte preconceito contra os militantes de origem de classe média ou mesmo burguesa.

Isso marcou profundamente muitas posições contra militantes, e ficou bastante claro com relação a mulheres, tanto aquelas de origem de classe média, tidas como prenhes de “visão pequeno-burguesa” quanto as de origem operária, muitas vezes usadas para dar “fachada de família” a aparelhos.

Já os homens de origem burguesa foram mais bem assimilados no trato interno da organização do que mulheres de classe média. É o caso explícito de Gustavo Schiler que, mesmo sendo de origem burguesa, era tratado com cuidados e consideração pelos companheiros, carinhosamente apelidado de “o bicho”, ou seja, ainda demarcado como um outsider, um “bicho”. Já Dilma Rousseff, no período que a VAR-Palmares conviveu com a VPR, ou mesmo Maria do Carmo Brito eram sempre vistas como cheias de vícios de classe média, impróprias para determinadas tarefas. O caso mais marcante ainda é o de Lara, sempre lembrada como “uma bela mulher”, abafando sua inteligência e sensibilidade em resolver conflitos pessoais dos militantes. Muitas vezes as mulheres dizem que “corriam atrás” para poder participar das atividades que queriam. Mas percebemos que esse não era, nem se tornou, um problema para as militantes. Muitas mulheres que militaram, até hoje, não têm essa preocupação com relação às desigualdades de gênero presentes naquele momento.

Questões existenciais?

Não me venha com essa. Todo mundo tem medo. Não existe coragem sem medo. (Liszt Vieira)

As questões “existenciais” não estão restritas a questões de gênero. Perguntar-se sobre seu lugar no mundo e a sua inserção na luta era uma constante nos militantes. Sabemos que as práticas de sociabilidade comunistas são essenciais na experiência comunista. O estudo sobre militantes comunistas da historiadora Claudia Monteiro mostra que

[...] lembranças em comum, heróis consagrados, livros não lidos, jargões repetidos, comemorações, bandeiras, festas.... estes são

elementos muito mais evidentes no universo dos militantes comunistas do que interpretações aprofundadas.²

Existe de certa forma uma expectativa de comportamento e afinidades. O que se coloca aqui é, no caso de uma militância clandestina, no que se apegam as pessoas, longe de todos? No caso da VPR vemos uma expressão importante do aprofundamento dos estudos, como já apontamos em Lamarca. Aqui, Vieira fala de seu amigo, Ulisses:

Nunca comentou que sentia saudades de sua família ou que a mulher da sua vida estava em algum lugar do mundo que ele não sabia onde e não parava de pensar nela. Preferia concentrar-se no marxismo, ler Althusser, então na moda, e às vezes divulgar teorias para participantes. Mas jamais confessar o que realmente pensa [...]³.

O que então o movia? Ainda segundo o relato:

Prevalecia aquela chama, a chama ideológica que não o deixava entristecer, mas o enchia de entusiasmo. Sentia-se fazendo história, sobretudo quando fazia ação, e mesmo no dia-a-dia, no trabalho de reunião ou nas atividades estratégicas, sentia-se verdadeiramente um revolucionário ele sabia que a única maneira de resistência era a luta armada. Evitam até usar a palavra 'resistência', pois tinham consciência de que não era uma mera resistência. Desencadeava-se um processo revolucionário, não apenas para resistir, mas para transformar.⁴

Podemos aventar, entretanto, que a entrada na luta se dava com uma afinidade de luta, mas com um aventureiro desprendimento teórico, como relatou Paiva sobre seu engajamento:

Desfazendo-se de estéreis teorias, formularíamos a síntese revolucionária: cabia à vanguarda – nós, é claro – tomar imediatamente a iniciativa da ação armada, acendendo o estopim que iria provocar a explosão das massas.⁵

² MONTEIRO, Claudia. *Política entre razão e sentimentos*. A militância dos comunistas no Paraná. Curitiba, SAMP, 2017, op cit. p. 66.

³ LISZT, op cit. p. 46.

⁴ Idem, op cit. p. 52

⁵ Paiva, 1986, op cit. p. 13.

Mas a relação com a teoria se encontraria em muitos espaços, e é sabido que as próprias prisões acabariam se tornando espaço de aprendizado e estudos também. O próprio Paiva revela que isso estava presente:

Seu Luiz, o mais velho dos presos – devia ter uns 60 anos de bondade – e também o mais atencioso, solidário e otimista, passava todo o tempo lendo, repartindo sua simpatia com os companheiros que se sentavam ao seu lado e esforçando-se por infundir-lhes a inabalável convicção de que o Brasil em cinco anos seria socialista – no máximo!⁶

Há muitos fatores a ponderar, a idade é ressaltada como uma certeza de que a paixão revolucionária não é apenas coisas daqueles jovens que “descartavam teorias”. A projeção política era uma desgraça, mas o ânimo interno era melhorado com uma fala dessas.

Sexualidade na vida clandestina

As questões de gênero aparecem também quando falamos de militantes homossexuais da VPR, que entretanto tiveram que ocultar publicamente essa condição. Era assunto vedado, mesmo tendo sido tema de conflitos. Durante seu treinamento em Cuba, Anselmo passou por um julgamento moral por ter realizado uma tentativa de aproximação sexual com um outro militante, “ele andou agarrando o Evaldo”. Ou seja, não parece ter se tratado de uma tentativa de assédio, e sim uma manifestação de um desejo sexual. Ele foi obrigado a realizar uma autocrítica sobre isso. Na entrevista de Angelo Pezzuti ao Pasquim, que julgo ser a primeira a divulgar essa questão no Brasil, o tema é tratado. A entrevista foi realizada ainda em 1974, em Paris, por Herbert Daniel, de quem logo falaremos. Segundo Angelo, Anselmo

Fez autocrítica de ter cometido aquele ‘lapso’. Agora você imagine o que significa para esse cara dizer isso, poxa, diante do grupo todo. Enfim, você sabe, não houve quem dissesse: ‘escuta, cara, você não é melhor nem pior do que eu porque você gosta de homem e eu gosto de mulher’. Não era exatamente esse tipo de ambiente que prevalecia por lá. Os caras olharam aquilo como se fosse um espanto,

⁶ Idem, op cit. p. 59.

como se fosse o cúmulo da tara. Ele teve que fazer autocrítica, humilhar-se. Ele fez. Prometeu nunca mais fazer uma coisa dessas.⁷

Nessa mesma entrevista Angelo indica que havia uma relação de muita proximidade entre Onofre e Anselmo e que o primeiro tinha acesso a forte indícios de comportamento “estranho”, como perder dinheiro da organização, e mesmo assim perdoar Anselmo. Ele indica que quando estava em Recife Anselmo ligou várias vezes para Onofre no Chile, isso é muito arriscado do ponto de vista da segurança. É possível inferir que havia um relacionamento entre eles. Ainda na mesma entrevista:

[Onofre] era muito semelhante, mas com menos recursos.
Anselmo era mais bonito. Fisicamente, tinha uma cara diferente, uns olhos expressivos, um sorriso muito sedutor. O Onofre é horroroso. Como homossexual...
Daniel: Onofre era homossexual?
Tipicamente. É que o homossexual é um cara que erotiza o próprio corpo. Ele não pode ser tão feio como o Onofre.
Não estou ‘xingando’ ele não, entende? [...]
Daniel: O Onofre tinha consciência de sua feiura? Falava?
Tinha. Tanto assim que as identificações amorosas dele eram com louros altos de olhos azuis.⁸

Esse assunto merece comentário por dois motivos. Primeiro, para mostrar que havia preconceitos entre os militantes, que a orientação sexual era velada, não era abertamente colocada. E segundo porque uma possível relação se não amorosa, mas de cumplicidade entre Onofre e Anselmo existia, como parece, isso se torna um sério problema quando Onofre banca Anselmo em uma situação de alta traição à VPR, que levaria a morte de vários companheiros, tema que abordaremos no próximo capítulo.

Entre os militantes com quem conversamos nessa pesquisa, o caso de Onofre Pinto é comentado “fora do microfone”. Contam pequenas histórias, sempre tentativas de Onofre estabelecer alguma relação com

⁷ Angelo Pezzutti, entrevistado por Herbert Daniel, 14/10/1974. Pasquim, p. 11

⁸ Idem. Há um desvio linguístico aí: Daniel pode ter editado a entrevista ao perguntar “Onofre era”, pois a entrevista veio a público em 1984. Certamente Angelo se refere a Onofre como “é” porque acreditava que ele estivesse ainda vivo. O relato oficial o dá como assassinado em julho de 1974.

algum companheiro. Mas talvez o silêncio também se relacione ao vínculo de Onofre com o cabo Anselmo, que teria trágicas consequências.

O relato de Herbert Daniel é bastante chocante, triste, quando ele fala da necessidade de ocultar sua sexualidade para se manter na luta. Ele usava os tempos de militância para estudar e ficar longe de qualquer expressão que “desse bandeira”. Relatam os amigos que ele chegava a exagerar, contando piadas pejorativa sobre gays, o que podia ser uma forma de “desviar qualquer insinuação sobre sua própria homossexualidade, ao contar piadas sobre gays parecia afirmar uma heterossexualidade”⁹. Ele dizia sobre si que vivia em “celibato”, ocultando a todo custo o que sentia, inclusive quando esteve apaixonado por alguns de seus companheiros. Valente, um homem que abandonou o curso de medicina quase formado para militar, foi para o treino de guerrilha no Vale da Ribeira, participou de sequestros, foi do comando nacional. Mas, reprimia seus desejos, “decerto era difícil para outros membros do grupo lidar com as próprias necessidades sexuais”, inclusive para os casais heterossexuais não era tarefa simples. Embora compreendesse que o problema atingisse aos demais, seu relato pessoal é comovente:

Entendia que seu celibato era parte constituinte do seu comprometimento revolucionário. ‘Sentia como todos deviam sentir, que a ausência do sexo era uma necessidade da luta, assim como os desconfortos que sofríamos, a falta de comida, por exemplo, para mim a repressão existia nas cidades, porque a ausência de relações sexuais não era nenhuma condição da luta. Era um silêncio. Um exílio [...] eu não era exatamente um militante homossexual, era um homossexual exilado.’¹⁰

Quando finalmente ele saiu da VPR, exilou-se em Paris, engajou-se na luta na França e seria um dos fundadores do movimento pela liberdade gay no Brasil. Contribuiu com o jornal *Lampião da Esquina* e posteriormente com a luta contra o preconceito com relação à AIDS. Quando participou do jornal Pasquim, Daniel falou sobre isso de forma mais descontraída:

Anselmo não é bicha. Eu sou. Optei por enfrentar todas as formas de preconceito. Inclusive o meu, que me fazia temer ser chamado de bicha. Durante os anos de clandestinidade vivi uma castidade

⁹ GREEN, op cit. p. 142.

¹⁰ Idem, citando o próprio Herbert.

masturbatória para não ‘comprometer a luta’. Não pensem que eu recusava o sexo! Que nada. Eu evitava confrontá-lo publicamente.¹¹

Ademais cabe ressaltar que essa longa matéria no Pasquim era alvissareira, pois vinha em plena campanha das Diretas Já, e esses temas passavam a vir a público e ser debatidos. Um detalhe importante é que o tema da sexualidade quase não aparece nas reflexões das mulheres.

A luta como lugar de macho

Alfredo Syrkis, que compartilhou muitos momentos da luta com Herbert tem uma experiência bastante distinta, embora também de classe média. Fala de sua sexualidade na sua lembrança de quando iniciava a atuação no movimento estudantil:

O pior que pode acontecer é eu levar umas porradas – a ideia despertou-me misturadas sensações de medo e gozo antecipado da admiração dos amigos. Afinal, levar porrada da PM é diferente de apanhar numa festa ou numa briga de rua. A fama de macho fica intacta.¹²

Da mesma época, Syrkis relata parte de sua própria intimidade, o “macho comedor”:

Era uma época de despertares e de busca de outras pessoas. Os problemas eram parecidos: ruptura com a família, primeiros namoros com sexo, a aventura cintilante da militância revolucionária. Até pouco, a minha vida sexual se limitara a santa punheta e a esporádicas aventuras com as empregadinhas domésticas do edifício. Uma delas, negrinha ágil de seios grandes, foi quem me desvirginara.¹³

Ao ler isso hoje pode soar muito absurdo no meio da esquerda que pode imaginar que seja coisa do passado falar de uma mulher assim, e trata-la como “negrinha ágil”. Infelizmente, racismo e machismo estruturais seguem, por mais que a esquerda tenha passado a levar o tema mais a sério

¹¹ Herbert Daniel. In: Pasquim. Anselmo de cabo a rabo. 25/4/1984.

¹² SYRKIS, op cit. p. 17.

¹³ SYRKIS, op cit. p. 103.

nos últimos anos. Syrkis arremedava dizendo que logo perceberia que “fazer programas com empregadinhas era contrarrevolucionário”, a visão machista prevalece ainda na sua lembrança onde “namorada a gente tem que respeitar, não pode comer assim, sem mais nem menos, como se fosse puta ou breguete”.

Somente depois viria alguma problematização crítica, sempre filtrada pela questão: o tópico em análise era ou não pequeno-burguês? Monogamia, fidelidade, etc. tudo entraria nesse critério. Não esqueçamos que estamos falando de militantes na faixa de vinte anos.

Darcy Rodrigues foi um dos fundadores da VPR. Sua biografia recebeu o subtítulo “lugar tenente de Lamarca”, título que ostenta com orgulho. Quando foi um dos libertados no sequestro do alemão, mudou-se com sua família para Cuba e lá ajudou a cuidar da família de Lamarca, a pedido seu.

Ele é um dos militantes presentes no Vale da Ribeira que criticava a presença de Iara, parece acreditar que desviava o capitão da luta. Quando discutiam a ida ao Vale o “imbróglcio surgiu”:

Iara manifestou interesse em incorporar-se aos treinamentos. De imediato, os militares, e em especial Darcy, opuseram-se: frágil, desajeitada, sem o hábito de caminhar, com asma, encontraria dificuldades no mato cheio de mosquitos e, além do mais, eles reprovavam a ida de casais, já que a situação especial do comandante frustraria os demais militantes. Convinha, pois, excluir as mulheres.¹⁴

Lamarca banca, afinal, Iara era psicóloga, e podia ajudar o grupo, segundo Darcy. Ele também está envolvido em uma denúncia de estupro realizada por uma companheira. Em sua defesa, deslegitima uma das testemunhas, Celso Lungaretti, e traz o depoimento de uma outra militante que disse, criticando a mulher que fez a denúncia já que “ela jamais se deixaria estuprar por um homem. As mulheres da luta armada não eram princesinhas indefesas e nossos companheiros não eram tarados ou maníacos sexuais”. E o autor da biografia remenda: “No caso das bravas mulheres militantes que atuaram na luta armada, todas andavam armadas e não era difícil uma defesa firme contra uma forçada relação sexual”. Evidentemente que esse discurso não é aceitável, um estupro não ocorre necessariamente apontando uma arma na cabeça de alguém e mesmo uma

¹⁴ Darcy in: Pedrosa Jr, op cit. p. 125.

mulher armada pode estar indefesa diante de um homem armado. A defesa de Darcy reproduz estigmas absolutamente machistas ao dizer que “não eram princesinhas”, como se apenas uma “princesinha” fosse se “deixar estuprar”.¹⁵

Iara Lavelberg e outras companheiras

Jamais abandonaria o barco, banana a quem não me leva a sério, o lance é atirar-se e depois ver, forças naturais conduzem à tona.¹⁶
Essa gente toda deveria aderir à luta armada em lugar de conviver com filhos da puta.¹⁷

Uma das mulheres mais importantes da história da VPR foi uma mulher judia, de classe média alta, que amava vestir-se bem, estar bem informada culturalmente e estar perfeitamente em dia com a cultura e com a moda e com sua condição “feminina”. Iara Lavelberg teve que abrir mão de muitas de suas necessidades para manter-se na luta e é um dos casos de militante que teve todas as condições materiais para deixar o país, se exilar onde quer que ela quisesse, pois tinha amigos e família que propiciariam isso, e que em mais de uma oportunidade ofereceram auxílio diretamente a ela. Situação muito semelhante foi a de Heleny Guariba, amiga de Iara, teatróloga.¹⁸ Em ambos os casos foram opções conscientes que levaram à permanência no país, o que não quer dizer que procurassem aquele fim.

Iara iria “morrer pela revolução”, com uma fidelidade fatal ao homem que finalmente a aceitou como revolucionária e permitiu que ela se sentisse parte efetiva do processo. Ela foi uma mulher “à frente de seu tempo”, foi professora de marxismo dos militantes, se apaixonou e foi correspondida por um homem casado, Lamarca. É criticada em muitos relatos de forma indireta. Uns alegam que Lamarca não saiu do Brasil para se refugiar em Cuba por causa dela, que ela teria proibido ou impedido sua ida; outros alegam que ela deixava Lamarca “muito teórico”, menosprezando toda reflexão que ambos realizaram sobre as formas de luta, no calor da luta.

¹⁵ Idem, op cit. pgs. 191 e 195.

¹⁶ Iara, traduzida por PATARRA, op cit. p. 269.

¹⁷ Idem, op cit. p. 290

¹⁸ <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/arte-cultura/heleny-telles-ferreira-guariba-uma-historia-interrompida.htm>

A maioria absoluta das referências a ela ressaltam que ela era “uma mulher muito bonita”, reforçando vários estigmas: não seria sua inteligência que teria atraído Lamarca? A beleza recebe mais importância que sua inteligência e capacidade articuladora. A presença de Iara sempre foi vista pelos militantes da VPR como um “privilégio” de Lamarca de “ter mulher” na organização, e não por ela ser uma companheira de ideias e ação.

São fontes de inspiração e conhecimento os livros e depoimentos que trazem um pouco das histórias das mulheres da VPR. Destacam-se: *Iara*, de Judith Patarra; *Companheira Carmela*, de Mauricio Paiva; e *Uma tempestade como sua memória*, biografia de Maria do Carmo Brito, de Martha Vianna. Além disso são inúmeros depoimentos publicados na internet, a maior parte deles provenientes de movimentos da Memória, Verdade e Justiça. Chama atenção que nenhum desses livros é autobiográfico.

Maria do Carmo relembra cenas de Iara sendo menosprezada na prática do Ribeira:

Eu, quadrada e chata, calava-me (...) Assumir-se feminina em meio à nossa rigidez demandava grande coragem. Eu sentia amizade, respeito e carinho por ela.

- Além do desajeito, mulher menstruada não entra na água – agrediam os sargentos. – a coluna atravessa um rio, ela fica.

- Devagar, companheiro. A medicina já provou que menstruo não sobe à cabeça. Até lavamos o cabelo”

- Mulher, vá lá. Mas mulher de alguém, é transtorno.¹⁹

Era, nas palavras de Carmo, um enorme “falatório”. Os homens podiam aceitar as mulheres, desde que elas não fossem “de ninguém”. Completa Maria, que era do Comando Nacional: “também não gostavam de mim, mas havia certo receio. Iara parecia-lhes frágil. Completamente enganados”. Segue relatando um diálogo com Iara:

Trata-se de homens que “afirmavam a masculinidade, compulsivos, porque não se aceitavam. Adotam preconceitos como esse antilara. Ou fazem exibição de virilidade, alertou-a sobre o homossexualismo

¹⁹ In Patarra, op cit. p. 357.

[sic] enrustido nos heróis, referiu-se à ligação de Onofre e Anselmo, defendeu escolhas sexuais diferentes.²⁰

Outra amiga de lara, companheira da época da VAR-Palmares, Dilma Rousseff ressalta a questão do “abandono da subjetividade na luta”, mas ressaltando que lara se colocava contra isso. Dilma relembra que:

[...] tínhamos pouca experiência de vida, acabamos de sair da puberdade. E havia um dito, que problemas pessoais vem depois. Primeiro os políticos. Então, o cúmulo do voluntarismo que éramos nós – voluntarista, em política, são as pessoas que acreditam que basta ter vontade, a avaliação da situação objetiva se amolda ao que se deseja. Então éramos todos voluntaristas que eliminamos o aspecto pessoal da vida, a política respondia por tudo. Tinha que dar conta até das subjetividades. E uma pessoa que não segurasse isso, a predileção por uma pessoa, amizade... você se sentia meio marciano. E lara tinha esse comportamento marciano. Acho que foi a primeira feminista que conheci.²¹

Ou seja, o feminismo teorizado não estava presente na prática das mulheres daquela luta. O livro organizado por Judith Patarra é uma obra de enorme fôlego, e que dá vida a muitos acontecimentos a partir de narrativas de pessoas que viveram com lara. Contam sobre essa relação, mas falam também sobre si, sobre como viam a militância²².

Uma das muitas amigas que tentaram convencer lara a deixar o Brasil e se proteger no exterior, Rachel Rosenberg conta a resposta de lara: “eu não me vejo na França, Chile, México. Meu lugar é ao lado dele. Qualquer que seja o destino, a vida só faz sentido assim. Eu sei que o provável é morrer. Deixaremos o exemplo”.²³

É possível que a lembrança não seja absolutamente fidedigna à fala, mas é inegável que lara se comportou em coerência com essa ideia. Sintetiza Rachel:

Tenho a impressão de que três fatores se somavam na decisão de lara. Primeiro, um forte pacto com Lamarca, o amor e o

²⁰ Idem, op cit. p. 358.

²¹ Depoimento de Dilma Rousseff a Judith Patarra.

²² As entrevistas realizadas para o livro estão disponíveis para consulta no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth, na Unicamp.

²³ Rosenberg, in PATARRA, op cit. p. 355.

companheirismo acirrados pelas circunstâncias. Aquela coisa de que na guerra as pessoas se ligam mais. Nesse sentido era uma união extraordinariamente bem sucedida. Depois, creio que em termos de autoestima e identidade lara se fez, para si, inseparável da resistência brasileira. Tratava-se de abominar a traição, e ignoro até que ponto por amor à causa ou autoimagem, de ser heroína até o fim.²⁴

lara que havia vivido de forma distinta de boa parte das mulheres de sua época, estava à frente dos costumes de seu tempo. Casou-se muito jovem, separou-se, conclui seu curso de Psicologia, envolveu-se com movimento estudantil e daí para a luta de resistência. Teve muitos namoros, todos rápidos, mas com muito envolvimento, sempre buscando encontrar o amor e algo que lhe ajudasse a dar sentido à vida. Desejou ter filhos, mas não conseguiu. Na própria VPR namorou Quartim, Dowbor, Zequinha. Fora da VPR, José Dirceu e depois Breno, da VAR-Palmares foram algumas das tentativas de unir sua vida à luta. Até que encontrou Lamarca:

Estou namorando um cara importante, a relação é fantástica, lindíssima. As tarefas nos separam por longos períodos. É tudo difícil, arriscado. Cada vez que nos despedimos, o medo. Mas é um amor de qualidade incrível, nunca tive nada igual. Orienta o que faço, completa-me. Sinto proteção no meio do perigo, um paradoxo. É alguém que toma conta de mim.²⁵

Entretanto, mesmo que tenham saído juntos da VPR e que tenham ido para o nordeste juntos, lara não foi com ele para o interior da Bahia. Antes disso foi morta em Salvador. A repressão simulou um suicídio para ela. Apenas muito tempo depois a sua família conseguiu provar que ela foi assassinada²⁶.

“O destino do revolucionário é dar a vida pela revolução”. Essa foi uma frase dita por Inês Etienne quando escreveu seu relato para o livro de Patarra sobre lara. Falava sobre lara, mas também sobre si. A vida das duas acabou sendo dedicada à luta. Há um elemento de fundo, que diz respeito à sociabilidade, de forma mais ampla. Muitas vezes a VPR, em seus grupos internos, acaba mantendo padrões familiares e de amizade anteriores,

²⁴ Idem, op cit. p. 355.

²⁵ lara in Patarra, p. 356.

²⁶ O resultado da Exumação saiu em 6/5/2005 e diz que o estado cadavérico era incompatível com suicídio.

como apontou a historiadora Debora Chagas ao tratar do caso de Maria do Carmo. Iara buscava afeto, assim como Maria do Carmo e as demais companheiras, buscava se manter perto de pessoas que lhe davam apoio afetivo.²⁷

Inês Etienne também viveu episódios traumáticos, foi uma grande mulher que buscou evitar que a agrupação seguisse confiando em Anselmo, o que poderia ter salvado a vida de muitos companheiros, e foi rotundamente ignorada por eles, que preferiram seguir a orientação de Onofre Pinto.

Houve um momento de desespero de Inês na Casa da Morte, em Petrópolis, em que ela fez uma declaração dizendo que ela não iria cometer suicídio. Percebera que era uma possibilidade interessante para a repressão e decidiu que iria ter o maior dos pesadelos, conviver com seu passado e conta-lo ao mundo. Mais tarde ela denunciou o falso moralismo da imprensa quando fizeram uma matéria sobre Iara,

Sob encomenda dos órgãos de segurança, sobre os ‘amantes’ de Iara, relacionando uma série de nomes de companheiros. Era evidente a intenção dessa contrapropaganda: desmoralizar a combatente e, por tabela, atingir Lamarca, de quem era companheira. Sob a capa de um falso moralismo – pois enquanto publicavam matérias dessa natureza, violentavam mulheres nas prisões – pretendiam mostrar que as militantes viviam na promiscuidade e assim não mereciam o respeito da população.²⁸

Ou seja, a dupla moral estava sempre presente. Chamam as militantes de putas e batem, passam a mão e estupram nos porões, como ocorreu com a própria Inês. Ela relata que Iara defendeu, inclusive em reunião de direção, que os militantes deveriam ter cuidados psicológicos, com locais adequados para descanso. Ela mesmo se impunha esse tipo de escapadas, mas certamente era considerada fugaz e “pouco militante” por muitos outros e outras.

Inês lembrou que em algumas situações a situação de classe de Iara ajudou a salvá-las, porque era um disfarce perfeito, vestia-se como burguesa e não levantava suspeitas quando precisavam ir para hotéis ou restaurantes. Outro fato muito importante ocorreu na chácara em Rio D

²⁷ CHAGAS, Debora Campani. *Inês e Lia: Resistências da Vanguarda Popular Revolucionária contra a Ditadura de Segurança Nacional (1970-2003)*. TCC em História, Unioeste, 2019.

²⁸ Idem, op cit. p. 2.

‘Ouro, lugar precário mas que foi super bem recebido por Lamarca e Iara, onde o cabo Anselmo chegou a ir e passar 3 dias com eles. Ali se estabelecia o contato direto com a direção da VPR. Ela conta que insistiu para que Iara lhe contasse quem ele era, infringindo uma regra, e ela não resistiu, ao que ela completa “essa informação, quase um ano depois, contribuiu para salvar a minha vida”, pois permitiu reconhecê-lo na sua tortura.

Inês também relata que elas faziam encontros clandestinos com suas famílias, sempre que as condições de segurança permitiam, o que aumentava o ânimo delas, mas no caso de Iara aumentava a pressão da família para que rompesse com Lamarca e salvasse sua vida. Até o final de sua relação com Iara, ressaltando o belo ser humano que ela era, e quando Inês decidiu sair da VPR, em março de 1971, também sugeriu a Iara que saísse do país, ainda que fosse sem Lamarca, ao que ela respondera que seu destino “Estava ligado ao destino dele”.

Carmela Pezzuti começou a militar na VPR com 36 anos. Mulher, adulta, divorciada prestou inúmeras tarefas para a organização. Construiria uma base de apoio no Chile com seus filhos, Angelo e Murilo, também militantes. Angelo casaria com Maria do Carmo Britto, e reforçaram laços no exílio, até que veio o golpe de Pinochet e conseguiram exílio europeu, dada sua ascendência italiana. Ela começara a atuar no Colina, onde “leu Regis Debray e Che Guevara”. Presa no Brasil, foi submetida a inúmeros interrogatórios. Mas sua posição social lhe concedeu de alguma forma um tratamento menos brutal nas prisões pelas quais passou. Ela relata, em um momento que estava prestes a ser libertada que

Sabia que, nas circunstâncias que se viviam, ali era o único lugar do país onde poderia estar em segurança. Intuíra que, ao deixar a prisão poderia trair a própria consciência e, mais do que isso, não resistiria aos impulsos dos seus sentimentos: prosseguiria a luta e correria, com absoluta certeza, grandes riscos.²⁹

Ou seja, havia algo a movê-la, e não era apenas uma necessidade de reconhecimento ou pertencimento. Era também a consciência, que não podia “ser traída”, e esse medo habitava parte das mentes dos militantes. Ciente do risco, era como um caminho para um lugar desconhecido, mas inevitável por sua própria vontade. Em outra situação, novamente presa, ela passava por tudo de novo, mantendo formas de solidariedade mesmo

²⁹ Carmela in: PAIVA, 1996, op cit. p. 57.

nos interrogatórios, avalia: “o xadrez era a ascensão das profundezas para superfície do inferno. Até o tratamento mudava. Vagabunda, vaca, filha da puta e outras chulices eram termos recorrentes no porão”³⁰. Carmela passou pela situação peculiar de estar presa no mesmo presídio, Linhares, que seus filhos que, por distintos caminhos chegaram todos à prisão como militantes. Angelo e Murilo saíam do Brasil no sequestro do alemão. Carmela, no suíço, iriam muito tempo depois se reencontrar no Chile.

Outras mulheres e certamente outrxs homossexuais estiveram na VPR, inclusive em cargos de liderança, como citamos ao longo deste livro. Assim como outros homens que problematizavam a subjetividade e a necessidade de reconstruir uma moral revolucionária. O que enfatizamos em todos os casos é que as questões de gênero foram atravessadas pela situação e posição de classe de cada um dos militantes.

A questão racial demarcada pela repressão

Gostaríamos de poder aprofundar algo sobre as questões que envolvem preconceito racial, e encontramos muito poucos registros sobre isso. Onofre Pinto era apelidado “Negrão”, e pessoas que conviveram com ele até hoje se referem a ele dessa forma em conversas informais. Na entrevista ao Pasquim, de 1974, Angelo Pezzuti, perguntado sobre esse apelido de Onofre, comentou: “Ele permitia. Mas era nítido que odiava”³¹. Por que permitia? Assim como Herbert escondia ser gay, Onofre silenciava sobre sua identidade racial.

Já comentamos o caso dos insultos raciais contra Otavio Ângelo: ‘Negro fedido, nós aqui na merda, combatendo terrorista e você vai assistir a Copa no México’.³² Portanto, era uma questão reforçada de forma insultante por parte da repressão.

Havia os casos de consciência racial, embora, naquela época, não tenha sido colocado dessa forma, ao menos não localizamos discussões a esse respeito. Nesse sentido, a história de Damaris Lucena é marcante. Nordestina, negra, consciente da origem africana da família, onde familiares foram trazidos ao Brasil como escravos³³:

³⁰ Idem, op cit. p. 75.

³¹ Pasquim, op cit. p.11.

³² Idem, op cit. p. 110.

³³ Ela relata em seu depoimento sobre a importância de retomar essas origens, ensinar aos filhos, preservar sua cultura. Mas isso em depoimento em 2014. Não encontramos

Eu sempre fui muito contra a injustiça. Eu tinha muita bronca de ver as pessoas fazer injustiças com os outros. [...] Porque eu sou de família africana. Meu bisavô foi trazido da África e os filhos foram todos vendidos no Brasil. Meus bisavós. Os irmãos dos bisavós foram todos vendidos no Brasil. Minha bisavó ficou só com o pequenininho que era pequenininho de peito. Os grandes era tudo vendido. Então, eu sou de família muito sofrida, que veio lá da terra deles arrancado de lá, virar escravo no Brasil. Isso foi muito triste pra mim. Saber que eu... Não é que eu tenho tristeza, pelo contrário, eu tenho muito orgulho de ser de origem africana. Eu tenho muito orgulho de ser de origem africana.³⁴

Damaris foi uma mulher que muito cedo se engajou na luta, trabalhadora da indústria têxtil, identificou-se como comunista e atuou como sindicalista. Exerceu várias tarefas na organização. Perdeu seu marido, Raymundo Lucena³⁵, no embate da luta. Juntos mantinham uma casa, em Atibaia que era uma espécie de QG da VPR onde guardavam os armamentos. As dificuldades da organização levavam a baixa segurança para a família. Diversos membros da família de Damaris foram presos e torturados por causa da militância dela. Ela seria uma das militantes trocadas no sequestro do cônsul japonês, levando junto seus filhos pequenos. Ariston, o filho de 17 anos, ficaria no Brasil, e seria condenado à morte por sua participação na morte do tenente Mendes, durante a fuga do vale da Ribeira³⁶.

Damaris (dona Rosa, dona Dulce), no seu depoimento às CNV, relata algumas marcas que o tratamento racista deixou em sua lembrança. Relata como um parente, que nada tinha com a militância, foi tratado quando preso:

discussões sobre a temática na VPR.

³⁴ Depoimento de Damaris Lucena à CNV. 1/8/2014, p. 7.

³⁵ Antônio Raymundo Lucena, morto em 20/2/1970. Morto a tiros pela polícia em sua casa, diante de seus filhos. Damaris foi presa e os filhos levados a instituições de acolhimento. Foram usados como forma de tortura contra ela, quando foram levados à prisão para que ela pensasse que seriam torturados. Dossiê ditadura Mortos e desaparecidos, CFMDP, p. 181.

³⁶ Ver a respeito ABAL e RECKZIEGEL, 2018.

“Olha, onde já se viu um negrinho nojento metido com os comunistas? Era o que faltava. Você é nordestino. Você é negro. Você é pobre e ainda é comunista?”³⁷

A perseguição a ele persistiu quando foi reintegrado ao trabalho, na área da saúde. Era humilhado constantemente. Impedido de exercer suas tarefas:

“Ele não vai fazer não, porque nessa pessoa você não pode confiar. Você acha que você pode confiar em comunista? Não dá pra confiar em comunista. Ele vai matar os pacientes.”³⁸

Ela relata os laços de solidariedade que apareciam em meio ao caos, quando sua irmã, que nada tinha com a militância, foi presa e torturada. Depois disso ela se tornou protetora de Ariston, preso, sem qualquer assistência, enquanto Damaris estava com os demais filhos em Cuba. Damaris lembra que mesmo a irmã e Graciano, um primo, “que eram muito pobres”, mas ainda assim se dedicaram aos cuidados:

Ela passou todos esses anos fazendo isso. Todos esses anos se encarregando de dar o mínimo de dignidade, porque a família inteira desapareceu. Ninguém queria saber do assunto. Imagina, o irmão do meu pai. Ninguém queria saber do assunto. Nós éramos comunistas, terroristas, assaltantes de banco, as pessoas abriram mão. Então, quem sobrou? Os dois que haviam sido vítimas também e que sabiam o que era.³⁹

O depoimento de Damaris demarca a preocupação constante em recuperar a memória dos companheiros de luta. Ela e sua filha buscam o tempo todo dar voz àqueles que não falaram⁴⁰. Seja insistindo aos entrevistadores para que busquem as pessoas citadas por elas, seja trazendo fragmentos de lembranças sobre as dores vividas por outras pessoas.

³⁷ Depoimento de Damaris Lucena à CNV. 1/8/2014, p. 30.

³⁸ Idem, op cit. p. 31.

³⁹ Idem, op cit. p. 33. Nesta parte do depoimento a fala é de Angela Telam Lucena, sua filha que participa junto no processo da retomada das lembranças com Damaris.

⁴⁰ Damaris infelizmente faleceu em dezembro de 2020.

Por outro lado, os elementos que constituem o Terrorismo de Estado brasileiro se fazem presentes. O abuso de poder, a discriminação racial, o abuso contra as mulheres, o preconceito contra os pobres. Tudo isso se mistura nas práticas anticomunistas que amalgamam o medo e o preconceito no Brasil. Esses elementos contribuía para a dificuldades de trazer ao debate as “questões invisíveis” dos preconceitos.

Capítulo XV

A VPR DEPOIS DO FIM: a Frente Política Ideológica

Este ponto da investigação trata de uma série de elementos que precisam ser mais aprofundados, pois a história dos militantes passa a se misturar com a de outras organizações. Velhos contatos são retomados, velhas questões reaparecem. Se por um lado percebemos o aprofundamento de ações por um pequeno grupo, por outro, é claro que a repressão está organizada, dentro e fora do Brasil para incentivar a organização desse grupo para atraí-lo para a morte.

No Brasil, alguns remanescentes se somam ao MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), reunindo também alguns que estavam na REDE. Fora do Brasil, o elo que é usado pela repressão é o “grupo de Cerveira”. Os contatos se dão com a mediação de um espião brasileiro que vive no Uruguai, o “agente Johnson”, que se apresenta no Brasil como Alexandre. A mesma documentação que mostra isso, também indica que o militante da VPR, Gilberto Faria Lima, estava servindo como elo entre os grupos. Isso não implica que ele estivesse colaborando necessariamente, embora existam suspeitas disso apontadas por alguns militantes.

A formação da FPI se deu no Chile, com Joaquim Cerveira interagindo com textos de Abraham Guillen¹. Especialmente o “Documento dos Doze Pontos” foi usado para convencer para uma reestruturação da luta no Brasil. Trata-se de um recorte que foi feito de um texto de Guillen e divulgado com esse título. A hipótese é de que essa organização tenha sido incentivada pela repressão, usando a boa-fé dos militantes, como chamariz para exterminar o grupo. Vários deles acabariam sendo exterminados, mas em operações distintas. Somam-se à lista de mortos e desaparecidos da Ditadura brasileira.

¹ Desenvolvemos essa questão em SILVA, Carla, 2021. A influência teórica do militante espanhol Abraham Guillén em grupos de luta armada na América Latina. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº 30, p.104-128, Jan./Jul., 2021. <http://revista.anphlac.org.br>

Gilberto Faria Lima e Cerveira

O processo de infiltração no Chile foi lento e sistemático. O CIEX tinha seus eixos de preocupações, e um deles passava por Joaquim Pires Cerveira², que era um contato de Onofre Pinto de longa data, desde a fundação da VPR. Ele era parceiro da VPR. O plano inicial de sequestro do embaixador alemão seria realizado com seu grupo, só não o foi porque Cerveira foi preso.

Cerveira parece ter tentado estabelecer uma base de ação na Bolívia³, mas isso antes do golpe de Estado naquele país. Nesta época o órgão disseminava para o Brasil a informação de que Cerveira “tem sido apontado como o ‘líder militar’ escolhido pela DGI cubana para chefiar uma guerrilha rural no Brasil”, mas queixava-se de que em Santiago “o círculo de Cerveira é bastante fechado, não permitindo fácil infiltração”⁴. Fica o alerta que outras organizações poderiam ser mais fáceis. O faro da repressão via uma tentativa de organização com Izidoro Vianna Gutierrez⁵, e por Amarílio de Vasconcellos. Ou seja, seria uma organização de grande vulto, juntando militantes brasileiros de distintas origens. Tudo indica que em algum momento o CIEX consegue colocar um infiltrado junto a Cerveira, pois dados passam a chegar com mais frequência.

O infiltrado seria a fonte de que “a Embaixada da Argélia no Brasil, recebe correspondência subversiva das diversas organizações revolucionárias brasileiras e as encaminha para a Argélia, por mala diplomática”⁶. Esse esquema oficial argelino permitiria que Miguel Arraes pudesse fazer contato com o Brasil e com o Chile. O CIEX também recebera informação de que Cerveira “pensaria viajar para a Itália, a fim de buscar fundos a serem doados pelo Partido Comunista Italiano”.⁷

Passa a ser corrente a identificação de Cerveira vinculado a Gilberto Faria Lima. E também os contatos com Johnson são frequentes, indicando que Lima foi ao Uruguai, onde devem ter se encontrado.

² Cerveira é um desaparecido político. Foi sequestrado em Buenos Aires, dia 5/12/1973.

³ CIEX, n.326, 19/8/1971. Joaquim Pires Cerveira. “Montagem” na Bolívia”.

⁴ CIEX, 319, 19/8/71. Bolívia. Concentração de asilados. Joaquim Pires Cerveira.

⁵ CIEX, 341. Izidoro Vianna Gutierrez. Atividades. 24/8/71.

⁶ CIEX, 281, 2/6/1971. Serviço de informações da Argélia. Fatih Agha Kouane. Joaquim Pires Cerveira.

⁷ CIEX. 283. 5/6/1972. Chile. Banidos Brasileiros. Joaquim Pires Cerveira.

Um documento de agosto de 1971 dá conta de que Gilberto Faria Lima, “Giba”, “Carlos” ou “Zorro” teria estado em Montevidéu entre 1/5/71 e 1/6/71, demorando-se dois dias, hospedado com o elemento “CARLOS FREDERICO” (não identificado).⁸ Podemos facilmente inferir que era o Johnson. E supor também que não seja ele a fonte dessa informação⁹, e que o CIEIX estava bem desinformado sobre o que passava em Montevidéu.

Essa mesma informação chegara antes ao SNI, dado o informe de que Lima “nome de cobertura de ROBERTO REYES, esteve no Brasil, há cerca de quatro meses, via Montevidéu – Rivera – Livramento”. E “disse o marginado que ingressou no Brasil – ‘tranquilamente’, mostrando, inclusive, carteira de identidade” do RS. O informe diz que “o nominado fez os primeiros contatos, em Buenos Aires, entre os banidos no Chile e o Montoneros”, e diz que ele “está muito diferente, fisicamente, pois engordou bastante”. Significa isso que o informante o conhecia anteriormente? Ele é identificado como “integrado no Grupo liderado por Joaquim Pires Cerveira e pretende realizar uma aliança com a ALN. Disse também, que conhece, na Argentina, a brasileira GUIOMAR SCHMIDT DE KLASKO, acusada de ter assassinado o industrial Sallustro”¹⁰. A origem desse documento é o II Exército, e essas informações seriam todas repetidas no Informe 290/72 do CIEIX.

Um ano depois temos informes sobre mais uma missão. Desta vez é uma longa e bem organizada missão de Johnson no Brasil na qual ele usa como senha para chegar nos militantes cartas manuscritas de Gilberto Faria Lima (cópias constam no documento) e dinheiro. Não há no relatório qualquer referência sobre como esse contato se deu, mas Johnson anota que a missão só terminaria quando ele fosse também ao Chile, onde estariam Lima e Cerveira.

O relatório é muito detalhado, narra todos os encontros, todos os remanescentes militantes que foram procurados, as senhas usadas, e sempre enfatiza que Johnson alegava razões de segurança na forma de realizar os pontos¹¹. Ele se apresentava como Alexandre, dirigente da organização

⁸ GILBERTO FARIA LIMA. Passagem por Montevidéu. N.267, 6/8/1971, C-3, CIEIX. Secreto para vários órgãos.

⁹ Em 14/9/1971, o CIEIX passava informação sobre Edmur Pércles Camargo, e explicitava que “a referida notícia teria sido enviada por carta pelo jornalista brasileiro ALBERTO CONRADO, atualmente radicado em Montevidéu”. CIEIX, 358, B-2. Chile. Contatos de asilados brasileiros no Ministério do Interior.

¹⁰ Gilberto Faria Lima (o Zorro), 7/7/1972, II Exército, Informe 142/72

¹¹ O plano da missão está no documento “missão no Brasil”, de 14/7/1972.

no Rio Grande do Sul. Essa missão iniciaria no dia 7/8/1972, em São Paulo. Ele segue atrás dos endereços e nomes “fornecidos por Gilberto Faria Lima”.¹² O informe diz mais de uma vez que foi vigiado por outros membros das organizações, inclusive “fui atentamente vigiado por elementos naturalmente do PCB ou da organização de Faria Lima”.¹³ Ele não era conhecido dos militantes, que só o aceitaram depois de ler as cartas, e ele mesmo indica que façam isso, reforçando a ilusão de segurança. Foi usado o nome de Lima, mas não está claro que ele estivesse colaborando, porque de resto, havia uma confiança em Conrado como militante, e ele usa também o nome de um líder, Cerveira, e esse contato já vinha ocorrendo há quase um ano, como mostram os documentos. Todos estavam enredados nesse poder atrativo. Que não vinha no vazio, todos os militantes contatos em São Paulo e Rio passam por conversas e até discussões com Johnson a fim de aprovarem o Documento dos Doze Pontos, que seria a reorganização da luta.

O informe 057/72, de 8/2/1973, do CIEX indica a “chegada ao Chile de elementos vinculados a Gilberto Faria”. É provável que esses sejam os militantes contatados por Johnson no Brasil. São eles: Milton Tavares, do MRT; “Decio”, da ALN, atualmente em posição dissidente (Decio Dockrone / e Freitas); Martinelli (Renato Leonardo); José Raimundo (Contas); Vierinha (Luis Carlos Vieira, esteve asilado no Uruguai).

O grupo havia comprado uma propriedade ao redor de Santiago, onde estava dando cursos políticos e militares. Destes cursos participou Claudio Wayne Gutierrez, segundo informação de 17/7/1973. Ou seja, eles estavam organizados, havia um fluxo de brasileiros indo até lá, e estavam sendo cuidadosamente acompanhados. O contato com Gutierrez foi relatado também por Johnson, em mais um documento secreto que indica que Lima estava realizando contatos internacionais, desta vez com os Montoneros.

Algum tempo depois o Informe 067 do CIEX apresenta qual seria a formação do grupo de Cerveira, em dezembro de 1972, e nele encontramos parte do núcleo militar da VPR:

Direção central: Joaquim Pires Cerveira, Gilberto Faria Lima e Altair Luchesi. Direção militar: José de Araújo Nóbrega. Ex-sargento Darcy

¹² Informe Secreto US M 017, 11/9/1972, C-3. Fonte Johnson. Atividades de Agentes no Brasil.

¹³ Idem, p. 2;

Ribeiro, recém incorporado ao grupo e um coronel ou major que fugiu de Foz do Iguaçu com armamento. Comitê político: Benjamin Vieira Liszt, Ronaldo Silva Rocha, Carlos Minc Baumfeld; coordenador dos grupos no Brasil: José Maria Rita (?)¹⁴

Nomes experientes da VPR estavam com Cerveira, inclusive o “Zorro”. Embora o original coloque a interrogação no nome de Rita, ele seria o militante sequestrado e morto no mesmo momento que Cerveira¹⁵, em dezembro de 1973, em Buenos Aires. Não é possível saber como se dava a relação entre manter essa organização e tentar uma arapuca no Brasil, mas é possível que o Golpe de 11 de setembro no Chile tenha levado a mudança de planos da repressão.

A Frente Política Ideológica

Estavam então trabalhando pela Frente Política Ideológica. Vimos que essa era uma reivindicação constante de Lamarca, então não é estranho que os militantes da VPR se reordenassem em torno dela. Parece haver dinheiro vindo por Cuba, e com contatos com a Argélia. Nos parece que a intenção da repressão era estimular militantes a voltar ao Brasil, o que conseguiria, com outros militantes, por outras frentes.

Um documento do CENIMAR indica que essa Frente começou a ser criada em novembro de 1971 por Cerveira e Plínio Petersen Pereira no Chile. Fizeram contatos com Tupamaros “visando obter apoio político do PC italiano para a parte financeira”¹⁶. Teriam então começado arregimentação de pessoas que atuavam em várias organizações no Brasil, “principalmente do pessoal que estava no exterior”. Elaboraram o documento Nova Política da Revolução Brasileira, que teve a participação de membros de FLN, MRT, PCBR, Var e VPR. Este documento passou a ser sintetizado no chamado “Doze pontos fundamentais”, e “se constituía na visão política-revolucionária” da FPI, “compromissando-se a dar uma nova orientação ao desenvolvimento da subversão no Brasil”. Diz o informe que o documento foi bastante

¹⁴ CIEX, 067, 12/2/1973. Organização do grupo Joaquim Pires Cerveira – Gilberto Faria Lima.

¹⁵ Há um outro documento que fala de um militante João Batista Brasa, que teria passado um mês na Argentina, e participado do grupo de Cerveira, mas esse documento data de 1/7/1974, data aproximada da Chacina de Medianeira um ano e meio depois de Cerveira já morto. CIEX, 300/74, 01/07/1974.

¹⁶ Frente Política ideológica. CENIMAR, Secreto, 20/10/1972

discutido e enviado para as organizações radicais no Brasil, tendo sido rejeitado pela ALN, mas apoiado por outras organizações de linha cubana.

Um dos elementos que estaria na sua síntese crítica do movimento até então é o fato de que “não se ligaram às massas, não conseguindo captar quase nada das ações militares, já efetuadas que lhe poderiam dar maior proveito com os sequestros”. Advertem que “não se pode pensar hoje, no Brasil, em travar uma luta contra a ditadura sem fazer um projeto global de guerra revolucionária em nível nacional”. O documento faz uma análise do momento de refluxo que se vivia:

Sob o ponto de vista ideológico, as organizações subversivas no Brasil, que passam, neste momento por um processo de depuração, fazem as mais azedas críticas, pois, afirmam nas suas discussões, que se formou uma vanguarda composta na maioria com elementos que não passavam de militantes de base ou simpatizantes.¹⁷

Perceba-se que o documento produzido pelo CENIMAR traz informes de fontes desconhecidas, mas transcreva com suas próprias expressões, usando a denominação de subversiva, por exemplo. A realidade apontada no documento está em consonância com o que já vimos que ocorreu na VPR, pois na medida em que os quadros de direção vão caindo, os que sobram, sem preparo, acabam dando tudo de si para manter a organização, mas não necessariamente conseguem.

Este documento, que deve ter contado com a participação desses militantes que restavam por lá avalia que a VPR ainda tinha bons quadros, isso mais de um ano depois dela ter sido dissolvida no Brasil! A ideia seria manter as organizações originais e agir em uma frente, algo que parece próximo ao que estava antes sendo proposto por Lamarca, onde deveria se manter autonomia parcial dos grupos. Se deliberou também

Aproveitar todas as forças que se propõem a fazer qualquer tarefa que sirva à subversão. Um padre, segundo dizem, não pega uma metralhadora, podendo, porém, exercer função mais importante que é a comunicação de massa.¹⁸

¹⁷ Idem, p. 2

¹⁸ Idem, p. 3.

Relata-se ter havido uma reunião em São Paulo que teria deliberado pela realização de um sequestro para libertação de padres, “sem necessidade de falar em socialismo ou marxismo-leninismo para as massas”. Seria uma ação de aproximação com a classe, mais uma vez, vanguardista. O documento encerra dizendo que em pouco tempo a Frente atuaria no Brasil. “sua meta inicial: ações de sabotagem, ações econômicas de grande vulto (tipo cofre do ADEMAR) e ações de justicamento”¹⁹. Ou seja, essa nova organização manteria acesa a chama da esperança da volta ao Brasil, de seguir a ação revolucionária no país.

Registre-se que ainda em 1972 Onofre Pinto tinha contatos em Posadas com Raimundo Lopes Damasceno. Natural de Córdoba, viveu em Buenos Aires, voltando para Córdoba. Tinha formação como professor de ginástica em Posadas. Um dos relatos diz que

Em Santiago do Chile o marginado estabeleceu contatos com Candido da Costa Aragão, Carlos Figueiredo Sá e Joaquim Pires Cerveira, verificando que teriam conversado sobre cobertura para viagens de terroristas brasileiros ao Brasil, passando por Missiones como ‘ponto de apoio’.²⁰

Este mesmo documento traz intrigante informação, ainda sobre Damasceno:

Consta, ainda, no meio dos asilados brasileiros em Santiago do Chile, que o marginado estaria a serviço do SI argentino, devido a que, em Santiago se interessou muito pelas atividades dos asilados bolivianos, em especial de JUAN LECHIN OQUENDO.²¹

O fato é que ele é considerado “contato de Onofre Pinto na Argentina”²², e seguiu sendo acompanhado pelo CIEX, que grampeava suas ligações telefônicas, tendo ouvido em outubro de 1972 que ele teria se proposto a “efetuar uma troca de maçãs por bananas, esclarecendo que iria primeiro a Córdoba e depois a Tucuman”, indicando que “este centro supõe que a conversa se refira ao atravessamento de elementos subversivos entre

¹⁹ Idem, p. 4.

²⁰ CIEX, 292, 5/6/1972. Chile e Argentina. Asilados brasileiros, Raimundo Damasceno.

²¹ Idem.

²² CIEX, 557, 9/10/1972.

o Brasil e o Chile, através da Argentina”²³. Esses lugares não são fronteiras com o país vizinho e ao mesmo tempo, são lugares de denotadas experiências de guerrilha argentina.

Os Doze pontos e Guillen

O relatório da “missão no Brasil” trouxe fortes indícios sobre como a espionagem estava funcionando. Contava com o fato de que Gilberto Faria Lima era “companheiro de toda confiança”²⁴ de Cerveira, e aquele fazia contatos com Johnson, que era um agente espião.

Gilberto Faria Lima estivera no Vale da Ribeira, pode ser um dos que repassou as informações que constam no documento, pois ele esteve presente em muitos dos atos analisados por Guillen em sua obra. Até onde conseguimos compreender, Guillen propõe, após minuciosa análise do caso brasileiro, “doze pontos” para a ação, e sua análise se aproxima muito da de Lamarca, mas não temos indícios de seu contato direto com os militantes da VPR. Cerveira é o articulador desses pontos junto à Frente que estava montando.

Em termos teóricos, há a aproximação com o pensamento desse espanhol, teórico da revolução, e que era referência para os Tupamaros uruguaios, sendo considerado seu “mentor intelectual”. Guillen era já conhecido no CIE:

Baseado no “Documento dos doze pontos, distribuído internamente por subversivos brasileiros no Chile, e encaminhado ao Uruguai, o líder subversivo uruguaio, ABRAHAN GUILLEN elaborou um estudo dos problemas ligados à revolução na América, sob o título Tesis sobre la revolucion em America.

O citado documento trata de política, estratégia e tática, passando, em seguida, à experiência guerrilheira no Brasil, criticando todo o processo revolucionário brasileiro e apresentando diretivas, dizendo que la revolucion para ser um *gran movimiento de masas no tiene que subordinarse a viejas ideologias, sino crear su propia ideologia en su próprio programa de liberación*.²⁵

²³ CIE, 558, 9/10/1972.

²⁴ Carta manuscrita de Cerveira. Não ignoro que haja suspeita sobre Faria Lima no caso de sua participação em 1971 no MRT, ainda no Brasil.

²⁵ CIE 264/72, C-3. Documento de organizações subversivas. ABRAHAN GUILLEN, 17/5/1972.

O documento pedia que não fosse dada difusão, “por razões de proteção à fonte”. Guillen é autor de várias obras, entre as quais, *Estratégias da Guerrilha Urbana*, na qual coloca em análise as atividades das guerrilhas no Uruguai, Argentina e Brasil.

O relatório de Johnson indicava como objetivos da “missão no Brasil”: “discussão política, ordem para ações, contatos paralelos com a ALN, extração de um documento interno, explanação do trabalho que está sendo feito no Chile. Estabelecer contato entre São Paulo e Rio”. Diz claramente: “procurar influir com o nome de Abraham Guillen, entregando crítica deste aos Doze Pontos e livro *Desafio ao Pentágono*”. E ainda, “propor tanto no Rio como em São Paulo a extração de um documento conjunto e enviá-lo para a embaixada da Argélia no Rio para atingir Argel, Chile, Cuba, etc”. Além disso, as instruções de segurança indicam que o agente não deve “dizer que vive no Uruguai” para “não identificar a área”²⁶.

No Brasil o contato se dava com alguém de codinome Calazans, que parece ser o contato direto com Cerveira: “o agente se referiu à nova estrutura que estava sendo montada desde o exterior e em linhas gerais se referiu ao programa dos Doze Pontos, nesse primeiro contato com Calazans”²⁷. Depois de dias de conversa entre RJ, SP e Osasco, vários nomes são citados, e Calazans informa que “tivera um altercado muito forte com o Dr Bettencourt, quem estava agora na linha chinesa violenta e não aceitara as teses dos Doze Pontos”²⁸. Ele seria fonte de recursos para a organização, mas houve então uma ruptura política.

Fica muito claro que Conrado/Johnson era elemento de grande confiança dos militantes, pois vários outros detalhes da organização são passados a ele. Também contactou alguém codinome “Guerra”, o interlocutor de Cerveira de suas cartas, por isso são encontradas cartas em anexo na documentação. Muitas pessoas o procuraram, pois sabiam que ele era “credenciado pelos dirigentes do Chile”²⁹, o que demonstra a tentativa desesperada de contato com os militantes que lá estavam. Inclusive pessoas da ALN o buscavam para entrar na Frente de Aristeu (Cerveira). Os seguidos pontos o levaram a registrar que “a presença do

²⁶ Missão no Brasil, 14/7/1972. O conjunto consta das páginas datilografadas pelo agente que indica “partida de Montevideu entre os dias 28 e 30 de julho”; cartas manuscritas de Cerveira e Calazans; e texto de Guillen datilografado e com correções manuscritas à margem. Arquivo Nacional. BR ANBSBm 25.1.

²⁷ Atividades de Agentes no Brasil. Fonte Johnson, 11/9/1972. Secreto. P. 4.

²⁸ Idem, op cit. p. 7.

²⁹ Idem, op cit. p. 12.

agente tinha trazido muito otimismo ao grupo”, e o agente sempre alertava para o problema de segurança nos contatos, evidente forma de disfarçar sua ação de espionagem. Ele relata ainda que discutiu por muito tempo o documento dos Doze Pontos com Guerra, relutante, mas enfim, acabara aceitando as teses. Johnson encontra ainda com James Luz e outros, sempre buscando “aprovação dos doze pontos”. A sua tarefa se completa com a aprovação de um documento:

Reunidos o MRT-FLN e outros companheiros de diversas organizações vem de constituir um agrupamento revolucionário fundamentando sua decisão num documento intitulado “Os doze pontos”, que constitui a sua visão política-revolucionária. Afirmamos que a revolução brasileira se encontra estagnada sob três aspectos: ideológico, político e militar; afirmativa de que a violência revolucionária é a mais correta na atual conjuntura nacional; afirmamos que a formação de uma verdadeira vanguarda revolucionária é a única capaz de dirigir a revolução; afirmativa de que a formação de quadros no político, no ideológico e no militar será capaz de modificar à nosso favor o quadro da luta reinante no Brasil, pois a “Ditadura não oferece outra alternativa do que a violência armada. Proclamamos que principal contradição no Brasil é entre o Capital e o Trabalho, mas prestemente, a mais importante é a que se trava entre a Ditadura, o imperialismo e o povo brasileiro. Finalmente, proclamamos que, no seio da classe operária, força motriz da revolução, sairão as vertentes que conduzirá todo o povo brasileiro para a luta de libertação nacional.

Brasil, agosto 1972

Após aprovado, o documento usa o esquema da embaixada da Argélia e da Frente Brasileira de Informações - FBI. O agente faz uma observação final: embora tenha tido vários encontros, especialmente com Guerra e Calazans, “cada um deles não sabe que o agente manteve mais de um encontro com cada um”, e que ele usou sempre o codinome Alexandre, dizendo que morava em Porto Alegre. Conseguiu também o objetivo de organizar idas deles ao Chile. Ele sintetiza que teve “sucesso relativo em São Paulo” e “sucesso total” no Rio, onde foi mais fácil conseguir a aprovação dos Doze Pontos, “isso é parte vital para o Comando do Chile”. Dia 3 de setembro chegou de volta a Montevideú, telefonou a Cerveira, que o chamou para o Chile.

O documento do espião trouxe uma síntese dos 12 pontos. Mas do que se trata? Localizamos, no âmbito do debate do grupo de Cerveira, textos de Abraham Guillen, que nos parecem claramente redundar nos Doze Pontos. Apenas encontramos esses *doze pontos* em idioma espanhol, que passamos a traduzir. Parece-nos que o texto, com pretensão de ser uma tese, inserido em um texto mais amplo sobre a luta no Brasil, busca um avanço, a partir de um conhecimento mínimo do que ocorria até o momento: “Lamarca, com sua rica experiência, tanto de guerrilha rural como guerrilha urbana, dizia pouco tempo antes de morrer, entre outras coisas que “a partir da concepção de Marighella, surgiu a concepção de coluna combinada com outras formas de guerrilhas na área estratégica”. Então, “à luz dos fatos, a luta revolucionária no Brasil deve ser precisada nos pontos seguintes”:

1. Crítica e autocrítica: não ter medo de aplicar a dialética a tudo, inclusive a nossos próprios erros, pois essa dialética não se acredita ser uma verdade eterna, mas que tudo está no *devenir* dialético. Se não sabemos porque perdemos uma batalha não podemos ganhar nenhuma outra no futuro.

2. Existe um “impasse” na revolução brasileira, desse o ponto de vista político, ideológico e militar. Estes aspectos, até o presente, não foram harmônicos; não se descobriu, realmente, as leis políticas e estratégicas específicas da revolução brasileira; sem descobrir esse caminho claro, largo, os pretorianos brasileiros poderão ficar muito tempo no poder. Finalmente, quando se vejam debilitados politicamente, como os militares argentinos, podem ir a umas eleições, mas para evitar uma, ou várias revoluções.

3. O único meio para destruir as forças da burguesia e do imperialismo no Brasil, como em toda América Latina, é a via revolucionária, mas a revolução para ser um grande movimento de massas, não tem que subordinar-se a velhas ideologias, mas criar sua própria ideologia, seu próprio programa de libertação, que fale mais do que uma do que separe as forças opositoras brasileiras, a fim de que pelos seus choques, disparidades e diferenças ideológicas, não choquem as forças da oposição umas contra as outras, em vez de constituir uma resultante de forças unidas contra a burguesia e o imperialismo.

4. Não existe no Brasil uma verdadeira vanguarda operária que, dentro da dialética, da política, da análise sociológica e econômica marxista, seja capaz de dirigir a revolução popular contra a burguesia e o

imperialismo, que se apoie como um binômio reacionário. Isto é certo, e na etapa atual, a vanguarda revolucionária deve estar integrada pelos revolucionários profissionais, extraídos de não importa qual classe. Marx dizia que quando uma classe está chamada ao poder, e se passam membros das classes dominantes ou dominadas, então está madura a revolução. Lenin, Marx e Bakunin, Fidel, El “Che”, etc, não eram operários, mas revolucionários, ou seja, a “chispa” destinada a acender a pradeira. Esta deve ser a vanguarda revolucionária na América Latina: uma minoria ativa que faça propaganda pelos fatos, pela ação, uma minoria que seja capaz de levantar em armas e em luta política a uma maioria passiva, tudo o demais, é aventureirismo revolucionário, subjetivismo político.

5. As organizações revolucionárias brasileiras se disputam entre si a vanguarda dos grupos armados existentes no Brasil. Mas nenhuma delas tem uma política, uma estratégia e uma tática correta para desencadear o processo revolucionário no Brasil. Portanto, uma destas organizações deve tentar uma análise, uma síntese do processo revolucionário frustrado até o presente, unificando o pensamento e a ação, o objetivo e o subjetivo, a prática e a teoria, a vanguarda armada e o povo oprimido, mas com mais referência aos aspectos nacionais da luta de libertação do Brasil, que a ideologia e políticas estrangeiras, que puderam ser muito úteis em outros países, mas que não dão resultado no Brasil, com uma situação distinta objetiva e subjetivamente. Pois não há duas guerras se façam com a mesma estratégia, nem dois revolucionários com a mesma ideologia.

6. O único caminho justo para a revolução brasileira é o socialismo, onde não se impõe uma vanguarda; mas se esta se forma dentro da classe operária, dirigente autêntica do processo, seria a única capaz de conduzir a revolução até suas últimas consequências. Isso é correto politicamente, mas só dentro dos quadros revolucionários, mas não se deve dizer nada de socialismo nem de coisas similares para fora. A luta cobra nível quando não se submete a uma ideologia prévia; quando se enquadra nos aspectos concretos nacionais. Se Fidel houvesse dito, na Sierra Maestra, que iria ao socialismo, haveria perdido a guerra. O socialismo será consequência da vitória popular; não pode ser de outra forma; mas não se deve pô-lo de bandeira, na luta contra o imperialismo e as burguesias nacionais; se deve falar de coisas concretas: mover a população por meio das ações da vanguarda revolucionária – operária ou estudantil -, não importa, por quem seja; mas sem encher-se a boca de socialismo, senão, de melhor forma, de nacionalismo.

7. É necessário buscar uma nova orientação estratégica, depois de uma verdadeira autocrítica, encontrando formas e métodos mais adequados, para seu enquadramento prático, adquirindo novos dados teóricos que enriqueçam a teoria revolucionária operacional, correta, prática, eficiente, não sempre no limbo da improvisação, confundindo tática com estratégia.

8. Durante três anos de tentativas revolucionárias, de guerrilhas rurais e urbanas, não se conseguiu tirar o povo brasileiro de uma expectativa simpática - isso quando o foi -, a fim de obter um maior apoio das massas populares à causa da revolução brasileira. Efetivamente, aqui falhou a política e a estratégia, por parte dos grupos revolucionários, já que a burguesia armada seguiu oprimindo e explorando o povo com mais rigor. Nas ações revolucionárias, a gente não deve se separar das massas; temos que segui-las em seus interesses, para despertar o entusiasmo revolucionário nelas. Por tanto, as ações devem atuar contra a burguesia (patronal) e contra o Exército (burguesia armada) ou contra o imperialismo (para fazer respeitar aos operários) ante seus exploradores de dentro e de fora. Toda estratégia deve concretar-se nisso: dar abertura a todos os movimentos de massas: estudantes, operários em greve, camponeses famintos e transumantes (posseiros - que ocupam terras), e baixo clero (que se opõe à ditadura e está com o povo). Neste caso, para lançar à Igreja fora de seus tímidos bispos, temos que tomar de sequestro a personagens de grande valor e significação no regime pretoriano, trocando-os por padres terceiro-mundistas presos. Isso dá à luta um caráter amplo, sem necessidade de encher-se a boca com socialismo nem marxismo-leninismo. Isso temos que aplicar como doutrina, não dizê-lo permanentemente.

9. A contradição principal, e a mais revolucionária, é entre o capital e o trabalho. Mas neste momento, a mais importante é a que existe entre a Ditadura pretoriana e o imperialismo, por um lado, e o povo brasileiro, por outro. Correto, este ponto constitui a chave de toda a política e a estratégia, para o triunfo em uma guerra de libertação nacional.

10. Há necessidade de formar, dentro da nova esquerda brasileira revolucionária, a consciência de que somente mediante quadros ideológica, política e militarmente capazes, é possível modificar a nosso favor o nível da luta, para que nos seja favorável no Brasil. Neste ponto, não deve ser o 10, mas o ponto 1), pois resolvido este ponto, todos os demais é fácil resolver.

11. A prioridade de nosso trabalho político, inclusive por ações armadas, quanto à divulgação de nossos ideais, deve ser a preocupação principal. Nos meios operários, as ideias socialistas devem ser divulgadas, mas no aspecto nacional, há que nacionalizar a luta. Marx disse que, em uma revolução sempre triunfa, ‘o’ ou ‘os’ revolucionários que sabem colocar melhor a questão nacional, para colocar o povo em armas.

12. Todas as formas de luta, armadas ou não, são válidas desde que no espaço e no tempo e na oportunidade sejam corretas, tenham “ocasião histórica”, e criem, pouco a pouco, para que a ação do particular (a guerrilha), crie a rebelião geral (o povo em armas)

O documento diz que se os “amigos brasileiros” tivessem aplicado essas conclusões não teriam sido mortos Marighella, Lamarca e tantos outros grandes revolucionários. Para fazer a revolução é necessário ter “uma práxis coerente: unidade do pensamento e da ação, no sentido da dialética marxista pois o próprio Marx disse: minha teoria não é mais do que para ser aplicada a uma situação concreta, não para ser repetida”.³⁰

Outro documento do CIEX indicava que “organizações subversivas, no Chile providenciariam contatos no Brasil (VPR, FLN e outra não identificada)”³¹, com a finalidade de levar uma mensagem” que teria como fim “discutir o documento elaborado no Chile conhecido como Documento de Doze Pontos”. Ele indicaria que “as organizações subversivas estariam sem reorganização, planejando novas táticas e elaborando nova estratégia revolucionária”, que passaria por novo ciclo de sequestros.

O tema segue sendo trazido ao CIEX, exatamente no quadro descrito por Johnson, e sintetiza o documento, segundo o órgão:

Afirmamos que a revolução brasileira se encontra estagnada sob três aspectos: ideológico, político e militar. Afirmativa de que a violência revolucionária é a mais correta na atual conjuntura nacional; afirmamos que a formação de uma verdadeira vanguarda operária é a única capaz de dirigir a revolução [...] pois a ditadura não oferece outra alternativa que a violência armada.³²

³⁰ Tesis sobre la guerrilla en el Brasil. Abrahan Guillen, 1972.

³¹ CIEX, 029, 10/1/1972. Movimentação de organizações revolucionárias brasileiras.

³² CIEX, 286, 58/6/1972. Chile. Documento da FBI. Embaixada da Argélia no Brasil

Não há dúvidas de que a repressão usou esse documento como chamariz, e tentava seguir o seu rastro iria usá-lo como isca para aqueles peões que se movem-se em torno de seu tabuleiro. A necessidade de ação, isolamento, dificuldade de contato com Chile facilitou a aceitação desse emissário, o espião, que ajudou a rearticulação dos grupos. Isso fez parte da ação da repressão que preparava novas armadilhas, pois os principais envolvidos seriam todos mortos.

Talvez o golpe de Estado de Pinochet tenha sido decisivo para freiar esse esquema, e a caçada tomaria outra forma. Cerveira foi sequestrado em Buenos Aires no dia 5/12/1973, juntamente com João Batista Rita. Trazidos para o Brasil foram barbaramente torturados em São Paulo e no Rio de Janeiro para que obter informações sobre o contexto que estamos narrando. Mortos, ainda constam como desaparecidos políticos³³.

Na pesquisa que realizei em jornais de Buenos Aires não localizei nenhum indício de sua prisão, já que sua esposa lembra ter visto algo, à época. Mas há um documento do CIEX que é um tanto chocante. Ao avaliar a “situação atual na Argentina e os reflexos no Uruguai”, no dia 10 de dezembro já registrava que as organizações já sabiam que “em Buenos Aires tinha caído o banido ex-Major CERVEIRA e outro banido chamado J.B.R”. Traz a informação de que “um elemento, dizendo-se da ‘Interpol’, brasileiro, ia à frente do grupo de policiais que foi na casa de CERVEIRA em Buenos Aires de onde levaram papeis”.³⁴

Neste mesmo documento há outra informação, sobre o adido militar que estaria bastante desprestigiado “frente ao Estado Maior” e isso

[...] pelo caso de ONOFRE PINTO e os tais trinta elementos que iam invadir o Brasil. Porém sucede que o coronel em questão não tem o mínimo recato, entrando toda hora no Serviço de Inteligência Militar argentino e enviando informes, às vezes disparatados, como no caso de Isidoro Gutierrez e Onofre Pinto.³⁵

Esse comportamento geraria problema de segurança no Serviço argentino. Mas torna contundente que o CIEX sabia da presença de Onofre Pinto, indicando que era possível, em alguma circunstância, a entrada dele no Brasil com algum grupo. Talvez precisasse ser atraído, e é o que

³³ <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/joaquim-pires-cerveira/>

³⁴ CIEX / PESSOAL / SECRETO. De Altair, 10/12/1973. BRANBSBIE. 25.1.

³⁵ Idem, p. 2.

ocorreria poucos meses depois. Assim como no caso de Cerveira, documentos comprobatórios seguem desaparecidos, assim como seus restos mortais.

Como esse vínculo entre a espionagem e os militantes se construía, ainda não chegamos nessa resposta.

Capítulo XVI

CLANDESTINIDADE NO CONESUL

Reagrupamento em meio à esperança e o caos

Parte significativa dos militantes da VPR foi banida do Brasil nos sequestros, sobretudo o do embaixador suíço, Enrico Buscher. Portanto, relevante para o reagrupamento foi o sucesso parcial dos sequestros de diplomatas, que levaram ao banimento de militantes, mas permitiu que os mesmos pudessem fazer opções quanto à forma da continuidade das suas lutas no exterior. Alguns seguiriam suas vidas “normais”, mas uma parte significativa buscava se reorganizar, atraindo inclusive novos militantes e atuando em parceria com outros grupos. O compromisso com aqueles que os libertaram era o eixo da ação de muitos. A crença na revolução, também.

A obra de Antonio Caso. “A esquerda armada no Brasil. 1967/1971” [*Los insurgentes*] apresenta uma característica especial da VPR, a insistência na permanência na luta de resistência mesmo fora do Brasil e o superdimensionamento da avaliação das possibilidades. A obra mostra relatos de vários militantes que já se encontravam banidos ou exilados, divulga a ideia exagerada das possibilidades de continuidade das lutas no Brasil.

O livro, produzido no contexto da Revolução dos Cravos em Portugal, parece que buscava dar ânimo à luta dos militantes fora do país, o que pode ser entendido à luz das relações que seriam feitas com os capitães de Abril e com grupos comunistas na África e também na Europa. Mais que isso, a obra parece ser uma peça de propaganda para manter a luta armada no Brasil, tendo sido premiada pela *Casa de las Americas*, em Cuba.

O exílio e asilo no Chile levaram a formas organizativas, além da Frente Política Ideológica, que acabamos de analisar, com a Frente Brasileira de Informações¹, que entre outras atividades publicava jornais e sempre que podia traduzia matérias sobre o Brasil. Entre os jornais estavam o *Campanha*, o *Campaña* e o *Frente Brasileira de Informaciones*. Os agentes de segurança brasileiros conheciam esses materiais, e mais de uma vez se inco-

¹ MARQUES, Teresa Cristina. Militância política e solidariedade internacionais. A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França. Tese de Doutorado em Ciências Políticas, Porto Alegre, UFRGS, 2011.

modaram, inclusive com jornais chilenos. Produziam alguns registros que vistos hoje soam hilários, como nesse caso:

O jornal comunista chileno “PURO CHILE” publicou artigo violentíssimo e altamente insultoso ao Presidente MEDICI.

O articulista responsabiliza diretamente o Presidente do Brasil por supostas torturas aos banidos brasileiros, recém-chegados ao Chile. Menciona com detalhes casos inverossímeis e absurdos de sadismo perpetrados contra presos políticos.²

Não é possível que o pessoal dos escritórios de espionagem de fato acreditasse que os relatos estavam sendo inventados para impressionar a plateia. Há portanto o acobertamento dessas ações.

Como já vimos, havia uma expectativa imensa, sobretudo após o sequestro do suíço, de que houvesse uma volta dos militantes ao Brasil. Lá no Chile estavam amplamente vigiados, embora talvez não o soubessem. Um documento desclassificado do Departamento de Estado dos EUA, que falava da insurgência latino-americana indicava que “exilados brasileiros vivendo no Chile são engajados e vinculados com outros insurgentes latino-americanos”, e que há uma “excelente penetração da inteligência brasileira entre o grupo de exilados no Chile”.³

Alguns militantes logo encontraram formas de seguir para outros lugares buscando um exílio seguro em que pudessem seguir suas vidas. Mas não foi esse o caso de muitos dos militantes da VPR que mesmo tendo ido para outros países, buscaram se reencontrar em Santiago. Não era apenas uma proposta vaga, mas um compromisso. O então militante da ALN, Fernando Gabeira, relata uma conversa que teve com José Lavecchia, logo que chegou na Argélia:

No meu quarto havia guerrilheiros que participaram de um treinamento no Vale da Ribeira, foram presos e torturados no lugar e esperavam ser mortos a qualquer instante [antes de terminar o sequestro]. Os olhos do velho Lavecchia, um sapateiro de 60 anos, estavam iluminados. ‘Sabia que o Capitão Lamarca ia nos salvar. Confio neste homem até a morte. Ele foi o cérebro e a alma desse

² CIEX 38/71. Chile. Frente de imprensa. 3/2/1971.

³ Unclassified. Department of Defense. NMCC. 15/1/1973.

sequestro que nos libertou. Agora é arranjar a maneira de voltar para ajudá-lo'.⁴

Assim como Lavecchia, muitos eram enfáticos em dizer que a primeira coisa que buscaram quando chegavam no exterior era encontrar formas de seguir a luta em nome daqueles que seguiam presos no Brasil e que contribuiriam para os sequestros que permitiram que fossem libertados. E também daqueles que seguiram segurando a organização em frangalhos.

Naquele momento, estar no Brasil era absolutamente arriscado, mas era um atrativo inclusive para militantes estrangeiros. Entre 1973 e 1974 ao menos 3 estrangeiros foram atraídos para o Brasil com perspectivas de luta e acabaram mortos pela repressão. Além de Soledad Barret, Pauline Reichstul, e o jovem argentino Enrique Ernesto Ruggia.

Houve atividades em Montevideú, sobretudo do grupo que seguiria vinculado a Brizola, e Buenos Aires. É isso que indica o relatório secreto “situação atual na Argentina, Reflexos no Uruguai”, de 10/12/1973, em que se fala da “queda” de Cerveira e Rita, quando Mauricio Gradel tenta avisar companheiros do desaparecimento e dos riscos que se corria⁵. Vários relatórios conexos dão conta do sistemático acompanhamento realizado por espões e agentes da repressão nesses locais.

Relatórios sobre militantes no Chile

Assim que chegaram no Chile os militantes foram acompanhados pela repressão brasileira e relatórios foram produzidos sobre eles. É possível que agentes especiais tenham se deslocado para tal fim. Um destes relatórios nos dá indícios de como estavam por lá.

Após a chegada, os banidos alojaram-se no local de pouso cedido pelo Governo chileno. Passada a primeira semana, sentiram a necessidade de organizar um comitê a fim de dirigir a vida em coletivo e parlamentar com a administração do governo chileno.⁶

⁴ GABEIRA, 1980, P. 14.

⁵ Este mesmo relatório aventa “exageros” do serviço de informações, indicando que já havia sido superestimada uma suposta ação que seria realizada por Onofre Pinto e Isidoro Gutierrez. Fica o registro de que Onofre estava na mira da repressão. Situação atual na Argentina. De Altair, 14/12/1973.

⁶ CIEX, Relatório secreto. 21/6/1971.

O relatório indica como ficou constituído o comitê, tendo na direção um membro da ALN, e informando que “A VPR, que era a maior entre os banidos, não integrou o comitê, a fim de não aprofundar divergências com a ALN”. Podemos encontrar relatos de militantes que passaram pelo Chile puderam posteriormente produzir seus registros de memória.

Mas o que queremos ressaltar é que nem todos os militantes procuraram asilo,⁷ mesmo que isso fosse garantido na negociação com Allende. Pela VPR, muitos buscaram a vida clandestina no Chile, o que lhes dava mais autonomia e maior segurança. Claro que não sabiam o destino que lhes aguardava, de ter que enfrentar o golpe de Pinochet, mas mesmo a perspectiva de voltar ao Brasil, e de viajar para os países vizinhos, funcionava melhor se estivessem clandestinos.

Segundo o relatório secreto, “os membros da Frente (VPR, ALN, MR-8 e PCBR) deixaram as acomodações fornecidas pelo governo chileno onde os brasileiros banidos viviam em coletivo, sendo distribuídos por aparelhos”⁸. Identificava ainda o “grupo de Cerveira” (15 membros) e os independentes. Evidentemente que esses grupos se expandiam com os demais asilados, e como vemos, com outros banidos ou foragidos que se dirigiram à capital chilena depois do sequestro do suíço, ampliando e organizando as lutas.

O relatório já informa a saída de Lamarca da VPR e avança que 15 militantes também teriam rompido e seguido para Cuba para curso de guerrilha. Os militantes passaram a desconfiar de infiltração no grupo de Cerveira, após a morte de Coqueiro na Guanabara⁹. Nesse processo Daniel Carvalho abandona o grupo de Cerveira, acusando-o de ter enviado Coqueiro para um “esquema furado no Brasil”. Pedro Lobo refere que Derly de Carvalho havia alertado Coqueiro sobre a presença de Anselmo, e teria dito: “se você está entrando no Brasil no esquema armado pelo Cabo, te

⁷ Buscamos esses dados no Ministério do Interior do Chile, mas parte significativa dos documentos foi queimada quando do ataque incendiário a La Moneda, em 1973. Há registros também de brasileiros pós o Golpe de 73 na Vicaria de la Solidaried, onde realizamos também busca de materiais.

⁸ Idem, p. 2.

⁹ Aderval Alves Coqueiro logo que chegou ao Rio foi morto por policiais que o localizaram dentro de seu aparelho, ou seja, houve ação de algum informante. <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=36&m=3>

dou um mês de vida por lá companheiro. Errei pelo tempo porque fui muito otimista”.¹⁰

O relatório busca dar o paradeiro de todos, indicando quem viajou para o exterior, como Frei Tito, ou “desapareceram de circulação”¹¹. Em mais de um momento diz que os militantes chilenos não confiavam nos brasileiros banidos, e os julgavam irresponsáveis. Portanto, não permitiriam que participassem de suas lutas, especialmente no MIR, embora alguns tenham conseguido participar daquela organização.

Naquele momento se aventava que atividades de reentrada no Brasil envolveriam a embaixada de Cuba em Santiago por intermédio de Cerveira. O relatório ainda aventava que haveria uma ação no norte do Brasil, com a participação de Jefferson Cardim.

Em junho de 1972 outro relatório apresenta novamente os grupos, enfatizando a importância do grupo de Cerveira (Walter), que era muito cacifado. Por intermédio de Amarílio de Vasconcelos conseguiu a entrada do grupo que vinha da Argélia, incluindo Maria do Carmo Brito, José da Nóbrega, Luchesi. Eles aparecem atuando em torno do Documento dos Doze Pontos, recebendo dinheiro de Cuba, e sendo contatos com os principais militantes, incluindo Onofre Pinto e Papandreu. Ele é mostrado como alguém que seguia à risca regras de segurança e

Manteria representantes no Uruguai para contatos e atividades subversivas no país. Estes estariam no Uruguai, preparando elementos para serem enviados ao Brasil para contatos políticos dentro dos objetivos da subversão.¹²

Isso pode estar associado à infiltração de Johnson, a partir de Montevidéu. As buscas eram constantes, assim como a colaboração entre os órgãos de repressão. Em junho de 1972 foi preso um jovem jornalista, José Giordano¹³, que agia como “correio tupamaro”. Entre várias ações relatadas, ele contou que contactou no Chile Ubiratan de Souza (da V.P.R.) e Takao Amano (da ALN). Está claro que os militantes estavam sendo observados e havia uma rede forte de informações. Isso não implica que não houvessem atividades desconhecidas da repressão.

¹⁰ LAQUE, 2010, p. 413.

¹¹ CIEX, op. Cit. p. 6.

¹² CIEX, 33, 10/1/1972. Movimento geral dos grupos subversivos brasileiros no Chile.

¹³ Cieux, 310, 9/6/1970. Correio tupamaro.

A presença dos militantes no Chile teve um problema nodal para a VPR, que foi a ação de Cabo Anselmo e sua ação no meio dos militantes. Como esse caso envolve a Chacina de Recife, trataremos dele em capítulo separado.

A súplica de Cristóvão da Silva Ribeiro

Santiago do Chile se tornaria lugar de resistências, esperanças, reencontros e novas tristezas. Dentre os militantes que se deslocaram para lá, há aqueles que não conseguem, por problemas individuais, pessoais, seguir na luta. E dentre estes, há um caso de arrependimento que vale a pena acompanhar. Quando recai sobre a militância a desconfiança sobre Cabo Anselmo, ela se estende também a James Allen Luz: “não existem mais dúvidas, entre os asilados brasileiros em Santiago, de que [eles] sejam agentes policiais, havendo contra Anselmo uma ordem de execução”. E no mesmo documento, se diz que

O banido Cristóvão da Silva Ribeiro está sendo considerado ‘homem acabado’, entre os asilados brasileiros: não quer mais nada com o trabalho e está desiludido com tudo, o mesmo acontecendo com sua mulher. Suspeita-se que esteja também a serviço da polícia brasileira.¹⁴

Um informe do Cisa traz informações sobre ele. Ex-soldado da aeronáutica, serviu na AFA de 1959 a 1961 e começou sua militância no Colina. A partir de julho de 1969 teria se “profissionalizado na VPR, passando a receber NCr\$300,00 para sua manutenção, sendo que a organização pagava o aluguel de seu “aparelho”. O relato traz a lista das ações das quais ele participou, indicando os nomes dos demais participantes. Ele foi preso, seu depoimento foi tomado pela FAB, em data imprecisa de 1970.

Ele foi um dos banidos em janeiro de 1971, constando da lista dos trocados pelo embaixador suíço. Aproximadamente um ano após sua chegada em Chile, “dirigiu-se ao Consulado do BRASIL em SANTIAGO, em 18/2/1972, dizendo-se arrependido e pedindo para regressar ao BRASIL”. O documento informa que a esposa de Cristóvão estaria enferma, com suspeita de câncer. Supõe-se que ele tinha ação militante, pois “o

¹⁴ Chile. Asilados brasileiros. Informe B-1. CIEX, Difusão para SNI e outros, 21/2/1973.

marginado solicitou às autoridades consulares brasileiras o maior sigilo acerca de sua decisão, alegando medo de seus companheiros residentes no CHILE”.¹⁵ O documento ainda informa que ele pedia ao governo brasileiro passagens para ele, sua esposa e duas filhas poderem voltar ao Brasil. A DSI-MRE pede um parecer do SNI sobre o caso, o que não localizamos na documentação se foi realizado ou não. Está claro pelas anotações manuscritas que o mesmo foi encaminhado para outras instâncias. Além do teor do documento ser relevante, pois se trata de um militante que se arrepende e tenta voltar com a família para o Brasil, mesmo tendo sido banido e o Brasil vivendo a mesma ditadura, o ex-militante entrega junto uma carta, manuscrita, dirigida ao ditador de turno, “exmo sr Emilio Garrastazu Médici”. A carta segue:

Sabedor dos esforços que V Exa e o povo brasileiro vem realizando no sentido de tornar nosso país no gigante de fato da América Latina, venho por meio desta pedir a V. Exa autorização para incorporar-me nessa tarefa que é de todos nós brasileiros.

Presidente, eu sou um dos banidos, que foi trocado pela vida do embaixador da Suíça. Claro que cometi erros e estou disposto a pagá-los. Eu quero olhar nosso país e vê-lo na sua juventude e dinamismo, na sua beleza e grandeza, com toda riqueza natural que nos oferece para uma existência digna e feliz. Vamos dedicar nossa inteligência, nossa capacidade e nossas energias para o desenvolvimento, para a prosperidade das nossas coisas, do nosso patrimônio social, cultural e econômico. (...)

Ficaria extremamente grato e feliz se recebesse de V. Exa esta resposta: sejam bem vindos todos estejam conosco para juntos emprendermos a trajetória ascendente do progresso brasileiro. (...) Confiante no seu bom acolhimento à presente, aguardo um breve pronunciamento.¹⁶

Não temos mais dados sobre Ribeiro, mas a situação era dramática. Não sabemos se ele estava durante este um ano no Chile exercendo tarefas de apoio ao CIEX, não encontramos mais dados neste sentido além do informe do CIEX. O fato é que ele abandonou o barco da luta da VPR e se mostrava arrependido, “disposto a pagar pelos erros”, e sobretudo, voltar

¹⁵ Pedido CRISTÓVÃO DA SILVA RIBEIRO, 18/2/1972, Difusão ao SNI.

¹⁶ Carta, manuscrita, de Cristóvão Ribeiro para Médici, Santiago, 7/2/1972. Sublinhados feitos provavelmente pelo agente do Consulado.

ao Brasil. Sua carta tem um tom fortemente ufanista, não fala sobre sua família, embora o encaminhamento da mesma indique que houvesse problemas de saúde a serem tratados.

Aristóbulo del Valle

Em conversas com militantes da VPR que estavam no Chile eles relatam que havia um clima de muitas atividades na capital, o que facilitava a circulação e o acompanhamento da repressão. Alguns escolheriam a clandestinidade para fugir dessa visibilidade. O relato de Roberto Fortini não é muito preciso sobre a ordem dos acontecimentos, mas nos esclarece a posição do grupo:

[...] eu assumi uma responsabilidade e não saí da VPR porque em Santiago do Chile, a VPR estava muito infiltrada e todo movimento estava sendo infiltrado pela polícia, pelo exército brasileiro, pela repressão que era essa tal de Condor. E aí, criamos um grupo de isolamento para poder sobreviver das infiltrações que havia.

[...] o companheiro Aluízio que assumiu uma responsabilidade naquela época de infraestrutura dos companheiros que voltavam do treinamento porque nós tínhamos muitos estudantes que não tinham condições nem se quer de usar um revólver, então tínhamos que dar condições de capacidade para poder enfrentar a luta que se via que se continuava.¹⁷

Ele havia sido figura-chave no esquema da pesqueira, em Três Passos. Mas o que a repressão não descobriu foi que havia outro lado do esquema, advindo ainda dos recursos do cofre de Ademar, um esquema na Argentina, o “lado de cá”, sobre o qual não temos muita informação:

Bom, eu assumi a responsabilidade da infraestrutura do Sul porque eu tinha bastante experiência e tinha ficado na estrutura. A estrutura onde eu estava, certo? Caiu para o lado de lá, mas não caiu no lado de cá. E eu tinha conhecimento, conhecia perfeitamente bem a fronteira desde Santo Tomé na Argentina e lá na frente São Borja até aqui em cima em Itapiranga, um município catarinense que faz divisa com o Rio Piquiri-Iguaçu e pega o lugar...então eu assumi

¹⁷ Esta entrevista foi concedida a Gilberto Calil e Marcos Vinicius Ribeiro, na ocasião do ato de lançamento do Centro de Memória de Foz do Iguaçu, em 2013.

responsabilidade e toquei para frente o que deu para tocar. Nós fizemos isso aí e nosso companheiro Aluizio, indiscutivelmente nós não sabíamos, mas ele estava em uma cidade perto de onde nós estávamos, não tinha muita distância. (Idem)

Esse esquema é mantido até hoje, sendo raramente usado para reencontro dos remanescentes da VPR como o que ocorreu em 2013. Fortini viveu lá parte de sua vida, após ter estado no Chile, foi para a Itália, pois é cidadão italiano, e de lá voltou para a Argentina, nesse espaço da VPR onde lembra de ter recebido Gustavo Schiller “o bicho”, que participou daquele espaço, como Aluizio Palmar esclarece, lembrando como estavam organizados.

Além dessa base do Fortini em Aristóbulo del Valle e outra em Campo Grande, havia uma terceira base, que ficava em Capióvi, na barranca do Rio Paraná, bem próximo ao Rio Paraná.

Ali a VPR comprou uma propriedade, uma boa propriedade, e bem próximo a ela havia um Castelo, era uma casa imensa com porão, com um baita porão todo embaixo da terra, não sei se era para guardar comida, vinho. Era de um alemão, a gente imagina que era um desses que vieram logo após a 2ª Guerra né? (...)

Foi uma coisa muito interessante que o Fortini que comprou para a VPR de Capióvi.¹⁸

O próprio Palmar esclarece:

Qual era o projeto? O projeto do Fortini, que na verdade ele veio para a Argentina sem ninguém saber onde ele ia, nem ele e nem a VPR. Eles não disseram para ninguém em que lugar estariam a posição geográfica. (idem)

Esta era uma política tomada por eles, a “clandestinidade na clandestinidade”, apontada como responsável pela sobrevivência deles.

Eu também, ninguém ficou sabendo onde eu estava, por isso eu disse clandestinidade dentro da clandestinidade. Nós éramos os clandestinos mas dentro da VPR nós também éramos clandestinos. (idem)

¹⁸ Entrevista de Aluizio Palmar a Carla Luciana Silva, no Centro de Diretos Humanos de Foz do Iguaçu, em 8/10/2013.

Ele explica a situação peculiar. Fortini estava em um espaço comprado pela VPR e ele estava como possessor, em uma região de muitos brasileiros, e um movimento de plantadores de chá:

Ou seja, a gente estava fazendo a mesma coisa, na mesma área, sem um saber que outro estava fazendo, desperdício total de forças e de recursos, porque poderia estar em outra região, não precisava estar ao lado dele né? Era até perigoso, porque eu poderia cometer um erro qualquer minha área queimar e consequentemente queimar o Fortini. Ou vice-versa, poderia acontecer algum caso de ele e o Gustavo se queimarem e me queimar também, porque a repressão começa a procurar gente né?

O tempo que permaneceram lá é muito difícil de precisar, mas as lembranças são contundentes:

Por isso que quando eu me envolvi com o Movimento Agrário Missionero me queimei e tive que sair da região eu poderia ter queimado o Fortini. Eu saí da região, cá fora. Eu não sabia dele, eu sabia que eles estavam ali em algum lugar, porque certa ocasião eu andava na cidade de Oberá, estava indo da fazenda para o sítio, saindo de um sanatório e indo para outro, e na cidade uma pessoa me viu e me chamou, que foi o Gustavo Buarque Schiller, eu custei à reconhecê-lo, mas eu encontrei com Gustavo em Oberá. E depois me encontrei com a Nadja, com a Nadja foi ponto, com o Gustavo foi casualidade, assim como eu vi o Gustavo e o Gustavo me viu, poderia ter um agente da repressão estar por ali. Mas faz parte do negócio. Eu imaginava que eles andavam pela região, só não sabia aonde, mas os nossos planos eram esses. (Idem)

Mesmo que a presença deles fosse uma questão de segurança, de extrema clandestinidade, corriam riscos imensos. Quando sai dali, Palmar passa um curto tempo em Posadas, lugar de fronteira com o Paraguai. Mas logo se desloca mais uma vez com a família para Resistência, no Chaco argentino e ali ficaria até a Anistia. Dali faria contatos apenas por Buenos Aires. Lá se estabeleceu com sua família, administrando uma pequena fábrica de soda. Não deixou de ser procurado pela polícia, mas diz que já não realizava atividades de militância.

Na documentação do CIEX, são poucos os registros de Palmar, e sempre ocorrem quando ele atravessou a fronteira, como em 27/3/1973,

que informa que ele “ingressou no Brasil proveniente do Chile, em data entre 10 e 20/3/1973”.¹⁹ O CIEX acompanhava os militantes que estavam em Buenos Aires²⁰. Foi lá que Palmar encontrou Onofre Pinto e Alberi dos Santos, em 1974.

Existem outros fluxos de outros militantes da VPR, e reunir essas rotas é tarefa para novas pesquisas. Há um forte fluxo de guerrilheiros, militantes e apoiadores difusamente reconhecíveis como nacionalistas nessa larga faixa de fronteira no final dos anos 1960 e meados dos anos 1970. O que nos chama atenção em especial são esses militantes que podendo estar fora, tendo possibilidade de se manter no exílio e ir para outros locais mais seguros (como na França, que recebeu vários banidos brasileiros), preferem seguir algum tipo de luta.

Tudo isso também está relacionado ao estudo da repressão e às formas de expansão para além do país, constituindo-se a chamada Operação Condor, assunto que já vem sendo estudado e esclarecido. Sabemos que havia anos que já se organizava a Liga Anticomunista Mundial²¹....

O documento a seguir mostra que Dowbor, dois anos depois, era ainda acompanhado pelo serviço de informações, a partir da Argélia dando notícias de que iria ao Uruguai: “O banido LADISLAS DOWBOR, codinome JAMIL, que se encontra na Argélia, viajará ao Uruguai em março/1973. O objetivo da viagem é encontrar-se com elementos da VPR, que vem do Brasil”.²² O documento complementa dados sobre o interesse e a rede de informações:

Nota: o informe provém originalmente de um elemento da VPR, chamado AFONSO (último nome desconhecido), que se encontra em Montevideú. Trata-se de um mulato alto de uns trinta anos. Luta caratê. Era elemento do XI de Agosto, em São Paulo. A função de AFONSO (Último nome desconhecido) no Uruguai seria representar a

¹⁹ CIEX, 158/73. Aloisio Palmar. Vinda ao Brasil

²⁰ CIEX 502/73, 8/10/1973. Organizações brasileiras em Buenos Aires.

²¹ RIBEIRO, Marcos Vinicius. A história da confederação anticomunista latino-americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979). 2018. Tese de Doutorado em História. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2018.

²² CIEX. Distribuição CISA, n; 071, 12/2/1973, C-3. Secreto. LADISLAS DOWBOR. Viagem ao Uruguai. VPR.

VPR. Esse Centro agradeceria receber do CISA maiores dados (qualificação, fotos e antecedentes) de Afonso.²³

Esses materiais atentam o constante acompanhamento dos militantes, mesmo fora do Brasil. Ressalte-se que o tratamento dado aos banidos, caso voltassem ao país, seria a prisão e morte. Os banimentos estão muito relacionados às práticas dos sequestros dos diplomatas, acabar com os seus envolvidos seria uma forma de eliminar a humilhação internacional que foi a soltura dos militantes em troca da vida dos sequestrados.

O CIEX reunia materiais e enviava avisos, que muitas vezes redundavam em movimentações de outros órgãos no Brasil. Ainda no período democrático no Chile previa a realização de um encontro, em junho de 1973, entre ALN, ERP e FAR para traçar um Plano de Ação “visando recrudescimento de ações terroristas, especialmente o assassinato de militares, principalmente do Exército e das polícias, ligados ou não à subversão”. O descompasso da história brasileira e dos países vizinhos tornaria impossível seguir qualquer tipo de central organizativa, embora estivesse em gestação a JCR – Junta Coordenadora Revolucionária. Por outro lado, a própria repressão encontrava meios de se internacionalizar.

²³ Idem.

Capítulo XVII

CHACINA DE RECIFE: a repressão e a infiltração de Cabo Anselmo

A obra do jornalista Luiz Felipe Campos se debruçou sobre o tema do chamado “Massacre de São Bento”. Este é um tema que, embora tenha elementos em aberto, está relativamente conhecido. Foi possível, a partir de esforços de várias pessoas, juntar um arsenal maior de informações que permitem ter mais clareza do que aconteceu. A Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco realizou diligências, levantou dados, e conseguiu reunir esforços de várias pessoas atingidas que já haviam tratado do tema antes, sobretudo familiares dos militantes mortos.

Cabo Anselmo produziu biografias, deu reportagens, foi tema de documentários. Até no programa Roda Viva ele foi entrevistado. Este é um sintoma da forma que o Brasil tratou as questões que envolvem da Ditadura. Por isso a obra de Anselmo, e sobre ele, será ignorada nesse capítulo. Não há necessidade de ouvir suas justificativas e sim mostrar os atos de um assassino.

Este conjunto de acontecimentos nos traz muitas informações sobre a sistemática de atuação da VPR no Chile, especialmente de Onofre Pinto. Traz também sobre as formas como a infiltração se deu na organização, muito mais presente, rompendo todas as regras de segurança e situação de cuidados que os militantes deveriam ter. Uma situação de clandestinidade pode fazer com que pessoas experientes caiam no canto da sereia de uma vida mais fácil em meio ao caos, e ainda lutar. Às vezes, acreditar no que não poderia e recusar-se a ver dados concretos a sua frente são características imponderáveis da vida clandestina, pois o sonho e os desejos seguem embalando a mente humana.

Em tese, a presença de militantes em região próxima à capital pernambucana se devia à “opção” da organização se alastrar suas ações para o nordeste brasileiro. Mesmos sabedores de que o MR-8 e o ex-comandante da VPR – Lamarca – tinham sido brutalmente assassinados no sertão baiano -, o plano de ir para o nordeste foi vendido por Cabo Anselmo e comprado por Onofre Pinto, que à distância mantinha contatos com

Anselmo. Este, comandado pelo Delegado Fleury, comandava a arapuca contra o grupo que se reuniu no Recife.

Campos também aponta os sequestros como um ponto de inflexão para VPR. As responsabilidades foram tais e as consequências enormes levaram a uma série de medidas de reagrupamentos:

A VPR que tomou a frente de três dos quatro sequestros de autoridades diplomáticas no período, foi uma das mais afetadas pela diáspora. Foram 23 banidos só no sequestro do embaixador alemão, [...]. Com suas principais lideranças banidas, suas bases em território brasileiro desmanteladas pela repressão e vigiadas por agentes infiltrados, a VPR optou por dissolver suas unidades de combate¹.

O massacre ocorreria em janeiro de 1973, vindo a público exatos dois anos depois da libertação dos libertados no sequestro do embaixador suíço. Ou seja, levaria um tempo para essa dissolução se organizar. O processo narrado na obra de Campos mostra que foram meses de preparo entre Cabo Anselmo e Fleury para consolidar o massacre.

Mostramos nesse livro que há a esperança no meio revolucionário internacional com relação às possibilidades de luta no Brasil, ainda naquele momento. Dos seis assassinados no massacre duas eram mulheres estrangeiras que vieram para o Brasil realizar o que acreditavam ser uma luta revolucionária.

O episódio de Cabo Anselmo indo para o Chile, encontrando Maria do Carmo Brito e depois a Onofre Pinto mostra uma falta de rumos e de direção revolucionária. Anselmo “precisava estabelecer contato com os colegas da VPR exilados em Santiago para viabilizar um projeto no mínimo audacioso: a volta da militância armada ao Brasil com um reagrupamento guerrilheiro na região Nordeste”². O autor cita o Comunicado de 7/8/1971, demarcando claramente: a VPR estava desmobilizada, ainda assim a repressão encontrou espaço para tentar reunir militantes com o fim de assassiná-los. Conseguiria isso em Recife e posteriormente, usando método muito parecido, no episódio conhecido como a Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

¹ CAMPOS, 2017, p. 20.

² Idem, p. 23

Anselmo conhecera Onofre em Cuba, tornaram-se parceiros. É evidente que existia uma relação de confiança e admiração do líder da VPR pelo ex-líder dos marinheiros. O primeiro, desde que voltara ao Brasil e começou a atuar com a repressão vai fazer a ligação dos pontos, agindo como se fosse militante, usando sua relação pessoal com Onofre que acobertaria muitas acusações contra Anselmo, fato que corroborou diretamente para que a chacina tenha acontecido. Ele é sempre relatado como alguém de forte capacidade de convencimento: “falava sempre de uma forma envolvente, sedutora, com um magnetismo que dominava seu interlocutor”.³ Por outro lado, seria ingenuidade que moveu Onofre? Sabemos que a VPR no Chile não estava tranquila. Onofre seria ele próprio vítima de uma chacina, um ano e meio mais tarde quando seguindo *modus operandi* da repressão muito parecido com este, seria morto.

O livro de Campos esclarece que, embora a ação da repressão fosse organizada desde o Brasil, com a coordenação do delegado Fleury, foi necessário que Cabo Anselmo se deslocasse até o Chile e “pedisse autorização” para Onofre Pinto⁴ para a retomada da organização no nordeste. A justificativa de organizar a VPR no nordeste levou ao dispêndio de importante quantia de dinheiro alegadamente vinda ainda do assalto ao cofre de Ademar de Barros. Segundo Campos,

Para a missão no Nordeste, Onofre colocou 300 mil dólares à disposição de Anselmo, quase metade dos 700 mil dólares de que a VPR dispunha. O recurso inicial, 50 mil dólares, cobriria o aluguel de uma casinha no Viradouro, um dos bairros centrais de Olinda e a compra ou aluguel de um pequeno sítio em Abreu e Lima, ao norte de Olinda; a compra de um Fusca e mais o que bastasse apenas até conseguir um trabalho que garantisse o seu sustento diário.⁵

O livro mostra que logo se estabeleceram com um pequeno comércio de roupas e artesanatos, onde ficariam por volta de um ano mantendo uma “vida legal” em torno do casal Anselmo e Soledad Barret. Parte das informações do livro advém de um documento disponibilizado pelo site Documentos Revelados, o relato das ações de Cabo Anselmo, - por ele cinicamente chamado de “Relatório de Paquera”. São 13 páginas

³ Campos. P. 26.

⁴ A entrevista de Angelo Pezzuti ao Pasquim, de 1974, diz que nesse meio tempo Anselmo telefonou 15 vezes para Onofre no Chile.

⁵ Idem, p. 32.

datilografadas em que o informante relatava os passos dessa tentativa de se cacifar junto ao líder da VPR no Chile e legitimar as ações que viriam. Certamente não sabiam a dimensão exata do que seria possível fazer, já que para a repressão o objetivo era atrair o máximo de pessoas possível em torno de um suposto agrupamento revolucionário. Todos acabariam mortos em janeiro de 1973 com a participação do próprio Cabo Anselmo. Mortos em lugares diferentes, acabaram sendo reunidos na perícia os corpos de Soledad Barret, Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques, Pauline Reichstul, José Manuel da Silva, Evaldo Luiz.

Foram duas fontes que denunciavam a traição do Anselmo: Diógenes Arruda e Inês Etienne Romeu. Ela estava na casa da Morte, em Petrópolis; ela o viu por lá, e como vimos em capítulo anterior, ela já havia conhecido ele por meio de Iara Lalvenberg⁶. Na lembrança de Pezzuti:

As informações sobre Anselmo chegaram através de três canais: as cartas de Inês Etienne Romeu; dados da ALN; dados da AP e do PCdoB, levados ao Chile por Arruda Câmara). As informações eram absolutamente coincidentes.⁷

Na lembrança de Diógenes Oliveira, “Onofre continuou negando e acreditando e só parou de falar neste assunto depois que viu no jornal El Mercurio a notícia do massacre do Recife. [...] À distância, com o tempo, eu digo que nós não queríamos acreditar, para nós seria o fim, como realmente foi”⁸.

Quando um caso desses ocorria, o sistema de informação ficava de resguardo. O próprio Anselmo relata que queria seguir agindo, mas Fleury o descartou. Muitas vezes pela própria manutenção da fonte, o que era de conhecimento de um setor, não era de outro. Encontramos um documento no CIEIX alertando que “Não existem mais dúvidas, entre os exilados brasileiros em Santiago, de que o Cabo ANSELMO e JAMES ALLEN LUZ sejam agentes policiais, havendo contra ANSELMO “ordem de execução”.⁹ Entretanto, não existiu a ordem de execução, Onofre acobertou o caso, Anselmo sairia ileso, mas não Onofre.

⁶ Iara já havia sido assassinada em agosto de 1971, em Salvador.

⁷ Angelo Pezzuti, 14/10/74.

⁸ OLIVEIRA in FUKUDA, 2014, P. 125.

⁹ Informe CIEIX, 114/73, 7/3/1973. Chile. Asilados brasileiros.

O deboche da paquera

Quando voltou de Cuba para o Brasil, em maio de 1971, Anselmo foi preso, delatou e ajudou a dismantelar a VPR em São Paulo, inclusive o líder, Aloizio Palhano foi um deles. Nessa jogada, Anselmo ascende à liderança da VPR, o que lhe garante credibilidade para agir como agente duplo.

Quando recebeu a missão de contatar a VPR no Chile, produziu um documento debochadamente chamado de “relatório de paquera”, que é es-tarrecedor. Um acinte, pois debocha da relação entre Anselmo e Onofre, embora tenha como alvos também Maria do Carmo Brito e Marcio Moreira Alves. Relata a estadia que começou no dia 22/11 e terminou em 5/12/1972.

O primeiro contato dele no Chile foi com a embaixada cubana, pois com isso buscava os laços que trazia de Cuba. Lá haverá resistência e desconfianças sobre ele. Não só pela forma como o receberam, mas por desconfiar mesmo dele, e ele mesmo relata isso:

Mais tarde soube que Julian, antes de assumir seu posto no Chile visitando todos os brasileiros banidos ou clandestinos em seu país e já contava com uma informação de que ‘o regional S. Paulo da VPR estava infiltrado’ e outra: ‘que o cabo A tinha se entregado à repressão’.¹⁰

Ele vai contando como ia mentindo para despistar seus interlocutores. Perguntado sobre Palhano disse que “está preso. (...) caiu em um ponto aberto por um camponês”. E joga a responsabilidade em Moisés (José Raimundo), justificando assim sua ida ao Chile, forma de legitimar sua presença lá. Na embaixada chilena ele deixa “uma carta para Shizuo ou Onofre”. Ele insiste muitas vezes que quer ter o contado da ALN no Chile, mas recebeu evasivas sobre isso. Ele não volta à embaixada cubana, mas diz que “deixei um bilhete com Onofre” para retirar a carta que lá havia deixado.

O relatório manda uma série de nomes e endereços para serem investigados e explicita como falar com Onofre:

¹⁰ Relatório de Paquera, Cabo Anselmo, p. 6

Fone: 3-5818 (em Santiago)

Falar em espanhol que deseja falar com o DR. MORAIS. Atendendo o dr Moraes, falar em português que vem da parte do Maurício e deseja falar com Ribeiro. Ribeiro é Onofre.¹¹

Rapidamente essa informação se difunde no serviço de informação brasileiro, que também indica endereço para telegramas e cita o contato do escritor Mario Benedetti, no Uruguai. Era o endereço usado por Anselmo para se corresponder com Soledad, no Brasil.

Indica os pontos para entrada de “pessoal da VPR no Brasil”, que se daria pela publicação de anúncio de classificados no jornal Estado de São Paulo: “vendo a vista. 60 mil. Boa casa Itaim, (telefone), Natan”.

Já em Recife, no restaurante, Maxim, a senha seria “será que tem galinha ao molho pardo hoje?”, e a contrassenha seria “tem peixada”. E completa:

Ficamos acertados que, em Recife, entrarão, em janeiro, o mais depressa possível, o agrônomo baiano (casado com a mulher do Jamil e que deseja trazê-la o mais depressa possível). Que acertamos chamar de “Baião”. E Evaldo (“Sergio”) do grupo em que estava sob a direção de A Palhano. Sergio é perito em armas e explosivos.¹²

O documento registra, a mão, a pergunta: “agrônomo baiano? Sergio – preto – ex-marinheiro”. Evaldo Luis Ferreira de Souza era negro, por isso o registro “preto”.

Aos poucos fica claro que seu principal contato no Chile foi Onofre Pinto que lhe passou muitas informações. Não só isso, reconheceu que sabia que pairava suspeita sobre Anselmo para ele mesmo. Ainda assim, passou inúmeras informações.

Ele vai narrando encontros que teve. Alguns pontos ele reitera que “Onofre me disse depois”. Relata que teve encontro com “um casal desconhecido (Lia e o marido), que evidentemente desconfia de algo. Ela não conhecia Anselmo. Ele descaradamente descreve que Maria do Carmo estava desconfiada. Diz que “perguntaram-me pelo cabo. Respondi que estava vivo e em segurança”.¹³ Depois ele registrou: “a moça e o rapaz me reconheceram”.

¹¹ Idem, p. 4. Está reproduzido, por exemplo em documento do CISA, 3/1/1972.

¹² Idem, p. 4.

¹³ Idem, p. 7.

Várias outras situações são narradas por ele, e é importante ressaltar um ponto específico “Onofre Pinto”

Com Onofre, a conversa foi fluida e fácil. A minha ida ao Chile se devia a uma situação rigorosamente calculada: ficaram com o que de positivo dispunha a VPR como organização, enquanto o Comando interno escrevia documentos. Fui parco em palavras durante a minha estadia militante junto a Moises. Com palavras escolhidas e rodeios esotéricos, mostrei-lhe que era o herdeiro moral e político de Palhano e Moisés, os dois esteios da VPR.¹⁴

E seguia, descaradamente avaliando a situação da organização que ele mesmo estava ajudando a destruir. Escreveu que relatou a Onofre que

Os ‘comandantes’ no Brasil queriam sair para fazer congresso no exterior. Nós estávamos montando a estrutura ligada à base ‘estratégica fundamental’. Em S. Paulo podíamos receber gente. Ele Onofre se opunha firmemente a essa ideia. Temia por minha segurança. (Idem)

O cinismo desta colocação é gritante. Com isso, reafirmava-se que a atração se daria em torno do nordeste, mesmo que o Cabo estivesse tentando facilitar em São Paulo. Ele relata mais esquemas, como os vínculos com a Argélia, inclusive dizendo que a VPR “controla 9 dos 13 Frentes Brasileiras de Informação”, o que parece ser uma inflação da importância do grupo. Lembremos que Lamarca tinha sido claro quanto a se manter longe da FBI.

Ele é meticuloso em analisar a imprensa de esquerda brasileira no Chile, bem como um filme realizado sobre o Brasil e até uma peça de teatro. Busca mostrar-se como um grande patriota, já que mostra que o material produziria uma visão muito ruim sobre o país “os grupos banidos esqueceram-se de sua nacionalidade”.

Sua fonte segue sendo Onofre, citado mais e mais vezes. Insisto com isso não apenas para mostrar que ele esteve muito tempo com Onofre, que conversou muito com ele, que criou formas de reiterar sua confiança. Cito porque na página 10 ele escreveu:

¹⁴ Idem, p. 8.

Num informe chegado do Rio, constava, com todas as letras esta informação: ‘o cabo Anselmo se entregou à repressão’. O informe, datilografado, estava assinado por OLGA. Mais tarde, Onofre, que me mostrou o informe, explicou que Olga era uma das moças que tinham caído nos últimos meses.¹⁵

Ou seja, há, segundo Anselmo, a consulta por parte de Onofre sobre a denúncia de Inês. Finalmente, indica que Onofre era portador de grande quantia de dinheiro, e que estaria disposto para gastar “até 300 mil dólares” para as bases no nordeste serem ativadas. Fica claro que há também um interesse sobre o dinheiro, que seria um botim de guerra para os repressores. Anselmo ainda descreve os nomes que conseguiria levar para Recife, e pede, insistente que para Soledad não fosse aplicada a “solução final”, porque estava muito apegado afetivamente a ela. Não atendido, participaria de seu assassinato.

Toda essa carga negativa de ações redonda na Chacina, como já falamos. E gera no Chile o desmantelamento final, mas não de forma fácil. Angelo Pezzutti colocou o tema em discussão, propondo “a rápida evacuação de todo pessoal que estava na área sob seu comando”, mas Onofre “recusava-se a viabilizar essa alternativa. Como resultado, Angelo perde a votação e se decide apenas “formar uma comissão de investigação sobre as suspeitas que recaiam sobre Anselmo”, e ainda pior, “havendo no grupo quem levantasse suspeição sobre Inês Etienne”¹⁶. Inês reconheceu a voz de Anselmo na Casa da Morte em Petrópolis, conseguiu avisar aos companheiros, que não acreditaram nela. Com aval de Onofre, Anselmo seguiu firme para a chacina. Quando o irmão de Soledad foi enviado ao Chile, é encaminhado um alerta para ser expressamente entregue a ela. O rapaz acaba entregando direto ao Cabo, e o fim se consolida. Anselmo usou Benedetti para contatar Soledad. Posteriormente o grande poeta uruguaio fez a ela um poema.

Muerte de Soledad Barret

Viviste aquí por meses o por años
Trazaste aquí una recta de melancolía
Que atravesó las vidas y las calles
Hace diez años tu adolescencia fue noticia

¹⁵ Idem, p. 10.

¹⁶ Carmela Pezzuti, in: PAIVA, 1996, P. 119.

Te tajearon los muslos porque no quisiste
Gritar viva Hitler ni abajo Fidel
Eran otros tiempos y otros escuadrones
Pero aquellos tatuajes llenaron de asombro
[...] Con tu imagen segura
Con tu pinta muchacha
[...] Pero el abuelo Rafael el viejo anarco
Te tironeaba fuertemente la sangre
Y vos sentías callada esos tirones
Soledad no viviste en soledad
Por eso tu vida no se borra
Simplemente se colma de señales
Soledad no moriste en soledad
Por eso tu muerte no se llora
Simplemente la izamos en el aire
Desde ahora la nostalgia será
Un viento fiel que hará flamear tu muerte
Para que así aparezcan ejemplares y nítido
Las franjas de tu vida

Ignoro si estarías
De minifalda o quizá de vaqueros
Cuando la ráfaga de Pernambuco
Acabó con tus sueños completos
Por lo menos no habrá sido fácil
Cerrar tus grandes ojos claros
Tus ojos donde la mejor violencia
Se permitía razonables treguas
Para volverse increíble bondad
Y aunque por fin los hayan clausurado
Es probable que aún sigas mirando
Soledad compatriota de tres o cuatro pueblos
El limpio futuro por el que vivías
Y por el que nunca te negaste a morir.

BENEDETTI, MARIO

Capítulo XVIII

A CHACINA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: seis desaparecimentos impunes

O mais importante trabalho que existe sobre essa chacina é o livro do jornalista Aluizio Palmar, cujo trabalho de investigação nos inspirou para a realização desta pesquisa. Espero ter contribuído para mostrar que a vinda daqueles militantes para o Brasil precisa ser entendida dentro de um amplo contexto de pessoas que acreditavam que ainda era possível resistir em armas, por mais que os fatos provassem o contrário.

São pessoas que de alguma forma insistiam em um velho sonho, embalados pelas notícias esparsas sobre as ações de guerrilheiros no norte do Brasil. Ou, simplesmente, desiludidos de tudo, como parece ser o caso de Victor Ramos. Victor estava casado há pouco tempo com uma jovem militante da juventude peronista que morreu em um acidente de carro, possível perseguição policial. Ou ainda, profundamente culposos por terem sobrevivido e comprometidos com (a memória de) Lamarca, como o caso de Lavecchia. Ou, dois irmãos de uma família que lutara com todas as suas forças pelo projeto revolucionário, Daniel e Joel. E ainda, um jovem argentino que recém fizera 18 anos, Enrique.

Tentamos mostrar que o *modus operandi* da operação que capturou Cerveira e Rita parece ter criado uma forma de ação dos órgãos de informação. Eles estavam acompanhando os passos daqueles que queriam atrair, tendo Onofre Pinto como chamariz. Se com Cerveira houve todo um trabalho em torno da construção de uma tese de luta (os Doze Pontos), Onofre já havia feito um serviço involuntário de menosprezar o peso de Cabo Anselmo, levando à Chacina no Recife. Faltava atraí-lo definitivamente.

Lembrar de Cerveira aqui não é desmedido, pois o CIEX mais de uma vez associava os dois, como em novembro de 1972 em que se informava que

Em 25/10/1972, J.P. Cerveira continuava desaparecido do meio de asilados e banidos no Chile.

Consta que o marginado teria viajado para o Brasil, via Argentina e Uruguai.

Por outro lado, o ex-sargento ONOFRE PINTO também se encontra desaparecido, supondo-se que tenha viajado com CERVEIRA.¹

Embora os documentos sejam apenas indicativos, e as datas não sejam precisas, há um acompanhamento constante. O CIEIX informava de novo que Onofre esteve em outubro de 1972 na Argentina, a fim de fazer contato”.²

As lembranças de Aluizio Palmar

O pontapé inicial dessa investigação inicia com a lembrança de Palmar quando o mesmo foi convidado por Alberi dos Santos, em Buenos Aires, para voltar ao Brasil. Palmar não foi o único recrutado que não aceitou vir para o Brasil. Alberi Maffi, que havia participado da Pesqueira, em Três Passos conta:

Eu também em Buenos Aires, como Aluizio e Bona Garcia, fomos procurados por um traidor, por um elemento infiltrado dentro do sistema de repressão brasileiro que foi o ex-sargento Alberi, (...) aquele foi um que se passou para a repressão e tentou, como trouxe alguns companheiros de volta ao Brasil e que foram chacinados. [parte de um] sistema de infiltração que a ditadura fez combinada e articulada com os movimentos de repressão de outros países, a Argentina, o Uruguai, Paraguai e Chile, e que essa história precisa ainda ser revelada.³

Maffi foi preso, foi para o Chile e lá se exilou na embaixada do México, onde conheceu Alberi Santos, que lhe encontrou em Buenos Aires. Em 20/9/1973 um documento confidencial da Embaixada do México no Brasil respondia sobre os asilados que lá se encontravam e informou que “Alberi Vieira dos Santos (50) já não se encontra mais no México, e que estão faltando alguns nomes, entre eles, Alberi Antonio Maffi”. O governo mexicano reiterava que não daria asilo a eles, e a lista somava 50 nomes, provenientes da Embaixada no México quando ocorreu o Golpe no Chile. Maffi acabaria indo para Argentina, “mais perto de casa”. Assim, Palmar

¹ CIEIX, 157/72. JPC e OP, 25/11/1972.

² CIEIX, 056/73, Onofre Pinto. /2/1973.

³ Entrevista de Alberi Maffi para Aluizio Palmar e Valdir Sessi, 5/2/2014, Braga, RS.

seria um entre três militantes convidados que não aceitaram, escapando da morte.

Por mais que se tenha procurado documentos sobre o caso, os mesmos são escassos. Já indicamos que a repressão esperava que Onofre Pinto fosse de alguma forma tentar voltar ao Brasil. Há alguns registros de que ele estivesse em Buenos Aires. Ele foi um dos militantes que buscou asilo na Argentina depois do golpe em 1973. Liszt Vieira relata inclusive que o encontrou na Embaixada da Suécia, buscando asilo europeu.

Em fevereiro de 1974 um documento secreto dizia que “estive em Buenos Aires, em janeiro de 1974, o ex-sargento Alberi Vieira dos Santos”. Completa que “Em Buenos Aires, Alberi fez convites a vários asilados para integrarem uma organização no sul do Brasil”. E adenda: “a presença de Alberi causou suspeita na Argentina. Tem-se certeza de que o nominado é elemento de ligação do Exército e de que tem contatos com o Adido do Exército em Montevideú”⁴.

Este documento que tem como fonte a rede de espionagem que já foi usada com Cerveira, indica que sim, Alberi esteve cooptando militantes dizendo que iriam para luta no Brasil, e joga dúvidas sobre como ele é recebido pelos demais. O informe não esclarece quem é o sujeito do “tem-se certeza”...

Em 6/6/1974 existe um pedido de busca contra Onofre Pinto. E em 14/6/74 o CIE deu o alerta: “de acordo com Info recebido, está para entrar no Brasil nos próximos dias, a fim de executar uma operação, que segundo conversas entre elementos pertencentes a grupos subversivos no Uruguai, é de muita importância”⁵.

Em 28/6/1974 há uma informação veiculada pelo SNI sobre “atividades subversivas”.

⁴ OS(M) 06. Pessoal Secreto. Monitor Sidonio, fonte Altair. C-3, 18/2/1974

⁵ CIE. Onofre Pinto. 14/6/1974.

CONFIDENCIAL



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE



~~DOCUMENTO DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES~~

INFORMAÇÃO DE 160/6/ABA/74



73736

DATA - 28 JUN 74

ASSUNTO - ATIVIDADES SUBVERSIVAS (IN-3.C)

DEPARTAMENTO - AG/URI

1. Em data de 14 MAI 74, os diretores da empresa "INDUSTRIAS DO BRASIL - S/A", receberam um telefonema anônimo, transmitido por voz de homem que ameaçava a colocação de uma bomba no recinto da fábrica no dia seguinte. No dia seguinte os peritos da DFP/DA/RS compareceram ao local, juntamente com funcionários do COPE/RS, efetuando inspeção em todo local sem que nada fosse encontrado.

No dia 04 JUN 74 fato semelhante ocorreu no INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA CIMA, cerca de 1300 hs, uma voz feminina avisava de que uma bomba explodiria naquele estabelecimento durante a tarde daquele dia. Após inspeção realizada por agentes da segurança, nada constataram.

No dia 17 JUN 74, na saída de uma das salas do INSTITUTO CULTURAL MAGILSINO NORTE-AMERICANO foram apreendidos o terceiro andar avião, de onde se, através de um aparelho anônimo entre 1810 e 1900 hs, ameaçava explodir o edifício.

No dia 20 JUN 74, novos telefonemas anônimos ameaçaram as direções das colégios SIVISSE e PIO XII e suspenderam as aulas, devido a ameaças de explosão de bombas nos prédios durante a manhã escolar.

2. Em meados de MAI 74, autoridade argentina, ligada ao Serviço de Segurança da daquele país, informou que aguardava o momento de atividades de organização de extrema esquerda nas cidades de FORT DE LOS LYNERS, MONTE CASEROS, ARIAS e CASTO TENE, todas fronteiras às localidades brasileiras.

- Segundo informe do Serviço de Inteligência do Exército Argentino, o RUP e a FAL estão promovendo uma mais estreita colaboração com a Vanguarda Armada Revolucionária do Brasil. A base de operação estaria na cidade de PANAMÁ na Província de Entre Rios/BA. Tais organizações iniciariam suas atividades entre os meses de MAI e JUN e agiriam com elementos / que, através da fronteira da ARGENTINA, viriam até o BRASIL através da Província de Misiones.

- Informe originado em 24 JUN 74, revelando que o GRUPO FINTO nos próximos dias ao BRASIL, com a finalidade de executar operação que, segundo se vêem entre elementos do grupo subversivo na LAMINAL, é de muita importância.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Modelo nº 2

2

Continuação do **RE** Ind. nº

100 10 APA 71 de 28 Jun

-Pis 2 -

- JOSÉ ROBERTO VILE, sogro de APOLO HENRIQUE LINDA, casou-se em 6 de novembro Valadarens/RS que seu genro (APOLO), atualmente no URUGUAI, dentro da pouca entrada clandestinamente no BRASIL.
- GUYCAR GOMES ELACHNE, que seria membro atuante do TUP. no ARGENTINA, e que teria participado do assalto ao Depósito Adu, teria ingressado em território brasileiro no mês de abril do corrente ano.
- Noite de 12 para 13 do corrente mês, foi furada o depósito de 73 pilosivas da Prefeitura de CENE ALTA/RS, a quantidade aproximada de uns (100) quilos de dinamite.
- O ex-Cgt PM ALBERTO VIEIRA DO SANTOS, que atua na Guerrilha de THOM PASSOS/RS em 1969, estaria trabalhando em SÃO PAULO e no CHURRAL. Via de seqüência de táxi-aéreo e seria bem considerado para sua família em MINAÍTA/RS. A BRIGADA DE TUPAL recebeu recentemente, radiograma de THOM PASSOS, dando conta de o ex-Cgt ALBERTO está atuando no município de MINAÍTA/RS. A mesma comunicação informa que o argumento um dia de junho nos últimos é o mesmo nível de preço da soja.

3. APROVAÇÃO

- a. A origem dos telefonemas anônimos não foi identificada, não afeta sendo a hipótese de ser trata por parte dos alunos.
 - b. Houve no período os agentes de Informações e Informes a respeito de atividades subversivas em regiões argentinas pedaleiros de fronteira com o BRASIL, acusando a possíveis ingressos clandestinos de exilados brasileiros nos países vizinhos.
4. Os outros D.I.N não apresentaram dados de registros.

..*.*.*

**CONFIDENCIAL**

Este documento que encontramos no Arquivo Nacional é muito importante.

Em meados de MAI 74, autoridade argentina, ligada ao Serviço de Segurança daquele país, informou que aguardavam aumento de atividades de organizações de extrema esquerda nas cidades de Paso de los libres, Monte Caseros, Avelar e Santo Tomé, todas fronteiras às localidades brasileiras

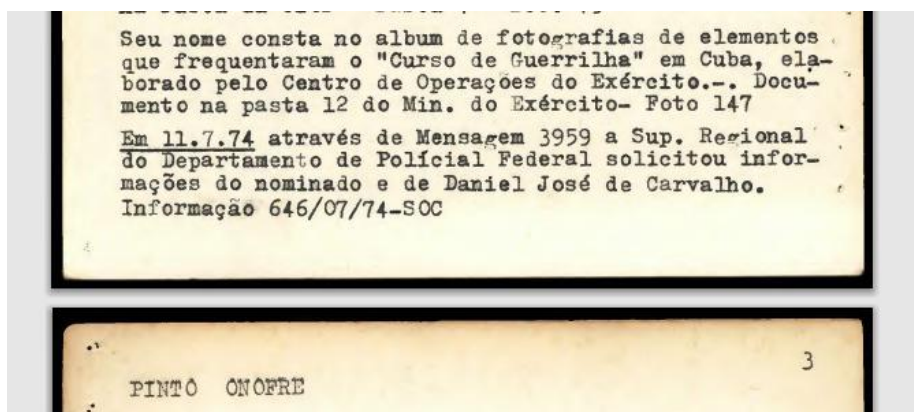
Na sequência o documento reforça uma suposta colaboração com o ERP argentino com a VPR que “agiriam com elementos que, saindo da fronteira da Argentina, viriam até o Brasil através da Província de Misiones.

Informe origem CIE dá conta provável vinda de ONOFRE PINTO nos próximos dias ao Brasil, com a finalidade de executar operação que, segundo conversa entre elementos de grupos subversivos no URUGUAI, é de muita importância.

E ainda nomeia outros militantes, especialmente Apolo Lisboa. E traz mais um dado:

O ex-Sgto PM Alberi Vieira dos Santos, que atuou na Guerrilha de Tres Passos/RS em 1965, estaria trabalhando em São Paulo e no Uruguai. Viaja seguidamente de táxi-aéreo e manda somas consideráveis à sua família em Humaitá-RS (...)

Já a ficha de Onofre no DOPS também registra algo que chamava atenção da Polícia Federal. Parece que todos os órgãos estavam alertas e sabiam que alguma coisa, não se sabia o que, estava por ocorrer.



Ficha de Onofre Pinto – DOPS/SP

Ou seja, “boatos” corriam, e não se consegue completar esse quebra-cabeças. Muitos sabiam que algo estava para ocorrer, mas quem sabia exatamente o que e como ocultou seus registros essenciais.

A rede Uruguai pode bem ser os contatos de Johnson, inclusive citamos o documento levantando a hipótese. Alberi reaparece e vai fazer esse serviço usando seus conhecimentos no interior do Rio Grande do Sul até chegar no Paraná, em lugares de muito conflitos⁶. O SNI indicou um documento do CIEX, mas não tem todas as informações. Paso de los Libres é próximo do Uruguai, dista 1000 km de onde as fontes indicam ter sido de fato a entrada do grupo, em Santo Antonio do Sudoeste, local sempre indicado pela Inteligência do Brasil como problemático quanto à possibilidade de entrada de armas e subversão.

A apuração oficial da Operação Juriti

Segundo a apuração de Palmar, Onofre, Lavecchia, Victor, Daniel, Joel e Ernesto saíram de Buenos Aires – acompanhados por Alberi – no dia 11 de julho de 1974, cruzaram dia 12, em Santo Antonio do Sudoeste, Paraná, a fronteira da Argentina com o Brasil e foram para um sítio ou serraria que seria a estrutura da organização.⁷

⁶ Um documento de 1/8/1974 indica que Alberi passava a ser um problema, pois estava espalhando em Cerro Novo-PR, que ele era um agente do SNI, junto com mais 5 companheiros, e que viajava com frequência para outros países, tendo Porto Alegre como lugar de encontro. DCI/SSP/RS, 1/8/74. Informe 22-165/74.

⁷ PALMAR, 2006, p. 177.

Portanto, o ex-militante, agora “cachorro”, Alberi dos Santos, ajudou na busca e morte dos militantes da Chacina no Parque Nacional. Ele figura na lista dos grandes traidores da luta contra a ditadura. Se junta a vários outros que participaram da Operação Juriti, a última grande ação contra a VPR, que redundou no assassinato de seis militantes no oeste do Paraná. Muito embora eles não fossem todos da VPR, o fato de terem adentrado o território brasileiro na companhia de Onofre Pinto fez com que fossem assim classificados.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade atribui ao Centro de Inteligência do Exército um papel central na operação:

173. O CIE comandou algumas das principais operações de repressão política, como a chacina do grupo de Onofre Pinto, da VPR, conhecida como Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, em julho de 1974 [...]. O CIE manteve também centros clandestinos de tortura e execução de presos políticos, como a chamada Casa da Morte, de Petrópolis. [...] Os destinos de vários desaparecidos políticos estão ligados a esse centro clandestino do CIE.⁸

Há, portanto, um registro oficial da responsabilidade do Estado brasileiro. A Comissão Estadual da Verdade do Paraná qualifica o caso como *Massacre de Medianeira: Parque Nacional do Iguaçu – estrada do Colono*. Foram mortos e desaparecidos Joel José de Carvalho, Daniel Carvalho, José Lavecchia, Victor Carlos Ramos; Ernesto Ruggia e Onofre Pinto. Não podemos descartar que outras pessoas também tenham sido mortas nesse mesmo processo.

A saída de Buenos Aires, a considerar a data de desaparecimento de Enrique Ruggia é 6 julho de 1974. A cadeia de comando da Operação é apontada pela CEV como sendo: “Doutor César” (coronel José Brandt Teixeira); “Doutor Pablo” (coronel Paulo Malhães); “Doutor Marco Antônio Luchinni” (major Sebastião Rodrigues de Moura, major Curió); Otávio Camargo (Centro de Inteligência do Exército); Alberi Vieira dos Santos.

Os casos são enquadrados como “grave violação dos direitos humanos”, sendo “desaparecimento forçado”, ou seja, permanecem em suas consequências jurídicas até que os corpos sejam encontrados”.

Ou seja, em 12 ou 13 de julho de 1974, cinco pessoas – das quais quatro brasileiros e um argentino foram executadas e tiveram seus corpos

⁸ Relatório da CNV, vl. 1, p. 156.

ocultados em uma vala em local incerto, na floresta onde se localiza o Parque Nacional do Iguaçu, próximo à estrada do Colono. Os dados são confirmados por Marival Chaves Dias do Canto, agente do DOI-CODI de São Paulo, que “confirmou o massacre e o fato de que a emboscada foi executada por Alberi, além da conexão com a Operação Condor”. Onofre teria sido morto logo depois, separado do grupo, como explica Aluizio Palmar.

A CEV repete como fonte a informação de Palmar, de um agente policial que trabalhou com Alberi e participou diretamente dessa operação como motorista, cujo nome fictício era Otávio Camargo, e que os conduziu até o local do massacre. A ele coube buscar as pessoas que vinham de Buenos Aires no dia 11 de julho, levando-os para o sítio de Niquinho Leite, parente de Alberi. O sítio se localizava em Boa Vista do Capanema, onde chegaram no dia 12 de julho. Otávio Camargo era do Centro de Inteligência do Exército, que monitorou o grupo desde que este deixou Buenos Aires.

Segundo Palmar (2006), a CEV-PR indica que

Durante a viagem pela Argentina, desde que saíram de Buenos Aires, os exilados foram monitorados por agentes do CIE. Marival Chaves foi um deles. Toda a operação foi controlada a distância pelos coronéis Brandt e Malhães. Os agentes fizeram rodízio e acompanharam o retorno dos revolucionários até chegarem ao sítio de Niquinho. Para cumprir a ordem de extermínio, um grupo comandado pelo cão de guerra major Sebastião Rodrigues, o major Curió, que usava o pseudônimo de ‘doutor Marco Antônio Luchinni’, iria esperar no Caminho do Colono, seis quilômetros mata adentro do Parque. Ao anoitecer do dia 13, Alberi e Otávio saíram com Joel, Daniel, Vitor, Lavecchia e Ernesto, justificando que iriam executar uma ação revolucionária, uma expropriação na agência do Banco do Estado do Paraná, em Medianeira. Foram desviados para o Parque Nacional, havendo fortes e desencontrados disparos de armas de fogo.⁹

O registro indica ainda que “o pelotão de fuzilamento limpou a área, enterrando os corpos em uma cova ali mesmo. Onofre foi executado depois, e seu corpo teria sido jogado em um rio”. E “Otávio Camargo” recebeu o agente da Polícia Federal Adão Almeida e foi até o local onde estariam os corpos”. Esta é a versão oficial.

⁹ Relatório CEV-PR.

Buscas já foram realizadas, tentando localizar os corpos. Palmar narra em seu livro que quando começou a denunciar esse caso recebeu falsas informações, que buscavam desviar a procura para o município de Nova Aurora. Posteriormente foram feitas buscas no Parque Nacional. Na última delas, em 2018, tivemos a oportunidade de conhecer o local, novas buscas foram feitas com escaneamento de terreno e detectores de metal, mais uma vez sem resultados.



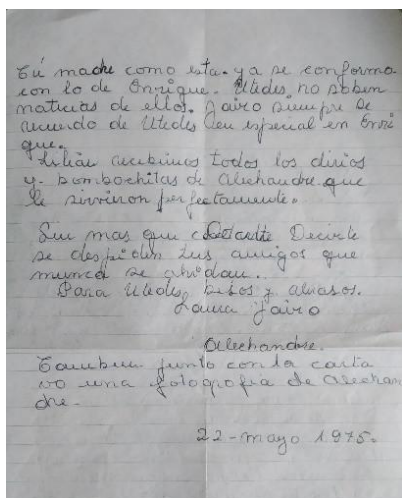
Fotografia da autora na busca no Parque Nacional do Iguaçu, junho/2018

O PNI é espaço fechado, conservado, onde não é permitida a entrada. Isso torna, em tese, a conservação mais viável, pois para adentrar na área para escavação foi necessário chegar de helicóptero, supervisionado pela Direção do Parque. Entretanto, muita coisa pode ter ocorrido nesses anos que se passaram, e é preciso lembrar que o sério trabalho da Comissão dos Mortos e Desaparecidos investiga a partir da fala de agentes da repressão (que indicaram o local provável), e sempre podem ter criado uma versão mentirosa dos fatos.

A busca dos familiares é dolorosa, vai ficando cada vez mais distante a possibilidade de localizar os corpos, sobretudo no contexto que vivemos no Brasil, em que o presidente da República coaduna com os

repressores.¹⁰ Eles morrem e levam consigo o segredo e a garantia de impunidade.

Lilian Ruggia é irmã de Enrique, um jovem argentino que recém havia feito 18 anos, iludido com a expectativa de luta no Brasil. Ela conta da tristeza da busca jamais abandonada, mas que pouco tem avançado. Em conversa com ela em novembro de 2019 em sua residência em Buenos Aires, ela nos mostrou uma série de recordações das tentativas de manter contato com os demais familiares envolvidos, a fim de não perder os vínculos que um dia possam vir a esclarecer os ocorridos. São caixas de documentos de décadas de busca de um caso peculiar. Ao ser trazido pela repressão brasileira Enrique não era reconhecido como desaparecido na Argentina, até pouco tempo atrás. Afinal, ele não foi “sequestrado, saiu por vontade própria”. Lilian ainda luta por provar que essa ação só pode ocorrer porque houve algum tipo de colaboração da repressão de seu país.

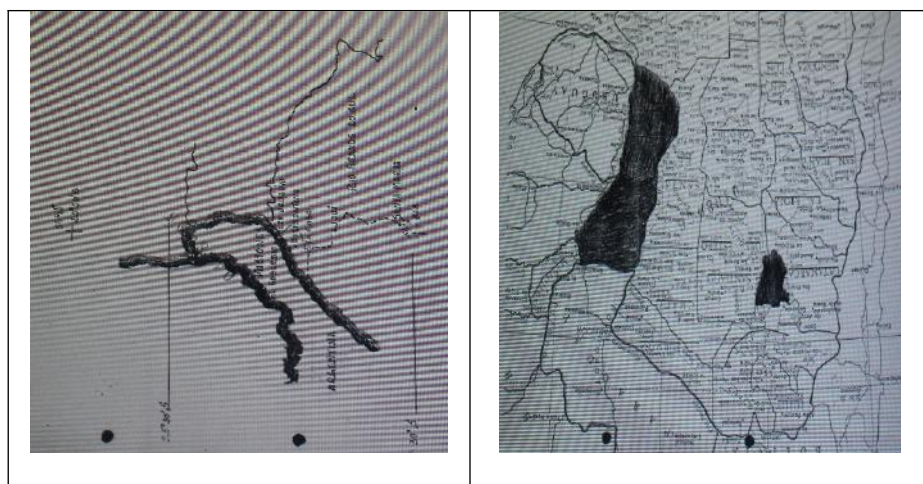


Carta de Jairo Carvalho e Laura para Lilian, 22/5/1975. Cartão de Natal

Quando as palavras faltavam, um simples cartão mantinha uma lembrança de um laço de amizade e humanidade. A pergunta realizada por Palmar segue sem resposta, “*onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*”

¹⁰ Dia 7/5/2020 Jair Bolsonaro recebeu visita de Curió no Palácio do Planalto.

Depois dessa operação a repressão brasileira seguiu ativa, buscando e caçando militantes. A colaboração, nos tempos da Operação Condor seriam muito mais aprofundadas, e podemos encontrar indícios desse aprofundamento na documentação do CIEX. Ainda em 1974 a preocupação se jogava sobre o “Plano Mesopotâmia”, parte do Movimento Comunista Internacional. No contexto de fronteira, a preocupação recaía sobre o Ejército Revolucionario Popular – ERP “um alinhamento da IV Internacional trotskista”, indicando uma ação que abarcaria Misiones, Entre Rios e Corrientes. O CIEX indicava a “adesão de agrupações subversivas chilenas, bolivianas, uruguaias e brasileiras”.¹¹ Os mapas anexados no documento remetem para área onde estava a “a base da VPR” que vimos no capítulo XX:



Legenda: INF. 44, EMAER, Secreto. No centro do mapa 1 está assinalado Aristóbulo del Vale; o mapa 2 dimensiona Tucuman e Cordoba, pontos explosivos na Argentina.

Um relatório de 1976 sobre a JCR indicava que Apolônio de Carvalho, José Maria Crispim, Darcy Rodrigues e Antônio Prestes de Paula se reuniram em Lisboa, em maio de 1975, lançando “a ideia da criação de uma Frente única e um Movimento de Ação Socialista”.¹² O estudo esmiúça o que seria a organização desse Movimento Comunista Internacional, indicando pontos de guerrilha de norte a sul do Brasil. Chega a ser cruel a citação, na página 10, dos “contatos de organizações brasileiras” com a

¹¹ VAZ, CISA, SNI. Argentina “o Exército Revolucionário do Povo – ERP”, 23/9/1974.

¹² Estudo Especial n.02/16/AC/76, fl03

Coreia do Norte que cita a participação de Daniel José de Carvalho, que já havia sido assassinado um ano antes.

O indignante é que a Operação Juriti ocorreu no restrito silêncio, nenhum documento foi encontrado por mais que tenhamos buscado nos mais variados arquivos. Os registros dos militantes eram minuciosos, como vimos ao longo deste livro, exceto quando eram levados para a morte.

Os poucos que sabem o destino desses desaparecidos vão morrendo, impunes, felizes em paz, como Paulo Malhões, vivendo em um pacato sítio, numa pacata vida. Quando resolveu falar algo, foi vítima de um incompreensível assalto e morto a tiros no seu refúgio. A impunidade é paga por toda a sociedade brasileira.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa foi muito além do que se propunha inicialmente. Comecei a problematizá-la quando estava concluindo um pós doutorado na Universidade Nova de Lisboa, em 2012. As leituras sobre a “violência da memória e as memórias da violência” de Fernando Rosas, e o projeto de pesquisa de Manuel Loff no qual me engajei, na Universidade do Porto, foram decisivos para amadurecer a necessidade de discutir a memória como uma construção política. A memória assume um papel que está muito vinculado com as mídias e imprensa, tema ao qual dediquei anos de investigação.

De volta ao Brasil, conheci Aluizio Palmar. Realizei entrevistas de História Oral com ele, orientei trabalhos sobre a temática da Ditadura na região Oeste do Paraná e passei a colaborar com o site Documentos Revelados. Desde então, essa pesquisa recebeu auxílio do CNPq e da Fundação Araucária. Concluo o livro como fruto de um Pós Doutorado Sênior, na Universidade Federal Fluminense.

Se o projeto iniciou tentando contribuir com os estudos sobre a chacina do Parque Nacional do Iguaçu, a escrita da história tornou-se muito mais ampla, porque era preciso entender o que motivava pessoas a voltarem para o Brasil em pleno governo Geisel. Claro que não queriam ser mortos, mas como apagaram todas as evidências que estavam diante deles, ignorando regras básicas de segurança, e mesmo assim vindo?

Cada militante, com suas perspectivas, fazia parte de um grande conjunto de pessoas que não eram necessariamente um grupo, mas que se somaram em torno de um grande ideal: a revolução. Ao longo das últimas décadas essa história foi sendo esquecida pela historiografia, e dando lugar ao discurso fascista que nos bate à porta e às telas. Por isso essa obra se faz tão importante, pois ajuda a retomar um tema que nunca deveria ter sido abandonado.

Não proponho aqui uma história cabal da VPR. Foram milhares de documentos colhidos, lidos, analisados. Muitos militantes ouvidos. Mas tenho a consciência de que há ainda muito mais a ser feito. Na escrita deste livro, cada capítulo foi ganhando vida própria, sem uma preocupação de repetir exatamente a mesma forma de análise em cada um deles. A cada um se buscou o rigor científico que buscasse trazer o contexto histórico, os

imperativos do Terrorismo de Estado e as ações e sentimentos de sujeitos que o combatiam.

Usamos muitos documentos providos da repressão. Mas não foi a intenção analisar como a repressão agia, e sim buscar nesses materiais indícios do que os militantes sofriam. E nesses conjuntos documentais há muitas cópias de documentos originais da própria organização, sobretudo no acervo reunido no projeto Brasil Nunca Mais, e também no Arquivo Nacional.

A história da VPR foi se construindo dessa forma, passando por distintos momentos, imensos conflitos. Uma linha tênue e permanente manteve a unidade: a busca da revolução. Podemos estabelecer, ao final, algumas fases para o estudo da VPR.

1968 foi um ano chave no Brasil e no mundo do ponto de vista da explosão de lutas sociais. Aqui tivemos greves de trabalhadores muito importantes que se somaram a manifestações imensas de estudantes secundários e universitários que exigiam a um só tempo, o fim da ditadura e o avanço de questões sociais, sobretudo no campo da educação. A VPR cresceu nesse momento, quando deixou de ser “apenas” um grupo de ex-militares e passou a ter que enfrentar a realidade de construir a luta com aqueles sujeitos até então pouco valorizados, os estudantes, a classe média e a pequena burguesia. Era difícil romper os preconceitos de classe, e quanto a isso a ideia de vanguarda atrapalhava muito. O AI-5, em 13 de dezembro de 1968 passaria a trazer novos impeditivos à luta, mas também acirraria a necessidade de lutas.

1969 foi um ano de aprofundamento da luta, de junção com outros grupos, criação da VAR-Palmares, racha, reordenamento. E foi também o ano em que a repressão aumentava suas forças. A ALN começou vitoriosa o primeiro sequestro de diplomatas. A repressão viria a se reorganizar. Lamarca já deixava marcas profundas na VPR. Foi um grande líder, usualmente lembrado como um militarista. Seus textos e suas reflexões vão muito além dos estudos sobre a guerrilha, que de fato ele produziu. Era sempre preocupado com o grande problema da “inserção nas massas”, mas também com a construção do sujeito revolucionário.

1970 é um ano mais explosivo, que vai encerrar com o grande sequestro do embaixador Suíço, em dezembro. Após o assassinato de Carlos Marighella, Lamarca passa a ocupar o lugar de “inimigo n.1” da ditadura. A experiência da área de treinamento no Vale da Ribeira é um fiasco militar para a repressão, mas é desmantelada. Também no Sul, a

pesqueira é desmontada. Novas prisões, delações, discussões sobre os Caminhos da guerrilha aparecem nesse ano, quando também alguns começam a perceber que as formas da luta não poderiam seguir como estavam, sob pena de serem absolutamente exterminados. Mas poucos ousavam falar em recuo.

O ano de 1971 inicia com a ida dos 70 militantes libertados para Santiago do Chile. Ali vão se reestruturar para a luta os militantes das organizações que ainda sobreviviam. A esquerda que permanecia em armas. Lamarca insiste na consolidação de uma Frente de lutas e acaba saindo da VPR. Com o MR8 vai acabar consolidando um recuo no sertão baiano e sendo covardemente assassinado. A VPR é formalmente extinta pelo Comando Nacional, mas ainda carece de um congresso de solução.

Em 1972 localizamos militantes fora do Brasil que seguiam atrás do legado da VPR. Segue a organização de pequenos grupos no Chile. Cabo Anselmo atua fortemente na destruição da VPR em São Paulo e vai até o Chile buscar o aval de Onofre Pinto para a “área do nordeste” onde seis militantes serão atraídos para a morte. Neste mesmo ano começa a se consolidar no Chile a Frente em torno dos Doze Pontos. A repressão através deles busca atrair militantes para o Brasil.

O ano de 1973 inicia com a Chacina do Recife. A ação de repressão internacional se intensifica. O ano acaba com Cerveira sequestrado para ser torturado e morto no Brasil. Em julho de 1974 os últimos combatentes da luta armada foram atraídos por infiltrados, ex-companheiros, que atuam com a repressão e são barbaramente mortos no Brasil. Não importa que discordemos deles, eles o fizeram acreditando na revolução.

A pesquisa mostrou um “paradoxo do silêncio”. Os dados que melhor conseguimos desvendar e analisar se referem a fracassos, pois são documentos que foram apreendidos, não chegaram ao seu destino final. Muitas vezes foram documentos e informações alcançadas sob tortura. E isso sempre precisa ser mediado pelos leitores. Agentes da repressão atribuíam falas ou dados de acordo seus interesses. O paradoxo é que alguns importantes militantes não foram destacados e não tiveram voz no registro histórico porque quase não deixaram escritos, ou porque conseguiram resistir à tortura, ou porque acabaram mortos nesse processo.

Como já dito, não tive a pretensão de produzir um estudo definitivo sobre a VPR. Mas tenho clareza de que descobrimos muito mais do que se sabia sobre ela ao acabar a leitura. Certamente o que reunimos aqui jamais esteve ao alcance dos militantes em sua completude. Os conflitos e

contradições impediam que isso ocorresse, e essa é uma função da História, trazer à luz, realinhar o que estava solto, montar os quebra-cabeças. Evidentemente que os envolvidos nos processos têm suas próprias visões, inclusive porque tiveram suas vidas diretamente ligadas a eles. O que busquei aqui foi o sentido geral da história da VPR, como o conjunto das ações individuais constituiu uma história de lutas. Muitos documentos disponíveis podem ainda servir a novas pesquisas para aprofundar outras questões.

A VPR acabou oficialmente em 1971, mas não acabou para seus militantes que haviam recebido a tarefa de voltar para o Brasil e ajudar os companheiros que haviam lhes salvado nos sequestros. A volta dos militantes ao Brasil viria após a Anistia em 1979. Boa parte deles se somou à vida política, mas sem se reagruparem em um único partido. Em certo sentido não acabou o seu legado para muitos dos que lembram e se sentem orgulhosos por terem “ousado lutar” e, ao mesmo tempo, tristes com o momento que vivemos hoje no Brasil.

Cada dia se torna mais importante ser capaz de entender e combater o avanço do fascismo, e esse trabalho busca contribuir com essa história.

REFERÊNCIAS

ABAL, Felipe e RECKZIEGEL, Ana. A pena de morte na Ditadura Civil-Militar: uma análise processual. **Tempo & Argumento**. Florianópolis, v.10, n.25, 2018.

ALMEIDA, TELES, LISBOA (Orgs). **Dossiê Ditadura. Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. 1964-1985**. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. 2ª ed. Ver. Ampl. IEVR, Imprensa Oficial, SP, 2009.

ABREU, Alzira. **Vanguarda Revolucionária (Verbetes)**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC, FGV. Online.
[<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>]

ALVERGA, Alex Polari. **Inventário de cicatrizes**. 2ª ed. SP, Comitê Brasileiro pela Anistia, 1978.

ARANTES, Maria Auxiliadora A C. **Pacto re-velado**. Psicanálise e clandestinidade política. SP, Escuta, 1994.

ARNS, D. Paulo. E. (org). **Brasil nunca mais**. 14ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

BENEDITO, Mouzar. **Ousar lutar**. Memórias da guerrilha que vivi. José Roberto Rezende. SP, Viramundo, 2007.

BENJAMIN, Cid. **Gracias a la vida**: memórias de um militante. Rio de Janeiro, José Olympio, 2013.

BERARDO, João Batista. **Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina**. SP, DAG, Edições Populares, 1981.

CAMPOS, Luiz Felipe. **O massacre da Granja São Bento**. A história de como um traidor e um torturador se aliaram em um dos crimes mais brutais da ditadura militar no Brasil. 2ª ed. Recife, CEPE, 2017.

CAMPOS, Marcos Adriani Ferrari. **Resistência e repressão no oeste paranaense**: o caso da VAR-Palmares em Nova Aurora em 1970. 2014. 172f. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, 2014.

CARDOSO, Tom. **O cofre do Dr Rui**. Como a Var-Palmares de Dilma Rousseff realizou o maior assalto da luta armada brasileira. RJ, Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Yuri Rosa. O Movimento Revolucionário Tiradentes: quando operários pegaram em armas e quebraram paradigmas. **Revista História e Luta de classes**, ano 15, ed. 29, março 2020.

CASO, Antonio. (org) **A esquerda armada no Brasil**. 1967-1971. Lisboa, Moraes, 1976.

CENTENO, Ayrton. **Os vencedores**. A volta por cima da geração esmagada pela ditadura de 1964. São Paulo, Geração, 2014.

CERBARO e GASPAROTTO. O RS no contexto da Ditadura militar: o caso do “sequestro” do cônsul norte-americano. *In*: II Encontro de Pesquisas Históricas. PPGH/PUCRS, 2016, Porto Alegre, **Anais...**, Porto Alegre, 2016, p. 79.

CHACEL, Cristina. **Seu amigo esteve aqui**. A história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte. RJ, Zahar, 2012.

CHAGAS, Debora Campani. **Inês e Lia**: Resistências da Vanguarda Popular Revolucionária contra a Ditadura de Segurança Nacional (1970-2003). TCC em História, Unioeste, 2019.

CHAGAS, Fábio Gonçalves. **A Vanguarda Popular Revolucionária**: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

CHAGAS, Fábio Gonçalves. **Ação e revolução**. Zigue zague estratégicos da VPR em 1968. *In*, Cadernos de Pesquisas do CDHIS, n. 35, ano 19, 2006.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. RJ. Zahar, 2012.

CODARIN, Hugo. A arma da crítica legitimando a crítica das armas: o debate teórico na esquerda armada brasileira. **Tempos Históricos**, vl. 23, 1º sem. 2019.

CODARIN, Hugo. **O MR-8 na luta armada**. As armas da crítica e a crítica das armas. SP, Alameda, 2019.

COELHO, Eurelino. A POLOP e a crítica das armas (1962-1967). **Revista História & luta de classes**. Ano 15, ed. 29, março 2020.

COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. **Hist.R.**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 120–141, jan./abr. 2015

CORDEIRO DE FARIA, Gal. Presidência da República. Estado Maior das Forças Armadas. **Conceituação de Guerra Insurrecional, guerra revolucionária, Subversão (guerra subversiva), ação psicológica e Guerra Fria**. RJ, Brasil, 1961.

CORDEIRO, Ítalo Rodrigo Xavier. **A cultura política da revolução latino-americana na década de 1960**. Regis Debray e o foquismo. Dissertação de Mestrado. 2010, UNESP.

CRUZ, Fabio Lucas. **Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)**. Tese de Doutorado em História, USP, 2016.

DANIEL, Herbert. In: Pasquim. **Anselmo de cabo a rabo**. 25 abr. 1984.

DA-RIN, Silvio. **Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969**. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

DEBRAY, Regis. **A guerrilha do Che**. Sp, Edições populares, s/d.

DEBRAY, Regis. **Revolução na revolução**. SP, CELA, s/d.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)**. Tese de Doutorado em História, UFRGS, 2019.

DIREITO à memória e à verdade. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial dos Direitos Políticos. Brasília, 2007.

- DOSSIÊ DITADURA. **Mortos e desaparecidos no Brasil. 1964-1985.** Comissão de Familiares de mortos e desaparecidos Políticos. São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.
- EMAer. **Noções básicas sobre Guerra Revolucionária.** Coletânea. RJ, ITDM, 1963.
- ESPINOSA, Roberto. **Abraços que sufocam.** SP, Viramundo, 2000.
- ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA. **Noções básicas de Guerra Revolucionária, Coletânea, 2ª Edição, Rio de Janeiro, EMA.** 1963.
- FUKUDA, Hatsuo. **Diógenes, o guerrilheiro.** Ousar lutar, ousar vencer! Porto Alegre, Evangraf, 2014.
- FULANETI, Oriana de Nadai. **Utopias em rotação análise do discurso da esquerda armada Brasileira.** 2010. Tese (Doutorado em Semiótica), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GABEIRA, Fernando. **O crepúsculo do macho.** 1ª ed. RJ, CODECRI, 1980.
- GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo, Codecri, 1980b.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada: As ilusões armadas.** Editora Companhia das Letras, 2002.
- GASPAROTTO, Alessandra. **O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil.** Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2012.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo, Ática, 1998.
- GREEN, James. **Revolucionário e gay.** A vida extraordinária de Herbert Daniel. Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. RJ, Civilização Brasileira, 2018.
- GUEVARA, Che. **Guerrilha!** Passagens da guerra revolucionária. RJ, CODECRI, 1980.
- GUILLEN, Abrahan, **Tesis sobre la guerrilla en el Brasil.** 1972.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. **A guerrilha Brancalione**. Porto Alegre, Proletra, 1999.

HERLER, Thomaz Joezer. **Formação e trajetória do primeiro MR-8: possibilidades e limites de construção de uma vanguarda revolucionária político-militar (1964-1969)**. 2015. 265 f. Dissertação (Mestrado em História), Unioeste, 2015.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. SP, Global, 1980.

LAQUE, João Roberto. **Pedro e os lobos**. Os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano. São Paulo, AVA, 2013.

LUCENA, Damaris. **Depoimento à CNV**. Depoimento a Raíssa Ventura e Camila Braga. 1/8/2014. São Paulo.

LUNGARETTI, Celso. **Náufrago da utopia**. Vencer ou morrer na guerrilha, aos 18 anos. SP, Geração editorial, 2005.

LUIZ, Juliana Ramos. A ditadura civil-militar diante da crise: os sequestros de diplomatas no Brasil e a análise do processo decisório em política externa. **NEIBA**, volume IV, n.1, agosto 2015.

MACIEL, Wilma Antunes. **O capitão Lamarca e a VPR**. Repressão Antunes Maciel. SP, Alameda, 2006.

MACIEL, Wilma Antunes. **Militares de esquerda formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)**. 2009, Tese (Doutorado em História Social) FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAESTRI, Mario. **Revolução e contrarrevolução no Brasil**. Porto Alegre, FCM, Coyacan, 2019, p. 201

MAGALHÃES, Mario. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. Folheto. 1969.

MARQUES, Teresa Cristina. **Militância política e solidariedade internacionais**. A trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França. 2011, Tese (Doutorado em Ciências Políticas), PPG- História, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MECHI, Patrícia. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na Guerrilha**. RJ, Arquivo Nacional, 2015.

MELO, Demian. (org). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro, Consequência, 2014.

MERTZ, Clarissa. **Democracia, Direitos Humanos e Ditadura Militar no Brasil**. 2017, Dissertação (Mestrado em Direito), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Direito, Área de Concentração Direitos Humanos, Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Relações Internacionais e Equidade, UNIJUÍ, Ijuí, 2017.

MIR, Luis. **A revolução impossível**. A esquerda e a luta armada no Brasil. SP, Círculo do livro, 1994.

MOLICA, Fernando. **O homem que morreu três vezes**. Uma reportagem sobre o “chacal brasileiro”. RJ, SP, Record, 2003.

MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos**. A militância dos comunistas no Paraná. Curitiba, SAMP, 2017.

MORAES, João Quartim. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas Tempo. **Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 1(2): 135-158, 2. sem. 1989.

MORAES, João Quartim. **Che Guevara: o antiimperialismo em atos**. *Crítica Marxista*, v.1, n.5, 1997, p.129-143.

NASCIMENTO, Durbens Martins. Revisão crítica da tese do ‘suicídio revolucionário’. **Revista de história regional**. V9, n. 1, p. 45-78, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra e VIVAR, Jorge Eduardo. **Memórias da resistência e da solidariedade**: o movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do cone Sul e sua conexão repressiva. Porto Alegre Ed. ASF, 2013, 904p.

PADRÓS, Enrique. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. *In*: GALLO, C. A e RUBERT, S. (orgs). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe civil-militar. Porto Alegre, Deriva, 2014.

PAIVA, M. **Companheira Carmela**. A história da luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio. RJ, Mauad, 1996.

PAIVA, M. **O sonho exilado**. RJ, Achiamé, 1986.

PALMAR, Aluísio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Travessa dos Editores, Curitiba, 2006.

PATARRA, Judith L. **Iara**. Reportagem Biográfica. 3ª ed. RJ, Rosa dos Tempos, 1992.

PEDROSO JR. **Sargento Darcy**. Lugar tenente de Lamarca. Bauru, 2003, Texgraf.

PERICÁS, Luiz B. (Org). **Caminhos da Revolução brasileira**. SP, Boitempo, 2019.

PEZZONIA, Rodrigo. Entre o “massismo” e o “militarismo””: embates teóricos da luta armada em Fernando Andrade e Jamil rodrigues. **OPSIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 38-59 - jan./jun. 201

PINHO, Celso Luiz. **1970**. Uma guerra no Vale do Ribeira. SP, LP, 2016.

POLARI, Alex. **Camarim de prisioneiro**. SP, Global, 1980.

PRETTO, Catia Lang. **A atuação da VPR na região de Três Passos**. TCC URNRGS, Ijuí, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira. **Imagens da Revolução.** Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. SP, Expressão Popular, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro.** Os comunistas no Brasil. SP, Brasiliense, 1989.

REZENDE, Claudinei Cassio. **Suicídio revolucionário.** A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas. Edunesp, 2010.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. **A história da confederação anticomunista latino-americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979).** 2018. Tese (Doutorado em História), UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2018.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas, *In*: RIDENTI, M e REIS, D. (Orgs) **História do marxismo no Brasil.** Campinas, EDUNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução brasileira.** 2ª ed. SP, EdUNESP, 2010.

RIPPEL, Leomar. **Operação Três Passos (1965):** movimento de insurreição e resistência contra a ditadura militar brasileira. 2020. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

RODEGHERO, Carla. Um pouco além do concebível: o Chile e a Argentina na memória de um exilado brasileiro. **História Unisinos.** v.16, n. 1, p. 93-105, Janeiro/Abril 2012

ROLLEMBERG, Denise. “Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários”. *In*: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **As esquerdas no Brasil.** Revolução e democracia. Vol. 3. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007).

SALES, J. R. (Org) **Guerrilha e revolução.** A luta armada contra a ditadura militar no Brasil. RJ, 2015. Lamparina, Faperj.

SALES, J. R. **A luta armada contra a ditadura militar.** A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. SP, Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Francisco Ruas. **A guerra revolucionária comunista**. RJ, Record, 1964.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". **Infância Roubada**. Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014.

SENA JR, Carlos Zacarias. Et al. (org) **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

SILVA, C. L. e Batista. A. **Combatentes**: tempos de falar. Depoimentos da Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Edunioeste. Cascavel, 2016

SILVA, C. L. Sequestros e terrorismo de Estado no Brasil: casos de resistência revolucionária. **IZQUIERDAS**. Santiago, Chile, v.49, p.1646 - 1669, 2020.

SILVA, C. L. Vanguarda Popular Revolucionária: massas, foquismo e repressão. **Revista História: Debates e Tendências**. v.3, p.494 - 512, 2019.

SILVA, Carla. História e memória da repressão nos anos 1970 e 2014. **Projeto História**, São Paulo, n. 50, pp. 138-170, Ago. 2014

SILVA, Carla. A influência teórica do militante espanhol Abraham Guillén em grupos de luta armada na América Latina. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, Nº 30, p.104-128, Jan./Jul., 2021.
<http://revista.anphlac.org.br>

SILVA, Izabel Priscila Pimentel. **Por ti, América**. Luta armada, internacionalismo e latino-americanismo na trajetória da Junta de Coordinacion Revolucionária. 2016, Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, UFF, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Jussaramar. **As conexões repressivas no ConeSul (1960-90)**: Terrorismo de Estado em conexão Internacional, Tese de Doutorado em História, PUCSP, 2017

SIRKIS, Alfredo. **Roleta chilena**. RJ, Record, 1981.

SOLNIK, Alex. **O cofre do Ademar**. A iniciação política de Dilma Rousseff e outros segredos da luta armada. São Paulo, Jabuticaba, 2011.

SOUZA, Sandra Regina. **“Ousar lutar, ousar vencer”**. 1969-1971. Salvador, Edufba, 2013.

SYRKIS, Alfredo. **Carbonários**. Memórias da guerrilha perdida. 7ª ed. SP, Global, 1980.

VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**. A história de Lia, Maria do Carmo Brito. RJ, SP, Record, 2003.

VIEIRA, Liszt. **A busca**: memórias da resistência. São Paulo, Hucitec, 2008.

ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1.



Ao centro, Ubiratan de Souza abraça Roberto de Fortini, de pé, Bona Garcia. Fotografia da autora

Fotografia 2. Almoço de confraternização



Reunião dos ex-militantes da VPR, em 2013. No almoço, as homenagens aos companheiros.
Fotografia da autora.

Fotografia 3. Homenagem ao Che



Visita à casa Hogar de Che, em Caraguatay, o “hogar misionero del Che”, homenagem dos ex-militantes da VPR, em 2013, acompanhados de amigos e pesquisadores. No centro (de pé, de chapéu), Diógenes Oliveira. Fotografia: Carla Silva

Fotografia 4.



A pesquisadora com Lilian Ruggia em sua residência, em Buenos Aires, outubro de 2019.

Fotografia 5.



Equipe de investigação reunida analisando os croquis de Aluizio Palmar sobre o provável local da Chacina do grupo de Onofre Pinto. Foz do Iguaçu, junho de 2017.

SOBRE A AUTORA

Carla Luciana Silva é professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Participa do Grupo de Pesquisa História e Poder. Atua no programa de Pós Graduação em História da UNIOESTE desde 2006. Publicou diversos artigos sobre o tema da ditadura e sobre imprensa. É autora de capítulos e organizadora de diversos livros. Publicou em 2001, pela EDIPUCRS (Porto Alegre) *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)* e em 2009, pela EDUNIOESTE (Cascavel) *VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Esta pesquisa faz parte dos resultados do Pós Doutorado realizado na Universidade Nova de Lisboa (2011-2012) e do Pós Doutorado Sênior na UFF (2019-2020). Teve apoio financeiro do CNPq, da Fundação Araucária e da CAPES.

1ª Edição

Novembro de 2021

Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

